

FORMAÇÃO DO ARQUIVO DA FUNM/UNIMONTES:

de uma massa acumulada de documentos
à preservação da memória institucional

Filomena Luciene Cordeiro Reis
João Olímpio Soares dos Reis
Organizadores

FORMAÇÃO DO ARQUIVO DA FUNM/UNIMONTES:

de uma massa acumulada de documentos
à preservação da memória institucional

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago

Reitor

Dalton Caldeira Rocha

Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello

Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves

Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso

Pró-Reitora de Pesquisa

Pablo Peron de Paula

Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Marlon Cristian Toledo Pereira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Editora-Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Ivana Ferrante Rebello

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Luiz Henrique Carvalho Penido

Patrícia Takaki Neves

Tânia Marta Maia Fialho

Vanessa de Andrade Royo

Filomena Luciene Cordeiro Reis
João Olímpio Soares dos Reis
Organizadores

FORMAÇÃO DO ARQUIVO DA FUNM/UNIMONTES:

de uma massa acumulada de documentos
à preservação da memória institucional



Ficha Técnica

Apoio

Fundação de amparo à pesquisa do estado de Minas Gerais – Fapemig

Coordenação

Filomena Luciene Cordeiro Reis

Equipe de professores/pesquisadores

Carla Cristina Barbosa
César Henrique de Queiroz Porto
Denilson Meireles Barbosa
João Olímpio Soares dos Reis
Rogério de Jesus Oliveira
Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia

Bolsistas de Iniciação Científica – Fapemig

Ana Luiza do Carmo Nunes
Giovanna Pereira Marques
Maria Fernanda Benfica Santos
Maria Clara Santana Souza
Rayane Otilia Zuba de Oliveira
Saulo Librelon Pinheiro Lopes

Bolsistas de Iniciação Científica – CNPq

Aylla Yasmin Brito Silva
Bianca Geovanna Santiago da Silva
Larissa Barreto Gomes Léo
Maria Isabel Ribeiro Ramos
Sarah Victoria Cunha Silva

Bolsistas de Iniciação Científica – Unimontes

Alane Silva de Abreu
Evellyn Victória Maia Simões
Luís Gustavo Souza Fróes

Bolsistas de Iniciação Científica – Voluntários

Ana Beatriz Galindo de Souza
Ana Livia Ferreira Queiroz
Guilherme Borges Silva
Maria Teresa Alves Silva
Ugo da Hora Araújo

Estagiários

Luca Ribeiro Teixeira
Robert Pereira da Silva

Execução e realização

Diretoria de Documentação e Informações

Parceria

Núcleo de História e Cultura Regional

Equipe de apoio

Aparecida Gonçalves Pereira da Cruz
Maria Cardoso Lopes
Maria da Conceição de Oliveira Queiroz
Neiva Alves da Silva

Colaboração

Reitoria
Gabinete
Assessoria de Comunicação
Diretoria de Gestão de Campi/Serviço de Manutenção/Serviço de Transportes
Diretoria da Biblioteca Universitária
Diretoria de Tecnologia e Informação
Imprensa Universitária
Departamento de Estágios e Práticas Escolares
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

Ilustração

Bianca Geovanna Santiago da Silva



Programa
de Pós-Graduação
em História



Dedicamos este estudo a todas as pessoas que, muitas vezes no silêncio dos depósitos, das salas improvisadas e dos arquivos esquecidos, insistem em manter viva a memória das instituições em que trabalham. Às servidoras e aos servidores, técnicas e técnicos, estagiárias e estagiários, pesquisadoras e pesquisadores que, no Norte de Minas, assumem cotidianamente a guarda dos documentos como um gesto de resistência, cuidado e compromisso com o direito à memória. Àquelas e àqueles que, mesmo diante da precariedade, do descaso institucional e da ausência de políticas públicas consistentes, recusam o esquecimento como destino e compreendem que cada documento preservado é uma possibilidade de história contada, de direito garantido e de futuro pensado. De modo especial, dedicamos este inventário às experiências de salvaguarda documental do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, do Arquivo da Prefeitura Municipal de Montes Claros, do Arquivo da Arquidiocese de Montes Claros, da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes e de tantas outras instituições que, por meio do trabalho diário de seus agentes, sustentam a memória pública e coletiva da região. Que este trabalho sensibilize gestores, pesquisadoras, estudantes e a sociedade em geral para a urgência de investir em arquivos, não como espaços de acúmulo, mas como territórios de cidadania, justiça, transparência e produção de conhecimento. Porque sem arquivos não há história. Sem memória, não há universidade pública. E sem investimento na preservação documental, o esquecimento deixa de ser acaso e passa a ser política.

Bianca Geovanna Santiago da Silva
Ilustração

Laura Silveira Fahel
Projeto gráfico e diagramação

Ana Cláudia Dias Rufino
Revisão linguística

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Geral

Maria Clara Maciel de A. Ribeiro
Maria Gabriela de Souza
Luana Pereira Santos
Equipe editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

F724 Formação do arquivo da Funm/Unimontes [livro eletrônico] : de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional / organizadores Filomena Luciene Cordeiro Reis e João Olímpio Soares dos Reis ... [et al.]. -- Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2026.
286 p. il. ; E-book (PDF).

Vários colaboradores.
Bibliografia.
Modo de acesso: world wide web
<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-85-7739-799-0. E-book (PDF).

1. Arquivo Institucional – Montes Claros (MG). 2. História e memória. 3. Identificação Arquivística. 4. Massa documental acumulada. 5. Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm). 6. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). I. Reis, Filomena Luciene Cordeiro. II. Reis, João Olímpio Soares dos. III. Título. IV. Título: De uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional.

CDD 025.171

Elaborado por Biblioteca Central Professor Antônio Jorge / Roseli Damaso – CRB-6/1892



O conteúdo desta obra, quando não houver indicação específica em contrário, é disponibilizado sob a Licença Creative Commons 4.0 Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações. Os direitos desta edição pertencem à Editora Unimontes.

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.
www.editora.unimontes.br | editora@unimontes.br

Filiada à



PREFÁCIO

E escrever este prefácio a seis mãos significa compreender que o livro Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional não nasceu de uma única respiração, mas de um coral. Aqui, nossas vozes – Iara, Werley e Dalva – se entrelaçam para celebrar um encontro entre pessoas, instituições, tempos, papéis, poeiras, silêncios e sentidos.

O presente livro evidencia uma questão que perpassa o Arquivo Público da Câmara Municipal de Montes Claros “Vereador Ivan José Lopes” e a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm)/Unimontes. Isto é: como uma massa acumulada de documentos torna-se instrumento para a construção de arquivos sob a condição de lugares de histórias e memórias?

Há livros que informam, divulgam, consolidam e aprofundam o conhecimento. Este, porém, faz mais: ele restitui. Devolve à Funm/Unimontes a sua própria memória, apresenta à história o que quase se perdeu no esquecimento e oferece à sociedade aquilo que lhe pertence por direito: a possibilidade de saber de onde veio, como se construiu e por quais mãos passou. Cada documento organizado, cada folha resgatada, higienizada e restaurada, cada fotografia preservada e acondicionada é um gesto de resistência contra o apagamento.

O trabalho que se apresenta nestas páginas não nasceu do conforto. Ele veio do chão, do pó, do acúmulo, da desordem e da urgência. Veio também da paciência, da técnica, da escuta e do compromisso. Transformar uma massa documental dispersa em memória institucional viva é mais do que um procedimento arquivístico: é um ato político, ético, técnico e profundamente humano.

Admiramos, com alegria sincera, o rigor e a sensibilidade dos organizadores e de toda a equipe que tornou este livro possível. Eles compreenderam algo essencial, a saber: arquivos não são depósitos de papéis mortos, mas lugares de histórias e memórias. Cada documento guarda conflitos, sonhos, decisões, disputas e afetos. Cada pasta organizada é uma possibilidade de a história ser recontada.

Existe, neste livro, a beleza do trabalho coletivo, da formação de jovens pesquisadores, do diálogo entre técnica e reflexão crítica, entre passado e futuro. Há também a delicadeza firme de quem cuida da coisa pública como se cuida de algo íntimo, precioso e insubstituível.

Este prefácio não quer apenas apresentar a obra. Ele quer, igualmente, agradecer aos pesquisadores envolvidos pela coragem de enfrentar o esquecimento institucional, pela inteligência de pensar o arquivo como construção social, pela sensibilidade de entender que memória é também afeto. E quer, sobretudo, reconhecer que este livro não trata apenas de documentos e arquivos, ele também aborda pessoas que ocuparam e ocupam espaços de poder e escolheram não deixar a história se perder.

Que o leitor entre nestas páginas como quem atravessa uma porta antiga que foi aberta depois de muito tempo. Que sinta o peso do passado, mas também a leveza de saber que esse espaço foi cuidado. E que saia com a certeza de que preservar a memória significa abrir possibilidades para a produção da pesquisa histórica, bem como exercer uma das formas mais preciosas de cuidar do futuro.

Com admiração, amizade e alegria,

Iara Maria Silva

Coordenadora Geral do Arquivo Público “Vereador Ivan José Lopes” da Câmara Municipal de Montes Claros (APCMMC). Pós-graduada em Arquivologia, pela Faculdade Dom Alberto

Maria Dalva Souto e Oliveira

Ex-funcionária do Arquivo Público “Vereador Ivan José Lopes” da Câmara Municipal de Montes Claros (APCMMC). Pioneira na organização da massa documental da Instituição

Werley Pereira de Oliveira

Técnico de Apoio Legislativo lotado no Arquivo Público “Vereador Ivan José Lopes” da Câmara Municipal de Montes Claros (APCMMC). Doutor em Desenvolvimento Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Iara Maria Silva, Maria Dalva Souto e Oliveira, Werley Pereira de Oliveira

INTRODUÇÃO 12

Filomena Luciene Cordeiro Reis, João Olímpio Soares dos Reis

PARTE I 17

Inventário arquivístico do acervo da Funm/Unimontes (1962–1989)

Filomena Luciene Cordeiro Reis

PARTE II 49

Memória em construção: o trabalho arquivístico na formação do fundo Funm/Unimontes

Filomena Luciene Cordeiro Reis

PARTE III 87

A história escrita nos documentos: gestões e projetos institucionais para uma universidade pública em construção

A fundação norte mineira de Ensino Superior (1964–1978): gênese, projeto e institucionalização do Ensino Superior no Norte de Minas 91

Filomena Luciene Cordeiro Reis, Larissa Barreto Gomes Léo, Luís Gustavo Souza Fróes, Maria Fernanda Benfica Santos, Saulo Librelon Pinheiro Lopes

A Unimontes entre 1978 e 1980: transformações institucionais e caminhos de consolidação 134

*João Olímpio Soares dos Reis, Roseli Aparecida Damaso
Messias Garcia, Ana Luíza do Carmo Nunes, Bianca Geovanna
Santiago da Silva, Maria Isabel Ribeiro Ramos, Ugo da Hora
Araújo*

Os anos 1980-1988 na fundação norte mineira de Ensino Superior: memórias de um arquivo e construção da narrativa institucional 175

*César Henrique de Queiroz Porto, Alane Silva de Abreu, Evelyn
Victória Maia Simões, Guilherme Borges Silva*

A travessia da coragem: a gestão do professor José Geraldo de Freitas Drumond na construção da universidade pública no Norte de Minas 197

*Carla Cristina Barbosa, Ana Lívia Ferreira Queiroz, Ana
Beatriz Galindo de Souza, Roberth Pereira da Silva*

Entre documentos e ausências: a reinscrição das trajetórias femininas na memória universitária 218

*Filomena Luciene Cordeiro Reis, Ingrid do Carmo Oliveira,
João Olímpio Soares dos Reis*

Reitores da Funm/Unimontes (1964-2026): registros biográficos institucionais 249

Filomena Luciene Cordeiro Reis, João Olímpio Soares dos Reis

POSFÁCIO 268

Rogério de Jesus Oliveira

INTRODUÇÃO¹

A universidade pública é, ao mesmo tempo, espaço de produção de conhecimento, de formação cidadã e de disputa de projetos de sociedade. Sua história não se constrói apenas por meio de discursos oficiais, mas, sobretudo, pelos documentos que registra, produz e acumula no exercício cotidiano de suas funções administrativas, acadêmicas e pedagógicas. Preservar esses documentos é resguardar o direito à memória, à informação e à própria história institucional, condição fundamental para o fortalecimento da democracia e da universidade pública.

Este livro tem como ponto de partida o reconhecimento de que a memória institucional da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), posteriormente transformada em Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), encontrava-se ameaçada por um longo processo de acúmulo documental desordenado, deslocamentos sucessivos e ausência histórica de políticas sistemáticas de gestão arquivística. Documentos fundamentais para a compreensão da trajetória da instituição permaneceram, durante décadas, armazenados em locais improvisados, expostos à deterioração e à invisibilidade, comprometendo tanto a preservação física do acervo quanto o acesso público à informação.

¹ Para a elaboração deste livro, utilizou-se ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI) como suporte à redação, organização argumentativa e revisão linguística. Destaca-se que todo o conteúdo foi criticamente analisado e validado pelos autores, os quais se responsabilizam integralmente pela originalidade, precisão e rigor científico do trabalho.

Esta obra resulta do projeto Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig). O projeto teve como objetivo central resgatar, organizar, descrever e disponibilizar a documentação produzida e acumulada pela Funm/Unimontes, transformando uma massa documental dispersa em um fundo arquivístico estruturado, acessível e socialmente referenciado. Trata-se de uma iniciativa que articula preservação documental, pesquisa histórica, formação acadêmica e compromisso público com o direito à memória.

O problema de pesquisa que orienta este livro pode ser sintetizado na seguinte questão: como garantir a preservação, a organização e o acesso à memória institucional da Funm/Unimontes diante de um histórico marcado pela precarização das condições de guarda documental e inexistência de políticas arquivísticas consolidadas? Enfrentar esse problema exigiu mais do que intervenções técnicas, demandou a nossa compreensão do arquivo como construção histórica, política e social, diretamente vinculada às relações de poder, às disputas institucionais e às condições materiais de existência da universidade pública.

O recorte temporal privilegiado abrange o período de 1962 a 1989, correspondente à criação da Funm e à sua transformação em universidade estadual. Contudo, em razão da própria dinâmica de produção e acumulação documental, o acervo contempla dossiês que avançam até o início dos anos 2000. Portanto, a pesquisa e a escrita deste livro ultrapassam esse marco cronológico (1962-1989) e alcança os dias atuais, ao incorporar a análise de gestões posteriores a 1989 e ao reinscrever, no capítulo “Entre documentos e ausências: a reinscrição das trajetórias femininas na memória universitária”, as experiências de mulheres discentes do campus São Francisco – a partir da documentação

institucional, bem como de docentes e gestoras da Unimontes, em diálogo direto com a atuação de bolsistas vinculadas ao projeto naquele campus. O recorte espacial situa-se na cidade de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, considerando os diversos setores administrativos e unidades acadêmicas que compuseram a Funm/Unimontes ao longo de sua trajetória.

Do ponto de vista metodológico, o livro articula fundamentos da Arquivística, da História e da pesquisa institucional. As atividades de resgate, organização e descrição documental foram realizadas com base nas diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos, na Norma Brasileira de Descrição Arquivística e na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, respeitando os princípios da proveniência, da organicidade e da descrição em níveis. Paralelamente, o trabalho incorporou formação técnica e histórica da equipe, reflexão crítica sobre as condições de produção e guarda dos documentos e a compreensão do arquivo como instrumento de garantia de direitos, transparência administrativa e produção de conhecimento.

A obra está estruturada em três partes complementares. A primeira parte apresenta o Inventário Arquivístico da Funm/Unimontes, detalhando a estrutura de arranjo, as séries e subséries documentais, as datas-limite, a dimensão do acervo e as formas de acesso. Trata-se de um instrumento de pesquisa fundamental, voltado tanto à gestão institucional quanto à pesquisa acadêmica e ao atendimento ao público.

A segunda parte explicita a concretude do trabalho arquivístico desenvolvido, por meio de textos analíticos articulados a registros fotográficos que documentam as diferentes etapas do projeto: o resgate da massa documental acumulada, o trabalho coletivo de organização e preservação, a higienização, o acondicionamento, a descrição, a produção dos instrumentos de pesquisa e as ações de difusão científica e cultural. As imagens não cumprem função

meramente ilustrativa, mas constituem documentos visuais da experiência arquivística, revelando as condições materiais do acervo e o esforço coletivo envolvido em sua recuperação.

A terceira parte reúne pesquisas históricas desenvolvidas por pesquisadores a partir do acervo organizado, abordando as gestões da Funm/Unimontes: 1964-1978 (João Valle Maurício); 1978-1980 (junta composta por Fernando Dias Costa, Raimundo Rodrigues Avelar e Messias Donato); 1980-1988 (Raimundo Rodrigues Avelar); 1988-2002 (José Geraldo de Freitas Drumond). Essa parte evidencia, de forma concreta, como a organização do arquivo viabiliza novas interpretações sobre a história institucional e reafirma o arquivo como condição de possibilidade da pesquisa histórica.

A realização deste livro foi viabilizada pelo financiamento da Fapemig, cujo apoio foi decisivo para a execução do projeto, a concessão de bolsas de iniciação científica, a aquisição de materiais, a realização de atividades formativas e a difusão dos resultados. Registra-se também o apoio do CNPq, por meio da atuação de bolsistas, e da Unimontes, especialmente durante a gestão do reitor Wagner de Paulo Santiago e do vice-reitor Dalton Caldeira Rocha, que assegurou as condições institucionais necessárias à realização do trabalho. Destaca-se, ainda, a parceria com o Núcleo de História e Cultura da Unimontes, fundamental para a consolidação da Diretoria de Documentação e Informações como espaço multiusuário, constituído como centro de pesquisa institucional e regional, voltado ao compartilhamento de acervos, especialmente o institucional, e ao desenvolvimento de pesquisas científicas, de inovação e de difusão do conhecimento.

Por fim, destaca-se o papel central dos bolsistas de iniciação científica, estagiários e servidores da Diretoria de Documentação e Informações. Foram esses sujeitos que enfrentaram as condições adversas de guarda documental e realizaram o trabalho físico e intelectual de resgate, organização e descrição do acervo. Este livro é,

portanto, também um registro do trabalho coletivo, da formação acadêmica e do compromisso ético com a preservação da memória da universidade pública.

Ao reunir inventário, reflexão metodológica, registros visuais e pesquisas históricas, esta obra reafirma o arquivo universitário como espaço estratégico de memória, direito à informação, produção de conhecimento e cidadania, contribuindo para a valorização da história da Funm/Unimontes e o fortalecimento da universidade pública no Norte de Minas Gerais.

Filomena Luciene Cordeiro Reis
João Olímpio Soares dos Reis

PARTE 01

INVENTÁRIO ARQUIVÍSTICO DO ACERVO DA FUNM/ UNIMONTES (1962–1989)

Filomena Luciene Cordeiro Reis

NOTA DE ABERTURA

A Diretoria de Documentação e Informações (DDI), por meio de sua equipe técnica, apresenta o Inventário Arquivístico do Acervo da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), instituição criada em 1962 e transformada em Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) em 1989.

O presente inventário constitui um instrumento de pesquisa arquivístico, elaborado com a finalidade de viabilizar o acesso, a identificação e a recuperação das informações contidas no acervo institucional da Funm, reunindo documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades administrativas, acadêmicas e pedagógicas.

O acervo inventariado é composto por documentação oriunda da direção geral e das seguintes unidades acadêmicas: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), Faculdade de Direito (Fadir), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Educação Artística (Faceart), Faculdade de Administração e Finanças (Fadec) e Faculdade de Educação Física (Fafis). Esse conjunto documental caracteriza-se pela diversidade de espécies e tipologias, incluindo, entre outras: atas, correspondências recebidas e expedidas (ofício, memorando, despacho, circular, aviso), portarias, resoluções,

editais, projetos, processos administrativos e escolares, relatórios técnicos e financeiros, publicações, reconhecimentos de cursos, contratos, alvarás, licenças, decretos, certidões, intimações, notas fiscais, comprovantes, declarações, certidões, plantas, pesquisas, escrituras e registros fotográficos.

Trata-se de um inventário de caráter sumário, cuja elaboração teve como prioridade garantir acesso inicial e orientado a um acervo de grande relevância histórica e institucional. Embora simplificado, o instrumento cumpre sua função de subsidiar pesquisas acadêmicas e administrativas, contribuindo para a preservação da memória institucional da Funm/Unimontes. Importante ressaltar que o inventário foi elaborado em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), respeitando os princípios da proveniência, da organicidade e da descrição em níveis.

Reconhece-se que as condições históricas de produção, guarda e acumulação da documentação impõem limites ao trabalho de organização arquivística. Assim, espera-se dos consulentes rigor científico, sensibilidade crítica e compreensão quanto às possíveis lacunas ou imperfeições técnicas, inerentes ao processo de tratamento de uma massa documental acumulada.

A elaboração do inventário foi viabilizada por meio do financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig), no âmbito do projeto *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional*, desenvolvido no período de 2023 a 2026. O apoio institucional da Fapemig possibilitou a realização de atividades sistemáticas de identificação, higienização, organização, classificação e descrição arquivística da documentação, contribuindo de forma decisiva para a superação do quadro de acúmulo documental e a constituição de um fundo institucional passível de acesso público, pesquisa científica e preservação da

memória universitária. Nesse sentido, o inventário ora apresentado configura-se como um dos principais produtos técnicos e científicos do referido projeto, articulando práticas arquivísticas, pesquisa histórica e compromisso com o direito à informação e à memória.

1 A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO DA FUNM/ UNIMONTES: PRODUÇÃO, CUSTÓDIA E REORGANIZAÇÃO

O arquivo da Funm constitui-se a partir da produção e da acumulação de documentos decorrentes das atividades administrativas, acadêmicas e pedagógicas desenvolvidas pela instituição desde sua criação, em 1962, refletindo sua trajetória histórica, organizacional e funcional. Ao longo do tempo, esse conjunto documental foi submetido a diferentes formas de guarda e custódia, nem sempre acompanhadas por políticas sistemáticas de gestão documental, resultando na formação de uma massa documental acumulada, marcada por dispersão, acondicionamento inadequado e riscos à preservação. A contextualização desse arquivo busca, portanto, situar as condições de produção, acumulação e salvaguarda dos documentos da Funm, evidenciando a importância da intervenção arquivística como estratégia fundamental para a preservação da memória institucional e a garantia do acesso à informação no âmbito da Unimontes.

1.1 Formação e trajetória do acervo da Funm/Unimontes

O acervo da Funm, posteriormente transformada na Unimontes, é constituído por documentação produzida no exercício das funções administrativas, acadêmicas e pedagógicas da instituição, abrangendo a direção geral e as faculdades que a compunham: Fafil, Fadir, Famed, Fadec, Faceart e Fafis. Trata-se, conforme a literatura arquivística, de um conjunto documental dotado

de organicidade, isto é, marcado pela relação indissociável entre os documentos e as atividades institucionais que lhes deram origem (Bellotto, 2006). Essa característica confere ao acervo não apenas valor administrativo e jurídico, mas também relevância histórica e social, uma vez que registra o processo de implantação, expansão e consolidação do ensino superior no Norte de Minas Gerais, especialmente no período compreendido entre a criação da Funm, em 1962, e sua transformação em universidade estadual, em 1989 (Reis, 2013).

Os arquivos institucionais, nesse sentido, devem ser compreendidos como produtos diretos das relações de poder, das rotinas administrativas e das práticas sociais que estruturam as organizações (Cook, 1997). Ao documentarem decisões, conflitos, projetos e políticas, os documentos da Funm revelam não apenas a história formal da instituição, mas também os modos de gestão, as prioridades políticas e os limites estruturais que marcaram a trajetória do ensino superior público na região. Como assinala Le Goff (1990), todo documento é, simultaneamente, monumento, pois resulta de escolhas históricas que determinam o que será preservado e/ou silenciado.

Parte significativa da documentação da Funm foi retirada de seus locais originais de produção com o objetivo de liberar espaços físicos para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas de uma instituição em expansão. Esse deslocamento, realizado sem critérios técnicos de gestão documental, reflete uma realidade recorrente nas instituições públicas brasileiras, nas quais a expansão física e funcional nem sempre foi acompanhada da implementação de políticas arquivísticas sistemáticas (Bellotto, 2006; Jardim, 1999).

A inauguração do Centro de Ciências Humanas (CCH), em 1992, no *campus* universitário, para acolher os cursos anteriormente sediados no antigo Casarão da Fafil e seu anexo, localizado na Rua Coronel Celestino, no centro de Montes Claros, exemplifica esse processo. Embora se tratasse de um edifício de grande

porte, o CCH não foi concebido com infraestrutura adequada para a guarda do acervo documental produzido e acumulado desde o início da instituição em 1962. Ressalta-se que, nesse mesmo período, o Centro de Pesquisa e Documentação Regional (CPDOR) já se encontrava formalmente implantado, ainda que com estrutura física incipiente, ocupando apenas uma pequena sala no CCH, cuja finalidade voltava-se para a política arquivística institucional e regional (Reis, 2012).

Apesar das limitações materiais, o CPDOR apresentava uma concepção institucional alinhada aos pressupostos contemporâneos da Arquivística e da pesquisa histórica, conforme explicitado em seu Projeto de Implantação. Sua estrutura previa apoio administrativo, atendimento ao público, incentivo à pesquisa científica, serviços de documentação e tratamento documental, além da organização dos arquivos corrente, intermediário e permanente da instituição (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1989). Tal concepção dialogava diretamente com a noção de gestão de documentos como política institucional integrada, conforme defendido por Schellenberg (2006), ao articular produção, uso, avaliação e destinação dos documentos.

A criação do CPDOR foi gestada ainda na década de 1980, a partir das demandas de estudantes e professores do curso de História, que identificaram o potencial dos acervos documentais regionais para a pesquisa científica, bem como o abandono, a desorganização e a inacessibilidade desses fundos. Também objetivava estabelecer diretrizes para a documentação da universidade. A realização do I Seminário de Política Cultural da Área Mineira do Nordeste, promovido pela Sudene, em maio de 1987, constituiu um marco nesse processo, ao fortalecer institucionalmente a proposta de criação de um centro voltado à preservação e à pesquisa documental. A formalização do CPDOR, por meio da Portaria nº 5A/DG-FUNM/89, e sua

posterior inserção na estrutura administrativa da Unimontes, consolidaram-no como órgão estratégico de documentação e memória institucional (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1989).

Entretanto, a despeito desse avanço institucional, a ausência de políticas arquivísticas consolidadas e a insuficiência de espaços adequados de guarda levaram a soluções improvisadas para o acondicionamento da documentação. Tratando especificamente do acervo contemplado para organização do projeto da Fapemig, parte dos documentos de caráter intermediário e permanente passou a ser armazenada provisoriamente em um espaço localizado em um porão, debaixo da rampa do prédio do CCH, originalmente utilizado para o acúmulo de entulhos e materiais diversos, posteriormente adaptado para sediar o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, atualmente, o Núcleo de Sociedade Inclusiva (Nusi). A documentação foi ali depositada sem condições adequadas de conservação, muitas vezes diretamente no chão, exposta a riscos físicos, ambientais e biológicos (Reis, 2012).

Esse processo de deslocamento e armazenamento inadequado comprometeu princípios fundamentais da Arquivística, como o respeito à proveniência e a manutenção da ordem original, formulados pela tradição arquivística clássica (Jenkinson, 1937) e reafirmados pelas abordagens contemporâneas (Schellenberg, 2006; Cook, 1997). A busca ocasional por documentos, realizada sem instrumentos de pesquisa e critérios técnicos, contribuiu para a completa desarticulação do conjunto documental, transformando-o em uma massa acumulada, de difícil identificação e acesso.

A precariedade das condições de guarda evidencia a fragilidade das práticas arquivísticas institucionais no período, marcadas pela descontinuidade administrativa e ausência de uma cultura organizacional voltada à preservação documental. Como destaca Jardim (1999), a inexistência de políticas públicas de arquivos

compromete não apenas a memória institucional, mas também o exercício da cidadania, ao dificultar o acesso à informação e a garantia de direitos.

Diante da necessidade de reorganização dos espaços físicos do CCH e da ampliação das atividades do DCE, em 1998, a Divisão de Pesquisa e Documentação Regional (DPDOR), posteriormente DDI, passou a adotar medidas voltadas a recuperação, guarda e organização desse conjunto documental (Reis, 2012). Tal iniciativa reconheceu o acervo da Funm como fonte estratégica para a preservação da memória institucional e o desenvolvimento de pesquisas históricas, administrativas e educacionais, em consonância com a compreensão dos arquivos permanentes como bens culturais e instrumentos de cidadania (Bellotto, 2006).

O processo de reorganização, contudo, enfrentou novos desafios, decorrentes de eventos externos, como os abalos sísmicos ocorridos em Montes Claros em 2012, que impactaram diretamente as instalações da Biblioteca Universitária, onde parte do acervo da DDI se encontrava. A transferência emergencial da documentação, realizada em condições adversas, resultou novamente na mistura de fundos e séries documentais. Soma-se a esse fato, a descoberta de documentação institucional armazenada inadequadamente no sótão do prédio da Biblioteca Universitária, parcialmente danificada por infiltrações, exigindo a remoção imediata (Silveira; Ribeiro, 2012).

Paralelamente, documentos oriundos da Coordenadoria de Administração e Finanças da Funm, também encontrados em condições precárias, foram posteriormente incorporados à série Direção geral¹. Esse processo observou o princípio da proveniência, ao preservar a vinculação orgânica entre os documentos e as funções

¹ Os arquivos foram organizados em séries e subséries, de acordo com os setores produtores da instituição, respeitando-se a hierarquia administrativa, as séries documentais e a sequência por assunto, tipo e cronologia dos documentos. Na sequência será detalhada a nomenclatura utilizada para cada uma delas.

administrativas que lhes deram origem, conforme preconizado pela teoria arquivística e normativas brasileiras de descrição arquivística, como a Nobrade (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

Nesse processo de “resgate” e organização da documentação da Funm/Unimontes, desenvolvido no âmbito do projeto financiado pela Fapemig, novas parcelas documentais foram identificadas e incorporadas ao acervo em tratamento. Essas incorporações, embora fundamentais para a integridade do fundo, impuseram desafios técnicos à execução do trabalho, uma vez que exigiram a reavaliação do arranjo previamente estabelecido e a inserção dos documentos em séries e subséries correspondentes, impactando diretamente o cronograma de execução do projeto. No âmbito da antiga Fafil, por exemplo, a identificação e a transferência de livros de atas e processos de reconhecimento de cursos para a DDI configuraram um marco no processo de reorganização do acervo institucional, ao possibilitar melhores condições de preservação, classificação e acesso à informação. Tais documentos, dotados de elevado valor informativo e probatório, evidenciam a centralidade dos arquivos universitários na reconstrução da história da educação superior e na garantia de direitos acadêmicos e administrativos, conforme assinala Schellenberg (2006).

Assim, os documentos de caráter permanente da Funm passaram a compor majoritariamente o Fundo Funm/Unimontes, cuja organização exigiu o estudo aprofundado da estrutura administrativa da instituição desde sua origem. Essa opção reflete a complexidade organizacional da Funm/Unimontes e a diversidade de áreas e funções documentadas, reafirmando o papel do arquivista como mediador entre a produção documental, a memória institucional e a sociedade (Cook, 1997).

Por fim, a atuação da DDI, conforme estabelecido no estatuto da Unimontes, reafirma a responsabilidade institucional pela gestão, preservação e difusão da informação documental, em qualquer

suporte, com vistas à salvaguarda da memória histórico-cultural e à garantia de direitos (Universidade Estadual de Montes Claros, 2022). É nesse horizonte teórico e institucional que se insere o presente inventário, resultado de um esforço sistemático de organização, descrição e valorização do acervo da Funm/Unimontes, compreendido como patrimônio documental e instrumento fundamental para a escrita da história da universidade e da região Norte mineira.

1.2 Metodologia do arranjo arquivístico

A organização e a disponibilização de acervos arquivísticos exigem a adoção de critérios técnicos e científicos fundamentados na teoria arquivística, de modo a garantir a preservação da organicidade dos documentos, o respeito ao contexto de produção e a recuperação qualificada da informação. Conforme destaca Bellotto (2006), o arranjo arquivístico deve considerar a história administrativa da instituição produtora, suas funções e atividades, evitando reorganizações artificiais que comprometam o significado dos documentos.

Nesse sentido, a metodologia adotada para o arranjo do acervo da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) fundamentou-se nos princípios clássicos da Arquivística, notadamente o princípio da proveniência e o respeito à ordem original, conforme formulados por Jenkinson (1937) e sistematizados posteriormente por Schellenberg (2006), bem como nas diretrizes normativas estabelecidas pelo Conarq e Nobrade.

Considerando o histórico de dispersão, deslocamentos sucessivos e acúmulo desordenado da documentação ao longo do tempo, o trabalho de arranjo demandou, inicialmente, um processo minucioso de identificação arquivística, entendido como a etapa de reconhecimento dos vínculos orgânicos entre os documentos e as estruturas administrativas e acadêmicas que lhes deram origem (Bellotto, 2006). A partir dessa identificação, procedeu-se à

reconstrução do fundo institucional, buscando restabelecer, sempre que possível, a lógica funcional da produção documental da Funm.

O acervo foi subordinado ao Fundo Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - Funm, organizado de acordo com os setores produtores da instituição, respeitando-se a hierarquia administrativa, as séries documentais e a sequência cronológica dos documentos. Tal opção metodológica visa preservar a inteligibilidade do conjunto documental, permitindo ao pesquisador compreender não apenas o conteúdo dos documentos, mas também os processos institucionais que os originaram, conforme preconiza a Arquivística contemporânea (Cook, 1997).

A execução dessa metodologia ocorreu de forma coletiva e interdisciplinar, constituindo-se em um processo de trabalho compartilhado, fundamental diante das condições adversas em que grande parte da documentação foi encontrada. Participaram das atividades de organização, identificação, higienização, classificação e descrição arquivística estudantes bolsistas de iniciação científica vinculados à Fapemig, ao CNPq e à Unimontes, oriundos dos cursos de História, Serviço Social, Letras/Português, Administração, Ciências Sociais, Pedagogia e Sistemas de Informação, além de estagiários e servidores da DDI.

Esse caráter coletivo foi essencial para viabilizar o resgate de documentos armazenados, ao longo de décadas, em locais inadequados e inóspitos, exigindo esforço físico, técnico e intelectual significativo. O trabalho envolveu desde a retirada cuidadosa da documentação desses espaços, passando pela higienização básica e identificação preliminar, até a definição de séries e subséries documentais, em consonância com os princípios arquivísticos e as normativas de descrição.

Dessa forma, o arranjo do acervo da Funm/Unimontes não se constituiu apenas como uma operação técnica, mas como um processo formativo, científico e institucional, que articulou ensino,

pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que contribuiu para a preservação da memória universitária e a garantia do acesso à informação e dos direitos dos sujeitos registrados nos documentos. Na sequência, apresenta-se a estrutura de arranjo do acervo, resultante dessa metodologia.

Estrutura de arranjo do Fundo Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm/Unimontes)²

Fundo: Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – Funm/Unimontes

Quadro 1- Subfundo: Direção geral (DG)

Código	Unidade / Série	Descrição
FUNM/DG	Direção geral	Documentação produzida e acumulada pela direção geral da Funm
FUNM/DG/DA	Documentos avulsos	Documentos sem vinculação direta a séries específicas
FUNM/DG/A	Atas	Registros de reuniões e deliberações
FUNM/DG/RT	Relatório técnico	Relatórios administrativos e institucionais
FUNM/DG/R	Regimento	Regimentos institucionais
FUNM/DG/ED	Edital	Editais diversos
FUNM/DG/RC	Reconhecimento de curso	Documentação de reconhecimento oficial
FUNM/DG/ET	Estatuto	Estatutos da Funm

2 Todos os quadros referentes aos arranjos dos fundos, subfundos, séries e subséries foram elaborados pelos autores/arquivistas, como resultado do processo de organização arquivística do acervo, orientado por princípios e normas da área, no que tange à identificação, classificação e estruturação das séries e subséries documentais.

Quadro 2 - Subfundo: Funm/Fafil -
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas

Código	Série / Subsérie	Descrição
FUNM/FAFIL/R	Regimento	Regimentos internos
FUNM/FAFIL/RC	Reconhecimento de curso	Reconhecimento oficial de cursos
FUNM/FAFIL/ET	Estatuto	Estatutos
FUNM/FAFIL/A	Atas	Atas administrativas
FUNM/FAFIL/A/CD	Ata do conselho departamental	Deliberações do conselho
FUNM/FAFIL/A/AC	Ata da congregação	Reuniões da congregação
FUNM/FAFIL/A/CAC	Ata das comissões apuradoras de concursos	Processos seletivos
FUNM/FAFIL/A/RF	Ata de reunião de funcionários	Reuniões internas
FUNM/FAFIL/A/RG	Ata de reuniões gerais	Reuniões ampliadas
FUNM/FAFIL/V	Visitantes	Registros de visitantes
FUNM/FAFIL/PD	Posse da diretoria	Termos de posse
FUNM/FAFIL/VI	Visita de inspetor	Inspeções oficiais
FUNM/FAFIL/CP	Convocação e presença	Chamamentos e listas
FUNM/FAFIL/E	Eleição	Processos eleitorais
FUNM/FAFIL/CH	Comemoração e homenagem	Eventos institucionais
FUNM/FAFIL/PA	Parecer	Pareceres técnicos
FUNM/FAFIL/PO	Portaria	Atos administrativos
FUNM/FAFIL/RE	Resolução	Normativas internas
FUNM/FAFIL/ED	Edital	Editais
FUNM/FAFIL/PP	Projeto e pesquisa	Projetos acadêmicos
FUNM/FAFIL/TA	Trabalho acadêmico	Produções acadêmicas
FUNM/FAFIL/PU	Publicações	Material publicado
FUNM/FAFIL/CN	Convênio	Acordos institucionais
FUNM/FAFIL/CT	Contrato	Contratos
FUNM/FAFIL/RT	Relatório técnico	Relatórios

FORMAÇÃO DO ARQUIVO DA FUNM/UNIMONTES

FUNM/FAFIL/RF	Relatório financeiro	Documentação financeira
FUNM/FAFIL/RF/PC	Prestação de contas	Prestação financeira
FUNM/FAFIL/ES	Estágios	Documentação de estágios
FUNM/FAFIL/BE	Bolsa de estudos	Bolsas concedidas
FUNM/FAFIL/AP	Aprovação de professores	Atos de aprovação
FUNM/FAFIL/EDP	Estrutura departamental	Organização interna
FUNM/FAFIL/DA	Documentos avulsos	Documentação diversa

**Quadro 3 - Subfundo: Funm/Fadir –
Faculdade de Direito do Norte de Minas**

Código	Série / Subsérie	Descrição
FUNM/FADIR/R	Regimento	Regimento interno
FUNM/FADIR/RC	Reconhecimento de curso	Reconhecimento oficial
FUNM/FADIR/A	Atas	Atas administrativas
FUNM/FADIR/A/AC	Ata da congregação	Reuniões da congregação
FUNM/FADIR/PD	Posse da diretoria	Termos de posse
FUNM/FADIR/PC	Posse de chefia de departamento	Chefias
FUNM/FADIR/CP	Convocação e presença	Convocações
FUNM/FADIR/PA	Parecer	Pareceres
FUNM/FADIR/PO	Portaria	Portarias
FUNM/FADIR/RE	Resolução	Resoluções
FUNM/FADIR/ED	Edital	Editais
FUNM/FADIR/PP	Projeto e pesquisa	Projetos
FUNM/FADIR/PU	Publicações	Produções
FUNM/FADIR/CT	Contrato	Contratos
FUNM/FADIR/RT	Relatório técnico	Relatórios
FUNM/FADIR/RF	Relatório financeiro	Financeiro
FUNM/FADIR/RF/PC	Prestação de contas	Contas
FUNM/FADIR/AP	Aprovação de professores	Aprovações
FUNM/FADIR/DA	Documentos avulsos	Documentação diversa

**Quadro 4 - Subfundo: Funm/Famed –
Faculdade de Medicina do Norte de Minas**

Código	Série / Subsérie	Descrição
FUNM/FAMED/R	Regimento	Regimento
FUNM/FAMED/RC	Reconhecimento de curso	Reconhecimento
FUNM/FAMED/A	Atas	Atas
FUNM/FAMED/A/AC	Ata da congregação	Congregação
FUNM/FAMED/VI	Visita de inspetor	Inspeções
FUNM/FAMED/CP	Convocação e presença	Convocações
FUNM/FAMED/E	Eleição	Eleições
FUNM/FAMED/CO	Comemoração	Eventos
FUNM/FAMED/PA	Parecer	Pareceres
FUNM/FAMED/PO	Portaria	Portarias
FUNM/FAMED/RE	Resolução	Resoluções
FUNM/FAMED/PP	Projeto e pesquisa	Projetos
FUNM/FAMED/CN	Convênio	Convênios
FUNM/FAMED/CT	Contrato	Contratos
FUNM/FAMED/RT	Relatório técnico	Relatórios
FUNM/FAMED/RF	Relatório financeiro	Financeiro
FUNM/FAMED/RF/B	Balanco e balancete	Demonstrações
FUNM/FAMED/AP	Aprovação de professores	Aprovações
FUNM/FAMED/EDP	Estrutura departamental	Organização
FUNM/FAMED/DA	Documentos avulsos	Diversos

**Quadro 5 - Subfundo: Funm/Faceart –
Faculdade de Educação Artística do Norte de Minas**

Código	Série	Descrição
FUNM/FACEART/R	Regimento	Regimento
FUNM/FACEART/RC	Reconhecimento de curso	Reconhecimento
FUNM/FACEART/CH	Comemoração e homenagem	Eventos
FUNM/FACEART/PP	Projeto e pesquisa	Projetos

FUNM/FACEART/TA	Trabalho acadêmico	Produções
FUNM/FACEART/RT	Relatório técnico	Relatórios
FUNM/FACEART/EDP	Estrutura departamental	Organização
FUNM/FACEART/DA	Documentos avulsos	Diversos

**Quadro 6 - Subfundo: Funm/Fafis –
Faculdade de Educação Física do Norte de Minas**

Código	Série	Descrição
FUNM/FAFIS/RC	Reconhecimento de curso	Reconhecimento

O arranjo do Fundo Funm/Unimontes fundamenta-se nos princípios clássicos da Arquivologia, ou seja, respeito aos fundos, à proveniência e à organicidade, conforme formulados por Jenkinson (1937) e sistematizados por Schellenberg (2006), compreendidos como garantias da autenticidade, da confiabilidade e da inteligibilidade dos documentos arquivísticos. Esses princípios orientaram a estruturação do acervo segundo a organização administrativa e acadêmica da instituição, preservando os vínculos orgânicos entre os documentos e as funções que lhes deram origem, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conarq e a Nobrade, especialmente no que se refere à descrição em níveis, à contextualização institucional e à manutenção das relações hierárquicas do fundo (Conselho Nacional de arquivos, 2006). Ao mesmo tempo, o trabalho dialoga com abordagens contemporâneas da Arquivística, que reconhecem os arquivos como construções sociais e políticas, atravessadas por disputas de memória, poder e legitimidade (Cook, 1997), reafirmando o papel dos arquivos universitários como instrumentos estratégicos para a preservação da memória institucional, a garantia do direito à informação e a produção do conhecimento histórico. Assim, o arranjo aqui apresentado ultrapassa o caráter meramente técnico, afirmando-se como uma prática comprometida com a universidade pública, a transparência administrativa, a cidadania e a

democratização do acesso aos registros que documentam a trajetória histórica da Funm e da Unimontes.

2 CONDIÇÕES DE ACESSO E CONSULTA AO ACERVO

O acesso ao Fundo Funm/Unimontes é assegurado aos pesquisadores e demais interessados, observados os princípios arquivísticos, as normas institucionais e a legislação vigente. O acervo encontra-se disponível para consulta presencial na DDI, respeitando-se as condições técnicas de preservação e as restrições legais aplicáveis a determinados documentos.

Em consonância com a legislação arquivística brasileira, especialmente a Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), o acesso aos documentos arquivísticos é entendido como um direito fundamental do cidadão e um dever das instituições públicas. No entanto, tal acesso pode sofrer restrições quando envolver documentos que contenham informações de caráter pessoal, sigiloso ou sensível, bem como aqueles cujo estado de conservação demande cuidados especiais de manuseio, conforme previsto na legislação e nas normativas do Conarq.

Assim, algumas restrições aplicam-se à consulta do fundo, tais como: a impossibilidade de obtenção de cópias de determinados documentos; a necessidade de autorização do setor produtor ou da autoridade competente para o acesso a documentos específicos; e a exigência de cuidados técnicos rigorosos durante o manuseio, visando a preservação física e informacional do acervo. Tais medidas estão em conformidade com o entendimento de que o acesso deve ser compatibilizado com a função primordial dos arquivos permanentes, que é garantir a integridade, a autenticidade e a longevidade dos documentos (Bellotto, 2006; Schellenberg, 2006).

Para a realização da consulta, os consulentes deverão identificar previamente os documentos de interesse, encaminhando ao atendente da DDI as respectivas notações de arranjo. O Fundo Funm/Unimontes encontra-se identificado pela notação C.07, sendo que as letras subsequentes correspondem às séries e subséries, enquanto os números indicam a ordem numérica dos documentos dentro de cada unidade de descrição. Essa sistematização atende às orientações da Nobrade, ao possibilitar a recuperação da informação de forma contextualizada, respeitando a hierarquia do fundo e suas relações orgânicas (Conselho Nacional de Arquivos, 2006).

Ao estabelecer procedimentos claros de acesso e consulta, a DDI reafirma o papel dos arquivos universitários como espaços de mediação entre memória, informação e sociedade. Conforme destaca Cook (1997), os arquivos não são repositórios neutros, mas instituições ativas na construção da memória social, sendo o acesso um elemento central para a efetivação do direito à informação, para o fortalecimento da transparência institucional e para a consolidação da universidade pública como bem coletivo e patrimônio social.

3 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO ACERVO FUNM/UNIMONTES

Em consonância com a metodologia de arranjo apresentada na seção anterior, a identificação do acervo da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) constitui o desdobramento técnico e descritivo das opções arquivísticas adotadas ao longo do processo de organização do fundo. Enquanto o arranjo estabelece a estrutura intelectual do acervo, definindo fundo, séries e subséries a partir das funções e atividades institucionais, a identificação sistematiza essas escolhas por meio de elementos normalizados de descrição, tornando o conjunto documental inteligível, recuperável e acessível aos consulentes (Bellotto, 2006; Schellenberg, 2006).

A identificação do acervo fundamenta-se, assim, na aplicação da notação de arranjo, instrumento que traduz, em linguagem codificada, a estrutura hierárquica definida metodologicamente. Conforme orienta a Nobrade, a notação constitui elemento essencial da descrição, pois assegura a vinculação entre os documentos, suas séries e o fundo ao qual pertencem, preservando o princípio da proveniência e favorecendo o controle físico e intelectual da documentação (Conselho Nacional de Arquivos, 2006). Nesse inventário, a notação permite ao pesquisador compreender o lugar do documento no conjunto orgânico do fundo Funm/Unimontes, bem como localizar as unidades documentais com precisão.

As datas-limite do acervo refletem igualmente as decisões metodológicas tomadas no arranjo. O recorte cronológico principal, constituído de 1962 a 1989, corresponde ao período de existência da Funm enquanto fundação mantenedora do ensino superior regional. Entretanto, em função da natureza dos processos administrativos e acadêmicos, foram identificados dossiês cujas tramitações se estendem até o ano 2000, especialmente aqueles relacionados à regularização institucional, reconhecimento de cursos e efeitos administrativos decorrentes da transformação da Funm em Unimontes. A incorporação desses documentos observa o entendimento arquivístico de que as datas-limite devem respeitar o ciclo de vida documental e a continuidade funcional das atividades institucionais, não se restringindo rigidamente a marcos formais de natureza jurídica ou administrativa (Bellotto, 2006; Schellenberg, 2006).

A dimensão física do acervo, estimada em aproximadamente 18 metros lineares, constitui outro elemento indissociável da metodologia adotada. A mensuração do volume documental decorre diretamente do processo de arranjo e acondicionamento, permitindo avaliar a extensão material do fundo, planejar ações de preservação e subsidiar políticas de acesso e difusão. Conforme destacam os manuais de Arquivística, a indicação da dimensão não é apenas informativa, mas integra o controle

técnico do acervo, sendo indispensável à gestão de arquivos permanentes, especialmente em instituições públicas (Paes, 2004).

Dessa forma, a identificação do acervo da Funm/Unimontes expressa, de maneira concreta, as escolhas metodológicas do arranjo, evidenciando a relação indissociável entre teoria, método e prática arquivística. Ao articular notação, datas-limite e dimensão, o inventário reafirma o compromisso com a descrição normalizada, a preservação da memória institucional e o direito de acesso à informação, pilares fundamentais dos arquivos universitários no contexto da universidade pública.

Embora o conjunto documental da Funm/Unimontes apresente uma extensão potencial superior àquela descrita no inventário, em decorrência do surgimento contínuo de novos documentos ao longo do processo de execução do projeto, a organização, o arranjo e a descrição arquivística contemplaram, nesta etapa, aproximadamente 18 metros lineares de documentação efetivamente tratada. A identificação de outros conjuntos documentais durante o desenvolvimento dos trabalhos, situação recorrente em projetos de organização de massas documentais acumuladas, demandou reavaliações metodológicas e incorporação progressiva de materiais ao fundo, sem, contudo, comprometer a coerência técnica, a integridade do arranjo ou os objetivos propostos. Ao contrário, esse processo evidenciou a dinamicidade do acervo e a necessidade de continuidade das ações arquivísticas, já viabilizadas a partir da estruturação inicial do fundo, garantindo bases sólidas para a ampliação futura do tratamento documental, da descrição e do acesso público ao patrimônio arquivístico institucional.

4 NOTA METODOLÓGICA SOBRE A MENSURAÇÃO DO ACERVO

A mensuração do acervo arquivístico da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm/Unimontes) foi realizada em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela

Nobrade, aprovada pelo Conarq, bem como com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), adotada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

De acordo com a Nobrade, a dimensão constitui um dos elementos essenciais da descrição arquivística, devendo expressar a extensão física ou lógica dos documentos descritos, com a indicação do suporte e da unidade de medida adotada, sendo o metro linear a forma recomendada para acervos arquivísticos textuais (Conselho Nacional de Arquivos, 2006). A Isad(G), por sua vez, orienta que a mensuração seja precisa, objetiva e compatível com o nível de descrição adotado, de modo a permitir a compreensão da amplitude do fundo ou da parte descrita (Conselho Internacional de Arquivos, 2000).

Nesse sentido, a mensuração apresentada neste inventário refere-se exclusivamente à documentação efetivamente organizada, classificada e descrita no âmbito do projeto “Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional”. Foram considerados apenas os documentos acondicionados de forma adequada, dispostos em estantes e prateleiras, respeitando os critérios de arranjo definidos para o fundo.

O acervo tratado nesta etapa corresponde a aproximadamente 18 metros lineares de documentação, equivalentes a 18 prateleiras com 1 metro linear cada. Ressalta-se que o fundo Funm/Unimontes apresenta uma extensão potencial superior, uma vez que, ao longo do processo de organização, foram identificados novos conjuntos documentais anteriormente dispersos ou armazenados de forma inadequada. Tal situação é recorrente em processos de tratamento de massas documentais acumuladas e exige, conforme reconhecem as normas arquivísticas, flexibilidade metodológica e planejamento contínuo, sem prejuízo da coerência técnica do trabalho realizado.

A opção por registrar, neste inventário, apenas a dimensão da documentação efetivamente organizada garante transparência metodológica, precisão descritiva e aderência às normas

arquivísticas vigentes. Ao mesmo tempo, evidencia o caráter dinâmico do fundo e a necessidade de continuidade das ações de organização, descrição e preservação, assegurando bases sólidas para futuras etapas de ampliação do acesso, em consonância com o direito à informação, a preservação da memória institucional e o papel social da universidade pública.

5 TÍTULO DO FUNDO

Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – Funm/Unimontes

5.1 Notação de Arranjo

C.07

5.2 Datas-Limite

1962-1989/2000

5.3 Dimensão

18 metros lineares

Os elementos de identificação do Fundo foram definidos em conformidade com a Nobrade e a Isad(G), contemplando título, código de referência, datas-limite e dimensão. O título do Fundo reúne a denominação original da instituição produtora, Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), e sua posterior vinculação à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), refletindo o processo histórico-institucional de constituição da universidade. As datas-limite abrangem o período de 1962 a 2000, considerando a documentação produzida desde a criação da Funm até a incorporação de dossiês com tramitação posterior, sem descaracterizar o núcleo histórico do Fundo. A dimensão informada corresponde exclusivamente à documentação organizada e descrita no âmbito deste projeto,

totalizando 18 metros lineares, permanecendo o Fundo aberto a futuras incorporações e etapas de tratamento arquivístico.

5.4 Título das subdivisões (séries)

Quadro 7 – Subdivisões, contemplando as séries documentais.

Sigla	Título da série
DG	Direção geral
Fafil	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas
Fadir	Faculdade de Direito do Norte de Minas
Famed	Faculdade de Medicina do Norte de Minas
Fadec	Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas
Faceart	Faculdade de Educação Artística do Norte de Minas
Fafis	Faculdade de Educação Física do Norte de Minas

As subdivisões do Fundo correspondem às séries arquivísticas definidas a partir da estrutura administrativa e acadêmica da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, respeitando o princípio da proveniência e a organicidade da documentação. As siglas adotadas refletem as unidades produtoras e orientam a identificação, a classificação e a recuperação da informação no âmbito do arranjo do Fundo.

5.5 Estrutura hierárquica do Fundo: corpo do inventário

O corpo do inventário apresenta a estrutura hierárquica do Fundo Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – Funm/Unimontes, organizada em níveis de descrição que contemplam o Fundo, as séries e as subséries documentais, conforme orientações da Nobrade e da Isad(G). A definição das séries decorre da identificação das unidades produtoras, enquanto as subséries refletem as funções, atividades e tipologias documentais recorrentes no âmbito

administrativo e acadêmico da instituição, respeitando os princípios da proveniência e da organicidade.

Quadro 8 – Níveis de descrição: fundo, subfundos, séries e subséries

Nível de descrição	Denominação	Observações
Fundo	Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – Funm	Documentação produzida e acumulada no exercício das atividades administrativas, acadêmicas e pedagógicas
Séries	Direção geral (DG)	Unidade administrativa central
	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas (Fafil)	Unidade acadêmica
	Faculdade de Direito do Norte de Minas (Fadir)	Unidade acadêmica
	Faculdade de Medicina do Norte de Minas (Famed)	Unidade acadêmica
	Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas (Fadec)	Unidade acadêmica
	Faculdade de Educação Artística do Norte de Minas (Faceart)	Unidade acadêmica
	Faculdade de Educação Física do Norte de Minas (Fafis)	Unidade acadêmica
Subséries	Regimento	
	Reconhecimento de curso	
	Estatuto	
	Ata	Inclui atas do conselho departamental, congregação, comissões, reuniões gerais e de funcionários
	Visitante	
	Posse da diretoria	
	Posse de chefia de departamento	
	Posse de coordenação didática	

Subséries	Visita de inspetor	
	Convocação e presença	
	Eleições	
	Comemoração e Homenagem	
	Parecer	
	Portaria	
	Resolução	
	Edital	
	Projeto e pesquisa	
	trabalho acadêmico	
	Publicações	
	Convênio	
	Contrato	
	Relatório técnico	
	Relatório financeiro	Inclui prestação de contas, balanços e balancetes
	Estágio	
	Bolsa de estudos	
	Aprovação de professores	
	Estrutura departamental	
	Decreto	
	Documentos avulsos	

Nota: As séries documentais do Fundo apresentam, de modo geral, as mesmas subséries, com exceção da série Direção geral (DG), cuja composição reflete especificidades administrativas próprias. Ressalta-se que a relação de subséries não é exaustiva, podendo ser ampliada conforme a identificação de novas tipologias documentais decorrentes da incorporação de outros conjuntos documentais ao fundo, sem prejuízo da estrutura de arranjo adotada.

5.6 Restrições ao acervo

Não há restrições gerais de acesso ao acervo da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. Contudo, em consonância com a legislação arquivística e as normas de preservação documental, não é permitida a reprodução por meio de fotocópias, visando à

integridade física dos documentos. Determinados conjuntos documentais poderão exigir autorização prévia do órgão produtor e/ou receptor para consulta, especialmente quando envolverem informações de caráter administrativo, funcional ou pessoal.

Tais restrições fundamentam-se no equilíbrio entre o direito de acesso à informação e o dever institucional de preservação e proteção documental, conforme estabelecido pela Lei nº 8.159/1991 (Lei de Arquivos), Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e diretrizes do Conarq. Do ponto de vista arquivístico, essas medidas também atendem às recomendações da Nobrade, que prevê a exploração de condições de acesso e uso como elemento essencial da descrição arquivística.

O acesso ao acervo deverá ocorrer, portanto, de forma mediada e orientada pela equipe técnica responsável, assegurando tanto a preservação do patrimônio documental quanto o uso público e responsável da informação arquivística.

5.7 Descrição do nível abordado

O inventário adota um nível de descrição predominantemente sumário, contemplando espécies documentais e assuntos diversos produzidos e acumulados pela Funm no exercício de suas funções administrativas, acadêmicas e pedagógicas. Entre as principais tipologias documentais identificadas destacam-se atas, correspondências recebidas e expedidas, portarias, resoluções, convites, relatórios, bem como documentos relacionados ao reconhecimento de cursos, processos administrativos e escolares, aprovação de docentes, entre outros.

A opção por uma descrição em nível de fundo, séries e sub-séries está em conformidade com o princípio da descrição multinível, conforme preconizado pela Isad(G) e incorporado pela Nobrade. Tal escolha se justifica pela natureza do inventário como instrumento inicial de pesquisa, voltado a identificação, localização

e contextualização do acervo, sem prejuízo de descrições mais analíticas em etapas futuras.

Conforme destaca Schellenberg (2006), a descrição arquivística deve atender às necessidades de acesso sem comprometer a organicidade do Fundo; enquanto Cook (1997) enfatiza que instrumentos, como inventários, desempenham papel estratégico na mediação entre o arquivo e a sociedade. Assim, o inventário cumpre sua função de tornar inteligível um conjunto documental complexo, respeitando seus vínculos funcionais e sua historicidade institucional.

5.8 Nota final de Responsabilidade Técnica Arquivística

O inventário arquivístico do Fundo Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – Funm/Unimontes resulta de um processo técnico, coletivo e institucional de organização, descrição e disponibilização de documentação arquivística, conduzido pela DDI da Unimontes, em conformidade com os princípios e as normas da Arquivística.

As atividades desenvolvidas observaram, de modo sistemático, os princípios da proveniência, da organicidade, da invisibilidade dos fundos e do respeito à ordem original, conforme formulados pela teoria arquivística clássica e reafirmados pelas normativas contemporâneas de descrição arquivística, em especial a Nobrade e a Isad(G). O inventário constitui, assim, um instrumento de pesquisa que reflete as condições históricas de produção, acumulação, guarda e recuperação da documentação institucional da Funm, posteriormente Unimontes.

Reconhece-se que o trabalho de tratamento arquivístico foi realizado a partir de uma massa documental acumulada, marcada por deslocamentos sucessivos, ausência histórica de políticas institucionais de gestão documental e condições inadequadas de guarda

ao longo do tempo. Ainda assim, as decisões técnicas adotadas buscaram garantir coerência metodológica, transparência descritiva e responsabilidade institucional, assegurando o acesso qualificado à informação, a preservação da memória universitária e a salvaguarda de direitos administrativos, acadêmicos e sociais.

Cabe ressaltar que o inventário não se apresenta como um instrumento definitivo ou fechado. Ao contrário, assume caráter aberto e dinâmico, passível de atualização, revisão e aprofundamento, à medida que novos documentos venham a ser identificados, incorporados e tratados, ou que políticas institucionais de gestão documental sejam ampliadas e consolidadas no âmbito da universidade.

Nesse sentido, o inventário cumpre uma dupla função: por um lado, organiza e torna acessível um conjunto documental fundamental para a história da Funm/Unimontes; por outro, estabelece as bases técnicas e conceituais que sustentam a segunda parte da obra, dedicada à análise histórica das gestões da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior e da Universidade Estadual de Montes Claros, no período compreendido entre 1962 e 1989. As informações sistematizadas no presente instrumento de pesquisa constituem, portanto, o suporte documental que viabiliza a interpretação crítica das políticas institucionais, das práticas administrativas e dos projetos educacionais que marcaram a trajetória da universidade nesse recorte temporal.

Ao assumir a responsabilidade técnica por este trabalho, a DDI reafirma o compromisso da universidade pública com a preservação da memória, o direito à informação, a transparência institucional e a produção do conhecimento histórico, compreendendo o arquivo não apenas como repositório de documentos, mas como espaço de construção de sentidos, de cidadania e de defesa da história social da educação superior no Norte de Minas Gerais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Inventário Arquivístico do Acervo da Funm/Unimontes (1962–1989), apresentado nesta primeira parte, constitui um instrumento fundamental para o acesso, a identificação e o controle intelectual da documentação produzida pela instituição em seu processo de formação e consolidação.

Sua elaboração, ainda que de caráter sumário, representa um avanço significativo diante das condições históricas de produção, acumulação e guarda do acervo, permitindo não apenas a localização das informações, mas também a compreensão da estrutura organizacional e das funções desempenhadas pela Funm ao longo do período. Nesse sentido, o inventário reafirma o papel dos instrumentos de pesquisa como mediadores entre o arquivo e seus diferentes públicos, viabilizando usos administrativos, acadêmicos e científicos.

Ao ser construído em conformidade com princípios e normas arquivísticas, especialmente no que se refere à proveniência, à organicidade e à descrição em níveis, este instrumento busca assegurar coerência técnica, transparência metodológica e confiabilidade na recuperação das informações. Ao mesmo tempo, reconhece-se que o tratamento de massas documentais acumuladas é um processo contínuo, sujeito a revisões, complementações e aprimoramentos futuros.

Assim, o inventário apresentado nesse texto não se encerra em si mesmo, mas se configura como uma etapa estruturante no processo mais amplo de organização, preservação e difusão do acervo da Funm/Unimontes. Ao tornar visível e acessível esse conjunto documental, reafirma-se o compromisso institucional com a gestão documental, a pesquisa e o direito à informação e à memória, fundamentos essenciais para a universidade pública e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal (Lei de Acesso à Informação). *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 nov. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Diretrizes para a gestão de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Isad(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, Ottawa, n. 43, p. 17-63, 1997.

JARDIM, José Maria. *A invenção da memória nos arquivos públicos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. Oxford: Clarendon Press, 1937.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Estatuto da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior*. Montes Claros, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e os(s) lugar(es) da(s) memória(s)*

em Montes Claros, MG – 1980 a 2012. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia 2013.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVEIRA, Fabrício José Nunes da; RIBEIRO, Fernanda. Arquivos, memória e poder: reflexões teóricas e práticas. *Revista Brasileira de Arquivologia*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 45-63, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Conselho Universitário. *Resolução nº 027/2022-CONSU, de 19 de outubro de 2022*. Aprova o novo Estatuto da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Montes Claros: Unimontes, 2022. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao/resolucao-no-027-aprova-o-novo-estatuto-da-universidade-estadual-de-montes-claros-unimontes/>. Acesso em: 29 mar. 2026.

PARTE 02

MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO: O TRABALHO ARQUIVÍSTICO NA FORMAÇÃO DO FUNDO FUNM/UNIMONTES

Filomena Luciene Cordeiro Reis

NOTA DE ABERTURA

O inventário é resultado do trabalho desenvolvido no âmbito da Diretoria de Documentação e Informações (DDI) da Universidade Estadual de Montes Claros, com o objetivo de organizar, descrever e disponibilizar a documentação produzida e acumulada pela Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) ao longo de sua trajetória institucional.

A realização deste trabalho contou com a participação de professores, servidores, estagiários e bolsistas de iniciação científica de diferentes áreas do conhecimento, cuja atuação conjunta possibilitou o desenvolvimento das atividades técnicas de resgate, higienização, organização, descrição e acondicionamento documental, em consonância com os princípios e as normas arquivísticas vigentes.

O projeto foi viabilizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), além da colaboração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão de bolsas, e do suporte institucional da Universidade Estadual de Montes Claros.

Ao tornar público o inventário, a DDI reafirma o compromisso com a preservação da memória institucional, com a gestão responsável da informação e com o acesso aos documentos de caráter histórico, administrativo e permanente, contribuindo para a pesquisa, a transparência institucional e o fortalecimento das práticas arquivísticas no âmbito da universidade pública.

Carla Cristina Barbosa . César Henrique de Queiroz Porto . Filomena Luciene Cordeiro Reis
João Olímpio Soares dos Reis . Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia
Ana Luiza do Carmo Nunes . Maria Fernanda Benfica Santos . Saulo Librelon Pinheiro Lopes
Bianca Geovanna Santiago da Silva . Larissa Barreto Gomes Léo
Maria Isabel Ribeiro Ramos . Luís Gustavo Souza Fróes . Alane Silva de Abreu
Evellyn Victória Maia Simões . Ana Beatriz Galindo de Souza
Ana Livia Ferreira Queiroz . Guilherme Borges Silva
Ugo da Hora Araújo . Roberth Pereira da Silva
Diretoria de Documentação e Informações – DDI
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

1 MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO: O TRABALHO ARQUIVÍSTICO NA FORMAÇÃO DO FUNDO FUNM/UNIMONTES

A formação do Fundo Arquivístico da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), posteriormente Unimontes, representa mais do que a simples organização de documentos, pois constitui um processo histórico de resgate, preservação e visibilização da memória institucional. A execução do projeto financiado pela Fapemig intitulado *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional* permitiu transformar acervos dispersos, armazenados

em condições inadequadas e submetidos a múltiplos riscos físicos e administrativos, em um conjunto documental inteligível, acessível e socialmente relevante.

A trajetória de recuperação documental da Funm/Unimontes evidencia o caráter coletivo e interdisciplinar desse trabalho. Estudantes de diferentes cursos, entre eles, História, Serviço Social, Letras/Português, Administração, Ciências Sociais, Pedagogia e Engenharia de Sistemas, atuaram como bolsistas de iniciação científica da Fapemig, CNPq e Unimontes, acompanhados de estagiários e servidores da DDI. A articulação dessas diferentes competências foi essencial para enfrentar os desafios impostos pela dispersão e deterioração da documentação, consolidando um esforço conjunto em prol da preservação da memória e da história da educação superior na região Norte de Minas Gerais. Esse processo não se limita à recuperação física dos documentos. Ele reflete o compromisso da universidade pública com a memória institucional, a garantia de direitos acadêmicos e administrativos e a promoção do acesso à informação, em consonância com princípios arquivísticos contemporâneos, como os preconizados pela Nobrade e Conarq.

Ao documentar o percurso do projeto e ao apresentar o acervo organizado, esta Parte II tem o propósito de tornar visível o trabalho técnico, social e político que constitui a base do arquivo da Funm/Unimontes, proporcionando ao leitor compreensão aprofundada dos desafios enfrentados e das soluções adotadas.

O presente capítulo funciona, portanto, como introdução à narrativa visual e documental que se segue, na qual os procedimentos de arranjo, higienização, classificação e preservação são apresentados por meio de imagens ilustrativas acompanhadas de legendas técnicas e interpretativas. A finalidade é permitir que o leitor compreenda, de forma integrada, a complexidade do trabalho arquivístico e a relevância desse processo como instrumento de pesquisa, cidadania e memória institucional.

2 O RESGATE DA MASSA DOCUMENTAL ACUMULADA³

O ponto de partida para a constituição do Fundo Funm/Unimontes foi o enfrentamento de uma realidade marcada pela precariedade material e dispersão documental. Ao longo de décadas, documentos produzidos no exercício das funções administrativas, acadêmicas e pedagógicas da Funm foram sendo deslocados de seus locais de origem, acompanhando o crescimento institucional e a constante reconfiguração dos espaços físicos da universidade. Esse processo ocorreu, contudo, sem a implementação de políticas sistemáticas de gestão documental, resultando na acumulação desordenada e na perda das condições adequadas de guarda.

Parte significativa dessa documentação encontrava-se armazenada em áreas impróprias sob a rampa do Centro de Ciências Humanas (CCH), espaço utilizado para depósito de materiais diversos e entulhos, posteriormente adaptado para sediar o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, atualmente, o Núcleo de Sociedade Inclusiva (Nusi). A permanência prolongada dos documentos nesses ambientes expôs o acervo a riscos físicos e ambientais, como umidade, poeira, insetos e manuseio inadequado, comprometendo a integridade material e informacional. Essas condições evidenciam os efeitos da ausência de políticas arquivísticas institucionais contínuas, realidade recorrente em arquivos universitários brasileiros, nos quais a documentação tende a ser percebida apenas como resíduo

3 Nota institucional: As imagens apresentadas nesta Parte II integram o registro técnico e científico das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional*, financiado por agência pública de fomento, Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig). Sua utilização tem finalidade exclusivamente histórica, arquivística, pedagógica e acadêmica, visando à compreensão das condições materiais que antecederam a implementação de práticas sistemáticas de gestão documental na instituição. As fotografias não se destinam à atribuição de responsabilidades individuais ou administrativas, mas à contextualização do processo de resgate, organização e preservação do acervo, evidenciando os desafios enfrentados e os avanços alcançados no fortalecimento da política de memória institucional da Unimontes.

administrativo e não como patrimônio institucional. Como aponta Jenkinson (1937), a fragilidade da custódia compromete não apenas a preservação física dos documentos, mas também sua confiabilidade como testemunho das atividades que lhes deram origem. A ruptura da ordem original e da relação orgânica entre os documentos reflete, nesse sentido, uma fragilização da própria memória institucional.

O resgate dessa massa documental tornou-se possível a partir da execução do projeto *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional*, financiado pela Fapemig. A intervenção inicial concentrou-se na identificação dos conjuntos documentais, na retirada dos documentos de ambientes inadequados e na criação de condições mínimas para sua salvaguarda, configurando uma etapa decisiva para interromper o processo de deterioração em curso. Durante esse trabalho, foi possível constatar que o estado do acervo não era resultado de abandono deliberado, mas de práticas administrativas historicamente marcadas pela descontinuidade e inexistência de uma cultura institucional voltada à gestão documental. Tal constatação reforça a compreensão de que os arquivos não são entidades naturais, mas construções históricas, moldadas por decisões políticas, administrativas e institucionais ao longo do tempo (Cook, 1997).

O resgate da documentação implicou, portanto, mais do que um deslocamento físico de documentos, significando um gesto de reconhecimento de seu valor histórico, administrativo e probatório. Ao retirar os documentos de espaços inóspitos e reinseri-los em um processo técnico de organização, abriu-se a possibilidade de reconstrução das trajetórias institucionais da Funm/Unimontes e de reativação de sua memória arquivística. Como observa Schellenberg (2006), a preservação dos arquivos

permanentes é condição fundamental tanto para a pesquisa histórica como para a garantia de direitos e a transparência administrativa. Nesse sentido, o resgate da massa documental acumulada constituiu o primeiro movimento de uma operação mais ampla de transformação: da dispersão à inteligibilidade, da precariedade à preservação. Reafirmando o papel do arquivo como elemento estruturante da memória institucional e da própria história da universidade.

Figuras 1 e 2 – Registros do resgate da massa documental



Legenda: Documentos da Funm/Unimontes armazenados em espaço improvisado sob a rampa do Centro de Ciências Humanas (CCH), antes do início do processo de resgate e organização arquivística (1998).

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

Os documentos encontravam-se acondicionados diretamente no chão, sem identificação, proteção física ou critérios de ordenação; expostos à poeira, umidade e manuseio inadequado. A permanência prolongada nesse ambiente contribuiu para a perda da ordem original e o comprometimento da integridade material do acervo, evidenciando os efeitos da ausência de políticas institucionais de gestão documental.

Figuras 3 e 4 – Documentação da Funm/Unimontes em condições precárias de guarda



Legenda: Documentação da Funm/Unimontes armazenada em sótão do prédio da Biblioteca Universitária, em condições precárias de guarda, antes do início do processo sistemático de organização arquivística (2013).

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

A documentação encontrava-se acondicionada de forma inadequada, em sacos plásticos e diretamente no chão, sem identificação, proteção física ou critérios de ordenação; exposta à umidade, poeira e danos decorrentes de infiltração e transbordamento de caixa d'água. Em um dos episódios registrados, os documentos foram retirados emergencialmente do espaço superior e depositados no pavimento inferior, intensificando a desorganização do conjunto documental. Essas imagens integram o registro técnico do processo de resgate arquivístico e evidenciam os impactos da ausência histórica de políticas institucionais sistemáticas de gestão documental, situação posteriormente enfrentada por meio de ações planejadas de preservação e organização.

2.1 Registros da documentação da Funm/Unimontes em diferentes setores institucionais

A recorrência dessas condições em diferentes setores evidencia que o problema da guarda documental não era pontual, mas estrutural, exigindo respostas institucionais integradas e de longo prazo.

Figuras 5 a 8 – Documentação da Funm/Unimontes em diferentes setores institucionais



Legenda: Documentação da Funm/Unimontes em diferentes setores institucionais, antes da implementação de práticas sistemáticas de gestão arquivística (2023 a 2025).

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

As imagens registram a situação de guarda da documentação administrativa e acadêmica em distintos setores da Unimontes, caracterizada pelo acúmulo progressivo de documentos ao longo do tempo, sem critérios uniformes de acondicionamento, classificação ou destinação arquivística. Observa-se a presença de documentos dispostos do chão ao teto, amontoados, misturados a mobiliário desativado e acondicionados de forma inadequada, sem o uso de caixas-arquivo apropriadas ou instrumentos de controle. Essas condições refletem problemas estruturais historicamente compartilhados por diferentes unidades da instituição, decorrentes da ausência de uma política institucional integrada de gestão documental, e não situações isoladas ou atribuíveis a setores específicos. As fotografias integram o registro técnico do projeto de organização do Fundo Funm/Unimontes e fundamentam a necessidade das ações de resgate, organização, preservação e descrição arquivística desenvolvidas pela DDI, em consonância com as diretrizes do Conarq e da Nobrade.

Figura 9 – Registro do resgate emergencial e salvaguarda da documentação pela equipe da DDI



Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

Servidores, estagiários e bolsistas de iniciação científica vinculados à DDI promoveram ações de resgate emergencial da documentação da Funm/Unimontes.. Diante das condições precárias de armazenamento encontradas, os documentos foram temporariamente acondicionados em sacos plásticos como medida preventiva, com o objetivo de protegê-los contra poeira, umidade e novos danos físicos, possibilitando sua posterior higienização, classificação e acondicionamento definitivo conforme as normas arquivísticas. O volume expressivo de documentos embalados evidencia tanto a dimensão do acervo acumulado quanto o esforço coletivo empreendido pela equipe para garantir a preservação da memória institucional.

As ações foram viabilizadas pelo financiamento da Fapemig, cujo apoio permitiu a mobilização de recursos humanos, a formação de estudantes e a execução de procedimentos técnicos essenciais à salvaguarda documental. As imagens destacam o caráter formativo, técnico e colaborativo do trabalho arquivístico, reafirmando o papel da DDI como instância estratégica na preservação do patrimônio documental da Unimontes e na consolidação de políticas públicas de memória,

acesso à informação e transparência institucional. O contraste entre as imagens do acervo em situação de abandono e aquelas que registram o trabalho de resgate evidencia a centralidade da ação humana, coletiva e institucional na preservação dos arquivos. O arquivo, longe de ser um dado natural, é uma construção histórica que depende de políticas públicas, financiamento, formação e trabalho continuado.

2.2 Formação técnica e histórica da equipe do projeto

A formação da equipe constituiu, portanto, um eixo estruturante do projeto, assegurando que as práticas de resgate, organização e descrição documental fossem realizadas com base em fundamentos técnicos, históricos e éticos, compatíveis com a complexidade do acervo e com a responsabilidade institucional da Unimontes.

Figuras 10 a 12 – Formações técnica, histórica e validação institucional da equipe do projeto



Legenda: Formação da equipe com cursos apresentando teor prático como higienização e organização de documentos e teórico para domínio do conteúdo e aplicação na execução das atividades de pesquisa.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

As imagens registram atividades formativas realizadas no âmbito do projeto *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional*, envolvendo servidores, estagiários e bolsistas de iniciação científica, vinculados à DDI. As ações incluíram cursos, oficinas e encontros voltados à Arquivologia, higienização e conservação preventiva de documentos, ética no trabalho arquivístico e fundamentos da gestão documental.

Paralelamente à formação técnica, a equipe participou de atividades de aprofundamento histórico, com estudos sobre o período de 1962 a 1989, correspondente à constituição e consolidação da Funm e à criação da Unimontes, bem como da realização de entrevistas com gestores e agentes institucionais que atuaram nos primeiros anos da universidade. Essas entrevistas contribuíram para a compreensão do funcionamento administrativo, da estrutura organizacional e das práticas institucionais da época, ampliando a leitura contextual dos documentos arquivísticos.

No âmbito do fortalecimento metodológico do projeto, destaca-se a visita técnica realizada, em agosto de 2025, pelo diretor do Arquivo Público Mineiro (APM), Denis Soares Silva, que conheceu as instalações da DDI, acompanhou as etapas de organização do acervo e dialogou com a equipe responsável. Na ocasião, foram apresentadas orientações técnicas relativas aos procedimentos de arranjo, descrição, acondicionamento e preservação preventiva, em consonância com a Conarq, a Nobrade e as normas internacionais de descrição arquivística. As orientações do Arquivo Público Mineiro reafirmaram a adequação metodológica do trabalho desenvolvido, ao mesmo tempo em que contribuíram para o aperfeiçoamento das práticas adotadas, reforçando o compromisso institucional da Unimontes com a preservação da memória, a gestão responsável de seus

documentos e a observância dos marcos normativos da arquivística contemporânea.

O conjunto das imagens evidencia que o trabalho de organização do acervo foi indissociável de um processo formativo contínuo, articulando teoria e prática, técnica arquivística e interpretação histórica. Tal abordagem reforça o caráter pedagógico, científico e institucional do projeto, ao mesmo tempo em que qualifica as decisões de arranjo, descrição e produção do inventário, assegurando rigor metodológico e responsabilidade na preservação da memória universitária.

2.3 A higienização dos documentos: entre a urgência da preservação e o cuidado técnico

As imagens a seguir registram diferentes etapas da higienização mecânica dos documentos, realizada com o uso de luvas, pincéis, mesas apropriadas e materiais de apoio, visando a remoção de poeira, resíduos sólidos e agentes deteriorantes acumulados ao longo de décadas de guarda inadequada. A higienização constituiu uma etapa fundamental para a preservação material do acervo, possibilitando o manuseio seguro, o acondicionamento adequado e o prosseguimento das atividades de arranjo e descrição arquivística. O trabalho foi desenvolvido de forma coletiva por servidores, estagiários e bolsistas de iniciação científica vinculados à DDI, em conformidade com orientações técnicas arquivísticas e princípios de preservação preventiva.

Figuras 13 a 16 – Higienização da documentação da Funm/Unimontes



Legenda: Processo de higienização da documentação da FUNM/Unimontes durante a execução do projeto de organização arquivística.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

A etapa de higienização documental constituiu uma das ações mais urgentes e sensíveis do processo de organização do acervo da Funm/Unimontes. Considerando que grande parte da documentação foi encontrada em ambientes inóspitos, exposta à poeira, umidade, resíduos orgânicos, fungos, lama e insetos; a higienização revelou-se condição indispensável para a preservação material dos documentos e a continuidade das etapas posteriores de arranjo, classificação e descrição arquivística. De acordo com Bellotto (2006) e Cassares (2000), a higienização é um procedimento técnico fundamental no tratamento de acervos arquivísticos, pois visa à remoção de agentes nocivos que aceleram os processos de deterioração do papel e comprometem tanto a integridade física quanto a legibilidade dos documentos. Trata-se de uma intervenção mínima e preventiva, que não altera o conteúdo documental, mas assegura condições adequadas de conservação e manuseio.

No caso do acervo da Funm/Unimontes, a demanda por higienização mostrou-se excepcionalmente elevada em razão das condições precárias de guarda às quais os documentos estiveram submetidos ao longo de décadas. Muitos conjuntos documentais foram localizados diretamente sobre o chão, acondicionados em sacos plásticos inadequados, misturados a mobiliário inservível e resíduos diversos, além de terem sofrido danos decorrentes de infiltrações e vazamentos de água. Essas circunstâncias impuseram à equipe do projeto um trabalho sistemático e contínuo de limpeza mecânica, realizado com instrumentos apropriados e seguindo orientações técnicas específicas. A higienização foi conduzida de forma criteriosa, respeitando os limites da intervenção arquivística e as recomendações de preservação preventiva, conforme diretrizes do Conarq e do Arquivo Público Mineiro. Esse cuidado foi essencial para evitar danos adicionais aos documentos e garantir a segurança da equipe envolvida, considerando a presença de poeira acumulada, fungos e outros agentes potencialmente nocivos à saúde.

Mais do que uma etapa técnica, a higienização assumiu um caráter formativo e coletivo. Estudantes, bolsistas, estagiários e servidores da DDI participaram ativamente desse processo, aplicando na prática os conhecimentos adquiridos nas formações oferecidas ao longo do projeto. Esse trabalho evidenciou que a preservação documental exige não apenas técnica, mas também tempo, esforço físico e sensibilidade histórica, sobretudo quando se trata de acervos institucionais marcados pelo abandono e ausência de políticas públicas de gestão documental. Assim, a higienização dos documentos da Funm/Unimontes constituiu um gesto inaugural de cuidado com a memória institucional. Ao remover a sujeira acumulada pelo tempo e condições adversas de guarda, a equipe do projeto não apenas preservou suportes materiais, mas também reafirmou o compromisso da universidade pública com o direito à informação, a valorização de sua história e a responsabilidade social inerente à custódia de seus arquivos.

2.4 A organização da documentação: da materialidade ao trabalho intelectual arquivístico

As imagens a seguir registram o trabalho intelectual e técnico de triagem, classificação e organização da documentação segundo a estrutura de arranjo definida para o Fundo Funm/Unimontes. Observam-se atividades de separação por setores produtores, identificação de séries documentais, ordenação preliminar e preparação dos documentos para acondicionamento definitivo. Essa etapa evidenciou a complexidade do acervo e o elevado volume documental recuperado, tornando inviável a organização integral de toda a massa documental em um único momento. Ainda assim, o trabalho realizado estabeleceu critérios metodológicos sólidos e um percurso técnico definido, assegurando a continuidade futura da organização do acervo em conformidade com os princípios da proveniência, da organicidade e da descrição arquivística em níveis.

Figuras 17 e 18 – Etapa de organização e arranjo da documentação



Legenda: Etapa de organização arquivística da documentação da Funm/Unimontes após os procedimentos de resgate, higienização e acondicionamento inicial.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

Concluídas as etapas iniciais de resgate físico, higienização e acondicionamento preliminar da documentação, o trabalho com o acervo da Funm/Unimontes avançou para uma fase essencialmente intelectual: a organização arquivística propriamente dita. Essa etapa exigiu a interpretação histórica e funcional dos documentos, a compreensão das estruturas administrativas da instituição e a aplicação rigorosa dos princípios teóricos da Arquivística, evidenciando que o arquivo não se constitui apenas por ações técnicas manuais, mas por decisões intelectuais fundamentadas (Bellotto, 2006; Schellenberg, 2006).

A organização do acervo implicou, inicialmente, a elaboração da estrutura de arranjo, apresentada na Parte I deste livro, construída a partir do reconhecimento das funções e das atividades desempenhadas pela Funm ao longo de sua trajetória institucional. Tal estrutura respeitou o princípio da proveniência e da organicidade, compondo os documentos segundo os setores produtores e respectivas competências, conforme orientam a Nobrade (Conarq, 2006) e a Isad(G) (ICA, 2000). Nesse processo, procedeu-se à triagem da documentação recuperada, distinguindo-se conjuntos documentais de acordo com sua vinculação administrativa, temporalidade e tipologia. A organização por setores permitiu evidenciar as principais séries documentais da Funm, destacando-se a Direção geral; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil); a Faculdade de Administração e Finanças (Fadec); a Faculdade de Direito (Fadir); a Faculdade de Medicina (Famed); e a Secretaria Geral, esta última responsável por significativa parcela da produção administrativa e acadêmica da instituição.

A definição dessas séries não se deu de forma automática ou mecânica, mas resultou de um trabalho analítico cuidadoso, que considerou tanto a estrutura formal da Funm quanto as práticas administrativas efetivamente registradas nos documentos. Como assinala Cook (1997), o arranjo arquivístico é sempre uma construção intelectual

situada historicamente, que exige do arquivista a capacidade de interpretar contextos institucionais e trajetórias administrativas complexas. Diante do expressivo volume documental recuperado, pois foi acumulado ao longo de décadas e marcado por sucessivos deslocamentos e descontinuidades de custódia, não foi possível, até o momento, organizar a totalidade da documentação resgatada. O trabalho concentrou-se, portanto, em uma parcela significativa do acervo, priorizando os conjuntos de maior relevância histórica, administrativa e probatória. Ainda assim, todo o processo foi conduzido de modo a estabelecer critérios claros, metodologias consistentes e caminhos plenamente definidos para a continuidade das atividades de organização.

Essa opção metodológica reafirma que a organização arquivística é um processo contínuo e cumulativo, especialmente em arquivos universitários formados a partir de massas documentais acumuladas (Bellotto, 2017). O trabalho realizado não apenas estruturou parte substancial do acervo, como também criou as bases técnicas, conceituais e operacionais para que a organização da documentação remanescente possa ser realizada de forma sistemática, segura e coerente com os princípios arquivísticos. Assim, a etapa de organização da documentação consolidou a passagem do caos à inteligibilidade, transformando conjuntos dispersos de documentos em séries arquivísticas reconhecíveis, acessíveis e historicamente significativas. Trata-se de um movimento fundamental para a preservação da memória institucional da Funm/Unimontes e para a garantia do direito à informação, reafirmando o papel estratégico dos arquivos no âmbito da universidade pública.

2.5 A descrição arquivística e a construção dos instrumentos de pesquisa

As imagens a seguir registram atividades de análise documental, preenchimento de campos descritivos, elaboração de inventários e catálogos, bem como a organização sistemática das informações arquivísticas. Observam-se instrumentos de pesquisa

em construção, listas, tabelas e registros descritivos que materializam a passagem do acervo organizado para um arquivo efetivamente acessível ao público. Essas atividades evidenciam o papel da descrição arquivística como etapa fundamental do trabalho com arquivos, responsável por transformar conjuntos documentais organizados em sistemas de informação capazes de atender a demandas de pesquisa, gestão administrativa e preservação da memória institucional.

Figuras 19 e 20 – Descrição arquivística e instrumentos de pesquisa



Legenda: Etapa de descrição arquivística e elaboração dos instrumentos de pesquisa do fundo Funm/Unimontes.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

Concluída a etapa de organização do acervo segundo a estrutura de arranjo definida para o Fundo Funm/Unimontes, o trabalho avançou para a fase de descrição arquivística e elaboração dos instrumentos de pesquisa, momento central para a transformação do arquivo em um sistema inteligível, acessível e socialmente funcional. A descrição não se limita à enumeração de documentos, mas constitui um processo intelectual de mediação entre o acervo e seus potenciais usuários, orientado por normas técnicas e por escolhas interpretativas fundamentadas (Bellotto, 2006; Cook, 1997).

A descrição dos documentos da Funm/Unimontes foi realizada em conformidade com os princípios estabelecidos pela Nobrade (Conarq, 2006) e Isad(G) (ICA, 2000), respeitando a descrição em

níveis, do geral ao particular, e mantendo a vinculação orgânica entre fundo, séries, subséries e unidades documentais. Esse procedimento assegurou a preservação do contexto de produção dos documentos e a coerência interna do sistema descritivo.

O inventário arquivístico, apresentado na Parte I deste livro, foi concebido como instrumento de pesquisa de caráter sumário, com a finalidade de oferecer uma visão geral do fundo e orientar o acesso inicial à documentação. Paralelamente, iniciou-se a elaboração de catálogo analítico, voltado à identificação detalhada de determinadas séries e tipologias documentais, especialmente aquelas de maior demanda administrativa, acadêmica e histórica. A produção desses instrumentos exigiu a leitura atenta dos documentos, a identificação de datas-limite, funções administrativas, tipologias e assuntos recorrentes, bem como a padronização de campos descritivos. Trata-se de uma atividade que evidencia, como destaca Schellenberg (2006), o caráter interpretativo da descrição arquivística, na qual o profissional atua como mediador entre a estrutura administrativa que produziu os documentos e os diversos usos possíveis do arquivo.

A organização dos instrumentos de pesquisa também esteve diretamente vinculada ao compromisso institucional com o acesso à informação e a democratização do conhecimento. Ao tornar visível a estrutura do acervo e orientar o pesquisador na localização dos documentos, o inventário e o catálogo contribuem para a transparência administrativa, a preservação da memória universitária e o fortalecimento da universidade pública enquanto espaço de produção e difusão do saber (Bellotto, 2017). Cabe destacar que, assim como nas etapas anteriores, a descrição arquivística não se encerra com a conclusão do projeto. O caráter dinâmico do acervo, aliado à incorporação contínua de novos documentos e à identificação de conjuntos ainda não descritos, demanda a atualização permanente dos instrumentos de pesquisa. O trabalho realizado, entretanto, estabeleceu bases metodológicas sólidas, padrões descritivos claros e uma cultura

institucional voltada à valorização do arquivo como patrimônio documental e instrumento de cidadania.

2.6 O acondicionamento documental como estratégia de preservação e continuidade do arquivo

As imagens a seguir registram o acondicionamento dos documentos em caixas-arquivo apropriadas, o uso de pastas e separadores, a identificação padronizada das unidades documentais e a organização do acervo em estantes. Observa-se a aplicação de critérios técnicos de conservação preventiva, com vistas à proteção física dos documentos e à manutenção da estrutura de arranjo definida para o fundo. O acondicionamento adequado constitui etapa fundamental da preservação arquivística, pois assegura a estabilidade material do acervo, reduz riscos de deterioração e cria condições para o acesso contínuo, a pesquisa e a salvaguarda da memória institucional da Funm/Unimontes.

Figuras 21 a 24 – Etapa de acondicionamento documental



Legenda: Etapas do acondicionamento arquivístico da Funm/Unimontes após as fases de resgate, higienização e organização.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

A etapa de acondicionamento da documentação constituiu um momento decisivo no processo de organização do Fundo Funm/Unimontes, pois representou a passagem do tratamento emergencial para ações sistemáticas de preservação a médio e longo prazo. Após o resgate, a higienização, a triagem e a organização intelectual dos documentos, tornou-se imprescindível garantir condições adequadas de guarda, capazes de minimizar os processos de degradação física e assegurar a estabilidade do acervo. O acondicionamento foi realizado com base em critérios técnicos amplamente reconhecidos pela literatura arquivística e normas de conservação preventiva, priorizando o uso de caixas-arquivo apropriadas, pastas alcalinas, separadores e identificação padronizada. Conforme destaca Bellotto (2006), o acondicionamento adequado não é uma etapa acessória, mas parte integrante da política de preservação dos arquivos, pois atua diretamente na proteção dos documentos contra agentes físicos, químicos e biológicos.

No caso do acervo da Funm/Unimontes, a necessidade desse trabalho foi intensificada pelas condições extremas às quais a documentação esteve submetida ao longo de décadas: ambientes insalubres, umidade, poeira, contato direto com o chão, materiais inadequados e sucessivas mudanças de local. Nessas circunstâncias, o acondicionamento assumiu também um caráter reparador, buscando reduzir danos acumulados e estabilizar os documentos para futuras intervenções de conservação ou restauração, quando necessárias (Ogden, 2001).

As atividades de acondicionamento envolveram não apenas procedimentos técnicos, mas também decisões intelectuais relacionadas à estrutura de arranjo previamente definida. Cada conjunto documental foi acondicionado respeitando-se sua vinculação às séries e subséries, garantindo a manutenção da ordem estabelecida e facilitando o acesso posterior. Esse cuidado reflete o princípio da organicidade e reforça a indissociabilidade entre organização intelectual e guarda física do acervo (Schellenberg, 2006).

Assim como nas demais etapas do projeto, o acondicionamento foi realizado de forma coletiva, envolvendo servidores da DDI, estagiários e bolsistas de iniciação científica, que aplicaram na prática os conhecimentos adquiridos nas formações técnicas promovidas ao longo do projeto. O trabalho evidenciou que a preservação documental é resultado de um processo continuado, que articula conhecimento técnico, trabalho manual e responsabilidade institucional. O acondicionamento adequado dos documentos da Funm/Unimontes não representa um ponto final, mas a criação de condições mínimas para a continuidade do trabalho arquivístico. Ao garantir estabilidade física e organização coerente, essa etapa viabiliza futuras ações de descrição aprofundada, ampliação do acesso e uso qualificado do acervo, reafirmando o compromisso da Unimontes com a preservação de sua memória institucional e com o direito à informação.

2.7 A construção da plataforma digital e a ampliação do acesso ao acervo Funm/Unimontes

As imagens a seguir registram o processo de sistematização dos instrumentos de pesquisa em ambiente digital, incluindo a organização dos dados descritivos dos dossiês e séries documentais, a padronização das informações, a inserção e revisão dos registros na plataforma e a estruturação da interface destinada à consulta institucional e pública. A criação da plataforma digital constitui uma etapa estratégica do projeto, ao articular preservação arquivística, acesso à informação e cooperação multi-institucional. Ao disponibilizar o inventário do acervo da Funm/Unimontes em conformidade com a Lei nº 8.159/1991 e a Lei nº 12.527/2011, a iniciativa amplia as possibilidades de pesquisa, fortalece a transparência institucional e contribui para a salvaguarda e a difusão da memória histórica da universidade.

Figuras 25 e 26 – Etapas de criação da plataforma digital e disponibilização do inventário



Legenda: Desenvolvimento da plataforma digital para disponibilização do inventário do fundo Funm/Unimontes, após as etapas de resgate, higienização, organização, descrição e acondicionamento documental.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

A etapa de criação da plataforma digital para disponibilização do inventário do Fundo Funm/Unimontes constitui um

desdobramento estratégico do trabalho arquivístico desenvolvido no âmbito do projeto financiado pela Fapemig. Após resgate, organização, descrição e acondicionamento da documentação, a disponibilização dos instrumentos de pesquisa em ambiente digital reafirma o compromisso institucional com o acesso à informação, a preservação da memória e a democratização do conhecimento produzido no interior da universidade pública. A organização do instrumento de busca em plataforma digital teve como objetivo central viabilizar a consulta pública ao inventário arquivístico, contemplando os dados dos dossiês e das séries documentais produzidas pela Funm/Unimontes, tanto no âmbito institucional, envolvendo documentos de caráter corrente, intermediário e permanente, quanto para a comunidade externa, no que se refere aos documentos de guarda permanente. Trata-se de uma iniciativa alinhada aos princípios da Arquivística contemporânea, que compreende os instrumentos de pesquisa como mediadores fundamentais entre o acervo e a sociedade (Bellotto, 2006; Cook, 1997).

A disponibilização do inventário em meio digital atende às determinações da Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, ao reconhecer os arquivos como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e à cidadania. Do mesmo modo, encontra respaldo na Lei nº 12.527/2011, ou seja, a Lei de Acesso à Informação (LAI), ao assegurar o direito fundamental de acesso às informações públicas, respeitados os critérios legais de sigilo, restrição e proteção de dados sensíveis. Do ponto de vista técnico, a plataforma digital foi concebida como instrumento de busca e não como repositório de reprodução indiscriminada dos documentos. A opção pela disponibilização dos dados descritivos e não da totalidade das imagens documentais, preserva a integridade física do acervo, respeita as restrições legais e institucionais, e reforça o papel do inventário como guia qualificado para a pesquisa.

Conforme destaca a Isad(G) (2000), a descrição arquivística deve priorizar a contextualização, a identificação e a recuperação da informação, assegurando a compreensão do conjunto documental e de suas relações orgânicas.

Além de ampliar o acesso, a criação da plataforma digital visa estimular a cooperação multi-institucional, interdisciplinar e multidisciplinar entre as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do estado de Minas Gerais (ICTMG). Ao organizar e disponibilizar o inventário em ambiente digital, o projeto favorece o compartilhamento de informações, equipamentos e instalações, contribuindo para a otimização de recursos técnicos e financeiros, conforme preconizado pelas políticas públicas de fomento à ciência, à inovação e à preservação do patrimônio documental. Nesse sentido, o inventário digital do Fundo Funm/Unimontes não se limita a atender demandas locais ou institucionais. Ele se projeta como ferramenta de integração entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento – entre elas, História, Educação, Ciências Sociais, Direito, Administração, Saúde etc. – e como base para o desenvolvimento de pesquisas interinstitucionais que tomam os arquivos universitários como fontes privilegiadas para a compreensão da história do ensino superior, das políticas educacionais e da formação regional.

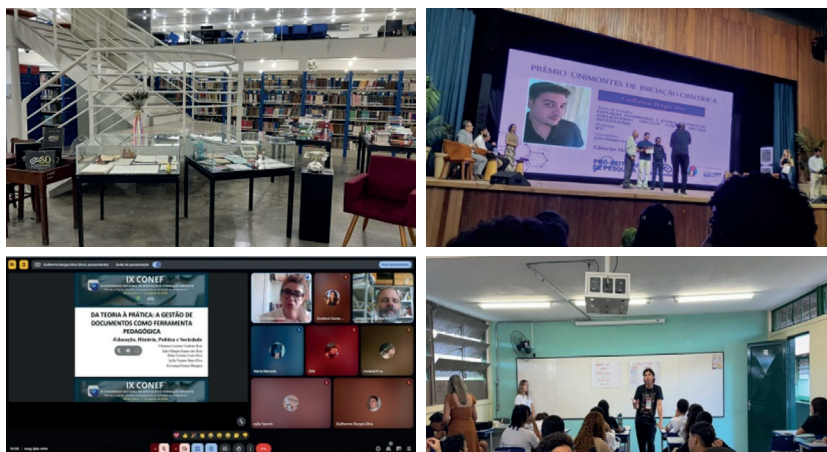
A criação da plataforma digital reafirma, portanto, o entendimento do arquivo como um espaço ativo de produção de conhecimento e não apenas como local de guarda. Ao articular preservação, acesso e cooperação científica, essa etapa consolida os resultados do projeto e estabelece condições concretas para a continuidade do trabalho arquivístico, garantindo que o acervo da Funm/Unimontes cumpra plenamente sua função social, administrativa, histórica e cultural.

2.8 Arquivo, universidade pública e direito à memória: difusão científica, circulação pública e socialização da memória institucional

As imagens a seguir registram apresentações de trabalhos em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais (Chile e Espanha); atividades de divulgação acadêmica; publicações e exposições documentais realizadas em comemoração aos 61, 62 e 63 anos da Unimontes. No campo da difusão científica, as apresentações de trabalhos em eventos acadêmicos também evidenciaram os resultados do projeto, com a premiação da Diretoria de Documentação e Informações em segundo lugar, por meio de um resumo expandido vinculado ao projeto de iniciação científica voluntária, desenvolvido por Guilherme Borges Silva, sob a orientação do professor João Olímpio Soares dos Reis, pesquisador integrante da equipe do projeto. As exposições apresentaram documentos históricos resgatados e organizados, no âmbito do projeto, promovendo a aproximação da comunidade acadêmica e do público externo com a memória institucional da universidade. A partir da documentação reunida, foram elaboradas, organizadas e montadas a galeria de ex-diretores da Diretoria de Documentação e Informações, abrangendo o período de 1989 a 2022, constituindo uma ação concreta de difusão científica e de afirmação do direito à memória no contexto da universidade pública.

As ações de difusão reafirmam o papel do arquivo universitário como espaço de produção de conhecimento, extensão e exercício do direito à memória, evidenciando o impacto do financiamento da Fapemig na preservação, na socialização e na valorização do patrimônio documental da Funm/Unimontes.

Figuras 27 a 30 – Difusão científica e exposições documentais



Legenda: Ações de difusão científica e cultural do projeto de formação do arquivo da Funm/ Unimontes.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

A difusão dos resultados do projeto “Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional” constituiu uma dimensão estruturante do trabalho arquivístico desenvolvido, reafirmando o entendimento de que os arquivos universitários não se esgotam na organização técnica e na guarda documental, mas se realizam plenamente na circulação pública da informação, na produção de conhecimento e no fortalecimento da universidade pública. Ao longo da execução do projeto, os documentos resgatados, organizados e descritos passaram a integrar ações sistemáticas de divulgação científica e cultural, materializadas por meio da apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos, publicação de textos em anais de eventos científicos, divulgação em jornal local, publicação em revista científica e, de forma articulada, na produção deste livro-inventário. Essas iniciativas ampliaram o alcance social do acervo e reafirmaram o papel do arquivo como fonte privilegiada para a

pesquisa histórica, a gestão institucional e a reflexão crítica sobre a trajetória da Unimontes.

No campo da extensão universitária e da relação com a comunidade, destaca-se a realização de três exposições documentais, organizadas no espaço de uma semana, em alusão aos 61, 62 e 63 anos da Universidade Estadual de Montes Claros. As exposições apresentaram ao público documentos originais da Funm/Unimontes, selecionados a partir do acervo organizado pelo projeto, evidenciando diferentes momentos da constituição institucional, da vida acadêmica e das práticas administrativas da universidade. Ao ocupar espaços públicos com documentos históricos, as exposições contribuíram para romper com a invisibilidade dos arquivos e para aproximar a comunidade da história da instituição.

Essas ações de difusão dialogam diretamente com o entendimento de Bellotto (2017), para quem os instrumentos de pesquisa e as práticas de divulgação são fundamentais para transformar o arquivo em espaço vivo de produção de conhecimento, superando a lógica do acúmulo silencioso. Do mesmo modo, Cook (1997) enfatiza que os arquivos contemporâneos devem assumir uma postura ativa na mediação entre documentos, instituições e sociedade, reconhecendo seu papel na construção da memória coletiva e na garantia do direito à informação. A socialização do acervo organizado também atende aos princípios estabelecidos pela Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), reafirmando o compromisso da Unimontes com a transparência institucional, a democratização do acesso às fontes documentais e a preservação da memória como direito social. Nesse sentido, as exposições, publicações e apresentações científicas constituíram formas complementares de acesso, especialmente relevantes para públicos que nem sempre se aproximam dos arquivos por meio de instrumentos técnicos formais.

É fundamental destacar que a possibilidade de realizar essas ações de difusão esteve diretamente vinculada ao financiamento da Fapemig, que não apenas viabilizou a organização técnica do acervo, mas também permitiu sua circulação pública e científica. O apoio da agência de fomento foi decisivo para que os documentos, antes dispersos, degradados e invisibilizados, se transformassem em fontes acessíveis, socialmente significativas e capazes de narrar a história da Funm/Unimontes. Assim, a difusão científica e cultural do acervo reafirma o arquivo universitário como espaço estratégico de articulação entre memória, pesquisa, extensão e cidadania, evidenciando que preservar documentos é, também, preservar histórias, trajetórias institucionais e o sentido público da universidade.

2.9 A disponibilização da documentação e os instrumentos de acesso: arquivo físico e ambiente digital

As imagens a seguir registram as etapas de organização dos dados descritivos, estruturação do instrumento de busca em plataforma digital, alimentação do sistema com informações dos dossiês e testes de navegação e consulta. Observa-se o trabalho técnico voltado à tradução do arranjo e da descrição arquivística para o ambiente digital, preservando os princípios da proveniência, da organicidade e da descrição em níveis. Paralelamente à disponibilização digital, o projeto contemplou a elaboração e a organização de catálogos impressos, reconhecidos como instrumentos fundamentais de pesquisa e mediação do acesso, especialmente no âmbito institucional e em contextos de consulta presencial. A coexistência entre instrumentos digitais e impressos assegura maior abrangência de usuários, respeita diferentes formas de apropriação da informação arquivística e contribui para a preservação do próprio conhecimento descritivo, independentemente das instabilidades técnicas.

A disponibilização do inventário em plataforma digital, articulada aos catálogos impressos, representa um marco no processo de democratização do acesso à documentação da Funm/Unimontes, permitindo a consulta por gestores, pesquisadores e pela comunidade em geral, conforme os critérios legais e institucionais. Essa etapa consolida a função social do arquivo ao articular preservação, transparência e direito à informação, em consonância com a Lei nº 8.159/1991 e a Lei nº 12.527/2011. Além de ampliar o acesso, o uso de instrumentos de pesquisa em múltiplos suportes fortalece a cooperação multi-institucional, interdisciplinar e multidisciplinar entre instituições científicas, tecnológicas e de inovação, otimizando recursos técnicos e promovendo o compartilhamento responsável de informações arquivísticas. Dessa forma, tanto a plataforma digital quanto os catálogos impressos constituem infraestruturas complementares de memória, conhecimento e cidadania, reafirmando o papel estratégico da DDI na gestão, na preservação e na difusão da memória institucional da Unimontes.

Figuras 31 a 33 – Disponibilização do acervo Funm/Unimontes



Legenda: Disponibilização do inventário da Funm/Unimontes em plataforma digital e organização dos instrumentos de pesquisa para acesso institucional e público.

Fonte: Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

A etapa de disponibilização da documentação organizada da Funm/Unimontes constituiu um dos desdobramentos centrais do trabalho arquivístico desenvolvido no âmbito do projeto, pois

materializa a finalidade social do arquivo, que é garantir o acesso à informação, a transparência institucional e a preservação da memória coletiva. Conforme destaca Schellenberg (2006), a organização e a descrição documental só se completam quando os documentos se tornam efetivamente acessíveis aos seus usuários, seja gestores, seja pesquisadores, seja a sociedade em geral, por meio de instrumentos de pesquisa adequados e inteligíveis.

Nesse sentido, a disponibilização do acervo foi concebida a partir de uma estratégia integrada, que articulou a plataforma digital de consulta e os catálogos impressos, reconhecidos como instrumentos complementares de mediação do acesso. A construção do site e do ambiente digital foi orientada pelos princípios arquivísticos da proveniência, da organicidade e da descrição em níveis, conforme estabelecem a Isad(G) (ICA, 2000) e a Nobrade (Conarq, 2006), assegurando a fidelidade da representação do fundo e a coerência entre arranjo, descrição e acesso. A disponibilização digital do inventário não se limitou à simples exposição de dados, mas envolveu um processo criterioso de seleção das informações descritivas, padronização de campos, revisão dos registros e definição de critérios de acesso compatíveis com a legislação vigente. Paralelamente, os catálogos impressos foram elaborados como instrumentos de referência para a consulta presencial, o apoio às rotinas institucionais da DDI e a preservação do próprio conhecimento descritivo produzido pelo projeto, reconhecendo que o acesso à informação arquivística se realiza em múltiplos suportes e contextos.

A adoção simultânea de instrumentos digitais e impressos atende diretamente aos dispositivos da Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), reafirmando o compromisso da Unimontes com a transparência, a gestão responsável da informação e o direito à memória. Como observa Bellotto (2017), os instrumentos de pesquisa são fundamentais para transformar o

arquivo em um espaço efetivo de produção de conhecimento, rompendo com a lógica do acúmulo e da invisibilidade documental. Além disso, a plataforma digital foi pensada como um meio de estimular a cooperação multi-institucional, interdisciplinar e multidisciplinar entre Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do estado de Minas Gerais (ICTMG). Ao tornar públicos os dados do inventário, o projeto favorece o compartilhamento de informações, a otimização de recursos técnicos e financeiros, e o fortalecimento de redes de pesquisa, conforme apontam Cook (1997) e Jardim (2015) ao discutirem o papel contemporâneo dos arquivos na sociedade da informação. Os catálogos impressos, por sua vez, reforçam essa cooperação ao permitir o acesso local, a consulta orientada e a mediação direta entre usuários e equipe técnica.

A experiência de construção dos instrumentos de pesquisa evidenciou, ainda, o caráter dinâmico do arquivo. O inventário disponibilizado, tanto em formato digital quanto impresso, representa uma etapa consolidada do trabalho, mas permanece aberto a atualizações, revisões e ampliações, à medida que novas séries documentais forem organizadas e descritas. Essa compreensão do arquivo como processo – e não como produto acabado – reforça a noção de que a memória institucional é permanentemente construída, negociada e reinterpretada (Cook, 1997).

Por fim, a disponibilização da documentação da Funm/Unimontes reafirma o papel estratégico da Diretoria de Documentação e Informações (DDI) como instância mediadora entre preservação, gestão e acesso. Ao articular práticas arquivísticas, instrumentos de pesquisa em múltiplos suportes, formação técnica e compromisso institucional, o projeto contribui de forma decisiva para a democratização do acesso às fontes históricas e para a consolidação do arquivo universitário como espaço de memória, pesquisa e cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do Fundo Funm/Unimontes, conforme apresentada nesta parte, evidencia que o trabalho arquivístico ultrapassa os limites de uma prática estritamente técnica, afirmando-se como uma ação profundamente política, comprometida com a preservação da memória, a garantia de direitos e o fortalecimento da universidade pública.

O percurso de organização da massa documental acumulada tornou visíveis não apenas as condições materiais do acervo, mas também os silêncios, as dispersões e as fragilidades historicamente construídas em torno da gestão documental. Enfrentar esse cenário implicou reconhecer que preservar documentos é, também, preservar trajetórias, experiências e sujeitos, inscrevendo-os no campo do que pode ser lembrado, acessado e reinterpretado.

Cada etapa do trabalho desde o resgate à higienização, da organização à descrição, do acondicionamento à difusão, foi orientada por princípios arquivísticos, mas também por um compromisso ético com a memória institucional e o direito à informação. Nesse sentido, o arquivo se afirma como um espaço de mediação entre passado e presente, entre a produção documental e a sociedade que a ela recorre para construir sentidos.

A dimensão formativa do projeto reforça esse entendimento, ao articular ensino, pesquisa e extensão na formação de sujeitos capazes de compreender o arquivo como um campo de conhecimento e de intervenção social. A construção dos instrumentos de pesquisa e a disponibilização da documentação, tanto em suporte físico quanto em ambiente digital, ampliam as possibilidades de acesso e reafirmam o papel público da universidade na democratização do conhecimento.

Ao promover a difusão científica e a circulação social da documentação, o projeto contribui para deslocar o arquivo de uma condição de invisibilidade para um lugar de centralidade na produção

do saber e na garantia de direitos. Trata-se, portanto, de reconhecer o arquivo como um território de memória, mas também de disputa, onde se definem quais histórias podem ser contadas e por quem.

Por fim, é fundamental destacar que este trabalho não se encerra, mas se projeta como continuidade. O caráter dinâmico do fundo, a identificação de novos conjuntos documentais e as demandas permanentes de organização e preservação indicam que a construção da memória institucional é um processo em aberto. Nesse horizonte, a experiência apresentada nessa narrativa reafirma a importância de políticas contínuas de arquivo e o compromisso da universidade pública com a preservação, o acesso e a socialização de sua memória.

REFERÊNCIAS

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos: estudos e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal (Lei de Acesso à Informação). *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 nov. 2011.

CASSARES, Norma Cianflone. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Nobrade: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Isad(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Nobrade*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, Ottawa, n. 43, p. 17-63, 1997.

JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil*: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 2015.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. Oxford: Clarendon Press, 1937.

OGDEN, Shereilyn (ed.). *Preservação de documentos*. Tradução de Fernando Leipnitz. Porto Alegre: Lume, 2001.

SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PARTE 03

A HISTÓRIA ESCRITA NOS
DOCUMENTOS: GESTÕES E
PROJETOS INSTITUCIONAIS
PARA UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO

NOTA DE ABERTURA

A terceira parte deste livro insere-se no esforço de transformar a documentação arquivística da Funm/Unimontes em fonte histórica ativa, capaz de sustentar interpretações críticas sobre a trajetória institucional da universidade pública no Norte de Minas Gerais. Ao reunir pesquisas que analisam diferentes gestões da Funm/Unimontes, este conjunto de textos reafirma o princípio de que a escrita da história é inseparável das condições materiais de produção, preservação, organização e acesso aos documentos.

Como destaca Marc Bloch (2001), o historiador é, antes de tudo, um investigador do tempo, e seus vestígios não falam por si mesmos, mas exigem perguntas, métodos e mediações (Bloch, 2001). Nesse sentido, os documentos administrativos, normativos e institucionais mobilizados nessa análise não são meros registros burocráticos, mas expressões de projetos políticos, disputas de poder, concepções de universidade e estratégias de governança. Jacques Le Goff (1990) reforça essa compreensão ao afirmar que o documento é também monumento, produzido em contextos específicos, marcado por intencionalidades e silêncios que precisam ser interrogados criticamente.

A centralidade do arquivo nesse processo torna-se ainda mais evidente quando se considera que a própria possibilidade de escrita histórica depende da existência de políticas de gestão documental. A organização, a descrição e a disponibilização dos documentos da Funm/Unimontes, realizadas no âmbito deste projeto, constituem uma condição fundamental para que pesquisadores possam acessar, cruzar e interpretar as fontes. Arlette Farge (2009) lembra que o arquivo é um espaço de encontro entre o pesquisador e os vestígios do passado, um lugar de tensões, descobertas e estranhamentos, no qual a materialidade documental provoca novas questões e desloca certezas consolidadas.

No contexto da universidade pública, o arquivo assume um papel político ainda mais relevante. Ele não apenas preserva a memória institucional, mas garante o direito à informação, a transparência administrativa e a possibilidade de escrutínio público das decisões que moldaram a trajetória da instituição. A gestão documental, nesse sentido, não se limita a uma prática técnica, mas constitui uma ação estratégica de defesa da memória, da democracia e do caráter público da universidade. Como argumenta Filomena Luciene Cordeiro Reis (2013), os arquivos universitários são espaços privilegiados de produção de conhecimento, pois articulam memória, gestão e pesquisa, permitindo que a história institucional seja escrita a partir de fontes organizadas, acessíveis e socialmente referenciadas.

Os estudos reunidos nesta parte do livro analisam as gestões da Funm/Unimontes desde sua constituição, contemplando os períodos de João Valle Maurício (1964-1978); da Junta Administrativa composta por Fernando Dias Costa, Raimundo Rodrigues Avelar e Messias Donato (1978-1980); de Raimundo Rodrigues Avelar (1980-1988); e de José Geraldo de Freitas Drumond (1988-2002). Ao mobilizar a documentação organizada pelo projeto, os pesquisadores evidenciam como as decisões administrativas, os projetos institucionais e os contextos políticos mais amplos se materializam nos documentos, revelando continuidades, rupturas e disputas na construção da universidade.

Assim, esta terceira parte reafirma que não há escrita histórica consistente sem arquivos preservados e geridos de forma responsável. A articulação entre gestão documental, acesso às fontes e pesquisa acadêmica demonstra que o investimento em arquivos universitários é, simultaneamente, um investimento na produção científica, na memória social e na defesa da universidade pública como espaço de conhecimento, crítica e transformação social.

Filomena Luciene Cordeiro Reis
João Olímpio Soares dos Reis

A FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR (1964-1978): GÊNESE, PROJETO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO NORTE DE MINAS

Filomena Luciene Cordeiro Reis
Larissa Barreto Gomes Léo
Luís Gustavo Souza Fróes
Maria Fernanda Benfica Santos
Saulo Librelon Pinheiro Lopes

1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E AUTORITARISMO: FUNDAMENTOS DO PROJETO UNIVERSITÁRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DA DITADURA MILITAR

No início dos anos 1960, o Brasil encontrava-se profundamente influenciado pelo contexto internacional da Guerra Fria. O triunfo da Revolução Cubana, em 1959, e sua posterior aliança com a União Soviética intensificaram, no cenário geopolítico hemisférico, o temor de que a América Latina se tornasse um novo espaço de expansão do comunismo. Diante disso, os Estados Unidos reforçaram sua política de contenção, combinando iniciativas de cooperação econômica, como a Aliança para o Progresso, com ações de intervenção direta e indireta nos assuntos internos

dos países latino-americanos. Conforme observa Carlos Fico (2008), é fundamental distinguir a “campanha de desestabilização” conduzida pelos estadunidenses, desde 1961, da “conspiração”, que, de fato, resultou na deposição do presidente João Goulart em 1964.

O golpe civil-militar instaurado naquele ano inaugurou um período de profundas transformações políticas no Brasil, marcado pela supressão progressiva de direitos civis e políticos. O regime consolidou-se por meio da edição sucessiva dos Atos Institucionais (AIs), instrumentos jurídicos de exceção que ampliaram os poderes do Executivo e enfraqueceram os mecanismos democráticos. O Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968, tornou-se o símbolo máximo da repressão ao permitir o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos, a suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos e o cerceamento sistemático das liberdades civis. Segundo Fico (2008), apenas entre abril e junho de 1964, 378 brasileiros tiveram seus mandatos eletivos cancelados e/ou seus direitos políticos suspensos, evidenciando a dimensão imediata da repressão política.

Em 1965, o regime aprofundou o controle institucional ao extinguir os partidos políticos e impor o bipartidarismo, estruturado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), como base de sustentação do governo, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), configurado como oposição consentida. Para Thomas Skidmore (1988), a criação desse sistema bipartidário, em um contexto de políticas econômicas impopulares, contribuiu para intensificar a polarização política e tornar o sistema ainda mais rígido, garantindo a hegemonia do regime militar.

Paralelamente às mudanças políticas, o período foi marcado por profundas transformações sociais e econômicas. A censura aos meios de comunicação e às manifestações artísticas limitou drasticamente a liberdade de expressão, enquanto movimentos estudantis, sindicais e populares foram duramente reprimidos. No campo

econômico, o chamado “milagre brasileiro” (1968-1973) promoveu crescimento acelerado, mas aprofundou desigualdades estruturais. Como destacam Miriam Dolhnikoff e Pedro Campos (2001), a aparente prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiou dos resultados desse processo.

A repressão política foi intensificada pela atuação de órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Doi-Codi, responsáveis pela vigilância, perseguição e eliminação de opositores do regime. Conforme analisa Elio Gaspari (2002), o SNI foi criado com a finalidade de coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação de interesse da Segurança Nacional, estruturando uma ampla rede de controle e espionagem. Atualmente custodiado pelo Arquivo Nacional, o fundo documental do SNI reúne registros produzidos por diferentes órgãos do extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), abrange temas como: repressão política, prisões, cassações de direitos, movimentos sociais, universidades, movimento estudantil, igreja, guerrilhas urbanas e rurais, entre outros. Um acervo central para a compreensão do período ditatorial.

A censura também atingiu de forma contundente o campo cultural. Canções de Chico Buarque, peças teatrais de Augusto Boal e produções do Cinema Novo foram frequentemente vetadas ou mutiladas, enquanto a propaganda oficial buscava difundir uma imagem positiva do regime. Napolitano (2014) destaca que importantes núcleos de produção cultural e intelectual, como o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), foram colocados na ilegalidade, evidenciando o cerco à produção crítica e ao pensamento social.

Nesse contexto, a educação, especialmente a educação superior, tornou-se alvo estratégico do projeto político-ideológico

da ditadura. O regime promoveu um controle rigoroso sobre universidades e escolas, limitando a autonomia acadêmica e reprimindo a organização estudantil. Conforme aponta Circe Bittencourt (2001), o ensino de História foi instrumentalizado como ferramenta de controle ideológico, privilegiando uma narrativa oficial da história nacional, enquanto outras interpretações eram silenciadas. Valores como disciplina, ordem e moral foram enfatizados em detrimento do pensamento crítico, contribuindo para a formação de sujeitos alinhados aos interesses do Estado autoritário.

A Reforma Universitária de 1968, instituída pela Lei nº 5.540/68, constitui um marco desse processo ao traduzir em normas jurídicas o projeto de reorganização e controle do ensino superior. Embora apresentada como uma modernização necessária à adequação do sistema universitário brasileiro aos padrões internacionais, a reforma implicou profundas alterações institucionais, como a extinção da cátedra, a criação dos departamentos, a adoção do sistema de matrículas por disciplina e a descentralização administrativa, ao mesmo tempo em que limitou a autonomia universitária (Brasil, 1968). É nesse cenário de autoritarismo político, reestruturação educacional e expansão controlada do ensino superior que se insere a criação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), objeto central deste capítulo.

A Funm, criada em 1962, em Montes Claros, também foi atravessada por esse contexto autoritário instaurado após o golpe civil-militar de 1964. Inserida em um projeto de interiorização do ensino superior e de desenvolvimento regional, a Funm expandiu significativamente sua atuação ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1963), da Faculdade de Direito (1965), da Faculdade de Medicina (1969) e da Faculdade de Administração e Finanças (1972). Essa expansão, no entanto, ocorreu em meio a uma conjuntura marcada por tensões,

contradições e limites impostos pelo regime ditatorial (Caleiro; Pereira, 2002).

A trajetória da Funm expressa, de forma exemplar, a dualidade que caracterizou a Reforma Universitária de 1968, ou seja, de um lado, o discurso da modernização, da racionalização administrativa e da ampliação do acesso ao ensino superior, enquanto de outro, a restrição da autonomia universitária, o controle político e a repressão às manifestações críticas no interior das instituições. Como observa Carlos Jamil Cury (2009), o contexto brasileiro contrastava com as experiências internacionais do período, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, onde emergiam movimentos de ampliação das liberdades civis, culturais e universitárias:

O Brasil do início dos anos de 1960, sem desconsiderar a busca pelos mesmos direitos civis, buscava nas reformas de base do período a implementação de direitos sociais. Entre as reformas constava também a Reforma Universitária, anseio inclusive do movimento estudantil. O regime ditatorial reprimiu uns e outros e, em ambos os casos, quando quis satisfazer uma ou outra dessas demandas, o fez à luz de sua estratégia de dominação (Cury, 2009).

A Reforma Universitária instituída pela Lei nº 5.540/68 redefiniu de maneira profunda a organização do ensino superior no Brasil. Segundo Allan Aroni (2017), a reforma estabeleceu os fundamentos da configuração universitária vigente até os dias atuais, ao prever a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades, implantar os departamentos como células organizacionais centrais, extinguir o regime de cátedras, introduzir cursos de especialização e extensão, e incentivar a progressividade do regime de trabalho em dedicação exclusiva nas universidades públicas (Aroni, 2017). Contudo, essa autonomia, ao menos no contexto da ditadura, apresentou-se de forma limitada e contraditória.

Conforme analisa Cury (2009), a efetivação da Lei nº 5.540/68 exigiu um amplo conjunto de normativas complementares, materializadas em pareceres, resoluções e interpretações legais, que orientaram o funcionamento das universidades. Esse processo envolveu, entre outros aspectos, a aprovação de estatutos e regimentos das universidades federais, a fixação de currículos mínimos e a definição conceitual da pós-graduação, além da constante interpretação dos dispositivos legais da própria reforma (Cury, 2009). Tal dinâmica reforçou o papel central do Estado no controle e na regulação do ensino superior.

Embora apresentada oficialmente como uma iniciativa de modernização e eficiência, diversos estudos apontam que a Reforma Universitária de 1968 também operou como instrumento de controle político sobre as universidades, alinhando a produção do conhecimento aos interesses do regime autoritário. Ainda assim, como destaca Cury (2009), esse processo não eliminou completamente as tensões e as resistências no interior das instituições universitárias:

Isso não retirou a resistência silenciosa ou altaneira que as universidades públicas, após um tempo de adequação, começaram a praticar. Também não subtraiu da realidade o seu caráter contraditório, pelo qual, no âmbito universitário, a recepção de um conjunto de constrangimentos legais não anulou a reinterpretação dos mesmos, nem a capacidade de crítica. Também não significou a condenação da Reforma Universitária como um todo por causa da *manu militari* que a sufragou (Cury, 2009, p. 71).

Nesse sentido, a história da Funm deve ser compreendida a partir dessa ambiguidade constitutiva, quer seja, ao mesmo tempo em que se consolidava como um polo fundamental para a formação superior no Norte de Minas, a instituição se estruturava sob os limites impostos por um regime autoritário, que condicionava a autonomia acadêmica, administrativa e política das universidades brasileiras.

Diante desse quadro nacional, marcado pela consolidação do regime civil-militar, pela Reforma Universitária de 1968 e pelas

contradições entre modernização institucional e controle político, torna-se fundamental deslocar o olhar para as realidades regionais. No caso do Norte de Minas, e particularmente do município de Montes Claros, esses processos assumiram contornos específicos, atravessados por desigualdades históricas, por carências estruturais e pela centralidade atribuída ao ensino superior como instrumento de desenvolvimento regional. A criação e a expansão da Funm inscrevem-se nesse contexto, no qual a educação superior foi simultaneamente apresentada como resposta às demandas locais e submetida às diretrizes e aos limites impostos pelo Estado autoritário. Assim, compreender a realidade educacional de Montes Claros e do Norte de Minas entre 1964 e 1978 é condição essencial para analisar a gestão, os projetos institucionais e a materialidade documental que sustentaram a constituição da Funm e, posteriormente, da Unimontes.

2 REALIDADE EDUCACIONAL EM MONTES CLAROS E NO NORTE DE MINAS: 1964 A 1978

A realidade educacional de Montes Claros e do Norte de Minas, entre 1964 e 1978, foi marcada por profundas dificuldades estruturais, pela escassez de instituições de ensino superior na própria região e pela carência de professores habilitados, especialmente para o ensino secundário. Antes mesmo da consolidação do regime civil-militar, já se evidenciava um quadro de fragilidades educacionais que se agravava em razão das desigualdades regionais e da concentração das oportunidades de formação superior nos grandes centros urbanos do estado e do país (Veloso, 2024).

Nesse cenário, os professores do ensino público regional assumiram papel central como protagonistas do debate educacional e da mobilização social em torno da formação docente e da melhoria do ensino. Conforme demonstram Geisa Magela Veloso (2024),

entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960, Montes Claros tornou-se espaço de intensa circulação de ideias e proposições educacionais, impulsionadas por docentes que atuavam tanto nas escolas quanto em instâncias administrativas do ensino. Destaca-se, nesse contexto, a atuação do professor e inspetor federal José Monteiro Fonseca, cuja liderança contribuiu para articular diagnósticos, propostas e ações voltadas à formação de professores e ao fortalecimento do ensino secundário na região. Segundo as autoras, esse movimento ganhou visibilidade por meio da imprensa local, especialmente do jornal *Gazeta do Norte*, que funcionou como espaço de divulgação de demandas educacionais e de interlocução entre professores, poder público e sociedade regional (Veloso, 2024).

A defesa da educação como responsabilidade coletiva atravessava esse debate, deslocando a compreensão do problema educacional de uma dimensão estritamente individual para uma perspectiva social mais ampla. Essa preocupação dialogava com críticas já formuladas por intelectuais da educação brasileira desde a década de 1950, como Abgar Renault e Jayme Abreu (2005), que apontavam a ausência de articulação entre os níveis primário e secundário como um dos principais entraves à consolidação de um sistema educacional coerente. Jayme Abreu advertia que a desarticulação entre esses níveis vinha assumindo “aspectos de gravidade”, uma vez que o ensino secundário funcionava “completamente desassistido de qualquer orientação pedagógica” (Abreu, 2005 [1955], p. 58). Essas reflexões, retomadas por Veloso (2024), evidenciam que os dilemas enfrentados em Montes Claros expressavam problemas estruturais da educação brasileira como um todo.

Os dados do período revelam ainda um paradoxo significativo porque, apesar da insuficiência de professores habilitados, as décadas de 1950 e 1960 registraram crescimento expressivo das matrículas no ensino secundário. Esse descompasso estava diretamente relacionado

à tardia institucionalização da formação docente no Brasil. Os primeiros cursos específicos para a formação de professores secundaristas foram criados apenas a partir da década de 1930, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934) e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939). Ainda assim, nas décadas seguintes, essas instituições, concentradas sobretudo nas capitais, mostraram-se insuficientes para atender à demanda nacional, especialmente em regiões periféricas como o Norte de Minas (Veloso, 2024).

Em Montes Claros, esse quadro começou a se alterar apenas com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), instituída em 9 de agosto de 1963. Foi somente em 1964, que se instalaram os primeiros cursos de licenciatura Letras, Pedagogia, História e Geografia, marcando o início efetivo da formação superior de professores na região Norte mineira (Veloso, 2024). Até então, a ausência de instituições locais de ensino superior impunha limites severos à profissionalização docente e ao acesso da população jovem à educação superior.

A pesquisa historiográfica desenvolvida por Veloso (2024) evidencia que, nas décadas de 1950 e 1960, o ensino secundário era concebido simultaneamente como possibilidade de ascensão social e espaço de múltiplas tensões. A evasão escolar, o desajuste entre a escola e a realidade social dos estudantes, os altos custos das mensalidades (uma vez que predominavam instituições privadas) e os baixos salários docentes, compunham um cenário adverso. Muitos professores, diante da precarização do trabalho, viam-se obrigados a exercer a docência como atividade complementar, comprometendo a dedicação à profissão e a qualidade do ensino. Soma-se a essa realidade, a dificuldade de acesso a cursos de aperfeiçoamento, geralmente concentrados em Belo Horizonte, aprofundando as desigualdades regionais na formação docente.

Somente a partir de 1956, com a atuação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), em Montes Claros, observaram-se iniciativas mais sistemáticas de formação continuada, recebidas de forma positiva pela comunidade local. Ainda assim, persistiam problemas estruturais, como a fragilidade da legislação educacional, a falta de integração entre os níveis de ensino e, sobretudo, o número insuficiente de professores com registro ou habilitação adequada. Nesse contexto, a criação da Fafil representou um marco fundamental para a região. Embora se tratasse de uma instituição de natureza privada e dependente da cobrança de mensalidades, sua implantação constituiu uma conquista significativa, ao inaugurar a formação superior local e abrir novas possibilidades de desenvolvimento educacional no Norte de Minas (Veloso, 2024).

As dificuldades econômicas e geográficas que restringiam o acesso dos jovens norte-mineiros ao ensino superior também são ressaltadas por Carla Maria Junho Anastasia (2012), ao evidenciar os obstáculos enfrentados por estudantes que precisavam deslocar-se para centros como Belo Horizonte ou Ouro Preto para prosseguir nos estudos. Esse cenário reforça a criação de cursos superiores em Montes Claros como estratégia de democratização do acesso à educação e de fixação de quadros intelectuais na própria região.

De modo mais amplo, o pensamento educacional e desenvolvimentista da época associava diretamente a expansão do ensino superior ao progresso econômico regional. A inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Sudene, em 1963, e o avanço das políticas desenvolvimentistas intensificaram o discurso sobre a necessidade de formar recursos humanos qualificados para sustentar a industrialização e a modernização regional. Como observam Veloso (2024), o crescimento do parque industrial de Montes Claros e a insuficiência das redes escolares existentes tornaram evidente a urgência de investimentos em educação superior como parte integrante

do projeto de desenvolvimento do sertão norte-mineiro. Nesse sentido, a trajetória educacional da região, marcada por lutas, carências e iniciativas coletivas, evidencia a importância histórica da Funm e, posteriormente, da Unimontes como instituições fundamentais para a democratização do ensino superior no Norte de Minas.

Esse cenário educacional, marcado por carências estruturais, mobilizações docentes e iniciativas institucionais ainda incipientes, encontra-se hoje materializado em um conjunto significativo de documentos produzidos por diferentes instâncias administrativas, escolares e políticas da região. Relatórios, ofícios, atas de reuniões, pareceres, correspondências, projetos pedagógicos, matérias jornalísticas e registros administrativos constituem vestígios concretos de disputas, expectativas e estratégias que atravessaram a construção do ensino superior no Norte de Minas. Esses documentos não apenas registram decisões formais, mas revelam as tensões entre projetos educacionais, limites financeiros, desigualdades regionais e o contexto autoritário instaurado a partir de 1964.

A análise da realidade educacional de Montes Claros e do Norte de Minas, portanto, não pode prescindir do exame crítico desses fundos documentais, produzidos em grande parte no interior das instituições que antecederam ou deram origem à Funm. É por meio desses registros que se torna possível compreender como as demandas por formação docente, ampliação do ensino secundário e criação de cursos superiores foram sendo formuladas, negociadas e institucionalizadas, muitas vezes, sob vigilância e controle do Estado autoritário. A documentação preservada evidencia que a criação da Fafil e, posteriormente, a consolidação da Funm não resultaram de um processo linear, mas de um percurso marcado por impasses, resistências e adaptações às normativas impostas pelo regime militar.

Nesse sentido, os arquivos institucionais assumem papel central não apenas como repositórios administrativos, mas como espaços de memória e de disputa de narrativas sobre a história da

educação regional. Ao conservar registros da atuação de professores, gestores, conselhos e órgãos reguladores, esses acervos permitem reconstituir a complexidade do processo de interiorização do ensino superior em um contexto de autoritarismo político e desigualdade social. A documentação educacional da Funm e de suas unidades revela, simultaneamente, o alinhamento a projetos nacionais de modernização e os esforços locais para garantir acesso à formação superior em uma região historicamente marginalizada. Assim, compreender a realidade educacional do Norte de Minas, entre 1964 e 1978, implica reconhecer que os documentos produzidos nesse período são fontes privilegiadas para a escrita da história da Funm e da própria Unimontes. Eles expressam não apenas a institucionalização do ensino superior, mas também os limites impostos à autonomia universitária, as estratégias de sobrevivência institucional e as formas de resistência, explícitas ou silenciosas, que marcaram a trajetória da educação pública regional. É nesse cruzamento entre contexto histórico, prática educacional e produção documental que se insere a análise desenvolvida neste livro, reafirmando o arquivo como direito, memória coletiva e fundamento da história da universidade pública no Norte de Minas.

3 A REGIÃO COMO MOTOR DA UNIVERSIDADE: DEMANDAS SOCIAIS E CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL

Compreender o surgimento de uma universidade no interior do país exige ultrapassar a leitura restrita aos atos legislativos ou às decisões administrativas que formalizaram sua criação. No caso da Funm, faz-se necessário revisitar o conjunto de tensões, movimentos sociais e demandas históricas que se acumularam no Norte de Minas ao longo do século XX. A Funm não se constituiu apenas como um projeto educacional institucionalizado pelo Estado, mas,

sobretudo, como resposta a uma reivindicação regional persistente por inclusão educacional, reconhecimento territorial e desenvolvimento socioeconômico, em um contexto marcado por profundas desigualdades históricas (Afonso, 2025).

Durante as décadas de 1950 e 1960, o Brasil vivenciava um período de transição no campo educacional, impulsionado, entre outros fatores, pela aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. A LDB buscava ampliar o acesso à educação e descentralizar sua oferta, entretanto, a interiorização do ensino superior permaneceu incipiente e concentrada em capitais e grandes centros urbanos. Essa lógica contribuiu para a perpetuação da exclusão educacional de regiões historicamente marginalizadas, como o Norte de Minas. Nesse cenário, Montes Claros e os municípios do entorno expressavam uma contradição típica das regiões periféricas, pois, ao mesmo tempo em que acumulavam carências estruturais significativas, também concentravam um capital humano emergente, composto por jovens, professores e lideranças locais que aspiravam à formação superior sem a necessidade de migração forçada para os grandes centros.

Essa realidade dialoga com o legado da Reforma Capanema, instituída pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que estruturou o ensino médio brasileiro sob forte influência autoritária e seletiva. Conforme apontam Braghini (2005) e Veloso (2024), o ensino secundário consolidou-se como espaço de privilégio, acessível a poucos, reforçando desigualdades educacionais e sociais. No Norte de Minas, tais limitações se agravavam em função da precariedade da infraestrutura regional, dos baixos índices de industrialização e urbanização e da escassez de políticas públicas voltadas à formação de mão de obra qualificada.

De acordo com Pereira (2002), o desemprego e a informalidade eram altamente expressivos na região, dificultando a constituição de um mercado de trabalho capaz de absorver profissionais

qualificados e, ao mesmo tempo, desestimulando investimentos estatais mais robustos. Ainda assim, o anseio por desenvolvimento regional passou a se articular de forma mais concreta, sobretudo a partir da inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Sudene, em 1963. O discurso desenvolvimentista reforçou a compreensão de que a criação de instituições de ensino superior era condição fundamental para sustentar processos de modernização econômica e social. O próprio formato institucional da Funm revela o protagonismo das demandas locais e os limites do apoio estatal. A doação inicial do governo de Minas Gerais, realizada por meio de apólices da dívida pública, e não em recursos financeiros imediatos, transferiu à sociedade civil grande parte da responsabilidade pela viabilização do projeto universitário. Tal gesto foi interpretado, à época, como um indicativo de que o sucesso da iniciativa dependeria fundamentalmente do esforço coletivo da população regional (Afonso, 2025). Nesse contexto, políticos, professores, profissionais liberais e cidadãos comuns organizaram reuniões, campanhas de arrecadação e articulações políticas para garantir condições mínimas de funcionamento dos cursos iniciais.

Um episódio emblemático desse processo foi a reunião realizada na residência do farmacêutico Mário Versiani Velloso, na qual lideranças locais passaram a discutir o perfil da universidade que desejavam construir. Ainda que de forma incipiente, essas discussões evidenciavam a intenção de criar uma instituição conectada às vocações econômicas do território, com cursos voltados, sobretudo, às áreas da agropecuária e da saúde, consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1962). Como observa José dos Santos Silva (2008), muitas universidades do interior brasileiro nasceram como fruto de lutas locais, frequentemente travadas contra a lógica centralizadora do Estado, que historicamente privilegiou as regiões mais desenvolvidas. No caso do Norte de Minas, a Funm materializa esse

movimento de reação, reinvenção e afirmação regional, ao combinar carência estrutural, mobilização política e projeto educacional.

Em 24 de maio de 1962, por meio do Projeto de Lei do deputado Cícero Dumont, foi criada a Universidade do Norte de Minas, sancionada pelo governador Magalhães Pinto, através da Lei nº 2.615. Sua instalação oficial ocorreu em julho do mesmo ano, sob a coordenação de Zair de Carvalho Rocha, designado pelo governo estadual (Minas Gerais, 1962). Contudo, apesar das propostas iniciais de criação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, diretamente vinculados à realidade socioeconômica regional, tais cursos não foram implementados naquele momento.

A primeira unidade acadêmica efetivamente instalada foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), com cursos de licenciatura em Geografia, História, Letras e Pedagogia. Essa escolha revela as contradições entre o projeto idealizado e as condições concretas de sua realização. A ausência de investimentos públicos suficientes, aliada ao alto custo de implantação de cursos das áreas agrárias e da saúde, levou à criação de áreas menos onerosas e mais compatíveis com a infraestrutura existente. Além disso, a forte atuação de grupos ligados ao magistério e à formação de professores influenciou decisivamente a definição dos cursos iniciais, especialmente diante da crescente demanda por docentes qualificados após a LDB de 1961 (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1964).

Embora criada em 1962, a universidade somente iniciou suas atividades em 1964, já sob a denominação de Fundação Universidade Norte Mineira, posteriormente consolidada como Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. A Fafil iniciou suas atividades em instalações provisórias, no Colégio Imaculada Conceição, e, posteriormente, no Casarão da Fafil, atual sede do Museu Regional do Norte de Minas. A partir de então, novas unidades foram sendo incorporadas, como a Faculdade de Direito (1965), a Faculdade de Medicina (1969) e a Faculdade de Administração

e Finanças (1972), evidenciando um processo gradual e marcado por improvisações (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1973). Assim, as demandas regionais não apenas pressionaram pela criação da Funm, mas também orientaram seu processo de consolidação, revelando um percurso marcado por limites financeiros, negociações políticas e estratégias de adaptação. A trajetória inicial da Funm evidencia que a universidade no Norte de Minas foi construída menos como concessão estatal e mais como conquista coletiva, resultado de um esforço contínuo da sociedade regional para se inscrever no mapa do ensino superior brasileiro.

Diante desse cenário marcado por demandas regionais urgentes, mobilização social e limites estruturais impostos pela ausência de investimentos estatais consistentes, a consolidação da Funm não pode ser compreendida de forma dissociada das decisões tomadas por seus dirigentes. Foram esses sujeitos, situados entre as pressões locais, as normativas do Estado e o contexto autoritário da ditadura militar, que conduziram os rumos administrativos, acadêmicos e políticos da instituição em seus anos iniciais. Assim, compreender quem foram esses dirigentes, quais projetos defenderam, como atuaram e de que maneira suas decisões ficaram registradas nos documentos institucionais torna-se fundamental para analisar o processo de institucionalização da Funm/Unimontes.

4 DIRIGIR A UNIVERSIDADE NO INTERIOR DA DITADURA: LIDERANÇA E GESTÃO DA FUNM (1964-1978)

A consolidação institucional da Funm, entre 1964 e 1978, esteve diretamente associada ao processo de criação, reconhecimento e reorganização de seus cursos; dinâmica que pode ser apreendida por meio da documentação administrativa, acadêmica e jornalística produzida no período. Atas, portarias, relatórios de

gestão, correspondências oficiais e matérias da imprensa local revelam não apenas os marcos cronológicos dessas iniciativas, mas também os esforços políticos, técnicos e simbólicos empreendidos para estruturar o ensino superior no Norte de Minas.

O primeiro diretor-geral da Funm foi João Valle Maurício, nomeado em 1964 pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Sua nomeação marcou o início de uma gestão voltada à institucionalização do ensino superior regional, em um contexto no qual a oferta de cursos universitários era praticamente inexistente no Norte de Minas. A permanência de João Valle Maurício por três mandatos consecutivos evidencia a centralidade de sua atuação no fortalecimento da Funm, aspecto amplamente registrado em documentos oficiais e na imprensa institucional (Assessoria de comunicação da Unimontes, 2002).

Logo após assumir a direção, João Valle Maurício nomeou as professoras Maria Isabel Magalhães Figueiredo e Heloísa Helena de Ruiz Vieira para secretariar a Diretoria Geral. A documentação da Funm evidencia, desde seus primeiros anos, a presença expressiva de mulheres em funções administrativas e de gestão, aspecto que tensiona leituras tradicionais sobre a ocupação dos espaços de poder nas instituições de ensino superior. Posteriormente, outras mulheres passaram a integrar a administração da fundação, entre elas Cleonice Souto, Heloísa Combat Vieira, Milene Maurício, Yeddé Ribeiro Christova, Jane Bastos e Maria das Graças Alencar Athayde, conforme registrado em atas e relatórios administrativos (Jardim; Barbosa; Batista; Antunes, 2002).

Sob a direção de João Valle Maurício foram instituídas faculdades que se tornariam estruturantes para a trajetória da Funm/Unimontes: Fafil, Fadir, Famed e Fadec. A documentação preservada na Diretoria de Documentos e Informações (DDI) permite acompanhar esse processo como um movimento gradual de expansão institucional, marcado por negociações políticas, adequações às

normativas educacionais e pela busca de reconhecimento junto aos órgãos reguladores.

A Fafil, criada em 1963, foi responsável pela implantação dos primeiros cursos superiores da região, voltados às áreas de Humanidades e à formação de professores. De acordo com o livro *Unimontes: 40 anos de história*, sua primeira diretoria foi composta por docentes que desempenharam papel central na organização acadêmica e administrativa da faculdade, cujos nomes e funções estão amplamente registrados em atas eleitorais, regimentos internos e relatórios institucionais (Caleiro; Pereira, 2002; Maia; Cordeiro, 2002). Esses documentos revelam a Fafil como espaço inaugural da cultura universitária no Norte de Minas, articulando ensino, formação docente e compromisso regional.

A Faculdade de Direito (Fadir), fundada em 1964, teve como idealizadores advogados atuantes na região, entre eles: João Luiz de Almeida, Hélio Oscar Vale Moreira e Mauro Carvalho Lafetá (Assessoria de comunicação da Unimontes, 2002). A trajetória de reconhecimento do curso pode ser acompanhada por meio de matérias do *Jornal Diário do Norte* e de correspondências oficiais que registram a atuação de comissões junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esses documentos evidenciam os esforços empreendidos por docentes e estudantes para garantir a consolidação institucional da faculdade, culminando na confirmação oficial de seu reconhecimento, celebrada publicamente na imprensa local.

A criação da Faculdade de Medicina (Famed), em 1968, representou um marco significativo para a Funm e a cidade de Montes Claros. A documentação referente à sua implantação, incluindo portarias, atas de reuniões e reportagens, revela a complexidade do processo, que envolveu uma comissão especial composta por médicos, religiosos e lideranças locais. A repercussão social da aprovação da Escola de Medicina pelo Conselho Estadual de Educação, amplamente noticiada pelo *Jornal Diário de Minas* em

1969, evidencia a centralidade simbólica do curso para o projeto de desenvolvimento regional.

A Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas (Fadec), instituída em 1972, responde a uma demanda crescente por formação técnica e administrativa em um contexto de expansão econômica regional. A documentação jornalística e institucional indica que seu processo de reconhecimento já estava em curso em 1971, demonstrando a articulação prévia entre docentes, gestores e órgãos reguladores (Caleiro; Pereira, 2002).

Em conjunto, os documentos analisados permitem compreender que a criação e a reorganização dos cursos da Funm, entre 1964 e 1978, não se limitaram a decisões administrativas isoladas. Tratou-se de um processo histórico marcado por disputas, negociações e estratégias institucionais, nas quais os registros arquivísticos assumem papel central como testemunhos das práticas, dos projetos e das expectativas que moldaram a universidade em seus anos iniciais. Esses documentos, ao mesmo tempo em que registram o passado, constituem-se como fontes fundamentais para a escrita da história da educação superior no Norte de Minas.

A criação e o reconhecimento dos cursos entre 1964 e 1978 produziram impactos que ultrapassaram o campo acadêmico, incidindo diretamente sobre a estrutura física, administrativa e simbólica da Funm. A ampliação da oferta de cursos exigiu a construção e a adaptação de novos espaços institucionais, como prédios administrativos, salas de aula, bibliotecas, laboratórios e ambientes especializados, que materializaram, no território, o projeto universitário em curso. Como lembra Jacques Le Goff, os documentos e os monumentos são construções do poder e da memória, portadores de intencionalidades e silêncios (Le Goff, 1990). Nesse sentido, as plantas arquitetônicas, os relatórios de obras, os pedidos de recursos e os registros patrimoniais da Funm revelam não apenas a expansão física da instituição, mas também as condições políticas e administrativas

que a tornaram possível. Tais documentos, ao mesmo tempo em que registram avanços, expõem tensões, improvisações e limites, exigindo do historiador uma leitura crítica e contextualizada, conforme propõe Marc Bloch (2001), ao afirmar que o documento não fala por si, mas deve ser interrogado a partir dos problemas do presente.

Nessa perspectiva, os arquivos institucionais permitem acessar o cotidiano da gestão universitária, suas estratégias e negociações, em consonância com a abordagem de Arlette Farge (2009), que compreende o arquivo como espaço de vestígios, conflitos e escolhas. Dirigir uma universidade no interior de Minas Gerais, durante a ditadura militar, significou administrar esse processo de crescimento sob vigilância política, restrições orçamentárias e controle estatal, conciliando a necessidade de expansão institucional com as exigências de um regime autoritário. É nesse cruzamento entre documentos, materialidade e poder que se inscreve a atuação das lideranças da Funm, cuja análise orienta a próxima seção, dedicada a compreender os desafios e as estratégias de gestão da universidade entre 1964 e 1978.

5 EDIFICAR A UNIVERSIDADE: EXPANSÃO FÍSICA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FUNM (1964-1978)

A trajetória inicial da Funm foi marcada pela precariedade material e pelo uso de espaços improvisados, situação que evidencia não apenas a fragilidade estrutural do projeto universitário nascente, mas também a ausência de um investimento estatal consistente na interiorização do ensino superior. A expansão física da instituição, ao longo das décadas de 1960 e 1970, deve ser compreendida, portanto, como um processo lento, negociado e profundamente atravessado pelas condições políticas impostas pelo regime civil-militar instaurado em 1964.

Sob a liderança de João Valle Maurício, a Funm passou a construir, gradualmente, sua base patrimonial. Convidado pelo governador Magalhães Pinto para representar o governo de Minas Gerais nos atos de implantação da fundação, João Valle assumiu também a missão de viabilizar o ensino superior no Norte de Minas, entendido como elemento estratégico para o desenvolvimento regional em um contexto de acelerada modernização econômica nos anos 1960. Conforme registra a obra institucional, foi a partir de articulações políticas locais, especialmente com o prefeito Pedro Santos e o apoio da Câmara Municipal de Montes Claros que se concretizou a doação de um terreno no bairro Santos Reis, com aproximadamente 20.000 m², constituindo o primeiro patrimônio da Funm (Anastasia, 2012). Esse episódio revela uma característica central da expansão física da Funm: a transferência recorrente da responsabilidade pela infraestrutura universitária para a esfera local. Tal dinâmica, amplamente documentada nos arquivos institucionais, expõe uma lógica de descentralização sem financiamento adequado, típica do período autoritário, em que o discurso do desenvolvimento regional coexistia com a limitação concreta de recursos públicos.

O primeiro movimento expressivo de consolidação patrimonial ocorreu com a Fadir. Em 1966, a transferência da unidade para um prédio próprio, o casarão da Rua Coronel Celestino, nº 75, marcou um ponto de inflexão simbólico e material. As atas da congregação da Faculdade de Direito, produzidas entre julho e agosto daquele ano, registram minuciosamente as visitas técnicas, as avaliações das condições do imóvel e a decisão final pela mudança. Esses documentos não apenas narram um deslocamento físico, mas revelam os mecanismos decisórios internos e a centralidade da gestão na definição dos rumos institucionais. Como sugere Marc Bloch (2001), são precisamente esses registros administrativos que permitem ao historiador compreender como as instituições pensam e agem.

A criação da Famed intensificou ainda mais a pressão por infraestrutura adequada. Inicialmente instalada no Colégio São José, em 1969, por cessão temporária; a Famed expressa de forma exemplar a lógica de improvisação institucional que marcou a Funm em seus primeiros anos. A posterior doação do prédio localizado na Rua Dr. Veloso, nº 678, pelo Instituto Antônio Teixeira de Carvalho, onde passou a funcionar o ambulatório da Faculdade de Medicina, representou um avanço significativo, sobretudo pela possibilidade de articular ensino, prática médica e atendimento à população (Assessoria de comunicação da Unimontes, 2002). A ampliação posterior da policlínica, entre 1983 e 1985, embora fora do recorte temporal imediato desta pesquisa, evidencia a permanência de demandas estruturais gestadas ainda nos anos iniciais da instituição. A documentação referente à Famed, como notícias de jornal, relatórios administrativos, registros patrimoniais e correspondências, permite observar como a expansão física esteve diretamente associada à busca por legitimidade acadêmica e reconhecimento federal. Reportagens do *Jornal de Montes Claros* revelam a mobilização regional para viabilizar financeiramente a escola médica, por meio de doações locais e venda de bolsas de estudo às prefeituras. Esse movimento explicita a dimensão política do financiamento educacional no interior do país e reforça a leitura de Arlette Farge (2009), ao compreender o arquivo como espaço onde emergem vozes, tensões e estratégias de sobrevivência institucional.

A consolidação da expansão física da Funm atingiu seu ponto culminante em 1977, quando, com recursos do Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC), a fundação adquiriu da Mitra Diocesana de Montes Claros um terreno de aproximadamente 247 mil m², além de um prédio com 3,4 mil m² de área construída, destinado à implantação do futuro *campus* universitário. O projeto arquitetônico apresentado à Caixa Econômica Federal, em 1978, previa biblioteca central, laboratórios, reitoria

e setores administrativos, projetando uma universidade moderna e integrada. Ainda que o plano não tenha sido integralmente executado, sua existência documental revela a ambição institucional e a tentativa de inscrever a Funm em um patamar mais elevado no sistema de ensino superior brasileiro.

Entre 1964 e 1978, portanto, a expansão física da Funm não pode ser compreendida apenas como crescimento material. Ela expressa uma política de resistência institucional, construída em meio às restrições do regime autoritário, na qual cada prédio, terreno adquirido e adaptação provisória constituem marcas de disputa por reconhecimento, autonomia e permanência. Como lembra Jacques Le Goff (1990), os documentos que registram esse processo são também monumentos, pois carregam as intenções, os silêncios e os limites de uma universidade que se construiu no contexto da ditadura, negociando continuamente entre o controle estatal e as demandas regionais.

A expansão física da Funm, materializada na aquisição de terrenos, na construção de prédios e na instalação de bibliotecas e laboratórios, não pode ser compreendida apenas como resultado de um projeto educacional ou do esforço de suas lideranças locais. Trata-se, sobretudo, de um processo profundamente condicionado pela relação da instituição com o poder público, em suas diferentes esferas. No contexto da ditadura militar, a consolidação da Funm dependeu de negociações constantes com o governo estadual, de recursos provenientes do governo federal e de interlocuções diretas com órgãos vinculados à política educacional do regime. Os documentos preservados nos arquivos institucionais, na DDI, entre eles, ofícios, convênios, pareceres, relatórios e correspondências, revelam uma universidade que se expandia ao mesmo tempo em que se submetia a mecanismos de tutela, vigilância e controle, evidenciando as ambiguidades de um projeto de interiorização do ensino superior gestado sob um Estado autoritário. É nesse cruzamento

entre desenvolvimento regional, dependência institucional e poder político que se insere a análise da relação da Funm com o poder público entre 1964 e 1978.

6 ENTRE O APOIO ESTATAL E O CONTROLE POLÍTICO: A FUNM E O PODER PÚBLICO SOB A DITADURA (1964-1978)

A relação da Funm com o poder público, durante o período da ditadura militar, caracterizou-se por um conjunto de mediações institucionais marcadas pela dependência financeira, busca de legitimidade acadêmica e adequação às diretrizes políticas do regime. Essa relação pode ser apreendida por meio da análise de documentos administrativos, convênios, correspondências oficiais e matérias jornalísticas, que revelam tanto os mecanismos de apoio estatal quanto as formas de enquadramento e controle sobre a instituição.

A imprensa local desempenhou papel relevante na construção pública dessa relação. Em matéria publicada pelo *Jornal de Montes Claros*, em 16 de agosto de 1977, destaca-se o comprometimento da Funm com a educação no Norte de Minas, enfatizando os “aplausos” do Ministério da Educação e Cultura (MEC) à chamada Carta de Princípios da Fundação. O texto jornalístico evidencia a valorização, por parte do MEC, daquilo que denomina “consciência institucional” da Funm, elogiando as decisões administrativas tomadas até então e o alinhamento do projeto universitário ao discurso do desenvolvimento regional. Tal narrativa não apenas legitima a atuação da fundação, como também explicita sua inserção no projeto educacional do regime, no qual a interiorização do ensino superior se articulava às estratégias de modernização controlada.

O reconhecimento oficial da Fafil, anunciado em 13 de dezembro de 1970, constitui um marco significativo dessa relação. Assinado pelo ministro da Educação, Jarbas Passarinho, o decreto

de reconhecimento foi amplamente divulgado pela imprensa local, que ressaltou sua importância para a validação nacional dos diplomas e o exercício profissional dos egressos. A diretora Mary Figueiredo recebeu a confirmação do governador de Minas Gerais, Pío Canedo, e deslocou-se à Brasília para tratar das provas das primeiras turmas, evidenciando a centralização das decisões educacionais no âmbito federal. O jornal registra, ainda, que o projeto de decreto foi encaminhado para homologação pelo Presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici, explicitando a subordinação formal das instituições de ensino superior às instâncias máximas do regime militar.

Nesse contexto, o reitor João Valle Maurício destacou que o reconhecimento da Fafil simbolizava, segundo suas palavras, a “federalização do ensino superior na região” (Jornal de Montes Claros, 1977), permitindo à Funm oferecer diplomas válidos em todo o território nacional e viabilizando a expansão por meio da criação de escolas isoladas em outras cidades do Norte de Minas. Seu discurso, registrado na imprensa, reforça a dimensão regional do projeto universitário, ao mesmo tempo em que evidencia a dependência da instituição em relação às condições políticas e administrativas impostas pelo Estado. O reconhecimento acadêmico aparece como resultado de um longo processo burocrático, mediado por autoridades civis, religiosas e políticas, entre elas o padre Orlando Vilela, membro do Conselho Federal de Educação, cuja atuação foi considerada decisiva na tramitação do processo.

A relação com o poder público municipal também se estruturou de forma colaborativa, ainda que atravessada pelo contexto autoritário. Correspondência enviada pela Prefeitura de Montes Claros, em 12 de setembro de 1969, ao diretor do Centro Educacional Antônio Lafetá Rebello, agradece o apoio da Funm às comemorações da Semana da Pátria, ressaltando que, sem o “patriotismo” da fundação, tais celebrações não teriam sido possíveis. O documento

evidencia como a universidade se inseria nas práticas cívicas e simbólicas do regime, participando ativamente de eventos que reforçavam os valores nacionalistas e a legitimidade do Estado autoritário no plano local (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1969).

No campo do financiamento estudantil, a Funm também se vinculou diretamente às políticas do governo federal. Em 9 de fevereiro de 1972, o Ministério da Educação e Cultura instituiu um programa de bolsas de estudo destinado a alunos de baixa renda, por meio do qual universidades, fundações e federações de escolas deveriam encaminhar requerimentos às unidades competentes. A inclusão da Funm nesse edital revela tanto o reconhecimento institucional da fundação quanto sua inserção em uma política pública que, embora ampliadora do acesso, mantinha rígidos mecanismos de controle e seleção.

Outros convênios firmados ao longo da década de 1970 reforçam a complexidade dessas relações. Em março de 1977, a Funm celebrou convênio com a Rádio Sociedade Norte de Minas (ZYD-7), representada por seu diretor, Elias Siuffi, com o objetivo de conceder bolsas de estudo a funcionários da emissora matriculados nas unidades da fundação. Do mesmo modo, o convênio firmado com a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), sediada no Rio de Janeiro, previa recursos no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) para a promoção de atividades culturais, extensão universitária e pesquisas de caráter socioeconômico, por meio da chamada “Jornada Cultural de Montes Claros”.

Esses documentos evidenciam que a relação da Funm com o poder público não se limitou ao financiamento ou ao reconhecimento formal de cursos, mas envolveu um conjunto mais amplo de estratégias de legitimação institucional, inserção regional e adequação às diretrizes políticas do regime. À luz das reflexões de Jacques Le Goff (1990) e Arlette Farge (2009), os arquivos que registram essas relações não podem ser lidos como simples repositórios neutros, mas como espaços de produção de sentidos, nos quais se

materializam as tensões entre projeto educacional, poder estatal e memória institucional. Nesse sentido, os documentos da Funm revelam uma universidade que se expandiu e se consolidou sob a tutela do Estado autoritário, negociando permanentemente sua autonomia em um cenário marcado pela vigilância, pelo controle e pela instrumentalização política do ensino superior.

Desse modo, a relação estabelecida entre a Funm e o poder público, em suas instâncias municipal, estadual e federal, não pode ser compreendida de forma abstrata ou institucionalmente neutra. Ela se materializou, cotidianamente, em ações, discursos e decisões dos dirigentes que estiveram à frente da fundação durante o período da ditadura militar. Foram esses sujeitos que assumiram a função de mediadores entre as exigências do Estado autoritário, as demandas regionais por ensino superior e os limites impostos à autonomia universitária. Os documentos administrativos, as correspondências oficiais, os convênios e as matérias jornalísticas analisados revelam que a gestão da Funm esteve permanentemente atravessada por negociações políticas, estratégias de adequação normativa e escolhas que buscavam garantir a sobrevivência e a expansão da instituição sem romper frontalmente com o regime vigente. Assim, compreender a trajetória da Funm, entre 1964 e 1978, exige deslocar o olhar da instituição abstrata para os dirigentes que a conduziram, investigando como suas lideranças foram constituídas, legitimadas e tensionadas no interior de um contexto autoritário, no qual dirigir uma universidade no interior significava, simultaneamente, administrar projetos educacionais, responder a instâncias de controle estatal e inscrever a Funm no projeto político de desenvolvimento regional defendido pelo regime.

Se, por um lado, a Funm construiu uma relação contínua com o poder público, materializada em reconhecimentos oficiais, convênios, bolsas de estudo e parcerias institucionais, por outro, essa inserção não se deu sem tensões, limites e contradições. As

mesmas instâncias estatais que legitimavam e financiavam a fundação também impunham controles normativos, restrições orçamentárias e condicionantes políticos que recaíam diretamente sobre a gestão universitária. Os dirigentes da Funm, ao atuarem como mediadores entre o projeto regional de interiorização do ensino superior e o Estado autoritário, enfrentaram dificuldades financeiras persistentes, entraves burocráticos, precariedades estruturais e pressões políticas próprias do contexto da ditadura militar. Os documentos arquivísticos analisados, como relatórios administrativos, ofícios, convênios e registros contábeis, sob a custódia da DDI, evidenciam que a expansão institucional foi acompanhada por um permanente exercício de gestão sob constrangimentos, no qual governar a universidade significava administrar a escassez, negociar com o poder central e garantir a continuidade do projeto educacional em meio a um cenário de controle e vigilância.

7 OS DESAFIOS DA GESTÃO DA FUNM: FINANÇAS, POLÍTICA E INFRAESTRUTURA NO PERÍODO DITATORIAL

A gestão de João Valle Maurício desenvolveu-se em um contexto político profundamente marcado pelo regime militar instaurado em 1964, cujos efeitos incidiram diretamente sobre as instituições de ensino superior em todo o país. A centralização das decisões administrativas e financeiras pelo governo federal restringia a autonomia universitária, submetendo fundações e faculdades a um rígido controle normativo, ideológico e orçamentário. No caso da Funm, tais condicionantes foram ainda mais severos, uma vez que se tratava de uma instituição localizada no interior do estado, distante dos grandes centros decisórios e historicamente marginalizada no acesso a investimentos públicos.

A Reforma Universitária de 1968, embora apresentada oficialmente como instrumento de modernização do ensino superior, impôs exigências administrativas, pedagógicas e estruturais que demandavam investimentos elevados. Para instituições como a Funm, que operavam com recursos escassos e infraestrutura precária, a necessidade de adequação aos novos parâmetros legais representou um desafio adicional. A gestão universitária passou a atuar em um campo de tensões permanentes, no qual era preciso conciliar o cumprimento das normativas estatais com a sobrevivência institucional e a manutenção de um projeto regional de educação superior.

No plano local, a cidade de Montes Claros vivenciava, nas décadas de 1970 e 1980, um processo de crescimento urbano e industrial acelerado, impulsionado pela migração interna e instalação de empreendimentos favorecidos por políticas de incentivo fiscal. Esse movimento ampliou a demanda por formação superior como meio de mobilidade social e inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que evidenciou a insuficiência de oferta educacional na região (Silveira, 2005). No Norte de Minas, Montes Claros consolidava-se como polo regional de serviços, comércio, saúde e educação, ainda que marcada por profundas desigualdades sociais, *déficit* habitacional e fragilidade dos serviços públicos. Nesse cenário, a criação e a consolidação da Funm constituíram uma resposta estratégica à histórica concentração do ensino superior nas capitais e grandes centros urbanos. Em Minas Gerais, as oportunidades acadêmicas permaneciam fortemente centralizadas em Belo Horizonte, limitando o acesso da população do interior à formação universitária. A Funm, portanto, emergiu como iniciativa fundamental para a interiorização do ensino superior, assumindo um papel estruturante no desenvolvimento regional.

Do ponto de vista financeiro, a Funm enfrentava um quadro de instabilidade permanente. A instituição dependia majoritariamente das mensalidades pagas pelos estudantes, muitos deles oriundos de famílias de baixa renda, o que resultava em elevados

índices de inadimplência e fragilidade orçamentária. Essa condição tornava a gestão vulnerável às oscilações econômicas regionais e impunha limites à expansão institucional. Para garantir a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, a administração de João Valle Maurício recorreu a estratégias diversas, como a celebração de convênios com o poder público municipal e estadual, parcerias com universidades e instituições privadas, além de campanhas comunitárias e doações locais. Registros jornalísticos e documentais do período evidenciam o papel decisivo do engajamento de docentes, servidores e da sociedade civil, muitas vezes atuando de forma voluntária, para assegurar o funcionamento da Funm (Jornal de Minas Gerais, 1974).

Documentos da imprensa regional revelam, de forma contundente, as condições precárias enfrentadas pela Funm. Em matéria veiculada no *Jornal de Minas Gerais*, o presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Aristóteles Mendes Ruas, manifestava a expectativa de obter apoio do governo estadual para a implantação do *campus* universitário, ressaltando a precariedade dos prédios utilizados tanto pela Funm quanto por escolas estaduais da cidade. O debate na Câmara Municipal de Montes Claros, que incluiu a proposta de doação de terrenos para a universidade, evidencia como a questão educacional mobilizava o poder público local e se tornava objeto de disputa política e institucional (Jornal de Minas Gerais, 1974).

As limitações estruturais constituíam outro eixo central dos desafios enfrentados pela gestão. Grande parte das atividades acadêmicas e administrativas ocorriam em imóveis improvisados ou cedidos temporariamente, inadequados para atender à crescente demanda de estudantes e professores. A escassez de laboratórios, bibliotecas e materiais didáticos comprometia a qualidade do ensino e restringia o desenvolvimento da pesquisa. Somavam-se à situação, a ausência de moradia estudantil, a precariedade do transporte

regional e a dificuldade de atrair e manter docentes titulados, o que resultava em um corpo docente frequentemente contratado apenas para o regime de aulas, com poucas condições de dedicação à pesquisa e à extensão.

No campo político-institucional, a Funm enfrentava ainda o desafio do reconhecimento oficial de seus cursos pelo MEC. Como relatado pelo professor Itagiba de Castro Filho (2025), especialmente no caso da Faculdade de Medicina, havia o risco concreto de que estudantes concluíssem seus cursos sem a garantia de validade nacional dos diplomas. Essa situação não era isolada, pois jornais da época informavam que, em 1971, 27 faculdades funcionavam sem autorização oficial, revelando um quadro preocupante para o ensino superior no país. As exigências do Conselho Estadual e do Conselho Federal de Educação constavam de prédio próprio, estabilidade financeira e quadro docente qualificado, fatores que representavam obstáculos significativos para instituições interioranas como a Funm, que ainda não atendia plenamente a tais critérios. A autorização para funcionamento e o reconhecimento dos cursos eram processos longos e burocráticos, podendo se estender por até uma década. Durante esse período, as instituições estavam autorizadas apenas a emitir certificados de conclusão, o que limitava a inserção profissional dos egressos. A gestão de João Valle Maurício precisou, portanto, lidar simultaneamente com a escassez de recursos, a precariedade estrutural e a pressão regulatória, mobilizando esforços contínuos para assegurar a legitimidade acadêmica da Funm.

Apesar dessas adversidades, a fundação contou com o apoio de parcerias estratégicas, como as doações de terrenos e prédios realizadas pela Prefeitura de Montes Claros, governador Israel Pinheiro e Instituto Antônio Teixeira de Carvalho, além de convênios com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Tulane, que ofereceram suporte técnico para o desenvolvimento

institucional. Ainda assim, a ausência de políticas públicas consistentes e de financiamento regular limitava a execução de projetos mais amplos de modernização e expansão. Mesmo diante dessas restrições, a gestão de João Valle Maurício alcançou conquistas significativas. A consolidação do patrimônio da fundação, o fortalecimento de sua identidade institucional e o planejamento do *campus* universitário lançaram as bases para a futura transformação da Funm na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Como destacam Caleiro e Pereira (2002), a implantação da Funm contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento regional, afirmando Montes Claros como polo educacional e incorporando a universidade ao conceito de polo de desenvolvimento.

Além de seu papel acadêmico, a Funm exerceu influência direta no desenvolvimento social e econômico do Norte de Minas. A formação de profissionais nas áreas de saúde, educação, administração pública e comércio ampliou as oportunidades de mobilidade social e fortaleceu os serviços regionais. A criação de empregos diretos e indiretos, e a ampliação da oferta cultural e científica, reforçaram a integração entre universidade e comunidade local. O perfil discente e docente da Funm refletia, ao mesmo tempo, os desafios e as potencialidades da instituição. Estudantes oriundos de municípios vizinhos e de baixa renda buscavam na universidade uma possibilidade concreta de ascensão social, enquanto o corpo docente, ainda que limitado em número e titulação, demonstrava forte compromisso institucional. Essa relação sustentou a continuidade das atividades acadêmicas e fortaleceu ações de extensão e parcerias comunitárias.

Por fim, a gestão de João Valle Maurício delineou estratégias de expansão e consolidação institucional que projetaram a Funm como embrião da futura Unimontes. A construção do *campus*, o planejamento de novos cursos e a formalização de convênios nacionais e internacionais revelam uma administração que, mesmo

governando sob constrangimentos políticos, financeiros e estruturais, conseguiu afirmar a universidade como espaço de resistência, negociação e produção de conhecimento ainda que no contexto da ditadura militar.

Diante desse conjunto de desafios (financeiros, estruturais, políticos e administrativos), a gestão da Funm não se limitou à condução pragmática da instituição, mas, na medida do possível, passou a produzir, organizar e preservar registros que constituem hoje o próprio alicerce de sua identidade institucional. Em um contexto autoritário, no qual o Estado controlava recursos, discursos e reconhecimentos oficiais, o arquivo universitário assumiu um papel estratégico, não apenas como repositório burocrático, mas como espaço de disputa simbólica e política. Os documentos administrativos, os convênios, os relatórios enviados aos órgãos governamentais, as matérias jornalísticas e as correspondências oficiais revelam uma universidade que precisava continuamente provar sua legitimidade, utilidade social, aderência e/ou negociação às exigências do regime.

Como nos alerta Le Goff (1990), o documento é sempre um monumento, construído a partir de relações de poder, e, conforme Farge (2009), o arquivo carrega tensões, silêncios e escolhas que dizem tanto quanto o que é explicitado. Assim, a identidade da Funm foi sendo forjada nos interstícios entre vigilância, negociação e resistência, inscrita nos arquivos como resultado de estratégias institucionais conscientes. É a partir dessa perspectiva que a próxima seção analisa as iniciativas que marcaram a construção da identidade institucional da Funm, compreendendo o arquivo não como espelho neutro do passado, mas como campo ativo de produção histórica.

8 UNIVERSIDADE, REGIÃO E IDENTIDADE: A FUNM COMO PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL

A identidade institucional da Funm constituiu-se de forma indissociável do contexto regional do Norte de Minas Gerais. A universidade nasceu de um projeto profundamente marcado pelo regionalismo, que reconhecia Montes Claros como eixo articulador do desenvolvimento educacional, social e econômico da região. Conforme destaca a obra institucional *Unimontes: 40 anos de história* (2002), esse sentimento regionalista não apenas orientou a criação da Funm, como permanece alinhado aos ideais que a Unimontes ainda hoje sustenta em sua atuação regional (Caleiro; Pereira, 2002).

A iniciativa de implantar uma instituição de ensino superior no Norte de Minas estava diretamente associada à formação de profissionais comprometidos com as demandas locais, capazes de intervir nos problemas históricos da região, como as desigualdades educacionais, a precariedade da saúde pública, a falta de mão de obra qualificada, as limitações habitacionais e os desafios socioeconômicos estruturais. Essa diretriz aparece de forma explícita na documentação produzida no período, especialmente na imprensa local, que atuou como importante mediadora na construção da imagem pública da Funm. Em matéria publicada pelo *Jornal de Montes Claros*, em 21 de março de 1972, lê-se:

A universidade norte mineira pretende formar profissionais para atender os problemas regionais e não quer como modelo instituições tradicionais de ensino superior, cujas programações, na sua maioria, são obsoletas e incompatíveis com a realidade nacional. Esta determinação foi confirmada ontem pelo grupo de trabalho encarregado do projeto de estruturação da universidade, na presença do sr. João Valle Maurício [...] (O *Jornal de Montes Claros*, ano XXI, 21 mar. 1972).

Esse registro evidencia que a identidade institucional da Funm foi conscientemente formulada como contraponto aos modelos tradicionais de ensino superior concentrados nos grandes centros urbanos. Ao se afirmar como universidade regional, a Funm inscreveu em seus documentos fundadores uma proposta pedagógica voltada à realidade norte mineira, produzindo uma memória institucional que buscava legitimar sua existência diante do poder público, da sociedade local e dos órgãos reguladores. Essa concepção é reforçada pelo depoimento do ex-reitor José Geraldo de Freitas Drummond (1989), ao afirmar que a universidade assumia como missão repensar o desenvolvimento regional e oferecer alternativas aos problemas históricos do Norte de Minas, como a seca, a fome, a migração rural-urbana e a urbanização desordenada. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, a Funm buscava formar profissionais tecnicamente qualificados e socialmente comprometidos, capazes de intervir de maneira crítica e responsável na realidade regional, promovendo cidadania e desenvolvimento social.

No contexto específico de Montes Claros, a Funm tornou-se um aparato estratégico de transformação social, extrapolando os limites do espaço acadêmico e afirmando-se como agente central no desenvolvimento econômico, político e cultural da região. Essa atuação se materializava, sobretudo, nas ações de extensão universitária, amplamente registradas nos arquivos institucionais e na imprensa local. Um exemplo emblemático é a notícia publicada em 17 de setembro de 1970, no *Jornal de Montes Claros*:

Nove universitários da Faculdade de Filosofia e da de Direito seguiram para Januária (5) e Salinas (4) na tarde de ontem. Nas duas cidades, vão fazer levantamento sócio-econômico e educacional, a pedido do Ministério da Educação e Cultura, que prepara plano de ação conjunta para 51 municípios mineiros (O Jornal de Montes Claros, 17 set. 1970).

Esse tipo de iniciativa evidencia a centralidade da extensão universitária na construção da identidade da Funm, antecipando práticas que, décadas depois, seriam institucionalizadas em programas como a *Unimontes Solidária*. Ao promover a aproximação entre universidade e sociedade, essas ações reforçavam o papel social da instituição e contribuíam para a formação prática e cidadã dos estudantes, ao mesmo tempo em que respondiam a demandas públicas concretas.

Do ponto de vista historiográfico e arquivístico, essas iniciativas ganham especial relevância quando analisadas a partir dos documentos que as registram. Relatórios, convênios, matérias jornalísticas e correspondências oficiais não apenas informam sobre as ações desenvolvidas, mas também constroem narrativas institucionais que afirmam a Funm como universidade comprometida com o desenvolvimento regional. Nesse sentido, o arquivo emerge como espaço de poder, no qual se disputam sentidos, legitimidades e memórias. A identidade institucional da Funm, portanto, não é apenas resultado de práticas acadêmicas, mas de uma construção histórica registrada, selecionada e preservada nos arquivos, que hoje permitem compreender a universidade como fruto de um projeto político, social e educacional voltado para o Norte de Minas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: GESTÃO, DOCUMENTOS E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA FUNM EM TEMPOS DE DITADURA (1964-1978)

O percurso analítico desenvolvido neste capítulo permitiu compreender a constituição e a consolidação da Funm como um processo historicamente situado, atravessado por disputas políticas, limitações estruturais e projetos de desenvolvimento regional, em plena vigência da ditadura civil-militar brasileira. Ao analisar a gestão institucional, a expansão física, as relações com o poder

público e as iniciativas de construção da identidade universitária evidenciou-se que a Funm não pode ser compreendida apenas como uma resposta técnica à demanda por ensino superior no Norte de Minas, mas como um projeto político-educacional inscrito nas tensões entre controle estatal, regionalismo e estratégias locais de afirmação institucional.

Essa interpretação foi construída a partir de uma leitura sistemática dos documentos produzidos e acumulados pela própria instituição, preservados atualmente na Diretoria de Documentação e Informações (DDI/Unimontes), no Fundo Documental Funm/Unimontes, com recorte temporal entre 1962 e 1989. Trata-se de um conjunto heterogêneo de fontes, consistindo em relatórios administrativos, correspondências, convênios, atas, processos de reconhecimento de cursos, registros financeiros e documentos da imprensa, que possibilitam acessar não apenas a dimensão administrativa da Funm, mas também os sentidos políticos, simbólicos e sociais atribuídos à universidade ao longo de sua trajetória inicial.

Ao tomar os arquivos como eixo estruturante da análise, este capítulo dialoga diretamente com Jacques Le Goff (1990), para quem o documento não é um vestígio neutro do passado, mas um monumento, produzido por relações de poder e carregado de intencionalidades. Os registros da Funm, longe de refletirem uma narrativa homogênea de progresso institucional, revelam escolhas, silêncios, hierarquizações e disputas, próprias de uma universidade gestada no interior do regime autoritário, mas também empenhada em afirmar sua relevância regional. Nesse sentido, os documentos analisados funcionam como lugares de memória institucional e, simultaneamente, como instrumentos de legitimação política.

A leitura atenta do acervo também se aproxima das reflexões de Arlette Farge (2009), sobretudo no que se refere ao contato com o arquivo como experiência histórica. Os documentos da Funm expõem as fragilidades materiais da instituição, os embates em torno

do reconhecimento dos cursos, as negociações com o Estado e os esforços cotidianos da gestão para garantir a sobrevivência da universidade. Mais do que grandes feitos, o arquivo revela o ordinário da administração universitária, permitindo compreender como se construiu, na prática, uma instituição de ensino superior no interior do país, em um contexto de escassez de recursos e vigilância política.

A perspectiva de Marc Bloch (2001) também orienta este capítulo ao tratar os documentos não como respostas prontas, mas como indícios a serem interrogados. A análise das fontes permitiu perceber que a Funm se constituiu em meio a contradições, pois, ao mesmo tempo em que buscava alinhamento com as diretrizes do Estado autoritário para garantir reconhecimento e financiamento, afirmava um discurso de compromisso com o desenvolvimento regional, a interiorização do ensino superior e a formação de profissionais voltados às demandas do Norte de Minas. Essa ambiguidade, longe de fragilizar a interpretação histórica, revela a complexidade das escolhas institucionais em contextos de restrição democrática.

Do ponto de vista arquivístico e historiográfico, este capítulo reafirma o papel do arquivo institucional como espaço de disputa, poder e resistência. A organização, preservação e disponibilização do Fundo Funm/Unimontes, resultado do projeto *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional*, financiado pela Fapemig, com apoio do CNPq e da Unimontes, possibilitou a reescrita da história da universidade a partir de suas próprias fontes. Trata-se de um movimento que rompe com leituras memorialistas ou celebratórias, permitindo uma abordagem crítica sobre a gênese da instituição.

Dessa forma, ao articular gestão universitária, expansão institucional, identidade regional e análise documental, este capítulo demonstra que a história da Funm e, posteriormente, da Unimontes, não se limita à cronologia administrativa, mas se insere em um campo mais amplo de disputas políticas e simbólicas. Os arquivos,

em especial a DDI, ao preservarem essas marcas, tornam-se fundamentais para compreender o papel da universidade no Norte de Minas e afirma a memória institucional como elemento central da escrita da história e da democratização do conhecimento histórico.

FONTES

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. *Unimontes 40 anos*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2002.

A UNIVERSIDADE Norte Mineira pretende formar profissionais para atender os problemas regionais. *Jornal de Montes Claros*, Montes Claros, 21 mar. 1972.

CASTRO FILHO, Itagiba de. *Entrevista concedida a equipe de pesquisadores da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes*. Montes Claros, MG, 2025.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Documentos institucionais*. Montes Claros, 1973. Fundo FUNM/Unimontes.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Ata de criação da Fundação Universidade Norte Mineira*. Montes Claros, MG, 1962.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Ata da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior do Norte de Minas*. Montes Claros, MG, 1962.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Ata da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior do Norte de Minas*. Montes Claros, MG, 1969.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Correspondência enviada pela Prefeitura de Montes Claros ao diretor do Centro Educacional Antônio Lafeté Rebello*. Montes Claros, 12 set. 1969. Fundo FUNM/Unimontes.

JORNAL DE MINAS GERAIS. *Engajamento de docentes, servidores e da sociedade civil na consolidação do ensino superior no Norte de Minas*. Belo Horizonte, 1974.

JORNAL DE MINAS GERAIS. *Implantação do campus universitário da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior*. Belo Horizonte, 1974.

JORNAL DE MONTES CLAROS. *Mobilização regional para viabilizar financeiramente a escola médica*. Montes Claros, 1967.

JORNAL DE MONTES CLAROS. *Reconhecimento oficial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil)*. Montes Claros, 13 dez. 1970.

JORNAL DE MONTES CLAROS. *FUNM como aparato estratégico de transformação social no Norte de Minas*. Montes Claros, 17 set. 1970.

JORNAL DE MONTES CLAROS. *A Universidade Norte Mineira pretende formar profissionais para atender os problemas regionais*. Montes Claros, 21 mar. 1972.

JORNAL DE MONTES CLAROS. *Comprometimento da Funm com a região e com a educação no Norte de Minas*. Montes Claros, 16 ago. 1977.

JORNAL DE MONTES CLAROS. *O reconhecimento da Fafil e a federalização simbólica do ensino superior no Norte de Minas*. Montes Claros, 1977.

MINAS GERAIS. *Lei nº 2.615, de 24/05/1962*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/2615/1962/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Unimontes: 40 anos*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Unimontes 50 anos: História & Memória*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Unimontes 60 anos*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Unimontes comemora 57 anos de fundação*. 2019. Disponível em: <https://unimontes.br/>

unimontes-comemora-57-anos-de-fundacao-nesta-sexta-24/. Acesso em: 20 set. 2025.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. A escola secundária e a escola primária. In: ABREU, Jayme. *Educação brasileira em debate*. Belo Horizonte: Editora X, 2005 [1955].

AFONSO, Priscilla Caires Santana org. *Os 60 anos do curso de geografia: da FUNM à Unimontes*. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2025.

ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *Unimontes 50 anos: História & Memória*. Montes Claros, Minas Gerais: Editora Unimontes, 2012.

ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, PR, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38439/pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino*. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Brasília, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 11 fev. 2026.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (org.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Uma lei de reforma universitária e seus itinerários. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, n. 35, p. 59-75, set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639614/7182>. Acesso em: 11 fev. 2026.

DOLHNIKOFF, Miriam; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura militar e a economia brasileira. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 331-367.

DRUMOND, José Geraldo de Freitas. “Universitas que sera tamen”. *Vínculo*, Montes Claros, MG, n. 4, p. 11-13, 1989.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FICO, Carlos. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/295>. Acesso em: 30 mar. 2026.

FONSECA, José Monteiro. *Educação deficiente e defeituosa*. Gazeta do Norte, Montes Claros, 1954.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JARDIM, Alex Fabiano Correia et al. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. In: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (orgs.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MAIA, Claudia de Jesus; Cordeiro, Filomena Luciene. As faculdades da Funm. In: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (orgs.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reformas Capanêmicas*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia/1940-1949>. Acesso em: 20 set. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: golpe ou contragolpe? São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e os(s) lugar(es) da(s) memória(s) em Montes Claros, MG – 1980 a 2012/2013*. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

RENAULT, Abgar. A ausência de articulação entre os cursos primário e secundário. *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 1955.

SILVA, José Carlos dos Santos. *Educação superior e desenvolvimento regional: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVEIRA, Yara Maria Soares da Costa. A transformação urbana de Montes Claros: surgimento e crescimento do bairro Cidade Industrial. *Revista Cerrados*, Montes Claros, MG, v. 3, n. 11, p. 23-42, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VELOSO, Geisa Magela (org.). *Unimontes, história e memória: 60 anos formando professores no Norte de Minas*. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2024. Disponível em: <https://www.editora.unimontes.br/os-60-anos-do-curso-de-geografia-da-funm-a-unimontes/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

A UNIMONTES ENTRE 1978 E 1980: TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E CAMINHOS DE CONSOLIDAÇÃO

João Olímpio Soares dos Reis
Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia
Ana Luiza do Carmo Nunes
Bianca Geovanna Santiago da Silva
Maria Isabel Ribeiro Ramos
Ugo da Hora Araujo

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo consiste em apresentar o período da gestão de 1978 a 1980, quando a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) ainda era conhecida como Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), administrada por uma junta diretora constituída por Fernando Dias Costa, Raimundo Poincaré Deusdará e Messias Pereira Donato. Essa tríade administradora se organizava a partir da liderança de Fernando Dias Costa, que assumiu com maior afinco a direção da Funm (Caleiro; Pereira, 2002).

Com o objetivo de analisar esse período histórico, os documentos sob a custódia da Diretoria de Documentação e Informações (DDI) da Unimontes, forneceu matéria prima para pesquisa, interpretação e construção dessa narrativa histórica. Nesse sentido, o estudo se caracterizou como uma pesquisa documental,

cujo método de investigação utilizou acervos sobre a Funm como fonte principal, entre eles, relatórios, jornais, fotografias, correspondências, estatuto, decretos etc.

A História se utiliza de documentos, os quais são transformados em fontes históricas para o pesquisador. Essas fontes históricas, à luz de Jacques Le Goff (1994), abarcam materiais diversos que extrapolam os documentos escritos tradicionais monumentalizados, contribuindo para a construção de narrativas históricas mais complexas e problematizadas. Desse modo, priorizou-se, nesta pesquisa, documentos com suporte em papel sob guarda da DDI, os quais demandaram análises profundas para transcorrer nas escritas históricas sobre a trajetória da Funm, no período de 1978 a 1980, com o intuito de compreender a Unimontes nos dias de hoje [2026].

Este trabalho também constitui uma pesquisa bibliográfica. Com a finalidade da formação do seu arcabouço teórico, a leitura dos livros *Unimontes 50 anos: história e memória*, de autoria de Carla Maria Junho Anastasia (2012), e *Unimontes: 40 anos de história*, organizado por Regina Célia Lima Caleiro e Laurindo Mékie Pereira (2002) tornaram-se fundamentais. O estudo se justifica em vários aspectos, entre eles educacional, pois trata de uma instituição de educação superior e ressalta-se como a primeira do Norte de Minas Gerais, abrangendo, no decorrer do seu processo consolidador, também as “(...) regiões do Noroeste, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Sua atuação alcança, hoje, 342 municípios, com potencial para atender uma população de mais de 2 milhões de pessoas” (Universidade Estadual de Montes Claros, 2025a).

Na perspectiva social, essa pesquisa demonstra grande potencial, pois examina o papel da Funm/Unimontes no vasto território de sua abrangência, resultando em muitas vidas modificadas com o curso superior, alinhada ao aspecto transformador da sociedade. Igualmente apresenta no seu bojo cultural novos modos de viver adquiridos e apreendidos por meio da educação. No campo

acadêmico, essa análise demonstra a preocupação com a compreensão da ação da Funm/Unimontes em formato científico e não apenas como conjecturas, mas com fontes históricas demonstrativas de sua real atuação regional.

Nessa direção, várias indagações se desencadearam como problema desta pesquisa, entre elas: qual o contexto histórico e educacional da época da fundação da Instituição? Qual o panorama político, social e educacional do Brasil e de Minas Gerais no final da década de 1970? Quais as universidades mineiras existentes e os desafios da interiorização do ensino superior? Como aconteceu a inserção da Funm, futura Unimontes, nesse cenário? O que os documentos revelam sobre a estrutura administrativa e acadêmica da Funm? Quais as dinâmicas dos cursos, corpo docente, estudantes e expansão do ensino? Qual a infraestrutura e como era o cotidiano institucional a partir dos registros oficiais? Quais as relações institucionais e desafios nessa perspectiva para a Funm? Há demandas de financiamento, recursos e regulamentações? Quais as dificuldades enfrentadas e como aparecem em ofícios, atas e relatórios? Acerca da memória e identidade institucional, como a documentação se torna evidência? Quais as permanências e transformações na trajetória institucional? A preservação documental constitui como garantia da história universitária?

Diante dessas questões, este capítulo organiza-se em quatro seções articuladas entre si. A primeira seção, “Contexto político e educacional do final da ditadura: Minas Gerais e a constituição histórica da Funm/Unimontes”, situa a instituição no cenário político e educacional do período final da ditadura, destacando os condicionantes históricos que marcaram a criação, a expansão e a consolidação da Funm no contexto mineiro. A segunda seção, intitulada “A instituição em documentos: escritas, práticas e sentidos da Funm/Unimontes nos arquivos”, analisa a documentação institucional como fonte histórica, abordando, de um lado, a estrutura

administrativa e acadêmica da Funm, e, de outro, as dinâmicas de integração acadêmica expressas em projetos, parcerias e práticas envolvendo docentes e discentes, evidenciando o cotidiano e o funcionamento da instituição a partir dos registros oficiais. A terceira seção, “O documento como espelho da crise institucional”, examina conflitos, limites e contradições que atravessaram a Funm no período, evidenciando como as dificuldades estruturais, administrativas e financeiras ganharam forma documental e se inscreveram nos arquivos da instituição. Por fim, a quarta seção, “Memória e identidade institucional”, reflete sobre o papel da documentação arquivística como chave para a construção da identidade institucional da Funm/Unimontes, evidenciando permanências, rupturas, silêncios e disputas, e reafirmando o arquivo como condição fundamental para a escrita da história universitária e para a compreensão de seus processos históricos.

2 CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL DO FINAL DA DITADURA: MINAS GERAIS E A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA FUNM/UNIMONTES

Apresentar o contexto histórico e educacional da Funm/Unimontes é importante para compreender a sua dimensão temporal e espacial no âmbito regional. Em uma realidade conturbada, como a ditadura militar, nasce uma instituição de ensino superior com a finalidade de atender as necessidades, em um primeiro momento, de um grupo específico da sociedade montesclarenses constituída como uma elite política, econômica e social. No decorrer do tempo, a Funm se transforma em Unimontes, uma universidade pública e gratuita. Nessa direção, o sentido da entidade revela seu lugar como potencial de transformação para a população local e regional.

O período analisado e estabelecido como recorte temporal deste estudo aponta um Brasil com uma política voltada para a

ditadura militar, que atingiu o interior de Minas Gerais, especificamente Montes Claros, de maneira “sutil” e diferente de outras regiões centrais do país. Entretanto, estudos de Camila Gonçalves Silva (2011), Luís Fernando de Souza Alves e André Luiz Mendes Athayde (2023) revelam que, sobretudo, a censura atuava fortemente na imprensa local, controlando os espaços de informação e comunicação, conforme os parâmetros estabelecidos por censores do 10º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais (10º PM-MG). Os autores afirmam que, com a instauração do período militar no Brasil, membros dessa corporação foram inseridos em redações dos jornais *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros* (Alves; Athayde, 2023), em razão do temor das elites locais diante da propagação de ideias de esquerda, fazendo com que o cerceamento à imprensa escrita local permanecesse durante os 21 anos de Regime Militar (Silva, 2011).

Nessa época, Montes Claros (Diretoria de Documentação e Informações, 2005), estava sob o segundo mandato do prefeito Antônio Lafetá Rebello, cujo primeiro governo ocorreu de 1966 e 1970, e o segundo entre 1977 e 1982, o que possibilitou, em virtude da conjuntura própria da ocasião, o processo de industrialização da cidade. A partir da década de 1970, houve uma intensa desconcentração industrial dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, da qual Minas Gerais foi expressivamente beneficiada. Esse processo impulsionou a rápida expansão e industrialização da cidade de Montes Claros, fato que representou desafios para a gestão municipal, já que esta precisava alinhar as demandas de uma população em constante crescimento. Antônio Lafetá priorizou planos de organização do perímetro urbano e favoreceu ações políticas de seus correligionários, enquanto evitou dialogar com lideranças de bairros e associações comunitárias não favorecidas pelas obras da administração municipal (Alves; Athayde, 2023).

Nesse contexto local e regional, ocorre o surgimento de universidades mineiras, entre elas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Contudo, existem muitos desafios acerca da interiorização do ensino superior, pois o Brasil foi marcado por uma trajetória de séculos de história com intensas lutas de interesses políticos e sociais.

O surgimento das primeiras escolas de nível superior no país se deu com a chegada de D. João VI, em 1808. O ensino tinha como foco a formação profissional, influenciado pelo modelo francês e com pouca atenção à pesquisa científica. As primeiras instituições surgiram no século XIX, mas a primeira universidade, oficialmente reconhecida, foi criada apenas em 1920, no Rio de Janeiro (Souza; Miranda; Souza, 2019).

Desde a década de 1920 até a atualidade, ocorreram mudanças significativas, como a organização de universidades, a partir do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, promovendo o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao *systema universitario*, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a **organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto**, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

TÍTULO I

FINS DO ENSINO UNIVERSITARIO

Art. 1º **O ensino universitario tem como finalidade:** elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Art. 2º **A organização das universidades brasileiras attenderá primordialmente, ao criterio dos reclamos e necessidades**

do paiz e, assim, será orientada pelos factores nacionaes de ordem psychica, social e economica e por quaesquer outras circumstancias que possam interferir na realização dos altos designios universitarios. Art. 3º O regimen universitario no Brasil obedecerá aos preceitos geraes instituidos no presente decreto, podendo, entretanto, admittir variantes regionaes no que respeita á administração e aos modelos didacticos. Art. 4º **As universidades brasileiras desenvolverão acção conjuncta em beneficio da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercambio com as universidades estrangeiras** (Brasil, 1931, grifos nossos).

Em 1938, organizou-se o movimento estudantil com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), demonstrando a solidificação do ensino superior no país. Na década de 1950, ocorreu a ampliação da rede federal com a “federalização” de instituições estaduais e privadas (Saviani, 2010). Durante a década de 1960, um contexto complexo, dado pelo golpe militar, instituiu a Lei nº 5.540/68, conhecida como a Reforma Universitária de 1968, que contou com “dois princípios norteadores, o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para economia” (Antunes; Silva; Bandeira, 2011, p. 1).

De acordo com Antunes, Silva e Bandeira (2011), a Reforma de 1968, elaborada em meio ao fortalecimento do poder militar e à repressão aos movimentos estudantis, introduziu mudanças significativas na administração e na política universitária. Entre suas principais medidas, estiveram a expansão de programas de pós-graduação e uma maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Embora, a reforma seja relacionada ao regime militar, a interferência estatal nas universidades não era inédita, porque foi um período marcado por transformações estruturais, tensões políticas, reorganização institucional e mudanças profundas no cotidiano universitário. Essa lei deixou um legado ambíguo: ao mesmo tempo em que modernizou e ampliou o ensino superior brasileiro, também

representou um período de repressão, controle político e limitação das liberdades acadêmicas.

A expansão das universidades federais brasileiras foi fundamental para ampliar o acesso ao ensino superior público, tensionando e redefinindo os sentidos da democratização do ensino superior no Brasil. Essa conquista, no entanto, foi resultado de um processo marcado por intensas lutas e resistências. Durante essa trajetória, surgiram obstáculos significativos, como a ausência de infraestrutura adequada nos campos, além de conflitos políticos e econômicos, que comprometeram o avanço e a estabilização das instituições. Igualmente, complicações relacionadas às estruturas como a falta de instalações adequadas (prédios, laboratórios, bibliotecas e alojamentos) faziam parte da vida estudantil, gestores educacionais e professores. Desafios socioeconômicos afetaram a permanência dos estudantes oriundos de regiões interioranas nas universidades dos centros urbanos, impedindo e provocando a interiorização do ensino superior. É nesse cenário que a inserção da Funm, futura Unimontes, se vislumbra.

No Norte de Minas Gerais, o acesso ao ensino superior era praticamente inexistente até a década de 1950. Jovens que desejavam estudar precisavam migrar para outras cidades. Esse panorama começou a mudar nos anos de 1960, quando um grupo de intelectuais de Montes Claros articulou a criação de uma instituição local. Diante deste cenário, foi cunhada a Lei Estadual nº 2.615/1962, que instituiu a Fundação Universidade Norte Mineira por iniciativa do deputado Cícero Dumont, de natureza jurídica e de direito privado (Reis *et al.*, 2025). A Lei Estadual nº 2.615/1962 estabeleceu que,

O Governador do estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei n. 2.615, de 24 de maio de 1962,

Decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Fundação Universidade Norte Mineira, nos termos da Lei n. 2.615, de 24 de maio de 1962.

Art. 2º - A Fundação Universidade Norte Mineira se regerá pelo Estatuto anexo, que passa a fazer parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 6 de abril de 1965.

José de Magalhães Pinto

Manoel Taveira de Souza

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (Minas Gerais, 1965).

Em 1989, com a Constituição Mineira, após muitos embates, lutas e conflitos, a Funm foi transformada na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), mantendo seu compromisso com a democratização do ensino superior (Reis *et al.*, 2025). Hoje [2026], a Unimontes é uma universidade que reverbera suas contribuições para regiões importantes de Minas Gerais, transformando vidas de famílias inteiras com a formação de pessoas e, conseqüentemente, sua inserção no mercado de trabalho. A próxima seção mostra um pouco mais dessa instituição, em especial no período de 1978 a 1980, por meio do acervo documental da DDI.

3 A INSTITUIÇÃO EM DOCUMENTOS: ESCRITAS, PRÁTICAS E SENTIDOS DA FUNM/UNIMONTES NOS ARQUIVOS

A Funm (por meio do grupo gestor, professores, servidores, estudantes) e a comunidade realizaram diversas atividades que resultaram na consolidação da instituição. Foi um processo lento e gradual, mas progressivo, marcado por ações corajosas de seus pioneiros. No exercício de suas atribuições e funções, a Funm produziu e acumulou documentos que registram e evidenciam esse processo de constituição institucional e de formação dos sujeitos a ela vinculados. Dessa maneira, torna-se significativo analisar, interpretar e apresentar algumas narrativas sobre a Funm, no período de 1978 a 1980, a partir de suas referências documentais.

3.1 Estrutura institucional da Funm: administração e organização acadêmica segundo os documentos oficiais

Após a primeira fase organizacional com a direção de João Valle Maurício, a Funm se estrutura administrativa e academicamente. A administração superior e das Faculdades Integradas era unificada, operando por meio de três instâncias principais: o Conselho Diretor, a Diretoria Geral e, no âmbito da Fundação, o Conselho Curador. Essa organização visava garantir a articulação entre as decisões estratégicas, a execução administrativa e o controle econômico e financeiro (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1979). Essa organização se encontrava da seguinte forma, conforme mostra o Estatuto sobre o Conselho Diretor:

Art. 5º - O **Conselho Diretor**, órgão superior de deliberação da Administração Superior da Fundação e das Faculdades Integradas, terá a seguinte composição:

I. O Diretor-Geral;

II. O Vice-Diretor-Geral;

III. Os Diretores das Unidades Integradas;

IV. **1 (um) representante do Corpo Docente** de cada uma das Unidades Integradas indicado pelo Conselho Departamental;

V. Os **2 (dois) representantes da Comunidade** previstos nas alíneas “b” e “c”, do inciso V, do artigo 14 deste estatuto;

VI. **2 (dois) representantes estudantis indicados pelo Diretório Central dos Estudantes**, na forma do respectivo Regimento (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1979, p. 1-2, grifos nossos).

Essa estrutura organizacional, conforme descrita no Estatuto da Funm, revela uma proposta de gestão colegiada e participativa. O Conselho Diretor, como órgão superior de deliberação, reunia representantes de diferentes segmentos da instituição, promovendo a integração entre os níveis administrativos e acadêmicos. Essa diversidade organizacional assegurava que as decisões tomadas refletissem os interesses coletivos da instituição, promovendo a transparência e o diálogo entre os diferentes setores. Todavia, nesse período, frente às vivências

de um regime ditatorial, constata-se, em outros documentos da DDI, uma centralização de poder, conflitos e tensões com a comunidade acadêmica. Há esforços para uma dimensão participativa e inclusiva, no entanto, a conjuntura política propiciou outras experiências.

Nesse sentido, a cada setor administrativo da Funm era atribuído um papel para seu bom funcionamento. A Diretoria Geral, por exemplo e de acordo com o estatuto da entidade, possuía como atividade central as seguintes tarefas:

Art. 8º - A **Diretoria Geral**, órgão executivo da Administração Superior da Fundação e das Faculdades Integradas, será **exercida por um Diretor-Geral**, designado pelo Governador do Estado dentre os nomes constantes em lista sêxtupla organizada pelo Colégio Eleitoral, conforme previsto neste Estatuto, para um mandato 4 (quatro) anos, permitida a recondução por um período (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1979, p. 3-4. Grifos nossos).

De acordo com o documento institucional, a diretoria representava o órgão executivo central da Administração Superior da Funm e das Faculdades Integradas. Importante ressaltar que, nessa fase, havia um Diretor Geral e não um Reitor como Administrador Superior da fundação. Sua função era garantir a operacionalização das decisões tomadas pelas instâncias superiores, como o Conselho Diretor e o Conselho Curador, atuando diretamente na gestão cotidiana da instituição. A Funm possuía o Conselho Curador.

Art. 12º - O **Conselho Curador, órgão de fiscalização econômico-financeira da Fundação**, será composto de 3(três) membros e 3(três) suplentes, eleitos pelo Colégio Eleitoral, quando este se reunir para a eleição da lista sêxtupla para a escolha do Diretor-Geral e do Vice-Diretor-Geral (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1979, p. 4-5, grifo nosso).

Segundo o texto estatutário, o Conselho Curador era o órgão responsável pela fiscalização econômica e financeira, exercendo um papel essencial no controle e na transparência da gestão dos

recursos públicos e patrimoniais da instituição. Essa organização estrutural viabiliza a integração acadêmica por meio de projetos e parcerias entre discentes, docentes e outras instituições. Nessa perspectiva, a estrutura administrativa e normativa da Funm deve ser compreendida não apenas como um arranjo formal de gestão e controle, mas como um elemento ativo na conformação das práticas acadêmicas e das possibilidades de articulação institucional. As atas dos conselhos, os relatórios administrativos e os convênios firmados evidenciam que a integração entre discentes, docentes e instituições parceiras foi sendo construída no interior dessas normativas, revelando tanto os projetos institucionais quanto os limites e as tensões desse processo. Assim, a análise da documentação institucional permite apreender como a integração acadêmica se materializou em iniciativas concretas, constituindo um campo privilegiado para compreender as dinâmicas de produção do conhecimento e de formação na Funm.

3.2 Integração acadêmica na Funm: projetos e parcerias entre discentes e docentes à luz da documentação institucional

Nesse período analisado nos documentos, foram realizadas diversas ações para promover um bom desempenho institucional, beneficiando não apenas o corpo discente e docente, mas também a população da região. Essas iniciativas buscavam minimizar problemáticas relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Com o objetivo de integrar a universidade à comunidade, foram estabelecidos vários convênios significativos com instituições como Caixa Econômica Federal, Fundação Oswaldo Cruz e Secretaria de Saúde de Minas Gerais (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1977-1978).

Os projetos desenvolvidos pela Funm são apresentados pelos documentos institucionais, entre eles:

- **Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD):** consiste em uma aliança com outras instituições, visando o aprimoramento técnico e científico dos recursos humanos do quadro do magistério.

- **Programa de Extensão:** em convênio assinado com a prefeitura, juntamente ao departamento de saúde e o departamento de obras, realizaram o projeto “Implantação de uma unidade ambulatorial no bairro Tabajaras de Montes Claros”.

- **Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural:** programa instituído para obter um controle do câncer ginecológico e bucal nas áreas rurais, áreas geralmente negligenciadas devido à distância. Promoviam também cursos e seminários para a compreensão prática e o aperfeiçoamento do corpo docente nas diversas áreas de ensino, o que resultava em profissionais ainda mais capacitados, devido às experiências proporcionadas em campo.

- **Caixa Econômica Federal:** convênio instituído para a realização dos estágios de complementação educacional associadas à implantação do Programa de Crédito Educativo.

- **Santa Casa de Caridade de Montes Claros:** objetivava a realização das aulas práticas dos alunos da Faculdade de Medicina do Norte de Minas – Famed (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1977-1978).

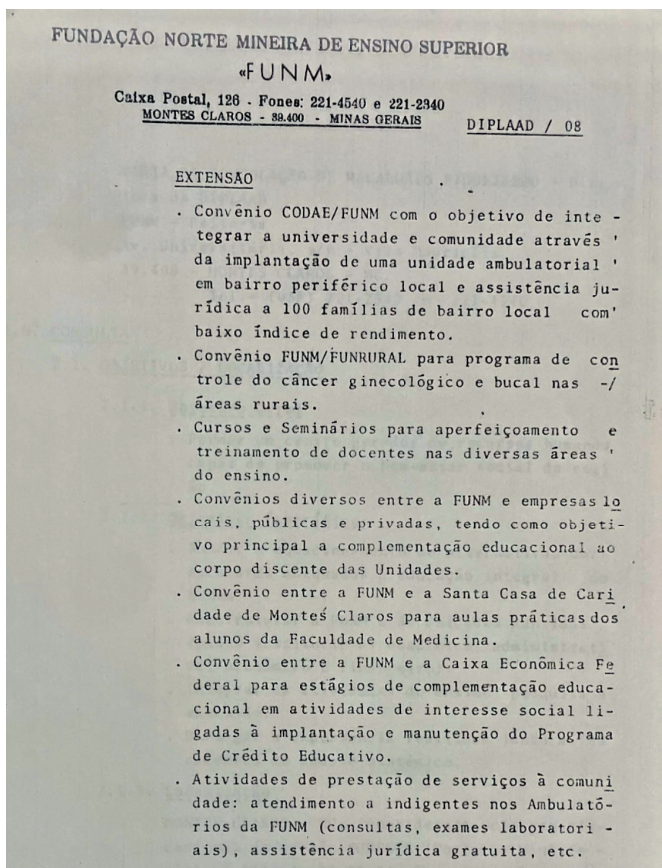
- **Convênio entre a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e a Faculdade de Medicina do Norte de Minas:** a parceria resultou para os discentes a possibilidade de realizar estágios no curso médico.

Para além desses convênios, a Funm executou parcerias com diversas empresas da região, sendo elas públicas ou privadas. O objetivo principal dessas alianças era a complementação educacional para o corpo docente e discente, visando a qualificação profissional. O Projeto Rondon, criado em 1967, “destinado a contribuir com o desenvolvimento da cidadania dos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais” (Brasil, s.d.), também foi uma das parcerias da Funm. De 1977 a 1978, por exemplo, dezesseis universitários montesclarenses participaram da Operação Regional, realizando assistência a pequenas comunidades nos estados de Alagoas e Goiás. Os discentes participantes do projeto eram dos cursos de Medicina, Bovinocultura, Biologia, Ciências Sociais, Pedagogia, Administração, Geografia e Letras. Durante o período, executaram serviços à comunidade e atendimentos a indigentes nos ambulatórios da Funm (consultas, exames laboratoriais, assistências jurídicas etc.), a fim de minimizar os impactos causados pelas desigualdades e promover a saúde à população, uma vez que esses direitos devem ser assegurados a todos os cidadãos, como constatado por lei (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1977-1978).

Os convênios viabilizavam possibilidades de crescimento e melhoramento não só do corpo discente e docente, mas também eram ferramentas cruciais para melhoria da infraestrutura institucional. Os registros oficiais da Funm sob a guarda da DDI demonstram esse processo. Nessa direção, a Funm contava tanto com investimentos do Governo do estado de Minas Gerais como colaborações de outras instituições e utilizava da própria estrutura para

arcar com despesas diversas. A Figura 1 apresenta um fragmento do Projeto Diretoria de Planejamento Acadêmico e Administrativo (Diplaad) da Funm, retratando essas parcerias e convênios.

Figura 1 – Projeto DIPLAAD

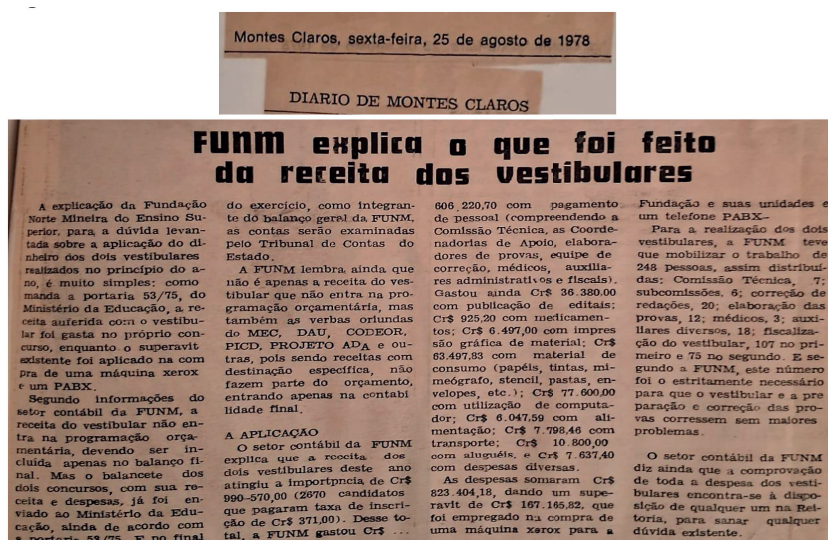


Fonte: Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. *Projeto DIPLAAD*. Montes Claros, MG, 1977-1978.

A Funm utilizava mecanismos para a integração acadêmica e para o desenvolvimento institucional. Parte da receita arrecadada do pagamento das inscrições dos vestibulares era usada para arcar com diferentes gastos, como a publicação de editais, impressão

gráfica de material, material de consumo, aquisição de computador, alimentação, transporte, aluguéis e despesas diversas. De acordo com os registros documentais, em 1978, o valor excedente do processo seletivo serviu para custear uma impressora. Valores como esses não eram contabilizados no orçamento da fundação, pois eram destinados a fins específicos.

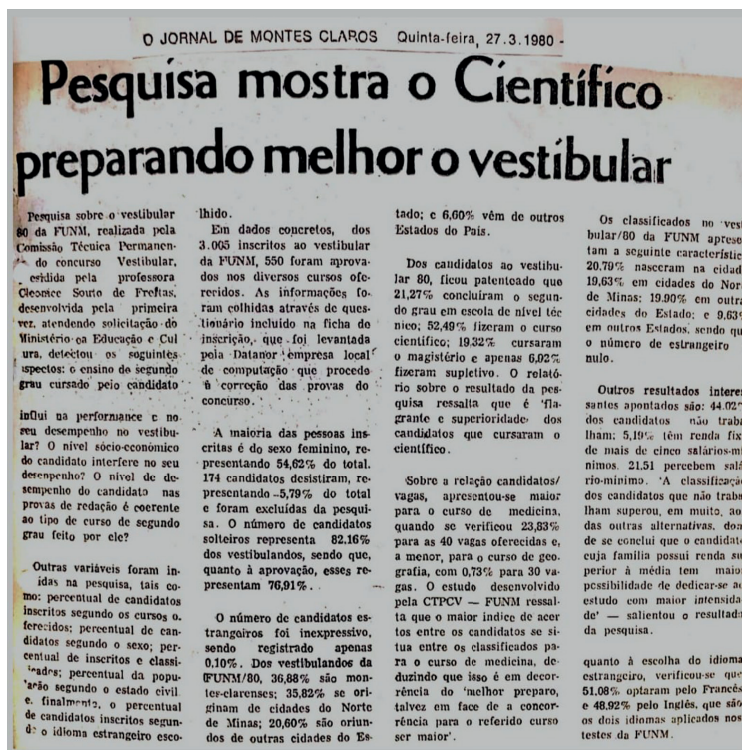
Figura 2 – Receita dos vestibulares



Fonte: Diário de Montes Claros. *Funm explica o que foi feito da receita dos vestibulares*. Montes Claros, MG, 25 de agosto de 1978.

Em relação aos esforços institucionais acerca do vestibular do ano de 1980, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) solicitou a inclusão de observações de fatores socioeconômicos e atributos naturais dos indivíduos para a melhor formulação das provas, a fim de alinhar o processo seletivo às necessidades dos cursos e às capacidades dos candidatos. Esse requerimento foi acatado pelo setor responsável do desenvolvimento científico do vestibular, sendo noticiado no *O Jornal de Montes Claros*, no dia 27 de março de 1980, conforme apresenta a Figura 3:

Figura 3 – Desenvolvimento científico do vestibular



Fonte: O Jornal de Montes Claros. *Pesquisa mostra o científico preparando melhor o vestibular*. Montes Claros, MG, 27 de agosto de 1980.

A reportagem apresentada na Figura 3 divulgou diversas informações coletadas nos questionários incluídos nas fichas de inscrição do vestibular, tais como as porcentagens da maior e da menor relação de candidatos por vaga; número de candidatos referentes ao sexo; naturalidade dos candidatos; grau de escolaridade; escolha do idioma estrangeiro para realização da prova; e renda (tendo como base o valor do salário mínimo). Constata-se na matéria que, 44,02% dos candidatos não trabalhavam, demonstrando disponibilidade para o estudo. Os indivíduos, dessa maneira, poderiam se dedicar somente a uma atividade, ou seja, ao estudo, o que sugere revelar as classes sociais que acessavam o ensino superior naquela época.

Com as parcerias firmadas e a possibilidade de uso dos recursos financeiros do vestibular, a Funm se organizou e se consolidou no decorrer de sua existência. Em 1977-1978, encontrava-se da seguinte forma, conforme o Quadro 01:

Quadro 1 – Organização das unidades da Funm

Faculdades	Dados institucionais	Cursos	Local	Departamentos
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Fafil	Criada em 1964, autorizada a funcionar em 1967 (Parecer CEE 196/1967) e reconhecida em 1970 pelo Decreto Federal nº 680.038.	Ciências Sociais, Geografia, Letras, História e Pedagogia	Rua Coronel Celestino, número 75, centro de Montes Claros.	Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Metafísicas, Educação, Geociências e Letras.
Faculdade de Direito - Fadir	Criada em 1965, autorizada a funcionar em 1967 (Parecer CEE 26/67) e reconhecida em 1971 pelo Decreto Federal nº 69,385.	Direito	Rua Coronel Celestino, número 75, centro de Montes Claros.	Direito Adjetivo, Direito Comercial e Econômico, Direito Público, Direito Substantivo Civil e Direito Substantivo Penal.
Faculdade de Medicina - Famed	Criada em 1969, autorizada a funcionar em 1969 (Parecer CEE 26/69) Decreto Federal nº 74.844) e reconhecida em 1975 pelo Decreto Federal nº 75.599.	Medicina	Rua Dr. Veloso, 678, centro de Montes Claros.	Medicina I, Medicina II e Medicina III.
Faculdade de Economia- Fadec	Criada em 1972, autorizada a funcionar em 1969 (Parecer CEE nº 18/72, Decreto Federal nº 70.832) e reconhecida em 1977 pelos Decretos Federais nºs 79.868, 80.023, 80.528.	Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas	Rua Padre Champagnat, 81, centro de Montes Claros.	Ciências Administrativas, Ciências Contábeis, Ciências Básicas e Auxiliares, e Ciências Econômicas.

Fonte: Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. *Projeto DIPLAAD*: Montes Claros, MG, 1977-1978; e Caleiro, Regina Célia Lima; Pereira, Laurindo Mékie (Org.). *Unimontes*: 40 anos de história. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2002. Informações obtidas no acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Universidade Estadual de Montes Claros.

A Funm se solidifica com aquisições de imóveis, cuja relação, publicada no documento sob custódia da DDI, datado de 1977 e/ou 1978, aponta: (1) o *campus* universitário com espaço de 247.700,00 m², localizado na Vila Mauricéia, sede principal da atual Unimontes; (2) o prédio da Unidade Sanitária, atual Policlínica Dr. Hermes de Paula, com 2.457,00 m², situado na rua Dr. Veloso; (3) o prédio onde funcionavam a Fafil e a Fadir, atual sede do Museu Regional do Norte de Minas, em um terreno de 2.593,00 m², dos quais 1.220,00 m² foram ocupados pela construção na Rua Coronel Celestino; (4) um prédio e um barracão, na Rua Ângelo de Quadros, em Montes Claros, com 270 m²; (5) a Fazenda Remansinho, no Distrito Brejo do Amparo, em Januária, com uma área de 929,56 ha.; (6) um terreno na Rua José de Alencar, Montes Claros, com 348 m²; (7) e um lote nº 2, quadra 6, na Rua Augusto Alvarenga, Bairro Roxo Verde, Montes Claros, com 300 m². A Figura 4 menciona o patrimônio da Funm: bens imóveis, acervo da Biblioteca, equipamentos de laboratório, veículos, móveis e utensílios:

Figura 4 – Patrimônio da Funm

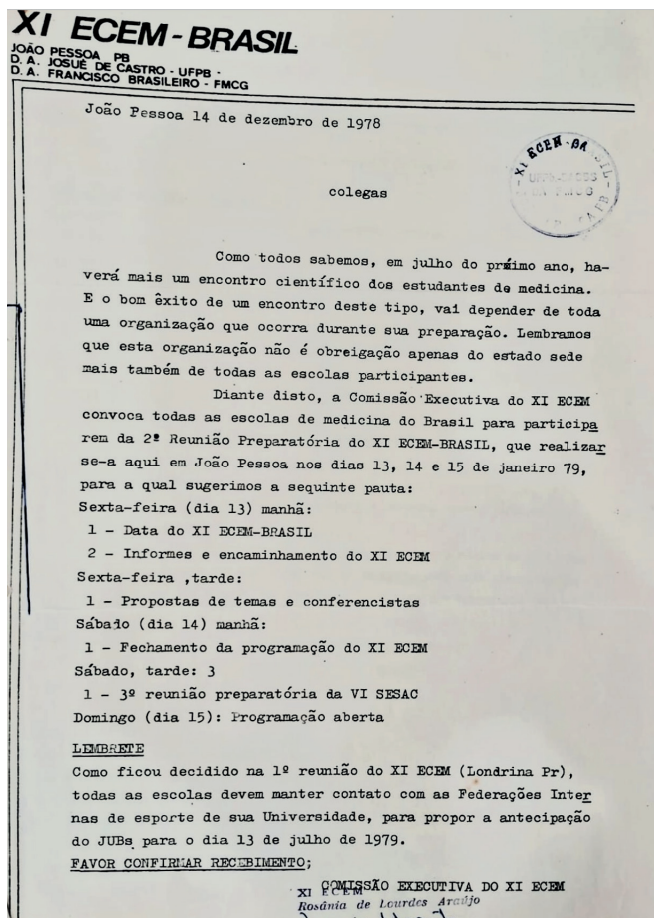
3. PATRIMÔNIO DA ENTIDADE		
Avaliação:		
Bens imóveis	Cr\$	43.019.048,00
Bens móveis	Cr\$	2.315.000,00
Data da última avaliação		
Descrição sucinta dos bens imóveis		
01. FAZENDA "REMANSINHO" - situada no Distrito "Brejo do Amparo" - Município de Januária - com área de 929,56 ha.		
02. PRÉDIO e BARRACÃO - Rua Ângelo de Quadros - Montes Claros - área 270,00 m ² .		
03. LOTE Nº 2 / QUADRA 6 - Rua Augusto Alvarenga (Bairro Roxo Verde) - Montes Claros - área de 300,00 m ² .		
04. PRÉDIO (FAFIL/FADIR) - Rua Cel. Celestino, 75 - Montes Claros - área total de 2.593,00 m ² e, construída de 1.220,00 m ² .		
05. PRÉDIO "UNIDADE SANITÁRIA" - Rua Dr. Veloso, 678 - Montes Claros - área total de 2.457,00 m ² e, construída de 440,00 m ² .		
06. TERRENO - Rua José de Alencar - Montes Claros - área 348,00 m ² .		
07. "CAMPUS" UNIVERSITÁRIO" - Vila Mauricéia - Montes Claros - área total de 247.700,00 m ² e, construída de 3.444,25 m ² .		
Descrição sucinta dos bens móveis:		
	VALORES	
BIBLIOTECA - ACERVO	Cr\$	500.000,00
EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO	Cr\$	800.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Cr\$	1.000.000,00
VEÍCULOS	Cr\$	15.000,00
(VEJA ANEXO)		

Fonte: Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. *Credenciamento para fins de formação profissional*: patrimônio da entidade. Montes Claros, MG, 1977-1978. (Acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Universidade Estadual de Montes Claros).

A Figura 4 refere-se à quinta página do documento intitulado *Credenciamento para fins de formação profissional*, uma medida realizada em 1978 pelo Ministério do Trabalho através do Conselho Federal de Mão de Obra, em processo de reconhecimento formal da Funm. Essa diligência envolveu a reunião de informações de perfil institucional, coletadas entre 1977 e 1978, as quais foram organizadas nos tópicos: “Identificação e dados cadastrais da entidade”, “Identificação dos dirigentes da entidade”, “Patrimônio da entidade” e “Capacidade financeira”.

Nesse processo constitutivo da Funm, a articulação de estudantes, atuando diretamente no cotidiano acadêmico, fortaleceu suas premissas e concretizou a formação contínua da instituição. Para comprovar a participação efetiva dos alunos, há correspondências, na DDI, referentes a *XIª edição do Encontro Científico dos Estudantes de Medicina do Brasil (XIª Ecem)*, ocorrido em João Pessoa, Paraíba. A documentação contempla a pauta da reunião preparatória para o evento, convocação dos alunos de Medicina da Funm, além das normas para estrutura e seleção de trabalhos. Essas conexões com outros estados do Brasil evidenciam a oportunidade de construção conjunta de conhecimento por meio da interação com diferentes saberes sociais e culturais voltadas para além das estruturas escolares, alcançando uma formação integral. Documentos como esse confirmam a visualização da fundação no cenário nacional, expressando uma atuação que extrapola as barreiras regionais.

Figura 5 – Pauta do XIª Ecem

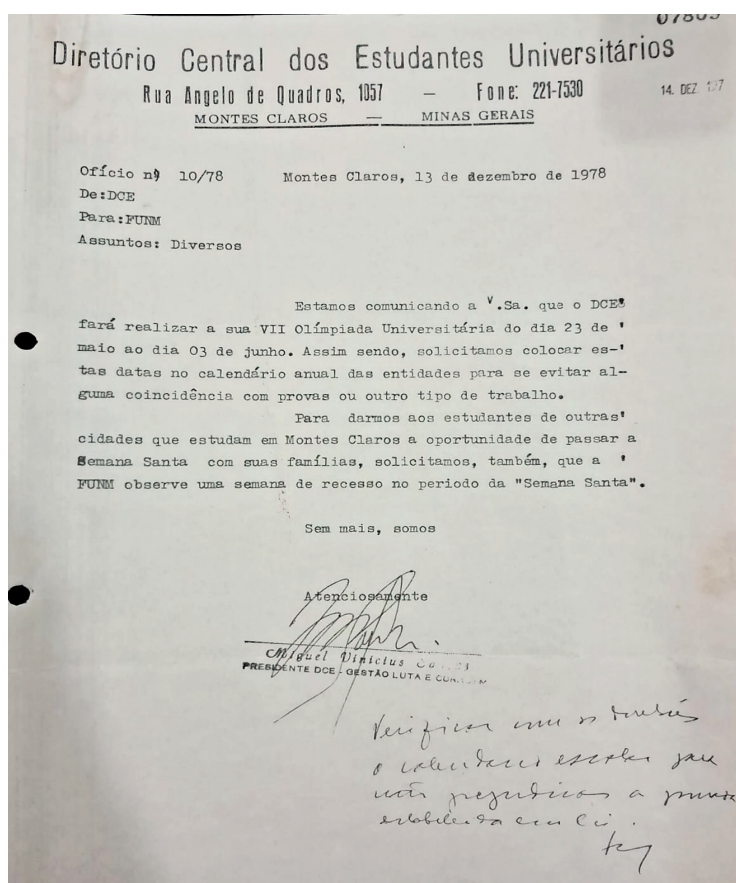


Fonte: Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. Diretoria de Documentação e Informações. *Correspondência recebida FAMED 1978*. Montes Claros, MG, 14 dez. 1978.

O esporte também fazia parte das proposições institucionais, e as olimpíadas constituíam eventos importantes e presentes no cotidiano escolar. Registra-se que, em 13 de dezembro de 1978, a Direção Geral da Funm recebeu uma correspondência enviada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), da *Gestão Luta e Coragem*, assinada pelo presidente em exercício, Marcos Vinícius Santos. Nesse documento, o DCE solicita a inclusão da VII Olimpíada

Universitária, planejada para acontecer no período de 23 de maio a 03 de junho de 1979, como parte do calendário anual da entidade. A possibilidade de que uma solicitação seja feita a partir do DCE para a Direção Geral representa significativa conexão e diálogo interdepartamental do instituto, fator essencial para o crescimento e a consolidação das faculdades. A Figura 6 mostra o ofício nº 10/78 contendo esses dados:

Figura 6 – Ofício nº 10/78 do Diretório Central dos Estudantes da Funm



Fonte: Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. Diretoria de Documentação e Informações. Ofício nº 10/78 do Diretório Central dos Estudantes da Funm. Montes Claros, MG, 13 dez. 1978.

Esses documentos, longe de se constituírem apenas como registros administrativos ou comprovações formais de diálogo institucional, revelam as fraturas internas que atravessavam a Funm. Atas, relatórios e expedientes oficiais evidenciam que a proclamada universalidade das práticas acadêmicas coexistia com conflitos persistentes entre o corpo discente e a gestão, expondo limites estruturais, assimetrias de poder e disputas em torno dos rumos da instituição. Nessa perspectiva, a documentação institucional assume um caráter revelador não apenas das intenções normativas, mas também das contradições concretas da vida universitária, funcionando como um espelho da crise institucional. É a partir dessa leitura crítica dos registros oficiais que a seção seguinte se debruça: sobre os conflitos, os limites e as tensões que marcaram a trajetória da Funm.

4 O DOCUMENTO COMO ESPELHO DA CRISE INSTITUCIONAL: CONFLITOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES EXPRESSOS NOS REGISTROS OFICIAIS

Nossa investigação sobre a trajetória da Funm, na década de 1980, fundamenta-se, essencialmente, na análise documental. Esse método, crucial para a pesquisa histórica e social, permite a apreensão de realidades não mais observáveis, constituindo-se como uma “fonte riquíssima e indispensável” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 198). No âmbito desta pesquisa, a análise dos registros institucionais da Funm (atas, ofícios, comunicados ou manifestações públicas) revelou um período de grandes desafios administrativos, acadêmicos e estruturais.

Nesse sentido, a análise documental não é apenas um meio de coleta de dados, mas um processo hermenêutico que exige a “interpretação das informações” e a “compreensão do contexto em que foram produzidos” (Cellard, 2008, p. 295). Aplicada ao acervo da Funm, tal abordagem permitiu descortinar as tensões políticas e

pedagógicas que marcaram a década de 1980, expondo os limites do modelo de gestão da fundação e a crescente mobilização da comunidade acadêmica, notadamente do corpo docente. A gestão da tríade diretora constituída por Fernando Dias Costa, Raimundo Poincaré Deusdará e Messias Pereira Donato, com presença mais eminente do primeiro, é o ponto de convergência de disputas internas, denúncias de negligência e reivindicações por melhorias na infraestrutura e na qualidade do ensino superior.

Os documentos analisados, portanto, funcionam como evidências históricas e, ao mesmo tempo, como textos para interpretação histórica. Eles possibilitaram a compreensão de como se estruturava a administração, quais eram as principais dificuldades nos cursos e na docência, e de que modo as condições materiais e o cotidiano institucional refletiam uma crise de gestão mais ampla. Articulam-se as dimensões centrais desse cenário, a partir da leitura crítica e contextualizada dos registros oficiais e das manifestações dos diferentes segmentos acadêmicos, conforme a proposta de Bogdan e Biklen, ao tratar o documento como um “registro vivo de um evento” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 55).

4.1 Quando as dificuldades ganham forma documental: problemas estruturais e administrativos da Funm

As dificuldades enfrentadas pela Funm foram diversas, entretanto ela sobreviveu, mesmo em meio a desafios econômicos e educacionais próprios da nação, que afetaram sua estrutura e pleno funcionamento. No período anterior a gestão tríade, houve uma intensa crise econômica e administrativa que chegou a ser reconhecida pelo estado de Minas Gerais, o qual tomou iniciativas para intervir diretamente na Funm a fim de dissolver os obstáculos existentes. Consta no arquivo documental da DDI a classe de correspondências

enviadas à Direção Geral da Funm, na qual se encontra o documento enviado pelo Presidente do Conselho Federal de Educação, Lafayette de Azevedo Pondé, datado de 1978, a tratar dos planos de organização da intervenção governamental. “Sem patrimônio adequado, passou a fundação a funcionar precariamente e, em consequência, já passados 16 anos de sua instituição, não teve condições de cumprir a incumbência que a lei lhe atribuiu, não conseguiu superar as dificuldades decorrentes de sua inadequada estrutura econômica e administrativa.” (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1978).

Dada à dimensão da crise e a carência de reorganização orçamentária, foram organizadas medidas para o saneamento financeiro, incluindo a busca por ampliar as fontes de receita, a prestação de serviços para aumentar recursos e a captação de recursos adicionais. Essas ações visavam o desenvolvimento institucional, sob as tentativas de viabilizar o exercício das atividades essenciais, bem como o pagamento de salário dos professores.

Os registros consultados indicam que a estrutura administrativa da Funm durante o período dessa gestão (1978-1980) se caracterizava por uma forte centralização de poder e postura de inflexibilidade diante das demandas estudantis. Essa rigidez culminou na intensificação da tensão, especialmente na Fadir, por exemplo, ao decidir impedir a reposição das aulas perdidas pelos concluintes, que gerou protestos e descontentamento, tornando-se emblemática. A justificativa da direção, baseada no argumento de que a reposição não atenderia à carga horária mínima, revela, na prática, uma concepção burocrática da gestão acadêmica. Essa postura estava mais preocupada com o cumprimento formal das normas do que com a garantia do direito à formação plena do estudante. Em outras palavras, tal rigidez não apenas evidenciou a pouca maleabilidade administrativa, como também expôs a fragilidade dos instrumentos normativos internos. Eles se mostraram incapazes de responder, de maneira democrática e pedagógica, às crises do cotidiano escolar. A ausência de canais

institucionais efetivos de diálogo e a resistência da direção em revisar decisões contribuíram significativamente para a intensificação dos conflitos. Desse modo, a estrutura administrativa, em vez de sustentar a coesão institucional, tornou-se o palco principal de disputas e ressentimentos, comprometendo o funcionamento harmônico das faculdades integradas (Diário de Montes Claros, 28 dez. 1980).

Nesse campo de disputas, os documentos revelam controvérsias, pois o Estatuto da Funm apresenta uma estrutura colegiada e colaborativa, contudo, na prática percebem-se as tensões. Para além das questões administrativas, o plano acadêmico que engloba a dinâmica dos cursos, o corpo docente e o movimento estudantil também refletia as contradições do momento. Na Fadec, por exemplo, os documentos resgatam denúncias estudantis sobre irregularidades, faltas docentes e prejuízos pedagógicos. Embora a direção da Fadec tentasse minimizar as críticas, classificando os problemas como “excepcionais”, admitiu que o alto limite de faltas houvesse levado cerca de 20 alunos à reprovação, resultando na perda de um ano letivo. Tal episódio evidencia a precariedade dos mecanismos de supervisão acadêmica e, sobretudo, o impacto direto das falhas administrativas sobre o desempenho estudantil. Concomitantemente, os registros documentais apontam para as preocupações da Funm com o processo de expansão do ensino e as dificuldades de manutenção de determinados cursos. Apesar de uma pesquisa interna, de 1980, indicar um crescimento da demanda, inclusive apresentando a maioria dos candidatos ao vestibular sendo do sexo feminino e 76,91% dos aprovados declarando preparo adequado, a direção expressava preocupação com a queda no nível de ensino. Essa preocupação levou a cogitar a extinção dos cursos de Geografia e História da Fafil por falta de alunos (Diário de Montes Claros, nov. 1980) (Jornal de Montes Claros, 27 mar. 1980).

No entanto, essa proposta gerou a imediata reação do Diretório Acadêmico da Fafil (DA/Fafil), que se mobilizou juridicamente para

impedir o encerramento das atividades, culminando em um processo com resquícios até 1981. Essa vigorosa resistência demonstra o protagonismo político do movimento estudantil, que passou a atuar como um agente de defesa do ensino público e da permanência dos cursos humanísticos. O episódio sintetiza, assim, o embate entre um projeto administrativo voltado à racionalização institucional e uma comunidade universitária empenhada em preservar o caráter social e formativo da Funm (Jornal do Norte, 7-8 mar. 1981).

A leitura dos documentos também revela a deterioração das condições físicas e materiais das faculdades que integravam a Funm, o que aponta para uma crise de infraestrutura, mostrando as dificuldades enfrentadas pela gestão. Na Famed, por exemplo, foram relatados sérios problemas de ventilação, carência de materiais básicos, salas em más condições e precariedade nos espaços de prática. Tais deficiências comprometiam não apenas o ensino, mas a saúde e a segurança dos estudantes, tornando urgente uma reestruturação. Essas questões demandaram atitudes urgentes da administração na busca por soluções pertinentes a cada assunto (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1978).

Paralelamente, os documentos produzidos pelo DA/Fafil expõem uma atmosfera de desencanto e denúncia. Os estudantes acusavam a Funm de negligenciar a faculdade, que se achava em condições adversas. O DA/Fafil denunciou a ausência de compromisso político e pedagógico das gestões anteriores e, em decorrência dessas manifestações, demonstraram que a crise vivida pela Funm não era apenas administrativa, mas sim estrutural e simbólica (Diário de Montes Claros, 20 mar. 1981).

A figura de Fernando Dias Costa emergiu, nesse contexto, como o ponto de convergência das críticas, pois sua condução política foi interpretada como autoritária e desarticulada das reais necessidades acadêmicas, reverberando na seguinte notícia: “Presidente da Câmara [Arnaldo Athayde Dias] está irritado. O

assunto ainda é Fernando Dias Costa” (Jornal do Norte, 17 jan. 1980). A crise de legitimidade que se seguiu fez da Funm um campo de disputas, onde estudantes, docentes e gestores se confrontavam em torno de projetos distintos para o futuro da Funm.

A análise documental sistemática realizada em nossa pesquisa permitiu compreender a Funm dos anos 1980 como uma instituição em processo de transição e conflito. As dificuldades administrativas e as tensões nos cursos, apesar das tentativas de resoluções da precariedade da infraestrutura, expuseram as limitações da gestão e revelaram a capacidade de resistência e mobilização da comunidade acadêmica. O protagonismo dos estudantes e o debate em torno da expansão do ensino constituíram testemunhos de um processo histórico, no qual a Funm buscava afirmar sua relevância regional em meio a crises internas (Jornal do Norte, 17 jan. 1980).

A gestão de Fernando Dias Costa, embora controversa, representou um momento-chave para a compreensão das contradições entre o projeto institucional idealizado e a realidade cotidiana da fundação. Dessa forma, a leitura crítica desses documentos ratifica que a história da Funm é, antes de tudo, a história das disputas por sentido, poder e reconhecimento que configuraram o cenário do ensino superior no Norte de Minas. A gestão de Fernando Dias Costa configura-se como um momento analítico privilegiado para compreender as tensões entre o projeto institucional idealizado e as práticas concretas que marcaram o cotidiano da fundação. À luz das reflexões sobre memória, poder e institucionalização, a documentação produzida nesse período como atas, relatórios e expedientes administrativos, deve ser entendida não apenas como registro neutro, mas como resultado de escolhas, enquadramentos e silenciamentos que conformam a memória institucional (Le Goff, 1994; Pollak, 1989). A leitura crítica desses arquivos evidencia que a história da Funm é atravessada por disputas por sentido, legitimidade e reconhecimento, as quais se inscrevem materialmente nos próprios

fundos documentais. É nesse processo de produção, preservação e interpretação dos registros oficiais que se constrói a identidade institucional, tema que orienta a seção seguinte, dedicada a analisar a memória da Funm/Unimontes entre lembranças, silêncios e documentos.

5 MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL: ENTRE LEMBRANÇAS, SILÊNCIOS E REGISTROS DA FUNM/UNIMONTES

A memória institucional constitui-se como um campo privilegiado de análise para compreender o processo histórico de construção da identidade das universidades. Mais do que simples registros burocráticos, os documentos preservados pela DDI, a partir da documentação da gestão datada entre 1978 a 1980, revelam-se como fontes que materializam práticas, discursos e representações que estruturam a trajetória da Unimontes. Além disso, é possível afirmar que a memória arquivística atua como vetor de permanência e transformação da identidade universitária.

Nessa perspectiva, “a memória coletiva se apoia em marcos social” (Halbwachs, 1990, p. 51), sendo continuamente reelaborada de acordo com as necessidades do presente. No caso da DDI/Unimontes, os documentos desse período não apenas registram fatos, mas constituem referenciais simbólicos que permitem à comunidade acadêmica reconhecer-se em sua história. A memória, portanto, é ao mesmo tempo seletiva e interpretativa, possibilitando a construção de uma identidade que integra passado, presente e projeções de futuro.

5.1 A documentação como chave da identidade institucional: a Funm/Unimontes entre registros, memória e práticas institucionais

A documentação preservada pela DDI é um instrumento fundamental para compreender o processo de construção da identidade da Unimontes. Os registros administrativos, acadêmicos e culturais não apenas testemunham eventos, mas também revelam modos de gestão, relações de poder, práticas pedagógicas e políticas institucionais. Como ressalta Pierre Nora (1993), os arquivos são “lugares de memória” que ultrapassam a função de simples registros, transformando-se em espaços de pertencimento simbólico. Nesse sentido, a documentação Funm/Unimontes desempenha um papel essencial na consolidação da identidade universitária, pois permite que a instituição se reconheça em sua própria trajetória.

A análise dos documentos, entre 1978 a 1980, evidencia indícios tanto de transformações quanto de permanências que marcaram a história da Unimontes. As atas, os relatórios e os registros administrativos revelam, por exemplo, permanências relacionadas ao modelo de governança herdado da Funm, mas também apontam mudanças importantes vinculadas à expansão de cursos e à reestruturação institucional. Pollak (1989) lembra que toda memória é atravessada por silêncios e disputas e, nesse caso, os documentos ajudam a perceber os tensionamentos entre continuidade e inovação, marcando a transição de uma fundação (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior) para uma universidade (Universidade Estadual de Montes Claros) de maior relevância regional.

Nesse processo, a preservação documental assume relevância que ultrapassa o aspecto administrativo e alcança dimensões políticas e culturais. Como observa Peter Burke, os arquivos não são depósitos neutros de informação, mas “instrumentos de

poder, que definem o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido” (Burke, 2000, p. 98). A salvaguarda da documentação institucional garante a transmissão da história universitária para futuras gerações, consolidando a memória como recurso de identidade e legitimidade. Preservar documentos significa, portanto, assegurar não apenas informações passadas, mas também os sentidos que orientam a vida acadêmica no presente e as projeções para o futuro (Candau, 2011).

As publicações recentes [2025] no Instagram da DDI (@ddi.unimontes) evidenciam a dimensão dinâmica da memória institucional, por exemplo, a postagem demonstrada na Figura 7, evidencia o trabalho contínuo de reorganização física e arquivística, indicando que a preservação da memória institucional demanda intervenções materiais e operacionais constantes. Conforme registrado pela DDI:

A Diretoria de Documentação e Informações (DDI) segue em um intenso processo de reorganização do espaço físico e do acervo documental. Trata-se de um trabalho complexo e minucioso, que exige grande esforço da nossa equipe – comprometida e dedicada a garantir a preservação da memória institucional e o acesso à informação. Sabemos que a demanda é alta e que muitas pessoas procuram a DDI para comprovar direitos, como tempo de serviço para aposentadoria, além de pesquisadores de TCC, mestrado e doutorado que utilizam nosso acervo como fonte para suas investigações acadêmicas. Mesmo diante de tantos desafios, nossa equipe tem se empenhado diariamente para dar conta de todas as solicitações. Por isso pedimos compreensão e paciência nesse momento de transição e, ao mesmo tempo, desculpas pelos transtornos temporários no atendimento ao público. Seguimos trabalhando com responsabilidade e compromisso para oferecer um serviço cada vez mais qualificado (@ddi.unimontes, 2025).

A Figura 7 explana as atividades exercidas pela DDI com o intuito de reorganizar seu espaço físico e o acervo para atender melhor às necessidades acadêmicas, institucionais e da comunidade em geral.

Figura 7 – Reorganização do espaço e acervo da DDI/Unimontes



Fonte: DDI, Instagram: @ddi.unimontes, 2025a.

Em outra postagem “Visita técnica: arquivologia em foco” (DDI, 2024), a DDI ressalta o valor atribuível ao acervo, referindo-os como “preciosidades”, o que reforça o reconhecimento simbólico dos documentos pela comunidade universitária. Ainda, a publicação “A importância do cuidado com a conservação de documentos históricos das instituições públicas” (Diretoria de Documentação e Informações, 2025) destaca as práticas de cuidado, tanto físico, ambiental e normativo, como parte essencial da política institucional de memória.

Em agosto de 2025, a discussão sobre a preservação de documentos históricos das instituições públicas foi aprofundada na Unimontes, a partir da visita técnica⁴ de Denis Soares da Silva, diretor interino e

⁴ “A visita está inserida em acordo de cooperação firmado pela Unimontes, por intermédio da Diretoria de Documentação e Informações (DDI) com o Arquivo Público Mineiro (APM), Secult, Secretaria de Estado de Saúde e outras instituições públicas estaduais, que visa a elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos da área da saúde do estado de Minas Gerais. Na Unimontes, o trabalho envolve arquivos documentais do Hospital Universitário Clemente Faria, Policlínica Dr. Hermes de Paula, Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) e cursos da área de saúde, como Medicina, Odontologia, Farmácia e Psicologia” (Gutemberg, 2025).

coordenador do Núcleo de Gestão de Documentos do Arquivo Público Mineiro (APM), vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult). Esse encontro evidenciou a centralidade da DDI como *locus* de memória institucional, na medida em que o reitor da Unimontes (2023 a 2026), professor Wagner de Paulo Santiago, destacou o valor da conservação documental não apenas como prática administrativa, mas como ação estratégica de preservação da história universitária. A Figura 8 mostra o encontro do diretor do APM com a gestão da Unimontes em 2025:

Figura 8 – Encontro do diretor do APM com a gestão da Unimontes em 2025



Fonte: Ascom Unimontes, 2025/. Fotografias de Valdir Macedo Neto.

É importante destacar que a ênfase recaiu sobre duas dimensões: a relevância das parcerias institucionais, capazes de fortalecer políticas de gestão documental; e a urgência de investimentos na digitalização, recurso indispensável para ampliar o acesso às fontes, assegurar sua longevidade e consolidar a função da DDI como guardiã da memória acadêmica e social.

Exemplo concreto dessa atuação pode ser observado nas iniciativas já consolidadas pela DDI, como a manutenção do prédio

anexo da DDI, localizado no Bairro São José, em Montes Claros, que abriga acervos de valor histórico e cultural, relacionados tanto à trajetória da instituição quanto à região Norte mineira. A diversidade de suportes documentais (periódicos, fotografias, recortes de jornais, vídeo documentos e acervos administrativos) evidencia a amplitude da memória preservada, reforçando a concepção de múltiplas memórias, ou seja, textuais, visuais e sonoras, que dialogam entre si. Além disso, a existência de normas específicas de preservação e acesso, como restrições no manuseio de materiais raros e uso de equipamentos adequados, reafirma a consciência institucional sobre os riscos de deterioração e a necessidade de cuidado permanente. Dessa forma, a digitalização de documentos, em processo de expansão, não apenas amplia as possibilidades de consulta e pesquisa, mas também atua como estratégia de mitigação da perda de informação, garantindo a difusão do patrimônio documental da Unimontes. Assim, a DDI consolida-se como espaço privilegiado de salvaguarda e, simultaneamente, como recurso ativo de produção de conhecimento, fortalecendo a identidade institucional e o papel social da universidade.

Por fim, é necessário destacar que a memória institucional não é estática, mas constantemente reinterpretada à luz de novos contextos históricos, acadêmicos e tecnológicos. Como argumenta Candau (2011), a identidade é um processo em construção permanente, alimentado por múltiplas memórias e narrativas. Os registros documentais da DDI não apenas preservam um passado, mas também oferecem matéria-prima para novas leituras, consolidando-se como recurso essencial para a valorização e para o fortalecimento da identidade universitária. Exemplo desse fato são as várias publicações de livros e artigos produzidos atualmente, como o livro *Unimontes, história e memória: 60 anos formando professores no Norte de Minas* (Veloso, 2024), publicado pela Editora Unimontes, e os artigos veiculados na Revista Multitexto, que se baseiam em pesquisa

e documentação histórica da DDI e tantos outros. Essas iniciativas demonstram como a documentação institucional viabiliza não só o registro do passado, mas também sua (re)interpretação e (re)aplicação no presente.

A análise da gestão a partir da documentação institucional evidenciou, metodologicamente, que os arquivos da Funm/Unimontes constituem não apenas fontes de informação, mas objetos de problematização histórica. Atas, relatórios e registros administrativos foram tratados como produções situadas, atravessadas por relações de poder, escolhas institucionais e silenciamentos, exigindo uma leitura crítica que articule conteúdo, contexto e forma de produção documental. Essa abordagem permitiu compreender como memória e identidade institucional são construídas no interior das práticas arquivísticas, revelando a Funm/Unimontes como uma instituição historicamente tensionada e em constante elaboração. Tais pressupostos metodológicos sustentam as reflexões apresentadas nas considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da memória e da identidade institucional da Funm/Unimontes permite compreender que a documentação não se restringe a registros administrativos, mas constitui patrimônio simbólico e cultural que fundamenta a trajetória da universidade. Os documentos preservados pela DDI, a partir da documentação da gestão entre 1978 a 1980, demonstram não apenas os fatos ocorridos, mas revelam discursos, práticas e representações que moldaram o caráter institucional.

Dessa maneira, é possível afirmar que a preservação documental não se limita a garantir a continuidade histórica, pois ela também assegura a legitimidade da instituição perante a comunidade acadêmica e a sociedade, reafirmando o vínculo entre passado, presente e futuro. O valor da documentação da DDI reside, portanto,

na sua função como guardião da memória institucional. Ao organizar, preservar e disponibilizar acervos de naturezas diversas, ou seja, textuais, iconográficos e audiovisuais, a DDI se consolida como espaço de resistência ao esquecimento, fornecendo matéria-prima para pesquisas acadêmicas, reforçando a identidade universitária e fortalecendo o papel da Unimontes como referência regional.

Portanto, a memória institucional, constantemente (re) interpretada, encontra na documentação da DDI não apenas a base para compreender permanências e transformações, mas igualmente um instrumento vital para a valorização, a difusão e a preservação da história da universidade.

FONTES

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. Montes Claros, MG, nov. 1980.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. *Estrutura administrativa da Funm*. Montes Claros, MG, 28 dez. 1980.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES/UNIMONTES. *Inventário Administração Pública de Montes Claros*. Montes Claros, MG, 2005.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. Diretoria de Documentação e Informações. In: *O Jornal de Montes Claros*. Pesquisa mostra o científico preparando melhor o vestibular. Montes Claros, MG, 27 de agosto de 1980.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. Diretoria de Documentação e Informações. *Projeto DIPLAAD*. Montes Claros, MG, 1977.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. Diretoria de Documentação e Informações. *Credenciamento para fins de formação profissional: patrimônio da entidade*. Montes Claros, MG, 1977.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. Diretoria de Documentação e Informações. *Correspondência recebida FAMED* 1978. Montes Claros, MG, 14 dez. 1978.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. Diretoria de Documentação e Informações. *Ofício nº 10/78 do Diretório Central dos Estudantes da Funm*. Montes Claros, MG, 13 dez. 1978.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. Diretoria de Documentação e Informações. *Estatuto da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior*. Montes Claros, MG, 1979.

JORNAL DE MONTES CLAROS. Montes Claros, MG, 27 mar. 1980.

JORNAL DO NORTE. Montes Claros, MG, 7-8 mar. 1981.

JORNAL DO NORTE. Montes Claros, MG, 17 jan. 1980.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.245/65. Institui a Fundação Universidade Norte Mineira. *Jornal Minas Gerais. Diário Oficial*, Belo Horizonte, 06 abr. 1965.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Diretoria de Documentação e Informações. *Aviso Importante: Reorganização do espaço e acervo da DDI*. Montes Claros, MG, 24 jun. 2025. Instagram: @ddi.unimontes. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DLSkLPkunIn/?img_index=1. Acesso em: 19 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Diretoria de Documentação e Informações. Montes Claros, MG, 21 nov. 2024. *Visita técnica: Arquivologia em foco*. Instagram: @ddi.unimontes. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DCpRjwWS7Nh/?hl=ar&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 19 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Diretoria de Documentação e Informações. *A importância do cuidado com a conservação de documentos históricos das instituições públicas*. Montes Claros, MG, 20 ago. 2025. Instagram: @unimontes.mg. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DNldUyotrbu/?utm_source=chatgpt.com&img_index=5 Acesso em: 19 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Revista Multitexto*. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2025. Disponível em: <https://www.ead.unimontes.br/index.php/institucional/revista-multitexto>. Acesso em: 19 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Histórico*. 2025a. Disponível em: <https://unimontes.br/apresentacao/historico/>. Acesso em: 08 out. 2025.

UNIMONTES, HISTÓRIA E MEMÓRIA: 60 anos formando professores no Norte de Minas. Montes Claros: Editora Unimontes, 2024. Disponível em: <https://www.editora.unimontes.br/unimontes-historia-e-memoria-60-anos-formando-professores-no-norte-de-minas/>. Acesso em: 19 set. 2025.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela da Cunha Lopes; SILVA, Silvia Maria Cintra da. Expansão e interiorização do ensino superior no Brasil: um estudo de caso em Minas Gerais. *Cadernos da Fucamp*, [S. I.], v. 27, p. 1-30, 2024.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. In: Semana de Humanidades, 19, 2011, Natal. *Anais [...]*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/index_02.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

ALVES, Luís Fernando de S., ATHAYDE, André Luiz M. Retratos e recortes montes-clarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. *Revista Hydra Revista Discente de História da Unifesp*, São Paulo, v. 7, n. 13, out. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/5966a9b6-7147-48c7-9d86-811105565d62/content>. Acesso em: 22 dez. 2025.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. *Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931*. Dispõe que o ensino superior no Brasil [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2019]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 9 jan. 1991.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União: Brasília, 18 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Projeto Rondon: lição de vida e de cidadania*. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_projeto-rondon. Acesso em: 23 out. 2025.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BURKE, Peter. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (Org.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COOK, Terry. *What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift*. Archivaria, Ottawa, n. 43, p. 17–63, 1997.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

GARCIA, Junior Ruiz; ANDRADE, Daniel Caixeta. Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970-2000). *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 12, p. 155-182, jan. 2006/dez. 2007. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L12/LEP127GarciaAndrade.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *Professoras negras: trajetória escolar e identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EdUFF, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, [S. I.], n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, Felipe Alves; VIEIRA, Tainara Bezerra; BARBOSA, Gerliane Kellvia Amâncio. A interiorização do ensino superior: expectativas e realidades dos egressos do curso de Economia da ufrpe-uast no mercado de trabalho. *Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.*, Santa Maria, v. 14, n. 23, e90773, 2025.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro *et al.* Da acumulação à memória: a conservação de documentos históricos na formação do arquivo da FUNM/UNIMONTES. *Educação, Escola & Sociedade*, Montes Claros, v. 21, n. 23, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/8966>. Acesso em: 22 set. 2025.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; MAIA, Cláudia de Jesus; ALVES, Maria Railma. *Metodologia científica*. Montes Claros: Unimontes, 2012.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Arquivos, memória institucional e produção do conhecimento histórico*. Montes Claros: Unimontes, 2025.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades. *Poiesis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v8i2.14035. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SCELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Camila Gonçalves. Contra o ‘inimigo interno’ a favor do Governo Militar: Imprensa e Censura em Montes Claros/MG (1964-1985). *Em Tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, n.º. 18, jan/jul. 2011. ISSN 1517-1108. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n.º 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 23 out. 2025.

VELOSO, Geisa Magela (org.). *Unimontes, história e memória: 60 anos formando professores no Norte de Minas*. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2024. 304 p. *Portal Montes Claros*. Prefeitos. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/prefeitos>. Acesso em: 18 set. 2025.

VIEIRA, Geniana dos Santos. Expansão das instituições de ensino superior: interiorização e precariedade das universidades brasileiras. *Humanidades & Tecnologia (FINOM) - Revista Multidisciplinar*, [s. l.], v. 40, p. 368-380, 2023.

OS ANOS 1980-1988 NA FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR: MEMÓRIAS DE UM ARQUIVO E CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA INSTITUCIONAL

César Henrique de Queiroz Porto
Alane Silva de Abreu
Evellyn Victória Maia Simões
Guilherme Borges Silva

1 INTRODUÇÃO

O professor Raimundo Rodrigues Avelar foi nomeado o novo diretor geral da Funm pelo então governador do estado de Minas Gerais, Francelino Pereira, a partir de uma lista composta por seis nomes. Formado em Administração na Fadec, no ano de 1976, já ocupava cargos administrativos da Funm antes de sua nomeação como diretor no início de 1980.

O Brasil vivia então o período do final do governo militar, o general João Batista de Oliveira Figueiredo era o presidente do país, em um contexto de transição rumo ao retorno da democracia. Figueiredo prosseguiu no caminho da abertura, iniciada pelo governo anterior sob a batuta do presidente Geisel. A lei da Anistia, aprovada em 1979, representava mais um passo nesse processo. No mesmo ano, em dezembro, foi aprovada uma nova Lei Orgânica dos

Partidos, que extinguiu o bipartidarismo e autorizou o retorno do quadro pluripartidário.

Durante os primeiros anos da década de 1980, o Brasil experimentou um período de crise econômica e instabilidade financeira, com a elevação do quadro inflacionário e o aumento substancial do endividamento externo. O estado de Minas Gerais era governado por Tancredo Neves, que procurava manter uma política de desenvolvimento, mesmo diante de um contexto de problemas econômicos que se avolumavam.

Montes Claros, ao longo da década anterior, havia experimentado um intenso processo de urbanização e expansão de suas atividades econômicas. Os anos 1980 representam uma continuação dessa tendência, que teve como elemento propulsor a entrada da cidade na esfera de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a antiga Sudene, ainda nos fins dos anos 1960.

A cidade tinha se transformado em um polo de crescimento com o aumento do número de bairros, em função da chegada de pessoas de outras cidades em busca de emprego. O município também passou a ser contemplado com um programa do Governo Federal de “cidade de porte-médio” e, a partir da gestão do então prefeito Luiz Tadeu Leite (1983-1988), ampliou sua posição hegemônica de polo de desenvolvimento e atração de pessoas para trabalharem nas novas fábricas e no comércio. Naquele contexto, a instituição se destacava em uma ampla região de abrangência, que incluía o norte de Minas Gerais, grande parte do Vale do Jequitinhonha, a região noroeste do estado e municípios do sul da Bahia, especialmente os situados no entorno de Guanambi.

Nesse mesmo período, primeira metade dos anos 1980, a Sudene contempla a cidade e a região do Norte de Minas Gerais com um programa de assistência à agricultura e à pecuária,

contribuindo para o enfrentamento do problema da seca e seus desdobramentos na zona rural da região.⁵ É nessa conjuntura que se inicia a direção de Raimundo Avelar à frente da Funm. Desde 1972, ele já ocupava cargos administrativos na instituição e foi nomeado para apaziguar a “paralisação dos professores que se prolongava por alguns dias” (Anastasia, 2012, p. 23). Também afirma que,

A administração do prof. Raimundo Avelar foi uma luta constante para a arrecadação de verbas. Em 1980, o Diretor Geral conseguiu a quantia de oito milhões de cruzeiros para minimizar a situação crítica da instituição. Em 1984, o prof. Raimundo Avelar foi reconduzido ao cargo (Anastasia, 2012, p. 23).

Este capítulo tem como objetivo tratar do período em que a Funm esteve sob o comando do professor Raimundo Avelar (1980-1988), a partir da documentação que a DDI dispõe em seu arquivo. Essa documentação se mostrou bastante heterogênea, compreendendo correspondências expedidas, ofícios, atas de reuniões do conselho diretor, regimentos e legislação das faculdades que compunha a Funm. Além disso, o arquivo também disponibiliza convênios, inventários, regulamento de estágio do curso de Medicina, bem como jornais locais do período. Um dos itens de grande interesse é o elevado número de correspondências, tanto as enviadas quanto as recebidas, que nos permitiram traçar um quadro geral do período e compreender que a Funm atravessava uma situação de muitas dificuldades e necessidades.

5 Como consequência do agravamento da seca no Norte de Minas e no sertão nordestino, o fenômeno do êxodo rural se acelera, e Montes Claros acaba se tornando umas das principais cidades do interior a receber migrantes provenientes dos municípios da região.

Quadro 1 – Tipos de documentos presentes no acervo da DDI

Tipos de Documento	Assunto	Tipos de Documento	Assunto
Correspondências	Expedidas e recebidas, diversos remetentes e destinatários, sendo eles: diretores-gerais, diretores das faculdades, autoridades dos estados, secretária geral e secretária das faculdades, alunos, empresas, ofício.	Vidas acadêmicas	Correspondem à vida dos universitários: estágios, pedidos de transferência, requerimentos, declarações e relações de diplomas, manual dos alunos.
Eventos	Convites para eventos promovidos pela Funm; por outras universidades, pelas faculdades, pelo Estado ou por outras instituições; também possui documentos referentes à refeições de grau e discursos.	Diretoria da Funm	Normas, editais, convênios, portarias, atas de reunião, leis, portarias, processos administrativos, regimentos e boletins informativos.
Financeiro	Prestação de contas, recibos, cheques, planos de contas, convênios, balancetes, folha de pagamentos e quadros informativos.	Fotografias	Há fotografias no acervo.
Setor pessoal	Cadernos de ponto, ficha de professores, Curriculum Vitae e diários de classe.	Diretório Acadêmico/DCE	Contém correspondências, portarias, legislações e outras documentações que relatam as atividades do Diretório Acadêmico, hoje conhecido como Diretório Central dos Estudantes.

Patrimônio móvel e imóvel	Plantas e relações dos imóveis da Funm.	Concursos	Editais de concurso de professores.
Jornais	Recortes de jornal (encontrados no Cepedor) e jornais completos: O Jornal de Minas, Jornal do Norte, Diário de Montes Claros.	Projetos	Contempla congressos nacionais, o internato rural, o internato regional, o regulamento do internato.
Reconhecimento de curso	Documentos que reconhecem os cursos ofertados pela Fafil, Famed, Fadec, Fadir, Faceart, além das próprias faculdades em si.	Provas	As provas dos alunos daquela época também estão arquivadas. São de diferentes cursos, por exemplo: Ciências, Ciências sociais, História, Geografia, Pedagogia, Letras etc.
Outros tipos de documentos	No acervo, há também documentos como entrevistas.	Leis/Normas/ Estatutos/ Resoluções	Nos arquivos, constam leis do estado de Minas, normas da Funm e resoluções.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir de pesquisa no acervo da DDI.

Essa massa documental foi fundamental para a pesquisa que resultou neste capítulo, na medida em que possibilitou a reconstrução de inúmeras ações que caracterizaram as duas gestões do professor Raimundo Avelar à frente da Funm. O quadro acima traz uma classificação inicial que contempla uma relativa diversidade de documentos, permitindo ao pesquisador uma visão geral do funcionamento institucional.

Essas fontes também nos permitiram capturar parte do cotidiano vivenciado por professores, gestores, funcionários e acadêmicos ao longo desses oito anos da instituição na década de 1980. Portanto, essa documentação a que tivemos acesso se mostra imprescindível para qualquer pesquisador que se interesse pelo

estudo da dinâmica do ensino superior no Norte de Minas nas últimas décadas do século XX.

Além das fontes institucionais, a pesquisa também fez uso de duas entrevistas. A primeira, realizada pelo assessor de imprensa da Funm, Jacson Gomes da Motta, em 1987, com o diretor geral Raimundo Avelar. Essa entrevista está disponível no acervo da fundação, e se tornou um depoimento muito relevante, na medida em que relata a situação geral da instituição em 1987, portanto, no fim da gestão de Raimundo Avelar.

A segunda entrevista foi realizada com a professora Ilva Ruas de Abreu pela equipe que efetuou a produção de escrita deste livro,⁶ a partir da técnica da História oral. Esse procedimento nos permitiu obter muitas informações da fundação ao longo de boa parte do período pesquisado. Essa metodologia foi importante porque nos possibilitou “reconstruir” aspectos fundamentais sobre a fundação pela perspectiva de uma docente que possui mais de quatro décadas de envolvimento profissional com a Funm, ocupando vários cargos e funções ao longo desse período.

A documentação arquivística da DDI alinhada à História Oral foi indispensável para a construção deste capítulo, os documentos são os protagonistas maiores, enquanto a oralidade serviu como suporte metodológico para o entendimento de episódios vividos por aquelas pessoas que fizeram parte do cotidiano da Funm e que contribuíram para manter o ensino superior em Montes Claros e no Norte de Minas. A historiadora Verena Alberti destaca a fonte oral como uma possibilidade de pesquisa: “Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram

⁶ *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional* é o nome deste projeto, que foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig).

experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (Alberti, 2008, p. 165).

Nosso primeiro subcapítulo tem como objetivo principal analisar a primeira gestão do professor Raimundo Avelar frente à Funm, evidenciando, a partir da documentação apresentada, os principais problemas e temas levantados e discutidos nos documentos, nos jornais e em outras fontes disponíveis. Nesta parte, será importante tentar compreender as formas e as estratégias de enfrentamento das diversas questões e situações que ameaçavam a sobrevivência da Funm no município.

O tópico final visa destacar o último quadriênio da gestão do professor Raimundo Rodrigues Avelar à frente da instituição. Aqui, pode-se afirmar que a pesquisa verificou um ligeiro aumento na quantidade da documentação disponível e arquivada na Diretoria de Documentação e Informações, o que, em nosso modo de ver, indica um aumento da capacidade administrativa da gestão e um maior envolvimento da comunidade universitária nas questões enfrentadas e discutidas. Pode-se mesmo afirmar que a Funm passava por uma fase de ampliação, o que resultou em uma maior complexidade institucional.

2 O PRIMEIRO QUADRIÊNIO (1980-1984)

Após a nomeação do professor Raimundo Avelar como diretor da Funm, em março de 1980, pelo governador Francelino Pereira, a gestão procurou tentar amenizar a grave situação financeira pela qual a instituição passava. A Funm não fazia parte do orçamento do estado de Minas Gerais, o que, na prática, a colocava sobre a dependência do pagamento das mensalidades dos discentes para o custeio de boa parte de suas despesas. Naquela época, contava também com esporádicas receitas que vinham de doações de empresas ou instituições privadas, verbas obtidas pelo diretor junto

aos governos federal e estadual, contribuições de beneméritos e de recursos advindos de deputados da região e de outros políticos.

Quadro 2 – Instituições parceiras da Funm

Parceiras da FUNM	
Associação	Cineclube da Funm
Bancos	Bradesco, Banco Internacional, Banco Interamericano, Banco do Nordeste, Banco real e Banco econômico
Diocese	Paróquia Nossa Senhora da Conceição e São José
Figuras políticas	Deputados federais e estaduais
Estabelecimentos Comerciais	Xerox, lojas e casas comerciais
Empresas/Fabricas	Concreta e Matsulfur
Governo estadual	Polícia Militar de Minas Gerais, Copas, Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais
Governo federal	Sudene, Heranças Jacente, Ciplan, Conasp, Codevasf e DER
Hospitais	Hospital da Fhemig
Instituições privadas	Colégio Marista São José, Conservatório de Música Lorenzo Fernandez
Prefeituras	Prefeitura Municipal de Montes Claros e cidades da região

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir de pesquisa no acervo da DDI.

O quadro acima representa algumas instituições e empresas parceiras da Funm na década de 1980. A prefeitura de Montes Claros já vinha contribuindo desde a década anterior, conforme verificamos na documentação. A partir de 1984, durante a segunda gestão de Raimundo Avelar, a direção defendeu a adoção do “Sistema de Parceria”. Este previa que a União responderia por 30% do orçamento, o estado de Minas Gerais assumiria também 30% e o restante ficaria por conta das prefeituras das cidades da região e de outras instituições/empresas parceiras.

Em entrevista com a professora Ilva Ruas Abreu, que ingressou na Funm a partir de 1981 como docente, ela comenta: “Desde 1977, estava na Fadec como aluna do curso de Economia, tendo me graduado em 1980, [...] a fundação vivia de pires na mão” e o diretor Raimundo Rodrigues Avelar constantemente se deslocava rumo à Brasília para pedir dinheiro ao Governo Federal (Abreu, 2025).⁷ Para piorar a situação, a inadimplência era bastante elevada, o que acarretava constantemente em atrasos no pagamento do salário dos professores que, naquela época, recebiam um vencimento baixo e considerado insuficiente.

Além da questão do pagamento do salário dos docentes, a gestão também tinha que administrar uma variedade de gastos que cobriam “serviços diversos”. O acervo da DDI é composto por uma grande quantidade de ofícios solicitando pagamentos de “consertos e reparos”, de “despesas de viagem” e outros tipos de “serviços diversos”. Como exemplo, pode-se citar uma correspondência informando “o estado precário do telhado diante da aproximação do período chuvoso” (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1981a). Esse ofício, descrevendo as péssimas condições do telhado do prédio em que funcionavam os cursos da Fafil é revelador em muitos aspectos da necessidade crescente de dinheiro enfrentado pela instituição para a continuidade do funcionamento de vários cursos superiores da cidade.

Por outro lado, além da inadimplência⁸ dos discentes no pagamento das mensalidades, a documentação pesquisada na DDI nos informa que muitos alunos, ao longo do período em que cursaram as suas faculdades, acabavam se beneficiando da doação de bolsas por parte de deputados da região Norte mineira. Assim, algumas

7 “O diretor geral e o pessoal da gestão também faziam viagens regulares à Belo Horizonte para pedir liberação de dinheiro ao Conselho Estadual de Educação” (Abreu, 2025).

8 “Os alunos que estavam inadimplentes eram regularmente “convocados” para renegociarem seus débitos a fim de regularizarem suas situações e, assim, prosseguirem cursando as disciplinas que compunham suas estruturas curriculares” (Abreu, 2025).

vezes, a instituição tinha até que devolver determinadas quantias para o reembolso dos bolsistas que já haviam feito alguns pagamentos. Vale destacar que existiam também aqueles alunos que eram contemplados pelo Crédito Educativo e se livravam do pagamento de suas mensalidades.

Deve-se ressaltar também que, durante quase todo o período de gestão do professor Raimundo Avelar, os professores das faculdades que compunham a Funm também contribuíram com valores para o atendimento de algumas necessidades da instituição. Tivemos acesso a vários ofícios que evidenciam a liberação de doação dos professores, que era descontada em folha mensal ao longo dos meses. Exemplo disso é o Ofício nº 175/FAFIL-CR de 18 de outubro de 1981, que comunica a liberação da doação descontada na folha de pagamento do mês de setembro de 1981 e informa ainda “que os professores já concordaram em continuar a doação até dezembro do corrente ano” (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1981b).⁹

Contudo, a direção geral e sua equipe não ficavam de braços cruzados. Além das constantes viagens para Brasília para pedir recursos ao Governo Federal, o professor Raimundo Avelar procurou alternativas variadas para a aquisição de dinheiro e equipamentos para os cursos existentes. Uma das saídas foram as parcerias com instituições como a Sudene, o Banco do Nordeste, a Diocese de Montes Claros e algumas prefeituras das cidades do Norte de Minas Gerais. Programas de estágio foram viabilizados com prefeituras para o atendimento das cidades e principalmente de zonas rurais de alguns municípios. A Famed desenvolveu vários projetos de pesquisa que, além de proporcionar estágios para os acadêmicos de medicina, contribuíram para uma melhoria na qualidade de vida dos moradores dos municípios atendidos.

9 Curiosamente, observamos também correspondências cujo assunto é a reivindicação de professores “solicitando igualdade de salário pagos aos professores titulares”.

Um dos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da Famed e que teve importante reconhecimento no Brasil foi o Projeto do Instituto de Preparo e Pesquisas para o Desenvolvimento da Assistência Sanitária Rural (IPPEDASAR) que, posteriormente, foi desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro e serviu de base para a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS. O projeto integrado de saúde para o Norte de Minas, implantado a partir de 1973, passou por uma nova proposta de gerenciamento e ampliação de atendimentos em 1984 (Projeto Nordeste, 1984, p. 104). A existência de correspondências variadas no acervo institucional evidencia um esforço contínuo na viabilização de estágios e parcerias da Famed com muitas prefeituras para execução da prática médica dos acadêmicos. Tal fato também contribuía com a entrada de recursos advindos desses convênios com a Funm.

Apesar dos problemas financeiros, a Funm através de seus projetos, procurava se inserir no cotidiano da população da cidade. Um exemplo importante foi realizado pelos alunos e professores do curso de Economia, que desenvolveram a partir de 1983 um projeto de pesquisa para medir o custo de vida na região, monitorando as oscilações de preços dos estabelecimentos, observando setores como alimentação, transporte e vestuário. Os dados disponibilizados através desse projeto contribuíram para a implantação de novos estabelecimentos comerciais e a abertura de novas empresas (Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas, 1982, p. s/n).

Nesse mesmo ano, 1982, a faculdade estabeleceu uma parceria com a Sudene, que viabilizou um programa de especialização para que alguns professores fizessem o mestrado em instituições nacionais ou estrangeiras. A professora Ilva Ruas de Abreu foi uma das docentes contempladas nessa parceria.

A partir de uma grande quantidade de documentos, especialmente correspondências e ofícios, percebe-se que, desde o início da década de 1980, a situação financeira da instituição era debatida

pela direção com os professores nas várias reuniões realizadas. O conselho diretor da Funm era o órgão colegiado mais importante da instituição, na medida em que congregava o diretor geral e o vice, os diretores das faculdades e representantes do corpo docente de todos os cursos que faziam parte da Funm naquele período. Os debates e as discussões em torno das questões financeiras no conselho podem ser atestados por uma boa quantidade de documentos arquivados no acervo do DDI. Destaques para atas, ofícios, correspondências e outros tipos de documentação que permitiram identificar parte expressiva dessa movimentação.

No início dos anos 1980, a Funm obteve o aval do Governo Estadual para a venda de uma fazenda de sua propriedade para angariar recursos para a construção do prédio da Fadec. O conselho diretor aprovou a venda, e a obra se iniciou em 1982, com inauguração do prédio em 30 de dezembro de 1983, já no fim da primeira gestão do Raimundo Avelar. Contudo, o edifício foi inaugurado ainda incompleto, dado que levou a mobilização dos professores a fim de obterem verba para finalização e mobiliários (Abreu, 2025).

Figura 1 – Inauguração do prédio da Fadec/1983 e Placa inaugural da Fadec/1983



Fonte: Acervo fotográfico da DDI.

A Figura 1 mostra o cerimonial de inauguração do prédio da Fadec em 1983, onde hoje está localizado o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, da Universidade Estadual de Montes Claros. Nela estão algumas autoridades e figuras importantes da sociedade mineira, como o então governador do estado de Minas Gerais, Tancredo Neves, e ao seu lado o diretor geral da Funm, Raimundo Rodrigues Avelar.

3 O SEGUNDO QUADRIÊNIO (27/03/1984 - 27/04/1988)

O professor Raimundo Avelar foi “reconduzido” ao cargo de diretor geral da Funm, a partir de uma lista composta por seis nomes. Sua conduta foi marcada pela luta, na tentativa de resolução dos problemas financeiros que acometiam a instituição. Por outro lado, ele vai dar sequência à política já iniciada na gestão anterior de ampliação da infraestrutura da universidade. Além da finalização do prédio da Fadec, podemos citar também a reforma do ambulatório da Famed e outras melhorias no espaço físico.

Ao longo do ano de 1984, foi elaborado um dossiê da Funm com as despesas gerais da universidade. Esse documento foi enviado para o Conselho Estadual de Educação e refletia a necessidade de ampliação dos recursos advindos do Governo Estadual (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1984a).

Além do aumento das despesas gerais que custeavam o funcionamento institucional, a pressão salarial também afetava o cotidiano acadêmico. Conforme já apontamos, os professores reivindicavam constantemente ajustes nos salários. Inclusive, ainda em novembro de 1983, os docentes solicitaram “correção salarial” de acordo com o Decreto 2.065 “recentemente aprovado no congresso nacional”.

Não podemos esquecer que o Brasil, nesse período, vivia uma grave crise econômica/financeira que, entre outras consequências, se traduzia por aumento da inflação e redução do poder de compra

dos trabalhadores. Era o final do mandato presidencial do General Figueiredo, no contexto da transição da ditadura para o governo civil. Tancredo Neves era o governador do estado de Minas Gerais e se consolidava como uma das grandes lideranças políticas da nação.

Em Montes Claros, Luiz Tadeu Leite era o prefeito municipal e administrava uma cidade em torno de duzentos mil habitantes. Montes Claros continuava crescendo pois atraía muitos moradores de municípios da região e até do Sul da Bahia; não se pode perder de vista que a região Norte mineira passava por uma severa seca no período, o que levou ao êxodo rural de milhares de pessoas.

Conforme já informamos anteriormente, o projeto integrado de saúde para o Norte de Minas foi reestruturado em 1984, e implantado e operacionalizado com ações integradas de saúde e saneamento para a área definida pelo Projeto Nordeste. Tal projeto estabelecia como estratégia o apoio ao pequeno produtor rural, através de projetos de desenvolvimento rural, para um horizonte de quinze anos, divididos em quinquênios, dos quais o primeiro cobria o período compreendido entre 1984 a 1989. O internato rural se desenvolveu em quatro municípios cobertos pelo Projeto Nordeste e se revelou valioso para o curso de Medicina da Unimontes, pois a experiência foi importante não apenas para a prestação direta de serviços pelos acadêmicos, mas também para o treinamento em serviço dos auxiliares de saúde.

No entanto, os projetos não se limitavam à área da saúde. Desde o primeiro quadriênio da gestão de Raimundo Rodrigues Avelar, a fundação desenvolveu projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, tendo como baliza os cursos da instituição. Exemplo disso foi o projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do curso de Ciências Sociais da Fafil (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), cujo objetivo geral era investigar manifestações folclóricas dos municípios de Montes Claros e São Francisco (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1983).

Além dos projetos de pesquisa, a gestão, também em parceria com os professores, adotava estratégias para viabilizar a participação dos estudantes em eventos como congressos. Podemos citar, a título de ilustração, a doação de uma hora aula do salário da professora Sônia Prates de Quadros Lopes visando contribuir para que os alunos do primeiro e quarto ano do curso de História participassem de um congresso na cidade de Mariana no período de 23 a 27 de julho de 1984 (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1984b).

Ao longo do ano de 1984, diante de um cenário de agravamento das dificuldades financeiras da instituição, as reuniões do conselho diretor começaram a debater a perspectiva de um processo de federalização envolvendo a Funm. Nos dois anos seguintes, esse tema passará a dominar a pauta do conselho. A professora Ilva Ruas de Abreu, em sua entrevista à nossa equipe, argumentou que:

O conselho diretor onde é ali no fundo, no primeiro andar, ali era a diretoria. Ali funcionava a direção da Funm, tinha um secretário, um tesoureiro e alguns funcionários, era uma estrutura bem pequena, e então a história era: fecha, não fecha; fecha, não fecha. Sempre na nossa reunião o assunto era esse, sabe? Vai fechar, vai fechar, não tem jeito pra pagar. E tradicionalmente, naquele período, os nossos pagamentos atrasavam muito. Sabe, a gente ficava 2, 3 meses sem receber pagamento e já era algo normal. A gente praticamente dava aula de graça, porque a gente ganhava hora aula, que era pequena. E por isso que todo mundo trabalhava, né? Eu não vivia. Eu trabalhei aqui, quando foi em 1985 eu entrei na prefeitura, e assim eu passava de vez em quando no banco pra ver se o pagamento tinha caído. Não, não depositou; aí eu passava depois, eu voltava lá pra ver se tinha algum dinheiro, sempre assim. Então a história era essa, então nós víamos que a única alternativa era a tentativa de federalização criar uma Universidade Federal. Aí eu abro parênteses para dizer pra vocês que essa questão das universidades federais, como Minas sempre teve muitas universidades federais, e o Norte de Minas, o Vale do Mucuri, o Noroeste não tinha universidades públicas, né. Tinha a faculdade de Odontologia de Diamantina, que já era federal, que é antiga, criada por Juscelino Kubitschek, e aqui na região nós não tínhamos ensino superior. Tínhamos aqui em Montes Claros um colégio agrícola que pertencia à UFMG, que tinha ensino superior. Um período ele teve curso de tecnólogo e Administração Rural. Então, mas foi um período também, ele tinha técnico, ele tinha médio de manhã e à tarde, que não durou muito, durou um período, depois eles fecharam. Enfim, então

havia uma luta pra gente tentar federalizar a fundação. Tínhamos deputados e sempre que acontecia essa questão de “vamos fechar, vamos fechar, vamos fechar”, o professor Raimundo vinha lá de Brasília para conseguir algum dinheiro. Aí, chegava lá, conseguia um sopro, respirava mais uns meses, aí a gente, né, funcionava, recebia pagamento, ficava todo mundo feliz. De repente, acabava o dinheiro e funcionava assim (Abreu, 2025).

Pelo depoimento da professora, a falta de recursos era o principal entrave para o bom andamento do ensino superior na região; na medida em que, praticamente, com exceção da Faculdade de Odontologia, que funcionava em Diamantina, não existia nenhuma universidade pública no Norte de Minas e suas áreas adjacentes. Outro argumento que emerge em seu depoimento destaca a grande extensão dessa área do estado:

Além disso, a região era uma região grande, sem ensino superior, porque a única instituição de ensino superior era a fundação e tinha várias questões. Então, nessas idas e vindas a Brasília, o deputado Humberto Souto, que era deputado federal, era uma liderança da região. Nessa época, nos meados dos anos 1980, ele era o líder do governo polo, ele era um deputado importante. Como ele tinha vínculos não só com Montes Claros, mas com a própria fundação, a gente sempre recorria a ele para conseguir recursos de emendas para a gente poder manter a fundação funcionando, ele nos prometeu que ele iria conseguir a federalização. Também estava com um projeto para criar a universidade federal, e nós seríamos federalizados, o que deixou toda a comunidade muito satisfeita, porque ele realmente apresentou o projeto. O projeto foi aprovado para a criação da universidade federal, mas o que aconteceu é que, nesse interim, também tinha outros projetos de outras universidades para serem criadas, e nós fomos preteridos pela Universidade Federal de São João del-Rei, que foi criada na mesma época, que tinha um projeto também semelhante. E tem toda uma história em torno dessa morte do Tancredo, em homenagem ao Tancredo, enfim, e aí o projeto foi aprovado. Porque você sabe, o fato do projeto ser aprovado não quer dizer absolutamente nada, o projeto tem que ser sancionado pelo Presidente da República, e o Presidente nunca sancionou, o projeto está lá, existe até hoje, está lá. Se vocês procurarem naqueles projetos lá da Câmara, vocês vão achar o projeto da universidade federal que nunca foi sancionado. Então essa era a nossa luta (Abreu, 2025).

Conforme exposto acima pela fala da professora Ilva Ruas de Abreu, o projeto foi aprovado pela Câmara federal, ainda em 1986, mas nunca foi sancionado, sendo posteriormente engavetado pelo governo da época, liderado pelo presidente José Sarney. Vale destacar que, em 1984, Tancredo Neves e a maior parte dos políticos de oposição, ligados aos novos partidos formados no contexto da transição, como o PMDB, o PTB, o PDT e o PT, apoiaram a Emenda Dante de Oliveira, que tratava de eleições diretas para Presidente da República. A Campanha das Diretas, como ficou conhecida a mobilização em prol da emenda, foi um sucesso, marcada por grandes comícios que reuniram milhares de apoiadores entre a população das grandes cidades. Apesar desse sucesso, a emenda não conseguiu ser aprovada no Congresso Nacional, fato que acarretou um sentimento de frustração nos meios populares e políticos. Na prática, sua derrota significou que a última eleição presidencial do período militar ainda se daria pelo voto indireto, ou seja, através do Colégio Eleitoral, em 1985.

Tancredo Neves se afasta do governo do estado de Minas Gerais e se lança candidato da oposição, com apoio de vários partidos e políticos. Foi formada a Frente Liberal, que tinha a chapa capitaneada por Tancredo e como candidato a vice José Sarney, que rompeu com o partido governista PDS. A frente liberal disputou contra o candidato governista Paulo Maluf que, naquela ocasião, já não contava com o respaldo de muitos políticos que haviam deixado o PDS e acompanhado José Sarney. Diante desse quadro, marcado pelo enfraquecimento do partido governista, Tancredo Neves venceu no Colégio Eleitoral em fins de 1985. Ironicamente, Tancredo foi o vencedor, mas não foi empossado em 1986. Poucos dias antes da posse, o ex-governador mineiro havia sido internado em função de uma diverticulite. Após a intervenção cirúrgica, o quadro de saúde de Tancredo Neves se agravou, o que levou ao seu falecimento em abril de 1986, inviabilizando a sua posse. O seu vice, José Sarney, foi empossado, se tornando o primeiro presidente civil após o período

militar. E foi nesse clima de muita comoção popular que Sarney sancionou o projeto da Universidade Federal de São João del-Rei, cidade natal de Tancredo Neves. Diante disso, o projeto que previa a federalização da Funm não passou pela sanção do então presidente José Sarney. Pode-se argumentar que foi preterido em favor do projeto que determinou a criação da Universidade Federal de São João del-Rei. A solução para a resolução do precário quadro financeiro que dificultava a continuidade do ensino superior em Montes Claros e região foi postergada por mais alguns anos. Somente com o processo de estadualização da instituição é que a universidade contaria com um orçamento definitivo por parte do governo do estado de Minas Gerais.

No entanto, a decisão de iniciar o processo que resultou na estadualização ocorreu ainda em 1986, na gestão Raimundo Avelar. No acervo da DDI, existem vários documentos que atestam esse fato, inclusive telegrama do deputado federal Humberto Souto parabenizando o diretor geral “pela decisão de estadualizar a fundação” (Brasil, 1986)

De qualquer maneira, ao longo do segundo mandato do diretor Raimundo Avelar verificou-se um aumento da participação financeira por parte de setores do governo estadual. Além disso, verificou-se também um crescimento patrimonial da instituição, conforme entrevista do próprio diretor geral ao senhor Jacson Gomes da Motta, assessor de imprensa da Funm.

O crescimento patrimonial e econômico da Funm vem se registrando à custa de ingentes e até mesmo exaustivos esforços das diretorias anteriores e de toda a atual administração, ora via colaboração de diversas empresas privadas, pela doação de materiais; ora através do aporte de recursos financeiros exógenos em diversas fontes governamentais, delas ainda se obtendo, gratuitamente, a prestação de inúmeros serviços, como terraplenagens, pavimentação asfáltica, iluminação de vias e transporte de materiais de construção. Como provas recentes e bem eloquentes do que afirmamos, poderíamos citar a construção e equipamento dos prédios da Faculdade de Administração e Finanças (Fadec) e do Ambulatório da Faculdade de Medicina (Famed), a recuperação das instalações que permitiu a reativação do Serviço de Assistência Judiciária (S.A.J./Fadir), a construção de algumas quadras poliesportivas, a

pavimentação asfáltica do estacionamento da Fadec, o postea-mento e iluminação de toda a avenida de acesso ao “campus”, os serviços de terraplenagem já feitos no local onde deverá ser edificada a futura sede da Faculdade de Filosofia (Fafil) e, por fim, as inúmeras melhorias realizadas no precário conjunto físico que ainda vem servindo à referida unidade de ensino ampliado, suas dependências administrativas, construindo mais salas de aula e instalando um laboratório para prática de Química e Biologia (Avelar, 1987).

Diante do exposto, mesmo à despeito das dificuldades finan-ceiras, fica evidenciado o crescimento patrimonial da fundação. Além disso, a gestão também se mobilizou para a criação de novos cursos. A Faculdade de Educação Artística do Norte de Minas (Faceart) foi criada em 8 de maio de 1986, começando a funcionar no ano de 1987, nas dependências do Conservatório Lorenzo Fernandez, tendo como sua primeira diretora a professora Marina Lorenzo Fernandez. O pri-meiro curso a ser criado foi o de Educação Artística: Licenciatura de 1º Grau e Licenciatura Plena, garantindo a habilitação em Música - canto e instrumento. O objetivo da Faceart era preparar novos talentos para a região Norte mineira, tendo em vista a sua grande quantidade de artistas e as ricas tradições folclóricas e culturais. Além disso, a facul-dade foi criada com o intuito de completar as unidades necessárias para a transformação da Fundação norte Mineira de Ensino Superior em uma universidade, uma vez que, para isso, eram necessárias cinco unidades de ensino diferentes.

Ao final da gestão do diretor Raimundo Rodrigues Avelar persistiam muitos problemas que dificultava a sobrevivência da fundação.¹⁰ De um lado, a crônica insuficiência de recursos finan-ceiros, o que limitava o funcionamento e a expansão da instituição. De outro lado, a pressão dos docentes diante do recebimento de bai-xos salários e do contexto marcado pela inflação e perdas salariais.

10 Ver, por exemplo, a correspondência enviada em 08/04/1987 pelos funcionários da fundação acerca da implantação de um “plano de cargos e salário” que “há cerca de 10 anos vem claudicando nessa insti-tuição” (Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, 1987).

O resultado disso foi que, em fins de 1987, professores da Fafil e da Fadec entrarem em greve.

No entanto, apesar dessas grandes dificuldades, a gestão Raimundo Avelar incorporou avanços importantes na história institucional e no processo de expansão de ensino superior em Montes Claros e região. Conforme vimos, a documentação pesquisada revelou um crescimento do patrimônio da fundação, melhorias importantes na estrutura física da Funm, além da expansão dos laboratórios ligados à Famed. Observou-se também o aumento das receitas da fundação, dentro dos limites do “sistema de parceria”. Mais importante foi a ampliação do envolvimento acadêmico nos debates que discutiam a realidade e o cotidiano do funcionamento da dinâmica institucional. Esse fato, por si só, é reflexo de um ambiente que traduz mais complexidade e organização da fundação. Para isso, temos que reconhecer, à luz dos documentos pesquisados, a importância da gestão de Raimundo Rodrigues Avelar à frente da direção. Pode-se afirmar que, quando o próximo diretor assumiu, já estavam lançadas as bases para o grande salto institucional que se verificou na década seguinte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa através da documentação preservada e bem guardada na DDI nos possibilitou reconstruir momentos importantes da trajetória do ensino superior em Montes Claros e região, acima de tudo, as fontes pesquisadas possibilitaram reconstruir parte do cotidiano da Funm, que se tornou a fundação mais atuante nos marcos de desenvolvimento social do extremo Norte de Minas, com desdobramentos para outras regiões do estado, como Vale do Jequitinhonha e o Noroeste de Minas.

Os documentos nos permitiram recuperar fragmentos decisivos da existência da fundação no período entre 1980 e 1988 (até março de 1988). Identificamos os principais problemas, a saber: a questão

da falta de recursos, o que limitava o funcionamento da instituição. Verificamos, graças à documentação, as estratégias encontradas pela gestão e pela comunidade acadêmica para a tentativa de, pelo menos, minimizar o impacto das dificuldades. Foi observado que, mesmo passando por limitações financeiras, a fundação conseguiu sobreviver, não apenas mantendo o seu funcionamento, mas se expandindo em patrimônio e orçamento, graças aos seus parceiros. Esse crescimento ajudou a preparar as bases para o grande crescimento que se verificou a partir do início dos anos 1990. Portanto, a documentação pesquisada se mostrou fundamental para o entendimento da trajetória histórica e institucional da Funm, da dinâmica do funcionamento e da ascensão do ensino superior nos marcos regionais.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Câmara Dos Deputados. *Telegrama com discurso de Humberto Souto sobre a proposta de estadualização da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm)*. Brasília, DF, 4 de set. 1986.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983. Altera a legislação do Imposto de Renda, dispõe sobre o reajustamento dos aluguéis residenciais, sobre as prestações dos empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação, sobre a revisão do valor dos salários, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 out. 1983

FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DO NORTE DE MINAS. *Correspondência recebida informando o estado precário do telhado diante da aproximação do período chuvoso*. Montes Claros, MG. 1981.

FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DO NORTE DE MINAS. *Ofício comunicando a liberação da doação descontada na folha de pagamento*. Montes Claros, MG, 18 de out. 1981.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO NORTE DE MINAS. *Boletim mensal*. Montes Claros, MG, Ano II, n. 8, ago. 1982.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Ofício de encaminhamento do projeto de pesquisa “Folclore: manifestações religiosas em Montes Claros e São Francisco – MG”*. Montes Claros, 08 jul. 1983.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Dossiê da Funm ao Conselho estadual de Educação: memorial Funm*. Montes Claros, MG, 1984a.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Doação de uma hora aula da professora Sônia Prates de Quadros Lopes para a participação dos alunos do curso de História em um na cidade de Mariana*. Montes Claros, MG, 7 de jun. 1984b.

FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR. *Entrevista do Diretor Geral da FUNM Raimundo Rodrigues Avelar*. Montes Claros, MG, maio. 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS. *Proposta Preliminar Projeto Nordeste: IPPEDASAR*. Minas Gerais, setembro. 1984.

FONTE ORAL

ABREU, Ilva, Ruas. *Entrevista concedida a Alane Silva de Abreu, Ana Livia Ferreira Queiroz, Bianca Geovana Santiago da Silva, Carla Cristina Barbosa, César Henrique de Queiroz Porto, Evellyn Victória Maia Simões, Filomona Luciene Cordeiro Reis, Guilherme Borges Silva, Larissa Barreto Gomes Leo, Maria Fernanda Benfica Santos, Maria Isabel Ribeiro Ramos, Neiva Alves, Saulo Librelon Pinheiro Lopes*. Montes Claros, MG, 22 out. 2025.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *Unimontes 50 anos: história & memória*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

ALBERTI, Verena. Fontes orais. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História dentro da história*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155.

CALEIRO, Regina Célia Lima (org.), PEREIRA, Laurindo Mékie (org.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

A TRAVESSIA DA CORAGEM: A GESTÃO DO PROFESSOR JOSÉ GERALDO DE FREITAS DRUMOND NA CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO NORTE DE MINAS

Carla Cristina Barbosa
Ana Livia Ferreira Queiroz
Ana Beatriz Galindo de Souza
Roberth Pereira da Silva

1 INTRODUÇÃO

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao Clarear do dia (Rosa, 2019, p. 230).

A reflexão inspirada pela obra de Guimarães Rosa – coragem para a travessia – ilumina o sentido da construção de um projeto de universidade pública. A gestão do reitor José Geraldo de Freitas Drummond¹¹ na Funm/Unimontes (1988-2002) constituiu um marco histórico na redefinição dos rumos da educação e do ensino superior no Norte de Minas Gerais, consolidando a universidade como instrumento de desenvolvimento regional e inclusão social.

11 José Geraldo de Freitas Drummond nasceu no dia 16/10/1946, em Barra Longa/MG, faleceu em 29 de novembro de 2016. Formado em Medicina, destacou-se pela sua dedicação ao ensino e à formação de profissionais da saúde. Sua carreira acadêmica foi amplamente voltada à educação médica, e ele desempenhou um papel central na formação dos futuros médicos da região do Norte de Minas, especialmente por meio de sua atuação na Faculdade de Medicina (Famed) da Unimontes e pela gestão da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Em discurso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o professor José Geraldo destacou: “‘Minas são muitas’, como diria o grande Guimarães Rosa, poeta do sertão; como o Norte de Minas, que é um espaço privilegiado, em que nasceu e se desenvolveu uma destemida civilização: a civilização sertaneja, do cerrado às barrancas do São Francisco” (Drumond, 2002).

Essa travessia – a transformação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) em Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) – exigiu um ato de coragem. Afinal, “Montes Claros um dia elegeu como utopia fazer surgir uma grande instituição social, capaz de dar asas aos seus sonhos de um porvir melhor: a Universidade Estadual de Montes Claros” (Drumond, 2002).

É nesse cenário que se constitui a universidade pública do sertão, com relevância nacional e, sobretudo, estadual, em razão de sua dimensão educacional, social, cultural e econômica. Uma instituição que se afirma como “universidade sertaneja, universidade barranqueira, universidade dos montes e vales, uma universidade das Gerais de Minas” (Drummond, 2002).

A Unimontes sempre foi sinônimo de luta, resiliência e resistência, mas, acima de tudo, de possibilidades, esperança e futuro.

Este capítulo aborda a travessia da gestão de José Geraldo de Freitas Drummond na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no período de 1988 a 2002. O estudo baseia-se na análise documental do acervo da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes (DDI), priorizando aspectos de extrema relevância de sua administração.

2 TRAVESSIA PARA A UNIVERSIDADE PÚBLICA: FUNDAÇÃO NORTE MINEIRA DE ENSINO SUPERIOR

Em 24 de maio de 1962, o governador José de Magalhães Pinto sancionou a Lei nº 2.615, que criou a Universidade Norte Mineira e estabeleceu outras providências. O texto legal afirmava:

Art. 1º – Fica o Governo do Estado autorizado a instituir, com sede na cidade de Montes Claros, sob a denominação de ‘Fundação da Universidade Norte Mineira’, uma fundação que se regerá por estatutos próprios, aprovados por decreto do Poder Executivo.

Art. 2º – A Fundação, entidade autônoma, com personalidade jurídica pela inscrição, no registro civil das pessoas jurídicas, do seu ato constitutivo, deverá registrar, igualmente, seus estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3º – A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Norte Mineira, destinada ao ensino superior, à pesquisa e ao estudo de todos os ramos do saber e à divulgação científica e técnico-cultural

Governo do Estado de Minas Gerais, Montes Claros, 24 de maio de 1962.

(José de Magalhães Pinto, Minas Gerais, 1962)

Com esse ato, iniciava-se o sonho de uma universidade pública para o Norte de Minas: a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm). De acordo com Alex Fabiano Correia Jardim *et al* (2002), após a aprovação do projeto de lei apresentado pelo deputado Cícero Dumont, estava criado o alicerce para a consolidação da universidade: “Restava agora a árdua luta pela consolidação da universidade. Em julho, a Universidade Norte Mineira foi oficialmente instalada em Montes Claros pelo Dr. Zair de Carvalho Rocha, designado pelo Governador Magalhães Pinto” (Jardim *et al.*, p. 20).

As gestões do Prof. João Valle Maurício e do Prof. Raimundo Avelar foram marcadas por intensas dificuldades, sobretudo de ordem financeira, que comprometeram a sustentabilidade da instituição. Diante da situação crítica da Funm, o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, recebeu, em julho de 1984, uma carta enviada pelos prefeitos da região, reivindicando apoio financeiro do estado para garantir a continuidade das atividades da fundação.

Nesse contexto, foi elaborado o Parecer nº 1371/84, de 2 de outubro de 1984 (Diretoria de Documentação e Informações, 1984) intitulado *SOS Funm*, memorial que relatava as condições críticas da instituição. O documento, examinado pelo governador, afirmava:

No parecer, analisa-se o ensino superior no país e, principalmente, em Minas Gerais. Insere, nesse contexto, o exame da Funm, sua implantação, sua influência regional, sua situação econômico-financeira e perspectivas de solução. Termina sugerindo a estadualização da Funm como a alternativa de sobrevivência (Anastasia, 2012, p. 25).

A princípio, discutiu-se a possibilidade de federalização da instituição, como relata professora Ilva Ruas de Abreu:

Além disso, a região era grande, sem ensino superior, porque a única instituição existente era a fundação, que enfrentava várias questões. Então, nessas idas e vindas a Brasília, o deputado Humberto Souto, liderança regional e deputado federal à época, era o líder do governo. Ele tinha vínculos não apenas com Montes Claros, mas também com a própria fundação, e sempre recorriamos a ele para conseguir recursos de emendas. Para manter a fundação funcionando, ele nos prometeu fidelidade e apresentou um projeto para criar a Universidade Federal, o que deixou a comunidade muito satisfeita. O projeto foi aprovado, mas, nesse interim, outras universidades também pleiteavam criação, e fomos preteridos pela Universidade Federal de São João del-Rei. Em torno da morte de Tancredo, em sua homenagem, o projeto foi aprovado, mas nunca sancionado pelo Presidente da República (Abreu, 2025).

Esse relato evidencia a complexidade política do processo de federalização, que, embora aprovado em instâncias legislativas, não se concretizou por falta de sanção presidencial. O debate sobre a federalização como alternativa para resolver os problemas da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) foi amplamente discutido pela sociedade e divulgado nos jornais locais, em um movimento de sensibilização política.

Nesse contexto, o *Jornal Diário de Montes Claros*, em 10 de janeiro de 1987, publicou a matéria intitulada “Problemas da Funm vão continuar”, informando que o Gabinete Civil da Presidência da República havia comunicado a decisão do presidente José Sarney de não federalizar a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior,

inviabilizando a criação da Universidade Federal do Norte de Minas (Diário de Montes Claros, 1987).

A reportagem destacou que o problema da Funm permanecia sem solução. O diretor interino, professor Antônio Jorge, em discurso na Associação dos Municípios da Sudene, propôs “uma nova luta em busca da federalização da fundação, com o apoio dos prefeitos da região” (Diário de Montes Claros, 1987).

A luta por uma universidade pública, travada pelo corpo docente, discente, sociedade civil e representantes eleitos da população norte-mineira, continuava marcada por incertezas, ausência de políticas de acesso ao ensino superior e, sobretudo, pelo descaso histórico com o Norte de Minas Gerais.

Em abril de 1988,¹² o professor José Geraldo de Freitas Drummond assumiu a direção da Funm e, a partir de sua posse, iniciou os encaminhamentos para a estadualização da fundação. O processo foi discutido com a sociedade, diante da possibilidade proporcionada pela assembleia constituinte que tramitava no estado de Minas Gerais. Com as adaptações exigidas pela nova Constituição Federal, aprovada pelo Congresso Nacional em 1988, a estadualização da Funm tornou-se viável.

O debate sobre a transformação da Funm e a necessidade de sua estadualização foi fortalecido durante a gestão do professor José Geraldo, que, em sua obra *Conquistando a Universidade Crítica*, defendeu a concepção de uma universidade regional voltada para o desenvolvimento do Norte de Minas.

A criação e a inserção de uma universidade, numa vasta região dominada por extensa área de pobreza e onde pouquíssimos têm acesso às conquistas da era moderna, principalmente através do processo educacional, é, de longe, indiscutivelmente necessária. O Norte de Minas, dentro da realidade cultural

12 A escolha do diretor e do vice-diretor da Funm aconteceu em lista sêxtupla, encaminhada ao governador Newton Cardoso.

e sócio-econômica que o caracteriza, se soma aos vales do Jequitinhonha e Urucuia, e juntos constituem os segmentos mais atrasados e críticos da vida mineira. A proposta do surgimento de uma universidade nesta realidade geopolítica visa obter uma extraordinária e fecunda experiência educacional, em razão das peculiaridades e urgências das suas questões sociais, relegadas historicamente a um segundo plano, pelo descaço oficial. O aparecimento dessa universidade aproveita, em primeiro plano, a experiência das unidades de ensino superior isoladas, já existentes, confirmando a própria historicidade do ensino superior na região, datada de 27 anos. Em segundo plano revela-se o grande momento da reflexão sobre a educação nacional e nela o ensino universitário. Ao ser idealizada, a Universidade Regional do Norte de Minas já se acha modularmente comprometida com a sua geografia, através das características espelhadas na clientela de suas unidades de ensino e no percentual de fixação de seus egressos na região e, finalmente, na ampla prestação de serviços, voltados para a comunidade como forma de extensão. [...] O papel fundamental que lhe é reservado institucionalmente, no desenvolvimento cultural, nas artes, na filosofia, nas letras e ciências estará respaldado pelo avanço técnico-científico, pela prática constante de atividades culturais e estéticas nas diversas áreas do conhecimento humano e, principalmente, pela definição e exercício da ética, pela qual ela vai alcançar o seu produto final: o cidadão competente e consciente de sua cidadania. Debruçando-se sobre a realidade que a cerca, a universidade regional procurará estabelecer um profícuo e contínuo intercâmbio com toda a sociedade, para que seu resultado seja a apropriação social do conhecimento, através de sua aplicabilidade (Drumond, 1989, p. 19-21).

Diante do contexto político e das novas leis estaduais, à luz da Constituição Federal de 1988, após a instalação dos trabalhos da Constituinte Mineira, em 1989, foi criada uma comissão da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) para atuar de forma intensa e articulada junto à Assembleia Legislativa, com o objetivo de viabilizar a estadualização da instituição. Segundo a Professora Ilva Ruas, “a comissão especial teve um papel decisivo” (Abreu, 2025) nesse processo, desempenhando funções estratégicas na articulação política e na mobilização de lideranças regionais.

A emenda (Minas Gerais, 1989) que propunha a estadualização da Funm foi apresentada pelo deputado estadual Milton Cruz, em 1989, representando um marco fundamental na trajetória

da fundação rumo à consolidação como Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Figura 1 e 2 – Emenda PRO129-5

IV Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais
APRESENTAÇÃO DE EMENDA

NÚMERO EMENDA: PRO 129-5

Assinatura: *[Assinatura]* *Assinatura*
Assinatura *Assinatura*

Nome do Autor: DEPUTADO MILTON CRUZ

Subemenda: 11/05/89

Emenda Base: 01/02

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - Fica transformada em Universidade Estadual de Montes Claros a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - FUNM, com sede em Montes Claros."

JUSTIFICAÇÃO: A emancipação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior como universidade representa um dos mais clamorosos apelos da sociedade regional, e ad se efetivará, de modo irreversível, com o apoio do Poder Público Estadual e dos Municípios aos quais atende

Sua situação atual traduz-se na luta pela sobrevivência econômica, pois não dispõe de qualquer dotação orçamentária nos três níveis de governo - municipal, estadual ou federal - que lhe garanta sua emancipação como universidade, já que atende a uma clientela de baixo poder aquisitivo e suas mensalidades estão, de há muito, defasadas.

O parágrafo único do art. 209 do Projeto de Constituição Estadual assim expressa:

"O Estado, ao instituir universidades, cogitará prioritariamente das regiões não atendidas pelo ensino superior da

IV Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais
APRESENTAÇÃO DE EMENDA

NÚMERO EMENDA: PR 0129-5

Nome do Autor: DEPUTADO MILTON CRUZ

Subemenda: 11/05/89

Emenda Base: 02/02

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - Fica transformada em Universidade Estadual de Montes Claros a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - FUNM, com sede em Montes Claros."

JUSTIFICAÇÃO: A emancipação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior como universidade representa um dos mais clamorosos apelos da sociedade regional, e ad se efetivará, de modo irreversível, com o apoio do Poder Público Estadual e dos Municípios aos quais atende

Sua situação atual traduz-se na luta pela sobrevivência econômica, pois não dispõe de qualquer dotação orçamentária nos três níveis de governo - municipal, estadual ou federal - que lhe garanta sua emancipação como universidade, já que atende a uma clientela de baixo poder aquisitivo e suas mensalidades estão, de há muito, defasadas.

O parágrafo único do art. 209 do Projeto de Constituição Estadual assim expressa:

"O Estado, ao instituir universidades, cogitará prioritariamente das regiões não atendidas pelo ensino superior da

Silvio Nite
Agostinho Valente
Leandro Gombosi

[Assinatura] *[Assinatura]*

Assinatura do Constituinte

Fonte: Diretoria de Documentação e Informações/Unimontes. 2025.

De acordo com a professora Ilva Ruas, a comissão especial da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) foi composta por destacados representantes da comunidade acadêmica, entre eles: professor José Geraldo de Freitas Drummond, professor Paulo César Gonçalves de Almeida, professor Ruy Paulo Klassmann, professor Antônio Jorge, professora Maria Cleonice Souto de Freitas, Cibele Veloso, Ruth Tolentino e Lúcia Teixeira, além de outros colaboradores. Assim a professora relata:

E aí ele disse para a gente: “Olha, eu apresentei o projeto, mas se vocês não trabalharem aqui...”, porque a ideia do estado, que já era algo grandioso, era criar uma universidade do tamanho que seria a Universidade Estadual que ele iria criar, o estado não tem disposição para criar mais de uma universidade. Nem os constituintes mineiros estão dispostos. [...] Então, vai ter muita resistência. Ele nos chamou para conversar com a gente. Aí, nós falamos: bom, vamos trabalhar, temos que trabalhar. Então, aí começou um grande processo de mobilização. [...] Como hoje, já havia tido eleição para a fundação, e o professor José Geraldo de Freitas Dumont já era o diretor geral. Quando começou esse movimento pró-estadualização, então o professor José Geraldo ele montou uma estrutura, uma equipe para poder trabalhar, para conseguir essa estadualização. O que nós tínhamos que fazer? Nós tínhamos que estar lá dentro da Assembleia Legislativa diariamente. [...] “E trabalhar, vocês têm que trabalhar.” Eu estou à disposição, coloquei a equipe dele toda à disposição. Então, agendava com o deputado, e a gente ia para Belo Horizonte: eu, o professor Rui, o professor Antônio, Jorge, o professor José Geraldo. Aí tinha um dia lá, tinha uma agenda. A gente andava aquela assembleia toda, sala tal, chegava o deputado. Aí nós visitávamos os deputados sempre, e a gente chegava lá e falava: “Olha, nós somos de Montes Claros. Montes Claros quer nos visitar, nós estamos com esse projeto de deputados do Milton Cruz, nós queríamos que o senhor assinasse”, chegava lá o deputado (Abreu, 2025).

Essa comissão desempenhou papel estratégico ao articular esforços políticos e institucionais buscando sensibilizar e convencer os deputados estaduais a votarem favoravelmente ao projeto de criação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). A atuação conjunta desses representantes foi decisiva para consolidar o processo de estadualização da Funm, transformando-a

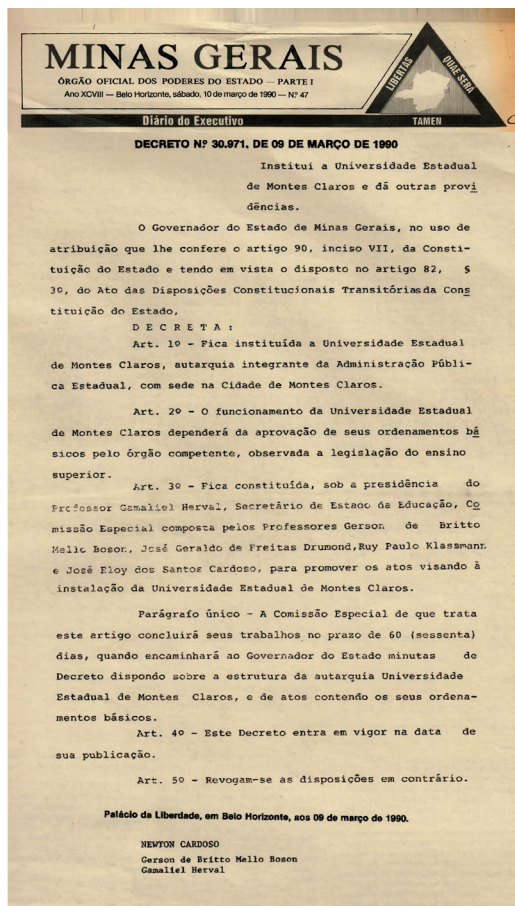
em uma universidade pública comprometida com o desenvolvimento educacional e social do Norte de Minas. A atuação do professor José Geraldo de Freitas Drummond foi marcante, contando com o apoio de diversos setores da sociedade, entidades de classe, associações e lideranças políticas do estado. Como afirmava o próprio professor: “o primeiro passo é que a Funm se torne pública” (Anastasia, 2012, p. 74).

A Comissão Constitucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em 29 de junho de 1989, a estadualização da Funm, que passou a ser transformada em autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Educação. Assim, nascia oficialmente a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Nessa travessia – como disse Guimarães Rosa: “Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo” (Rosa, 2019, p. 117) –, novos desafios se iniciavam, entre eles a formulação de leis ordinárias para garantir recursos destinados à instituição. O deputado Milton Cruz afirmava, à época, que ainda não havia previsão de quando o estado assumiria integralmente a Funm como autarquia estadual. A gestão do diretor-geral, professor José Geraldo, atuou de forma veemente para que o Governo do Estado assumisse a instituição. Entre suas iniciativas, elaborou o documento intitulado “Passos para a implantação da Universidade Estadual de Montes Claro” (Anastasia, 2012, p. 74), com a finalidade de estruturar o estatuto e o regulamento da nova universidade.

Em março de 1990, o governador Newton Cardoso assinou o Decreto nº 30.971 (Diário Minas Gerais, 1990) que instituiu oficialmente a Universidade Estadual de Montes Claros, consolidando um marco histórico para o ensino superior no Norte de Minas Gerais.

Figura 3 – Decreto 30.971, de 09 de março de 1990



Fonte: Diretoria de Documentação e Informações/Unimontes. 2025.

O diretor da fundação, professor José Geraldo de Freitas Drumond, ao se referir à assinatura da implantação da Funm como autarquia, destacou tratar-se de um “grande sonho da comunidade” (Jornal de Notícias, 1990).

Figura 4 – Manchete *Jornal de Notícias*, de 6 de março de 1990



Fonte: Diretoria de Documentação e Informações/Unimontes. 2025.

O jornal registrou que o professor articulava, de forma decidida, ações para garantir a participação da universidade em projetos e benefícios do estado, ainda sem apoio integral do poder público estadual. Entre as conquistas iniciais, destacava-se o pagamento de parte da folha de pessoal pela administração estadual, enquanto o restante dos custos era sustentado pela cobrança de mensalidades.

Nessa travessia, novos rumos conduzidos pelo diretor fortaleceram a instituição. O Parecer nº 556/90, emitido em agosto de 1990 pelo Conselho Estadual de Educação, oficializou o funcionamento da Unimontes como universidade, com a aprovação de seu Estatuto e Regimento Geral. Posteriormente, o governador aprovou o Estatuto da Universidade por meio do Decreto nº 31.840/90. Foram tempos de luta e intenso trabalho. O Conselho Estadual de Educação reconheceu a Unimontes pelo Parecer nº 232/94 e, posteriormente, o Conselho Federal de Educação consolidou esse reconhecimento por meio da Portaria nº 1.116/94 (Anastasia, 2012, p. 76).

Com a promulgação da Lei nº 11.517/94, de 13 de julho de 1994, e o reconhecimento conjunto do Conselho Estadual de Educação e do Ministério da Educação, a Unimontes estruturou-se

definitivamente como entidade autárquica. Assim, a universidade pública e gratuita tornou-se realidade em 26 de agosto de 1994.¹³

Em 1998, realizaram-se as primeiras eleições para reitor e vice-reitor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). O professor José Geraldo de Freitas Drummond foi nomeado pelo governador como primeiro reitor da instituição, tendo como vice-reitor o professor Paulo César Gonçalves de Almeida.

O professor José Geraldo de Freitas Drummond¹⁴ esteve à frente da instituição em três fases distintas:

- Diretor-geral (1988-1990);
- Reitor pró-tempore (1990-1998);
- Primeiro reitor escolhido em votação direta (1998-2002).

Sua gestão consolidou a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) como referência regional e estadual, deixando um legado marcado por importantes conquistas institucionais e estruturais.

Principais Conquistas:

- Transformação institucional: conversão da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior em Universidade Estadual de Montes Claros, conforme ato das Disposições Transitórias da Constituição Mineira, promulgada em 20 de setembro de 1989.
- Estadualização efetiva: oficializada pelo Decreto-Lei nº 30.971, de 10 de março de 1990.
- Aprovação do primeiro Estatuto da Universidade: por meio do Decreto Estadual nº 31.840, de 24 de setembro de 1990. Nesse

13 De acordo com Anastasia, somente no ano de 2000, a Unimontes consegue consolidar financeiramente, com a alteração da Constituição Mineira, no artigo 199. (Anastasia, 2012, p.77).

14 Disponível em: <https://unimontes.br/reitores/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

processo, houve a unificação do regimento interno das faculdades após ampla discussão com a comunidade acadêmica. O reconhecimento federal da universidade ocorreu pela Portaria nº 1.116, assinada pelo então ministro da Educação, Murílio Hingel, em 21 de julho de 1994.

• Reorganização administrativa: realizada pela Lei Estadual nº 11.517, de 13 de julho de 1994, assinada pelo governador Hélio Garcia. Com essa reorganização, as antigas faculdades foram extintas e criados os seguintes Centros de Ensino:

- Centro de Ciências Humanas (CCH);
- Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS);
- Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA);
- Centro de Ensino Médio e Fundamental (CEMF), posteriormente substituído pelo Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT).

• Transferência do Hospital Regional Clemente de Faria da Fundação Hospitalar do estado de Minas Gerais (Fhemig) para a Unimontes, ampliando a integração entre ensino, pesquisa e assistência em saúde.

• Interiorização da universidade: implantação dos *campi* de Januária, Janaúba, Pirapora, Almenara e Salinas, além do núcleo de Joáima.

• Infraestrutura acadêmica e administrativa:

- Construção do prédio 2 do *campus*, destinado ao Centro de Ciências Humanas (CCH), inaugurado em junho de 1992;
- Construção do Centro Esportivo Universitário Reitor João Valle Maurício;
- Construção do prédio da reitoria;
- Construção do prédio da biblioteca central.

- Expansão de cursos de graduação: criação dos cursos de Agronomia (Janaúba), Educação Física, Odontologia, Sistemas de informação (inicialmente denominado Ciência da Computação) e Zootecnia. Além disso, foi implantado o curso emergencial de Normal Superior, destinado à formação de professores da educação básica em dezenas de municípios da região.

Aclamado pelo seu compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão, o professor José Geraldo de Freitas Drummond sempre buscou fortalecer os vínculos entre a universidade e a comunidade. Sua gestão foi marcada pela defesa da universidade pública como espaço de produção de conhecimento, de formação cidadã e de integração social. Durante sua gestão como reitor, José Geraldo foi responsável pela implementação do Plano de Qualificação Docente, que tinha como objetivo: aprimorar as competências pedagógicas e científicas dos professores da Unimontes; estimular a pesquisa acadêmica e a produção científica entre os docentes; consolidar uma cultura institucional voltada para a inovação e para a excelência acadêmica. Esse plano refletia sua visão de que a educação superior não deveria apenas transmitir conhecimentos, mas também fomentar uma cultura de investigação científica e de inovação tecnológica.

O professor José Geraldo atuou de forma ativa junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig), buscando ampliar as oportunidades de financiamento e apoio à pesquisa na Unimontes. Essa articulação resultou em um fortalecimento da produção científica no estado, com destaque para as áreas de saúde e educação, consolidando a universidade como polo de pesquisa regional.

Além de sua atuação como gestor, José Geraldo contribuiu significativamente para o campo acadêmico por meio da produção científica. Sua produção reflete tanto sua experiência prática na administração universitária quanto sua reflexão crítica sobre a

educação no contexto do Norte de Minas e do Brasil. Um dos legados mais significativos de sua gestão foi a interiorização da Unimontes, dando início ao processo de expansão da instituição para outras cidades do Norte de Minas. Foram implantados campi em: Januária, Janaúba, Pirapora, Almenara, Salinas e Joáima.

Essa descentralização permitiu que a Unimontes ampliasse sua presença territorial, alcançasse novas regiões e expandisse o acesso ao ensino superior no estado, contribuindo para a democratização da educação e para o desenvolvimento regional.

O legado do professor José Geraldo na Unimontes é inegável. Sua gestão foi fundamental para a transformação da antiga Funm em uma universidade estadual de referência, capaz de promover o desenvolvimento educacional, social e econômico do Norte de Minas. Sob sua liderança, a instituição não apenas se expandiu fisicamente, mas também desempenhou um papel transformador na mudança de mentalidade e na sensibilização da população norte-mineira, como ele próprio enfatizava.

A atuação da Unimontes, durante sua gestão, contribuiu significativamente para a redefinição da fisionomia de Montes Claros e da região, gerando impactos duradouros em diversas esferas da sociedade. A educação consolidou-se como motor de transformação social, e a universidade tornou-se símbolo do potencial de crescimento do interior de Minas Gerais. Com trabalho incansável e visão estratégica, o professor José Geraldo assegurou que a Unimontes se consolidasse como uma instituição de ensino superior de excelência. Seu impacto foi decisivo para a educação e para a sociedade do Norte de Minas, fortalecendo a interiorização e a democratização do ensino superior.

O legado do professor José Geraldo de Freitas Drumond evidencia uma gestão marcada pela coragem, pela capacidade de articulação política e pela visão estratégica de expansão e interiorização da universidade. Sua atuação consolidou a Unimontes como instituição pública, gratuita e comprometida com o desenvolvimento

educacional, social e econômico da região, reafirmando o papel da universidade como agente de transformação e inclusão.

Na solenidade realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em comemoração ao 40º aniversário da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), o professor José Geraldo de Freitas Drummond proferiu discurso de grande relevância:

Deputados, foi nesta Casa do povo de Minas que nasceu a Fundação Universidade Norte Mineira, em 24/05/62. Nessa época, Montes Claros e respectiva região constituíam uma só e equivalendo-se a um verdadeiro enclave de subdesenvolvimento, que, aliado aos vales do Jequitinhonha e Urucuia, desafiava a inteligência dos governantes mineiros. A existência de uma universidade pública regionalizada, comprometida desde o nascedouro com o progresso e a melhora da qualidade de vida das populações de seu entorno, era tudo o que sonhava o cidadão norte-mineiro. Até que, no dia 24 do mês de maio do ano de 1962, dá luz a primeira instituição de educação superior do Norte de Minas. Foram 40 anos de lutas, memoráveis lutas. E de vitórias, inquestionáveis vitórias, que culminaram com a transformação daquela instituição na Unimontes, pelas mãos dos constituintes mineiros de 1989, acolhendo a manifesta vontade de um povo ansioso por ver materializado o seu sonho maior – o de dotar Montes Claros e o Norte de Minas de um pólo de educação superior com qualidade suficiente para alavancar o seu futuro. Hoje não se duvida mais que ambientes constituídos por instituições de geração do conhecimento, onde ocorre o avanço tecnológico em articulação com o setor produtivo, são capazes de promover um rápido e definitivo progresso material para as populações que neles residem. [...] Deputados, esta prestigiosa homenagem que a Assembleia Legislativa faz à Unimontes, antes de representar o reconhecimento do criador à criatura, representa uma incomparável afirmação política de uma decisão acertada, que traduz a imprescindibilidade da classe política não só da democracia, mas também, ainda e sobretudo, de fazer ecoar os gritos de independência do povo de Minas que necessitam, mais que antes, de se encontrar através da justiça social (Minas Gerais, 2002).

No decorrer de sua trajetória, o professor obteve diversos reconhecimentos que evidenciam a relevância de sua atuação institucional.

Quadro 1 - Principais homenagens recebidas pelo professor José Geraldo de Freitas Drumond¹⁵

Ano	Ação / Homenagem
1975	Professor visitante na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm).
1985	Direção e administração no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Departamento de Medicina, atuando como diretor de ensino e presidente do conselho departamental da Faculdade de Medicina.
1986	Exercício do cargo de vice-diretor no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Departamento de Medicina.
1988	Título de Cidadão Honorário de Montes Claros, concedido pela Câmara Municipal de Montes Claros, MG. Nomeado Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
1989	Recebimento do título de Mérito Constituinte, pela IV Assembleia Constituinte do estado de Minas Gerais.
1990	Condecoração como Cidadão Benemérito, conferida pela Câmara Municipal de Montes Claros, MG.
1994	Recebimento do título de Cidadão Honorário de Janaúba, pela Câmara Municipal de Janaúba, MG.
1996	Recebimento do título de Cidadão Honorário de Januária, concedido pela Câmara Municipal de Januária, MG.
1997	Recebimento do título de Cidadão Honorário de Pirapora, pela Câmara Municipal de Pirapora, MG.
1998	Recebimento de condecorações: • Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro. • Medalha Alferes Tiradentes, conferida pelo Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais. • Grande Medalha da Inconfidência Mineira, oferecida pelo Governo do estado de Minas Gerais.
1999	Condecoração com a Grande Medalha do Mérito Educacional, pelo Governo do estado de Minas Gerais.

15 A trajetória de homenagens recebidas pelo professor José Geraldo de Freitas Drummond reflete o reconhecimento de sua contribuição acadêmica, administrativa e social. Os títulos e as condecorações evidenciam não apenas sua relevância para a educação superior, mas também sua influência na valorização cultural e no desenvolvimento regional do Norte de Minas Gerais.

2000	Recebimento da Medalha Gustavo Capanema, pelo Governo do estado de Minas Gerais, em reconhecimento à contribuição para a Educação e Cultura. Concessão do título de Cidadão Honorário de Salinas, pela Câmara Municipal de Salinas, MG.
2001	Condecorações: • Medalha do Mérito Educacional, pela Câmara Municipal de Montes Claros, MG. • Título de Cidadão Honorário de Joáima, concedido pela Câmara Municipal de Joáima, MG.
2002	Recebimento do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> , pela Universidad Bicentenario de Aragua, Venezuela.
2016	Recebimento do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> , pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes.

Nessa travessia, em que “o sertão é onde manda quem é forte” (Rosa, 2019, p. 21), os quatorze anos de gestão de José Geraldo de Freitas Drumond à frente da Funm/Unimontes (1988-2002) deixaram um legado de fortalecimento institucional, expansão acadêmica e consolidação patrimonial. Seu período de liderança pode ser caracterizado como de intensa transformação, no qual a Unimontes deixou de ser uma instituição de alcance regional para afirmar-se como universidade pública de referência no estado de Minas Gerais.

A Unimontes não apenas cumpriu sua função clássica de formar profissionais, mas também assumiu um papel simbólico na valorização da identidade sertaneja. Como ressaltava professor José Geraldo, o Norte de Minas é um espaço privilegiado, onde se desenvolveu uma “destemida civilização sertaneja”. Nesse sentido, a universidade tornou-se guardiã e promotora dessa cultura, ao mesmo tempo em que se projetava como instituição científica e tecnológica.

Essa dupla dimensão – acadêmica e cultural – reforça a concepção de que a universidade pública não é apenas um espaço de

transmissão de conhecimento, mas também de construção de cidadania e de afirmação de identidades coletivas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Funm/Unimontes revela que a universidade pública é, simultaneamente, espaço de luta, resiliência e resistência, mas também de possibilidades, esperança e futuro. Sua consolidação como instituição estadual representou um ato de coragem política e social, capaz de transformar o sertão mineiro em território de produção de conhecimento e inovação.

Assim, a Unimontes confirma que o ensino superior, quando enraizado em contextos regionais, pode ser motor de transformação social, econômica e cultural, ampliando horizontes e fortalecendo identidades – uma verdadeira travessia de coragem, como diria Guimarães Rosa.

Afinal, o homem de alma sertaneja clareou o sertão.

FONTES

Entrevista

ABREU, Ilva Ruas. *Entrevista concedida à Diretoria de Documentação e Informações da Universidade Estadual de Montes Claros* (DDI/Unimontes). Montes Claros, MG, 22 out. 2025.

Jornais e periódicos

ATHAYDE, Utheysis. Estudar no Brasil? *Gazeta do Norte*, Montes Claros, ano XXXVI, n. 2237, 29 ago. 1954. Acervo da DDI/Unimontes.

DIÁRIO DE MONTES CLAROS. Montes Claros, 10 jan. 1987.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Montes Claros, 6 mar. 1990.

MINAS GERAIS. Belo Horizonte, ano XCVIII, n. 47, 1990.

Legislação

MINAS GERAIS. Lei estadual n. 2.615, de 24 de maio de 1962. Cria a Universidade Norte Mineira e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1962. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/2615/1962/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Documentos institucionais e oficiais

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES. Universidade Estadual de Montes Claros. *Inventário C.07/FUNM/DG/DA/000.309*. Montes Claros, MG.

MINAS GERAIS. Emenda Pro129-5, de autoria do Deputado Milton Cruz (PDC). Ementa aditiva ao Ato das Disposições Transitórias. *Diário do Legislativo*, 3 maio 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Carta-consulta*. Montes Claros, 1992–1996.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Documentos institucionais da FUNM, FAFIL e resoluções (1988–2002)*. Montes Claros, MG, 1988–2002.

MINAS GERAIS. *Pronunciamentos parlamentares*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/pronunciamentos/>. Acesso em: 15 jan. 2026. Discurso proferido pelo Reitor José Geraldo de Freitas Drumond na homenagem pelos 40 anos da Fundação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), durante a 170ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura, em 7 maio 2002.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Unimontes: 50 anos de história e memória*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (org.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DRUMOND, José Geraldo de Freitas. *Conquistando a universidade crítica*. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1989.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros nos anos 1950: entre a esperança e a frustração. *Revista Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 1, n. 1, mar. 2001.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROTA JÚNIOR, César. *Ensino superior e desenvolvimento regional: discursos produzidos em prol do desenvolvimento regional por ocasião da implantação da Fundação Universidade Norte Mineira (Funm), na década de 1960, em Montes Claros – MG*. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2010.

ROTA JÚNIOR, César; IDE, Maria Helena de Souza. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 145–168, jan./mar. 2016.

VELOSO, Geisa Magela (org.). *Unimontes, história e memória: 60 anos formando professores no Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2024. E-book (PDF).

Universidade Estadual de Montes Claros. Reitores. Disponível em: <https://www.editora.unimontes.br/unimontes-historia-e-memoria-60-anos-formando-professores-no-norte-de-minas/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

ENTRE DOCUMENTOS E AUSÊNCIAS: A REINSCRIÇÃO DAS TRAJETÓRIAS FEMININAS NA MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA

Filomena Luciene Cordeiro Reis

Ingrid do Carmo Oliveira

João Olímpio Soares dos Reis

1 INTRODUÇÃO

A universidade, enquanto espaço de formação intelectual e produção de conhecimento, possibilita experiências que moldam trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para a construção de memórias institucionais. No entanto, essas memórias nem sempre são registradas de maneira equitativa, uma vez que, historicamente, as experiências e as contribuições das mulheres (sejam elas: alunas, professoras, pesquisadoras ou técnicas administrativas) são frequentemente invisibilizadas ou silenciadas nos registros oficiais.

Michele Perrot (2005), em sua obra *As mulheres ou Os silêncios da História*, problematiza, de forma contundente, a ausência feminina nos arquivos e nos documentos públicos. Para a historiadora, a produção da memória histórica esteve, durante muito tempo, sob um olhar predominantemente masculino, resultando em registros

que privilegiam experiências masculinas e revelam preconceitos às femininas. Esse processo contribuiu para a marginalização das mulheres na historiografia, bem como o apagamento de suas trajetórias no espaço público.

Segundo Perrot (2005), quando as memórias femininas são preservadas, elas geralmente se vinculam ao espaço privado, doméstico e íntimo, como o ambiente familiar. Desse modo, as mulheres foram historicamente associadas ao papel de guardiãs das memórias privadas, enquanto os registros públicos e institucionais permaneceram sob o domínio masculino. Esse enquadramento contribuiu para que as vozes femininas fossem silenciadas e suas experiências desconsideradas como fontes legítimas de conhecimento histórico.

Essa discussão é reforçada por Maria de Lourdes Eleutério (2018), ao destacar que os arquivos não são espaços neutros, mas construções moldadas por escolhas institucionais, políticas e sociais. Essas escolhas, muitas vezes, resultam em exclusões históricas que afetam diretamente a preservação das memórias femininas, especialmente em contextos acadêmicos e institucionais. Esses silenciamentos e essas desigualdades também podem ser observados dentro das próprias instituições de ensino, onde as contribuições das mulheres para o desenvolvimento acadêmico e institucional são, muitas vezes, minimizadas ou esquecidas.

Desse modo, este capítulo justifica-se pela necessidade de investigar e reconstituir trajetórias femininas historicamente invisibilizadas, a partir da análise das memórias inscritas no acervo universitário da Unimontes, *campus* São Francisco. Ao deslocar o olhar para documentos produzidos no contexto da efetivação e da consolidação dos cursos superiores na cidade, entre 2006 e 2025, o texto amplia o escopo temporal do Fundo Funm/Unimontes e evidencia a continuidade histórica das práticas institucionais, permitindo compreender como as relações de gênero atravessam os processos de expansão, interiorização e organização da universidade pública.

Nesse sentido, o capítulo dialoga com a perspectiva de Jacques Le Goff (1990), ao compreender o documento como construção histórica e social da memória, marcada por silêncios, disputas e escolhas; e com Arlette Farge (2009), ao reconhecer o arquivo como espaço de tensão, no qual vozes subalternizadas podem ser reencontradas por meio de uma escuta atenta às margens documentais.

A inserção deste capítulo na terceira parte deste livro também se fundamenta na compreensão de que a história institucional não se limita às figuras dirigentes ou às estruturas administrativas, mas se constitui, igualmente, pelas trajetórias de sujeitos históricos concretos, entre eles, as mulheres que atuaram na implantação, no funcionamento e na consolidação da Funm/Unimontes; nesse caso específico, em seus *campi* interioranos. Inspirado em Marc Bloch (2001), este texto parte do princípio de que toda história é história de homens e mulheres no tempo, cujas experiências individuais e coletivas se articulam às transformações institucionais mais amplas. Assim, ao mobilizar documentos do próprio acervo organizado no âmbito do projeto Funm/Unimontes, este capítulo reafirma o inventário como instrumento de pesquisa histórica, ao mesmo tempo em que explicita o compromisso político e científico do livro com a ampliação do direito à memória, a justiça histórica e a visibilização das mulheres como agentes fundamentais na construção da universidade pública no Norte de Minas.

2 LER O ARQUIVO COM LENTES DE GÊNERO: ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, fundamentada na análise documental e na perspectiva da história das mulheres e dos estudos de gênero. As principais fontes utilizadas foram os documentos disponíveis no acervo universitário da Unimontes, *campus* São Francisco,

especialmente os registros de matrícula, listas de egressos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos por mulheres no período compreendido entre 2006 e 2025. Inicialmente, realizou-se o levantamento das matrículas de curso, com o objetivo de identificar a quantidade de mulheres e homens matriculados no curso de História ao longo do período analisado. Essas informações possibilitaram a construção de dados comparativos, permitindo visualizar a presença feminina na instituição e evidenciar disparidades entre presença numérica e visibilidade histórica.

Em seguida, foram analisados os Trabalhos de Conclusão de Curso elaborados por parte das egressas identificadas, buscando compreender os temas pesquisados, as abordagens teóricas utilizadas e as contribuições acadêmicas dessas mulheres para o curso e a universidade. Essa etapa permitiu mapear áreas de interesse, recorrências temáticas e a diversidade das produções acadêmicas femininas.

Como estratégia complementar, utilizou-se a técnica de visualização de dados, incluindo a construção de nuvens de palavras, com o objetivo de destacar os principais conceitos, temas e categorias presentes nos TCCs analisados. Essa metodologia contribui para tornar visíveis padrões discursivos e temáticos que, muitas vezes, passam despercebidos em análises exclusivamente descritivas. A análise dos TCCs produzidos pelas mulheres egressas do curso de História da Unimontes, no *campus* São Francisco, revela uma diversidade significativa de temas, abordagens e objetos de estudo. As produções acadêmicas analisadas demonstram o engajamento das mulheres com questões relacionadas a memória, cultura, educação, gênero, história local e regional, entre outras temáticas relevantes para a formação histórica.

Este capítulo adota uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-documental, orientada pelos estudos da memória, dos arquivos e das relações de gênero. A investigação parte da análise

de documentos institucionais preservados no acervo universitário da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), *campus* São Francisco, produzidos no período de 2006, momento marcado pela efetivação e pela consolidação dos cursos superiores na cidade, a 2025, recorte temporal conferindo leituras e análises do tempo presente. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela maior presença de mulheres nos registros acadêmicos, administrativos e pedagógicos, permitindo a identificação de trajetórias femininas historicamente secundarizadas ou silenciadas nos processos de institucionalização universitária.

A pesquisa fundamenta-se na concepção de arquivo como construção histórica e espaço de disputas simbólicas, conforme problematizado por Arlette Farge (2009), para quem o arquivo não é neutro, mas atravessado por relações de poder, ausências e silêncios. Dialoga-se, ainda, com Jacques Le Goff (1990), ao compreender a memória como campo de tensão entre lembrança e esquecimento; e Marc Bloch (2001), ao tratar os sujeitos históricos, neste caso, mulheres estudantes, docentes e gestoras, como agentes ativos na produção da história, ainda que frequentemente invisibilizadas nos registros oficiais.

Como recurso complementar de análise e visualização dos dados qualitativos, foi elaborada uma nuvem de palavras, construída a partir dos termos mais recorrentes e significativos presentes nos TCCs desenvolvidos por mulheres estudantes no período analisado. A utilização desse recurso não substitui a análise interpretativa, mas atua como instrumento auxiliar de leitura, permitindo identificar tendências temáticas, recorrências discursivas e campos de interesse predominantes nas produções acadêmicas femininas. Tal estratégia dialoga com abordagens de análise textual e exploração qualitativa de dados, conforme discutido por Bardin (2011) e Gibbs (2009), ao possibilitar a articulação entre frequência, significado e contexto.

Além dos TCCs, foram analisados documentos institucionais e de domínio público que registram a atuação de mulheres em cargos de gestão universitária, com destaque para as vice-reitoras da Unimontes. Esses registros incluem relatórios administrativos, publicações institucionais e conteúdos disponibilizados em ambientes digitais oficiais, compreendidos como extensões contemporâneas do arquivo, conforme problematiza Pierre Nora (1993) ao tratar dos lugares de memória.

A pesquisa também incorporou fontes digitais e midiáticas, entendidas como documentos históricos legítimos, em consonância com os debates atuais da História do Tempo Presente. Foram analisadas: uma publicação veiculada na rede social *Instagram*, bem como informações disponibilizadas no site da Santa Casa de Montes Claros, que fazem referência à trajetória de Maria de Jesus Rametta, médica pioneira, professora da Unimontes e figura central na história da medicina regional. A inclusão dessas fontes dialoga com autores como Chartier (1990) e Certeau (1994), ao reconhecer as múltiplas formas de produção, circulação e apropriação das narrativas históricas no espaço público contemporâneo.

Por fim, a metodologia adotada articula arquivo, memória e gênero, entendendo que a reconstituição das trajetórias femininas não se limita à descrição documental, mas implica um gesto político e epistemológico de enfrentamento ao apagamento histórico das mulheres. Ao tornar visíveis essas presenças nos arquivos universitários, o capítulo contribui para a ampliação do direito à memória e a democratização das narrativas sobre a universidade pública, em consonância com os estudos feministas da história e da memória (Scott, 1995; Perrot, 2007).

3 MULHERES NA UNIVERSIDADE: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, GESTÃO INSTITUCIONAL E MEMÓRIA FEMININA NA UNIMONTES

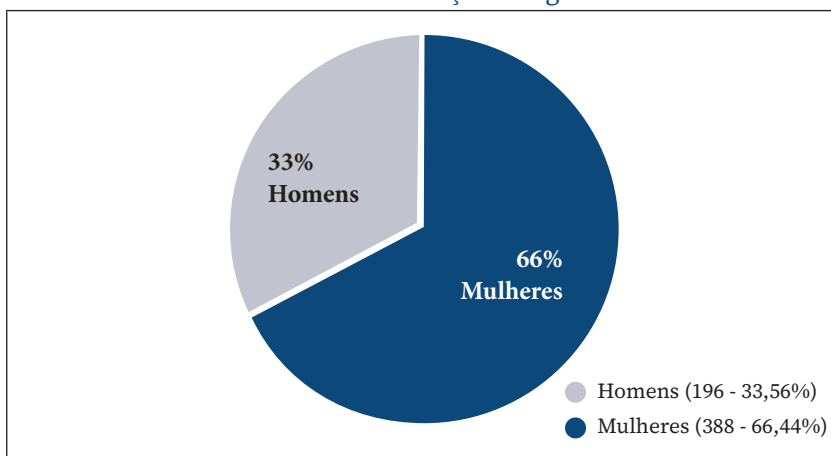
A memória constitui um elemento fundamental para a construção da identidade individual e coletiva, sendo mediada por práticas sociais, culturais e institucionais. No entanto, conforme aponta Perrot (2005), nem todas as experiências são igualmente registradas ou preservadas. A produção da memória histórica esteve, por muito tempo, associada a relações de poder que privilegiaram determinados sujeitos e grupos sociais, em especial os homens.

Os arquivos, enquanto espaços de preservação documental refletem essas relações de poder. Eleutério (2018) argumenta que a seleção, a organização e a preservação dos documentos não ocorrem de maneira neutra, mas são atravessadas por interesses institucionais que acabam reforçando exclusões históricas. Nesse sentido, a ausência ou a escassez de registros sobre mulheres nos acervos universitários não deve ser compreendida como inexistência de atuação feminina, mas como resultado de processos seletivos que historicamente desconsideraram suas contribuições. No contexto universitário, essa invisibilidade se manifesta tanto na pouca valorização das trajetórias acadêmicas femininas quanto na escassez de registros que evidenciem sua participação no desenvolvimento institucional. Assim, investigar as memórias femininas nos acervos universitários torna-se uma estratégia fundamental para tensionar essas ausências e promover uma escrita da história mais inclusiva. A ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil é um fenômeno relativamente recente, intensificado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Apesar dos avanços no acesso e na permanência, a presença feminina nas universidades nem sempre se traduz em visibilidade histórica ou reconhecimento institucional. Em muitos casos, as mulheres passam

pelas instituições, concluem cursos, produzem conhecimento e contribuem para a formação acadêmica sem que suas trajetórias sejam devidamente registradas ou valorizadas nos acervos universitários.

No caso da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), *campus* São Francisco, a análise dos dados referentes às matrículas no curso de História/Licenciatura evidencia um dado significativo: o número de mulheres matriculadas é superior ao de homens em diversos períodos analisados.

Gráfico 1 – Matrículas e colações de grau 2007 a 2025



Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados do acervo do São Francisco, 2025.

Esses dados, por si só, já tensionam a ideia historicamente difundida de que o espaço universitário seria majoritariamente masculino. No entanto, apesar dessa presença expressiva de matrículas (66,44%), observa-se que as mulheres continuam sub-representadas nos registros institucionais, nas narrativas oficiais da universidade e nos estudos históricos sobre a instituição (Perrot, 2005). Essa contradição revela que a desigualdade de gênero no espaço acadêmico não se limita ao acesso, mas se estende à forma como as trajetórias são lembradas, registradas e narradas. A ausência de registros sistemáticos sobre as experiências femininas contribui para um

apagamento simbólico que reforça a invisibilidade das mulheres na história institucional. Assim, a análise dos dados quantitativos deve ser articulada a uma reflexão qualitativa, que permita compreender os sentidos atribuídos à presença feminina no espaço universitário e os processos que levam à marginalização de suas memórias.

A expressiva presença feminina entre as estudantes do curso de História não se limita ao acesso e à permanência na graduação, mas se desdobra de forma concreta na produção de conhecimento histórico. Essa presença se materializa de modo significativo nos TCCs, que constituem registros privilegiados das trajetórias acadêmicas, dos interesses de pesquisa e das formas pelas quais essas mulheres interrogam o passado e o presente a partir de seus lugares sociais, experiências e inquietações.

3.1 A produção discente feminina e a ampliação das agendas de pesquisa

A análise dos TCCs produzidos por mulheres entre 2007 e 2019 revela um movimento consistente de produção historiográfica ancorado em experiências sociais, culturais e políticas do Norte de Minas Gerais. Trata-se de uma atuação feminina que não apenas ocupa quantitativamente o espaço universitário, mas o ressignifica, ampliando temas, sujeitos e abordagens historicamente marginalizados pela historiografia tradicional.

O levantamento dessas produções partiu, inicialmente, da identificação individual dos TCCs elaborados por mulheres no curso de História, considerando dados como autoria, ano de defesa, título, objeto de estudo, recorte espacial, fontes mobilizadas e abordagem teórico-metodológica. Esse mapeamento geral permitiu visualizar a dimensão quantitativa da produção acadêmica feminina no período analisado, bem como a diversidade de temas e perspectivas que atravessam essas pesquisas.

Em um segundo momento, os dados individuais foram reorganizados a partir de critérios analíticos, buscando identificar afinidades entre os trabalhos, no que se refere aos objetos de investigação, às abordagens interpretativas e aos tipos de fontes utilizadas. A partir desse procedimento, foram construídos quadros temáticos, organizados de 1 a 5, nos quais os TCCs foram agrupados segundo campos de investigação afins. Essa organização não pressupõe fronteiras rígidas entre as temáticas, uma vez que muitos trabalhos dialogam com mais de um eixo, mas privilegia o foco predominante de cada pesquisa, permitindo evidenciar recorrências, continuidades e tendências no conjunto da produção.

Paralelamente, foram elaborados quadros temáticos complementares, organizados de 1 a 6, nos quais se explicitam os nomes das autoras vinculadas a cada temática. Essa opção metodológica busca deslocar o olhar da produção abstrata para as trajetórias concretas das mulheres que produziram esses conhecimentos, reforçando que a expressiva presença feminina nos TCCs é resultado de escolhas intelectuais situadas e de experiências sociais múltiplas.

A partir da articulação entre esses quadros temáticos e nominativos, foi possível elaborar um quadro-síntese final, no qual se relacionam as principais temáticas identificadas ao número de autoras envolvidas em cada uma delas. Esse quadro não substitui a análise qualitativa dos trabalhos, mas permite visualizar, de forma concentrada, a densidade, a diversidade e a força da produção acadêmica feminina no curso de História ao longo do período analisado, funcionando como ponto de chegada de um percurso analítico que parte do levantamento individual, passa pela organização temática e culmina na síntese interpretativa. O quadro-síntese, Quadro 1, evidencia a diversidade temática dessas pesquisas, com destaque para estudos sobre religiosidade popular, memória local, cultura, trabalho feminino, relações de gênero, educação, política e violência social. Essa pluralidade confirma a centralidade das mulheres na

construção de uma historiografia sensível ao cotidiano, às práticas culturais e às experiências de sujeitos subalternizados, em consonância com a perspectiva de E. P. Thompson (1987), ao compreender a história como processo vivido.

Quadro 1 – Distribuição temática das pesquisas realizadas por mulheres Curso de História (2007-2019)

Eixo Temático	Número de autoras
Religiosidade popular, festas e devoções	14
Mulheres, gênero, trabalho e relações de poder	11
Memória, história local e identidades	10
Cultura, arte, comunicação e representações	11
Política, poder, Estado e conflitos sociais	8
Educação, ensino de História e saberes tradicionais	7
Total de TCCs analisados	61

Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados do acervo do São Francisco, 2025.

A recorrência de pesquisas que têm as mulheres como objeto e sujeito de análise não é fortuita. Conforme assinala Michelle Perrot (2007), a história das mulheres é marcada por silêncios e apagamentos, resultantes da exclusão dos espaços de poder e da escassez de registros documentais. Nesse sentido, os TCCs analisados operam como estratégias de enfrentamento desses silêncios, reinscrevendo trajetórias femininas na narrativa histórica por meio da memória, da oralidade e das práticas culturais. Observa-se, ainda, a presença recorrente do gênero como categoria analítica, ainda que nem sempre explicitada conceitualmente.

Conforme propõe Joan Scott (1995), o gênero constitui uma forma primária de significar as relações de poder, dimensão que se manifesta de maneira contundente nos estudos sobre trabalho feminino, sexualidade, educação, participação política e violência contra as mulheres. A análise dos TCCs produzidos por estudantes do *campus* São Francisco da Unimontes evidencia o uso recorrente de

fontes orais e narrativas de vida como estratégia metodológica, indicando um movimento de enfrentamento à ausência dessas experiências nos arquivos oficiais. Nesse contexto, a memória emerge como campo de disputa (Ricoeur, 2007), e a história oral se afirma como espaço de produção de sentido e reconhecimento dos sujeitos históricos, conforme aponta Verena Alberti (2005).

Como estratégia complementar de análise, recorreu-se à visualização de dados, com destaque para a construção de nuvens de palavras a partir dos títulos dos TCCs defendidos entre 2007 e 2019. O tratamento dos títulos como *corpus* textual permitiu identificar padrões temáticos, recorrências conceituais e categorias centrais mobilizadas ao longo do período analisado, contribuindo para uma leitura ampliada da produção acadêmica desenvolvida no curso de História. A padronização dos termos e a exclusão de palavras de ligação possibilitaram evidenciar os conceitos mais frequentes, cuja representação gráfica se dá de forma proporcional à sua incidência. Com base nos dados coletados, foram geradas nuvens de palavras para percepção da força e da potência das pesquisas. Observe um resultado na nuvem de palavras:

Figura 1– Temáticas recorrentes na produção discente do curso de História (2007-2019)



Fonte: Elaboração própria. Imagem gerada em <https://wordart.com/create>. Acesso em: 7 abr. 2026.

A análise da nuvem de palavras revela a centralidade de temas vinculados à história local e regional, à memória, à cultura e à religiosidade popular, bem como às relações de gênero, ao trabalho, à educação e às práticas políticas. Termos como “história”, “memória”, “mulheres”, “festa”, “religiosidade”, “identidade”, além de referências diretas aos municípios do Norte de Minas, especialmente São Francisco, Brasília de Minas e Januária, destacam-se como eixos estruturantes das pesquisas. Tal recorrência indica uma produção discente fortemente ancorada na história social e cultural, sensível às experiências cotidianas e às dinâmicas próprias da região. Observa-se, ainda, que a expressiva presença de trabalhos dedicados às mulheres, às manifestações culturais, às práticas religiosas e às formas de resistência social dialogam diretamente com o perfil do corpo discente, composto majoritariamente por mulheres oriundas do próprio território norte-mineiro. As escolhas temáticas refletem não apenas interesses acadêmicos, mas também trajetórias pessoais, vínculos comunitários e compromissos políticos com a valorização da memória local e a visibilização de sujeitos historicamente marginalizados nos registros oficiais. Nesse sentido, a visualização de dados constituiu-se como instrumento analítico que permite compreender, de forma integrada, as tendências da produção discente ao longo do tempo, evidenciando como as agendas de pesquisa se articulam às experiências sociais, às demandas regionais e às discussões contemporâneas da historiografia. Ao tornar visíveis tais padrões, a análise contribui para reforçar o papel do curso de História na formação de pesquisadores comprometidos com a preservação da memória, com a leitura crítica do passado e com a construção de narrativas históricas plurais no Norte de Minas Gerais.

Entretanto, apesar da força dessa produção acadêmica, observa-se uma lacuna nos registros institucionais no que se refere às trajetórias posteriores das egressas. A ausência de preenchimento sistemático do campo “onde está hoje?” previsto no projeto

de pesquisa com a finalidade de acompanhar esses percursos indica limites institucionais no acompanhamento de ex-alunos, evidenciando fragilidades na constituição da memória universitária sobre essas trajetórias. A universidade registra a formação, mas não acompanha os desdobramentos profissionais e intelectuais dessas trajetórias. Dessa forma, os TCCs produzidos por mulheres podem ser compreendidos não apenas como exigências curriculares, mas como verdadeiros atos políticos de memória. Ao ampliarem agendas de pesquisa e tensionarem os limites da historiografia tradicional e da própria instituição universitária, essas produções reafirmam o papel das mulheres como sujeitas centrais na construção do conhecimento histórico.

A análise do conjunto de TCCs produzidos por mulheres no curso de História, entre os anos de 2007 e 2019, revela, assim, um movimento significativo de produção de conhecimento histórico ancorado em experiências sociais, culturais e políticas do Norte de Minas Gerais. Trata-se de uma presença feminina constante e expressiva, que não apenas ocupa quantitativamente o espaço acadêmico, mas o ressignifica a partir da escolha dos temas, das fontes mobilizadas e das abordagens teórico-metodológicas adotadas. Ao produzirem conhecimento, essas mulheres afirmam-se como sujeitas intelectuais e ampliam os limites da historiografia e da própria universidade. Essa atuação feminina, entretanto, não se restringe ao âmbito da formação acadêmica e da produção discente. Ela também se manifesta na ocupação de espaços institucionais de decisão e gestão universitária, nos quais as mulheres passam a exercer papéis estratégicos na condução da vida acadêmica. É nesse sentido que o próximo tópico se dedica a analisar as trajetórias das vice-reitoras da Unimontes, compreendendo-as como parte de um mesmo processo histórico de ampliação da presença feminina, agora inscrita nas estruturas de poder e governança da instituição.

3.2 Gênero, poder e gestão universitária: as vice-reitoras da Unimontes

A presença feminina na universidade, evidenciada anteriormente por meio da produção discente e da construção do conhecimento histórico, também se manifesta na ocupação de espaços institucionais de decisão e gestão acadêmica. A análise das trajetórias das vice-reitoras da Unimontes insere-se, assim, em um movimento mais amplo de ruptura com os silêncios e ausências que historicamente marcaram a participação das mulheres nas estruturas de poder. Conforme assinala Michelle Perrot (2007), a história das mulheres é atravessada por processos de invisibilização, especialmente nos espaços públicos e decisórios, tradicionalmente associados ao universo masculino. A presença feminina na gestão universitária, portanto, não pode ser compreendida apenas como resultado de avanços administrativos ou normativos, mas como expressão de disputas simbólicas e políticas em torno do acesso ao poder e ao reconhecimento institucional.

Sob essa perspectiva, o gênero emerge como categoria fundamental para a análise dessas trajetórias. Como propõe Joan Scott (1995), o gênero constitui uma forma primária de significar as relações de poder, permitindo compreender como diferenças, historicamente construídas entre homens e mulheres, organizam hierarquias, oportunidades e formas de legitimação no interior das instituições. Ao ocupar a vice-reitoria, essas mulheres não apenas rompem barreiras formais, mas tensionaram padrões de autoridade, liderança e representação que estruturam a universidade. Suas trajetórias revelam, assim, tanto os avanços na ampliação da presença feminina nos espaços de gestão quanto os limites e desafios persistentes na construção de uma universidade efetivamente democrática e sensível às desigualdades de gênero.

No caso da Unimontes, a presença de mulheres na vice-reitoria inscreve-se em um processo histórico marcado por avanços graduais e disputas internas por reconhecimento e legitimidade. As vice-reitoras que integraram a administração superior da instituição assumiram suas funções em contextos distintos, atravessados por desafios institucionais, transformações no ensino superior e demandas regionais específicas do Norte de Minas Gerais. Suas trajetórias acadêmicas e profissionais revelam percursos construídos a partir da docência, da pesquisa e da gestão, nos quais a experiência universitária se articula às exigências administrativas e políticas da condução institucional. Ao analisá-las de forma conjunta, torna-se possível compreender não apenas histórias individuais, mas um movimento coletivo de inserção feminina nos espaços de poder da universidade, no qual a ocupação da vice-reitoria representa tanto um reconhecimento institucional quanto um campo permanente de negociação, visibilidade e afirmação em um ambiente historicamente masculinizado.

3.2.1 Pioneirismo feminino na gestão universitária: a trajetória de Tânia Marta Maia Fialho

Figura 2 – Professora Tânia Marta Maia Fialho



Fonte: Universidade Estadual de Montes Claros. *Corpo docente PPGE*. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/ppgdee/corpo-docente/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

A trajetória de Tânia Marta Maia Fialho foi reconstruída a partir de registros institucionais e documentos oficiais da Unimontes, especialmente aqueles produzidos e preservados pela Diretoria de Documentação e Informações, que possibilitam mapear sua atuação na gestão superior, na pós-graduação e na pesquisa. Esses documentos evidenciam que Tânia Marta Maia Fialho foi a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-reitora da Unimontes, sendo empossada em 4 de dezembro de 2002, marco institucional que sinaliza uma inflexão nas dinâmicas de poder e representação de gênero no interior da universidade. Sua presença nesse posto estratégico não se limita à ocupação formal do cargo, mas expressa a consolidação de uma trajetória acadêmica e científica que sustenta e legitima sua inserção nos espaços decisórios, tensionando a histórica masculinização da gestão universitária (Diretoria de Documentação e Informações, 2025).

No exercício da vice-reitoria, sua atuação esteve profundamente articulada a uma trajetória consolidada na área da Economia, com ênfase em desenvolvimento regional, políticas públicas e desigualdades socioeconômicas, conforme indicado nos registros institucionais. A documentação revela uma participação ativa na orientação de pesquisas, na coordenação de projetos acadêmicos e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento, comprometido com a realidade regional. À luz das reflexões de Joan Scott (1995), essa trajetória permite compreender como as relações de gênero atravessam os critérios de legitimidade acadêmica e institucional, tornando o acesso das mulheres aos cargos superiores um processo marcado por disputas simbólicas e estruturais.

Sob a perspectiva de Michelle Perrot (2007), a presença de Tânia Marta Maia Fialho na vice-reitoria pode ser interpretada como um movimento de reinscrição das mulheres nos espaços

de poder intelectual e administrativo, historicamente constituídos como masculinos. Ao articular produção científica, atuação institucional e participação em instâncias deliberativas internas e externas à universidade, sua trajetória contribui para a construção de uma memória universitária que reconhece as mulheres não apenas como sujeitos da formação acadêmica, mas como agentes centrais na definição dos rumos da Unimontes e de sua função social no Norte de Minas Gerais.

Mesmo após o exercício de cargos na alta gestão universitária, Tânia Marta Maia Fialho permanece em plena atividade acadêmica, atuando de forma contínua na graduação e no mestrado em Economia da Unimontes, além de participar de diferentes demandas institucionais que atravessam o ensino, a pesquisa e a extensão. Os registros institucionais indicam sua atuação na orientação de trabalhos acadêmicos, no desenvolvimento de pesquisas e na participação em comissões e projetos vinculados às políticas de formação e avaliação da universidade. Essa permanência revela uma trajetória que não se encerra com a passagem pela gestão, mas que reafirma o compromisso com a docência, e a produção de conhecimento como dimensões centrais da vida universitária. Em diálogo com E. P. Thompson (1987), é possível compreender essa continuidade como parte de uma experiência histórica construída no cotidiano institucional, na qual a prática docente e intelectual se articula à vivência concreta da universidade pública, conferindo sentido histórico às formas de atuação feminina que se mantêm ativas, produtivas e politicamente situadas no interior da Unimontes.

3.2.2 Gestão acadêmica e compromisso institucional: a trajetória de Maria Ivete Soares de Almeida na vice-reitoria

Figura 3 – Professora Maria Ivete Soares de Almeida



Fonte: Acervo pessoal de Maria Ivete Soares de Almeida, cedida à pesquisa.

No âmbito dessas trajetórias, destaca-se a atuação de uma vice-reitora cuja formação e produção acadêmica se consolidam no campo da Geografia, com forte inserção nas discussões sobre espaço, meio ambiente e urbanização no Norte de Minas Gerais. Graduada pela própria Unimontes, com posterior titulação em nível de mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e doutorado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Sua trajetória acadêmica foi marcada pela docência na graduação e na pós-graduação, bem como por uma atuação contínua como professora pesquisadora. Ao longo de sua carreira, esteve diretamente envolvida em projetos que investigam problemáticas ambientais, processos de urbanização, planejamento regional e dinâmicas socioespaciais em cidades médias e regiões não metropolitanas, evidenciando um compromisso permanente com a produção de conhecimento articulado às demandas regionais. Sua atuação na gestão superior da Unimontes, inicialmente como chefe

de departamento de Geociências, pró-reitora de ensino e, posteriormente, como vice-reitora no período de 2010 a 2014, não se deu de forma dissociada de sua inserção acadêmica e científica, mas dialogou com uma trajetória intelectual que compreende a universidade como espaço de formação, pesquisa e intervenção social. Nesse sentido, sua presença na vice-reitoria expressa não apenas a ocupação de um cargo institucional, mas a consolidação de uma trajetória feminina que articula produção de conhecimento, gestão universitária e compromisso com a realidade socioambiental do Norte de Minas (Diretoria de Documentação e Informações, 2025).

A identificação e a análise dessa trajetória foram realizadas a partir do levantamento de dados em documentos oficiais da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes, tais como registros administrativos, relatórios institucionais e informações sistematizadas sobre a composição da gestão superior da universidade. Esses documentos, ao mesmo tempo em que tornam visível a ocupação feminina em cargos estratégicos, também evidenciam os limites da memória institucional, frequentemente mais atenta aos cargos exercidos do que às trajetórias intelectuais que os sustentam. Nesse contexto, a atuação da vice-reitora em questão revela-se particularmente significativa, pois sua presença na gestão universitária esteve diretamente articulada a uma trajetória acadêmica consolidada, marcada pela docência, pela pesquisa e pela coordenação de projetos voltados à compreensão das dinâmicas socioambientais, urbanas e regionais do Norte de Minas Gerais.

Essa articulação entre produção de conhecimento e gestão institucional permite compreender a vice-reitoria não apenas como um espaço administrativo, mas como um campo atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e projetos de universidade. Conforme aponta Joan Scott (1995), o gênero constitui uma chave analítica fundamental para compreender como essas relações se organizam, definindo possibilidades de acesso, reconhecimento

e autoridade no interior das instituições. Ao mesmo tempo, como observa Michelle Perrot (2007), a presença das mulheres nos espaços de decisão historicamente lhes foi negada ou invisibilizada, conferindo às trajetórias femininas na gestão universitária um caráter profundamente político. Assim, a atuação dessa vice-reitora, sustentada por uma inserção efetiva na pesquisa e na produção científica, tensiona as fronteiras tradicionais entre o fazer acadêmico e o exercício do poder institucional, reafirmando a universidade como espaço de produção de saber, mas também de disputa por legitimidade, memória e reconhecimento.

3.2.3 Mulheres na administração universitária: a experiência de Ilva Ruas de Abreu

Figura 4 – Ilva Ruas de Abreu



Fonte: Acervo pessoal de Maria Ivete Soares de Almeida, cedida à pesquisa.

A última mulher a ocupar o cargo de vice-reitora da Unimontes foi Ilva Ruas de Abreu, no período de 2019 a 2022. Economista formada pela própria Unimontes, com mestrado em Administração, pela Universidade Federal de Santa Catarina, e doutorado em História, pela Universidade Federal de Minas Gerais; Ilva

construiu uma trajetória acadêmica marcada pela articulação entre Economia, História e reflexão metodológica. Sua atuação docente no departamento de Ciências Econômicas, aliada à coordenação de curso, evidencia uma presença consistente no campo do ensino e da gestão acadêmica. Ao assumir a vice-reitoria, Ilva Ruas de Abreu inscreve-se em um processo histórico no qual mulheres passam a ocupar espaços estratégicos da administração universitária, tensionando estruturas tradicionalmente masculinizadas, como apontam Joan Scott (1995) e Michelle Perrot (2007) ao discutirem as relações entre poder, gênero e instituições. Sua passagem pela gestão superior se dá em consonância com uma trajetória intelectual consolidada, na qual a prática administrativa não se dissocia da produção de conhecimento e do compromisso com a universidade pública.

Além da atuação na gestão, Ilva Ruas de Abreu mantém-se como pesquisadora ativa, com participação em projetos voltados à História Econômica, ao desenvolvimento regional, à análise do papel dos intelectuais e à avaliação da produção científica no campo da Economia. Esses estudos reforçam seu vínculo com uma tradição crítica de investigação, dialogando com autores que compreendem a universidade como espaço de produção de saber socialmente situado e politicamente implicado.

O reconhecimento institucional de sua trajetória se expressa nos diversos prêmios e homenagens recebidos ao longo de sua carreira, como a Medalha Santos Dumont, concedida pelo Governo de Minas Gerais; o Mérito Profissional do Rotary Club; a distinção como Patrona Geral de Colação de Grau da Unimontes; além de premiações acadêmicas e profissionais desde os anos 1980. Tais reconhecimentos evidenciam uma atuação prolongada e consistente no ensino superior, reafirmando a centralidade das mulheres na construção da história institucional da Unimontes, não apenas como gestoras, mas como intelectuais e educadoras (Diretoria de Documentação e Informações, 2025).

A presença feminina na vice-reitoria da Unimontes, materializada nas trajetórias de Tânia, Maria Ivete Soares de Almeida e Ilva Ruas de Abreu, revela um processo histórico de ocupação e resignificação dos espaços de poder na universidade pública. Longe de se tratar de inserções episódicas ou meramente simbólicas, suas atuações evidenciam como mulheres, a partir de percursos acadêmicos consolidados e fortemente vinculados à pesquisa, ao ensino e à gestão, passaram a tensionar estruturas institucionais marcadas por desigualdades de gênero. Como sugere Michelle Perrot (2007), a entrada das mulheres nos lugares de decisão transforma não apenas a composição dos cargos, mas os próprios sentidos do poder e da autoridade. Ao mesmo tempo, à luz de Joan Scott (1995), essas trajetórias permitem compreender a gestão universitária como um campo atravessado por relações de gênero, no qual a experiência feminina se constitui como categoria histórica relevante. Assim, a atuação das vice-reitoras na Unimontes integra um movimento mais amplo de afirmação das mulheres na produção e na condução do conhecimento, reafirmando a universidade como espaço de disputa, permanência e construção coletiva.

3.3 Maria de Jesus Rametta: pioneirismo feminino, docência e memória institucional na Unimontes

A análise das trajetórias das mulheres que ocuparam cargos de gestão superior na Unimontes, como as vice-reitoras, evidencia avanços importantes da presença feminina em espaços historicamente masculinizados de poder e decisão. No entanto, essas conquistas institucionais coexistem com outras formas de protagonismo feminino que, embora igualmente relevantes, permanecem menos visíveis nos registros oficiais. Nesse sentido, a ampliação do olhar para além dos cargos administrativos permite compreender a universidade como um espaço plural de atuação

feminina, atravessado por experiências diversas de formação, trabalho e produção de conhecimento.

É nesse movimento de ampliação analítica que se insere a trajetória de Maria de Jesus Rametta. Embora não tenha ocupado cargos de gestão superior (reitoria e vice reitoria) sua história constitui um exemplo emblemático de memória feminina marcada por pioneirismo, superação e processos de invisibilização histórica. A inclusão de sua trajetória neste capítulo justifica-se por permitir deslocar o foco da análise das posições formais de poder para experiências profissionais que também foram fundamentais na construção da universidade e da vida intelectual regional, especialmente em áreas tradicionalmente dominadas por homens, como a Medicina.

Maria de Jesus Rametta formou-se em Medicina, pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1962, tornando-se a primeira médica de sua região. Em um contexto histórico caracterizado pela escassez de recursos técnicos e humanos, sua formação e atuação profissional representaram um marco não apenas para a área da saúde, mas também para a inserção feminina em profissões de elevado prestígio social. Sua trajetória evidencia os múltiplos obstáculos enfrentados por mulheres que ousaram romper com papéis de gênero socialmente impostos, especialmente em contextos regionais marcados por limitações estruturais (Catarino, 2025).

As informações relativas à sua trajetória foram construídas a partir da análise de diferentes fontes, evidenciando tanto os limites quanto as possibilidades da pesquisa histórica sobre memórias femininas. O interesse inicial por Maria de Jesus Rametta surgiu a partir de uma publicação veiculada na rede social *Instagram*, que destacava sua atuação como médica pioneira e professora da Unimontes. Esse primeiro contato, situado no campo da memória pública e da circulação digital de narrativas biográficas, motivou-nos a busca por registros institucionais capazes de aprofundar e historicizar sua trajetória profissional (Catarino, 2025). Na sequência, foram

analisadas informações disponibilizadas no site da Santa Casa de Montes Claros, onde Maria de Jesus Rametta é apresentada como figura central na história da medicina regional. Em diálogo com essas fontes de divulgação institucional e memória social, realizou-se o levantamento de documentos oficiais sob a guarda da Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes. Entre os documentos localizados, destacam-se folhas de ponto, projetos, registros curriculares, diários de classe e outros documentos administrativos vinculados à sua atuação docente. Esses registros permitiram confirmar sua inserção institucional e reconstruir aspectos de sua trajetória que permaneciam pouco visíveis nos acervos sistematizados. A presença de Maria de Jesus Rametta nos registros administrativos reforça a relevância histórica de sua atuação e evidencia como trajetórias femininas, mesmo quando documentadas, tendem a permanecer dispersas, fragmentadas e pouco articuladas nas narrativas institucionais consolidadas (Diretoria de Documentação e Informações, 2025).

Ao completar mais de seis décadas de atuação profissional e aproximar-se dos 92 anos de idade, Maria de Jesus Rametta torna-se símbolo de uma memória feminina que resiste ao esquecimento. Sua história, preservada em grande medida por meio da memória oral, afetiva (e recentemente digital), reforça a importância de reconhecer e valorizar trajetórias femininas que servem de inspiração para novas gerações. A inclusão de sua narrativa neste capítulo dialoga diretamente com a proposta de ampliar o conceito de memória, demonstrando que a ausência ou fragilidade nos arquivos não implica ausência de relevância histórica (Catarino, 2025).

A análise das memórias femininas nos acervos universitários da Unimontes, no *campus* Montes Claros e São Francisco, evidencia que, embora as mulheres tenham conquistado maior acesso ao ensino superior e apresentado participação expressiva na formação acadêmica e profissional, suas trajetórias continuam marcadas

por processos de invisibilização e silenciamento. A presença numérica feminina não garante, por si só, reconhecimento histórico ou valorização institucional. Os arquivos universitários, enquanto construções sociais, refletem escolhas que historicamente privilegiaram determinadas narrativas em detrimento de outras, reproduzindo desigualdades de gênero (Diretoria de Documentação e Informações, 2025).

Ao contar as trajetórias das vice-reitoras e a história de Maria de Jesus Rametta, este estudo busca tensionar essas ausências e contribuir para uma escrita da história mais inclusiva. Se, por um lado, as vice-reitoras representam a ocupação feminina de espaços formais de poder, por outro, a trajetória de Maria de Jesus evidencia formas de protagonismo feminino que se constroem no cotidiano do trabalho docente, profissional e intelectual. Ambas as dimensões são fundamentais para compreender a presença das mulheres na história da Unimontes. Por fim, destaca-se a importância de políticas institucionais voltadas a preservação, valorização e difusão das memórias femininas nos acervos universitários. Reconhecer essas trajetórias não constitui apenas um ato de justiça histórica, mas também uma estratégia de fortalecimento da identidade institucional e de incentivo para que novas gerações de mulheres possam ocupar, produzir e transformar o espaço acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que a presença das mulheres na Funm/Unimontes não se restringe à ocupação quantitativa dos espaços acadêmicos, mas se expressa de forma substantiva na produção de conhecimento, na gestão universitária e na constituição da memória institucional. Ao acompanhar trajetórias de estudantes, pesquisadoras, gestoras e docentes, torna-se possível compreender a universidade como um espaço atravessado por disputas simbólicas, relações de poder e

silenciamentos, nos quais o gênero opera como elemento estruturante das experiências acadêmicas e profissionais.

A expressiva produção discente feminina, especialmente por meio dos TCCs, revela mulheres que não apenas acessaram o ensino superior, mas também ampliaram agendas de pesquisa, deslocaram objetos historiográficos tradicionais e reinscreveram sujeitos, práticas e territórios historicamente marginalizados. Longe de se limitar ao espaço universitário, essa produção inscreve-se no campo mais amplo da memória e da produção do conhecimento, tensionando silenciamentos históricos e afirmando novas possibilidades de leitura sobre o Norte de Minas Gerais. Trata-se de um conjunto que integra, de forma decisiva, a história intelectual da instituição, ao mesmo tempo em que reafirma o protagonismo das mulheres como sujeitas ativas, produtoras de conhecimento e agentes fundamentais na disputa por visibilidade, reconhecimento e direito à memória.

Do mesmo modo, as trajetórias das vice-reitoras da Unimontes demonstram que a presença feminina na gestão universitária representou avanços significativos, ainda que marcados por tensões e desafios. Ao ocuparem cargos historicamente masculinizados, essas mulheres não apenas exerceram funções administrativas, mas contribuíram para a consolidação de projetos acadêmicos, científicos e institucionais, articulando ensino, pesquisa, extensão e políticas universitárias. Suas trajetórias evidenciam que o acesso das mulheres aos espaços de poder na universidade não elimina as desigualdades de gênero, mas produz fissuras importantes nas estruturas institucionais.

A inclusão da trajetória de Maria de Jesus Rametta amplia esse debate ao tensionar os limites da memória universitária para além dos cargos formais de gestão. Seu pioneirismo na Medicina, atuação como docente e presença na história regional revelam como determinadas trajetórias femininas, embora fundamentais, permanecem pouco visibilizadas nos registros institucionais. A

recuperação de sua história, a partir de fontes não convencional e da posterior busca por documentos na DDI, evidencia a importância de compreender os arquivos como construções históricas, atravessadas por escolhas, ausências e hierarquizações.

Da mesma forma, é fundamental reconhecer a atuação de tantas outras mulheres que, embora não tenham ocupado cargos de chefia ou posições de visibilidade institucional, sustentam cotidianamente o funcionamento da universidade. São trabalhadoras da limpeza, da manutenção, do apoio administrativo e de outras funções muitas vezes invisibilizadas, mas essenciais para que a universidade exista e cumpra sua função social. Seus trabalhos, marcados por dedicação, resistência e, frequentemente, por condições desiguais de reconhecimento, também compõem a história da instituição. Ao trazer essas presenças à narrativa, amplia-se o entendimento de quem constrói a universidade, reafirmando que a produção da vida acadêmica não se restringe aos espaços formais de poder, mas se realiza, de maneira contínua, no trabalho dessas mulheres que, ainda que anônimas nos registros oficiais, são fundamentais na tessitura cotidiana da universidade pública.

Nesse sentido, a presença deste capítulo em um livro vinculado ao projeto *Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional*, financiado pela Fapemig, justifica-se justamente pela necessidade de ampliar o olhar sobre a documentação organizada. Embora o recorte temporal do projeto compreenda o período de 1962 a 1989, a análise das trajetórias femininas demonstra que a memória institucional não se encerra nos limites cronológicos formais dos fundos documentais. Pelo contrário, ela se projeta para além deles, exigindo conexões, diálogos e continuidades que permitem compreender a universidade como processo histórico.

A inclusão de documentos e trajetórias vinculadas ao *campus* São Francisco insere-se nessa perspectiva ampliada de análise. A

existência de uma bolsa de iniciação científica vinculada ao projeto, desenvolvida a partir da documentação do referido *campus*, possibilitou articular diferentes espaços institucionais da Unimontes, estabelecendo um diálogo constante com a Diretoria de Documentação e Informações. Essa articulação reforça a compreensão da universidade como uma instituição multifacetada, cujas memórias não se concentram em um único *campus* ou setor, mas se constroem de forma descentralizada e relacional. Assim, ao trazer para o centro da análise a produção discente feminina, as trajetórias de mulheres na gestão universitária, e a história de uma médica e professora pioneira, este capítulo contribui para uma leitura mais inclusiva da memória institucional da Funm/Unimontes. Reconhecer o papel das mulheres na história da universidade não é apenas um exercício de reparação simbólica, mas um passo fundamental para a construção de políticas de preservação documental e de memória que contemplem a diversidade de sujeitos que efetivamente constituíram – e continuam constituindo – a instituição.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CATARINO, Marcílio Monteiro. *Dra. Maria de Jesus Rametta carrega história, pioneirismo e principalmente o legado do exercício digno da medicina*. Montes Claros, MG, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DSKNs7RDJfM/?igsh=ZXhjejEwaXg3MTk2>. Acesso em: 17 dez. 2025.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORECON-MG empossa nova gestão e inicia ciclo histórico em 2026. *Conselho regional de economia*. Montes Claros, MG, 05 jan. 2026. Disponível em: <https://corecon-mg.org.br/corecon-mg-empossa-nova-gestao-e-inicia-ciclo-historico-em-2026/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES. *Fundo documental Funm/Unimontes*. Montes Claros, MG, 2025.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou Os silêncios da História*. Santa Catarina: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PRESIDENTE da Capes recebe título de Doutor *Honoris Causa* da Unimontes. Montes Claros, MG, 08 nov. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/presidente-da-capes-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa-da-unimontes>. Acesso em: 19 fev. 2026.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. *Corpo docente PPGE*. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/ppg-dee/corpo-docente/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

REITORES DA FUNM/ UNIMONTES (1964-2026): REGISTROS BIOGRÁFICOS INSTITUCIONAIS

Filomena Luciene Cordeiro Reis
João Olímpio Soares dos Reis

1 INTRODUÇÃO

Ao final desta terceira parte, optou-se por apresentar mini-biografias dos reitores da Fundação Norte Mineira de Ensino (Funm) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) em ordem cronológica, abrangendo o período de 1964 até a atualidade, acompanhadas de fotografias institucionais. Essa escolha integra uma estratégia metodológica que busca articular gestão universitária, memória institucional e análise documental, evitando tanto a personalização excessiva da história quanto uma leitura meramente comemorativa.

Os textos biográficos têm como fonte inicial o conteúdo disponibilizado no site oficial da Unimontes (<https://unimontes.br/reitores/>), o qual reúne informações institucionais sobre os dirigentes da universidade. Tais textos e imagens, entretanto, não foram incorporados de forma automática ou acrítica, mas revistos, contextualizados e problematizados à luz do conjunto documental analisado ao longo da obra.

Essa revisão dialoga diretamente com o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto *Formação do arquivo da Funm/Unimontes*:

de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional, financiado pela Fapemig, com apoio do CNPq e da Universidade Estadual de Montes Claros, que possibilitou a organização, a identificação e a análise do Fundo Documental Funm/Unimontes (1962-1989), sob a guarda da Diretoria de Documentação e Informações (DDI).

A partir desse fundo documental, composto por correspondências, atas, relatórios, convênios, documentos administrativos e recortes de imprensa, foi possível confrontar narrativas institucionais, compreender contextos de gestão e situar as trajetórias dos reitores nos marcos políticos, econômicos e regionais que atravessaram a consolidação do ensino superior no Norte de Minas.

Inspirada em Arlette Farge,¹⁶ esta seção assume o arquivo como lugar de disputa, seleção e poder, reconhecendo que tanto os documentos quanto os textos institucionais produzem versões do passado. As minibiografias, nesse sentido, são tratadas como construções históricas, atravessadas por silêncios e ênfases, e não como relatos exaustivos ou definitivos.

Em diálogo com Jacques Le Goff,¹⁷ compreende-se a memória institucional como um campo de elaboração simbólica, no qual textos e imagens desempenham papel central na fixação de identidades, valores e projetos. A inclusão das fotografias dos reitores reforça essa dimensão memorial, ao mesmo tempo em que exige uma leitura crítica sobre os modos de representação do poder universitário.

Por fim, seguindo Marc Bloch,¹⁸ os reitores são abordados como sujeitos históricos situados, cujas trajetórias individuais

16 FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

17 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

18 BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ganham sentido apenas quando inseridas nas estruturas institucionais, nas conjunturas políticas, especialmente no contexto da ditadura civil-militar, e nas demandas regionais que marcaram a Funm/Unimontes ao longo do tempo.

Assim, a apresentação das minibiografias e das imagens não se configuram como um apêndice ilustrativo, mas como parte integrante da reflexão histórica desenvolvida ao longo da obra, reafirmando o compromisso com uma escrita da história ancorada no arquivo, atenta à memória e à crítica sobre as narrativas institucionais.

1 DIRIGENTES E REITORES DA FUNM/UNIMONTES (1964-2026)

1. 1 João Valle Maurício

Reitor da Funm (1964-1978)

Figura 1 – João Valle Maurício



Legenda: Primeiro dirigente da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), no período de 1964 a 1978.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

Montes-clarense, João Valle Maurício foi o primeiro dirigente do ensino superior no Norte de Minas Gerais. Nomeado em 1964 pelo governador Magalhães Pinto, assumiu a direção da Fundação Universidade Norte Mineira, posteriormente denominada Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), sendo o principal responsável por sua institucionalização. Em 1976, foi reconduzido ao cargo pelo governador Aureliano Chaves, permanecendo na função até 1978.

Nascido em 26 de abril de 1922, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em 1946, com especialização em Cardiologia. Além da atuação médica, exerceu funções públicas relevantes, destacando-se como Secretário de estado da saúde de Minas Gerais, durante o governo de Francelino Pereira. Atuou também como escritor e articulador político, com forte inserção nos debates sobre desenvolvimento regional.

Durante sua gestão, a Funm avançou significativamente em termos institucionais e patrimoniais. Nesse período, consolidou-se a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), encampada pela Funm em 1965; foram criadas a Faculdade de Direito (Fadir), em 1965; a Faculdade de Medicina (Famed), em 1969; e a Faculdade de Administração e Finanças (Fadec), em 1972. Também se destacam a doação, pelo Governo do estado, do prédio situado à Rua Coronel Celestino, nº 75; e a aquisição, em 1976/1977, do terreno pertencente à Mitra Diocesana, destinado à construção do atual *campus* universitário.

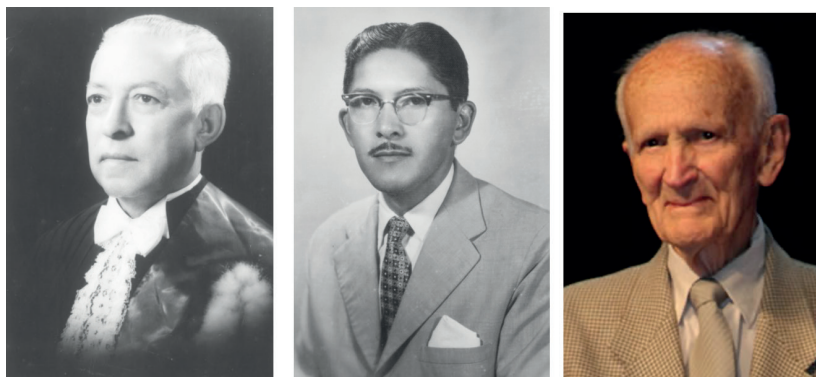
Ainda sob sua direção, a Funm recebeu, em 1970, do Instituto Antônio Teixeira de Carvalho, o prédio da Rua Dr. Veloso, onde passou a funcionar a Policlínica Dr. Hermes de Paula, fortalecendo a articulação entre ensino, saúde e comunidade. Em 1972, a União Mista Cristã Comunitária doou a Fazenda Remansinho, no município de Janaúba, posteriormente alienada para quitação de débitos previdenciários em gestões posteriores.

A trajetória de João Valle Maurício evidencia uma gestão profundamente marcada pela articulação entre projeto educacional, desenvolvimento regional e negociações políticas, em um contexto atravessado pela ditadura civil-militar. Sua atuação lançou as bases administrativas, acadêmicas e patrimoniais que possibilitaram a posterior transformação da Funm na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

1.2 Fernando Dias Costa, Raimundo Poincaré Deusdará e Messias Pereira Donato

Junta diretora da Funm (1978 a 1980)

Figura 2, 3 e 4 – Fernando Dias Costa, Raimundo Poincaré Deusdará e Messias Pereira Donato



Legenda: Integraram a Junta Diretora da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) no período de 1978 a 1980, assumindo a condução administrativa da instituição em um momento de transição.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes (Figuras 1 e 2); Academia Norte Mineira de Letras e Artes (Figura 3).

No período de 1978 a 1980, a atual Unimontes ainda se constituía como Funm e esteve sob a administração de uma junta diretora formada pelos professores Fernando Dias Costa, Raimundo Poincaré

Deusdará e Messias Pereira Donato. Essa forma colegiada de gestão foi adotada em um contexto de transição institucional e política, exigindo articulação, continuidade administrativa e compromisso com o fortalecimento do ensino superior no Norte de Minas Gerais. Embora se tratasse de uma administração compartilhada, a junta se organizava a partir da liderança mais efetiva de Fernando Dias Costa, que assumiu com maior afinco a direção da Funm.¹⁹

Fernando Dias Costa ocupou a presidência da junta diretora e, conseqüentemente, o cargo de diretor-geral da Funm, exercendo papel central na condução dos trabalhos administrativos. Sua atuação caracterizou-se pela continuidade das ações desenvolvidas pela gestão anterior, garantindo estabilidade institucional em um período sensível da história da fundação. Como líder da junta, coube-lhe coordenar os esforços coletivos e representar a Funm em suas principais decisões, consolidando-se como a principal referência administrativa daquele triênio.

Raimundo Poincaré Deusdará também integrou a junta diretora, assumindo posteriormente a direção-geral da Funm até março de 1980. Médico de formação pela Universidade Federal de Minas Gerais, com forte vínculo profissional e acadêmico com a cidade de Montes Claros, Poincaré Deusdará destacou-se pela dedicação ao ensino e pelo compromisso com a instituição. Sua atuação teve caráter interino, sendo fundamental para assegurar o processo de transição administrativa que culminou na eleição do professor Raimundo Rodrigues Avelar como novo diretor-geral, em 1980.

Messias Pereira Donato completava a tríade administrativa da Funm no período. Jurista de reconhecida projeção nacional, graduado em Direito pela UFMG, com sólida trajetória acadêmica e atuação destacada na magistratura do trabalho, Donato agregou à junta

19 CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (org.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

diretora uma vasta experiência intelectual, jurídica e administrativa. Professor titular de Direito do Trabalho da UFMG e referência na área, sua participação na junta reforçou o caráter técnico e institucional da gestão colegiada, contribuindo para a credibilidade e o equilíbrio das decisões tomadas naquele momento histórico.

Assim, a gestão da Funm entre 1978 e 1980 foi marcada pela atuação conjunta desses três professores, cuja administração colegiada, liderada por Fernando Dias Costa, teve papel decisivo na manutenção da estabilidade institucional e na condução do processo de transição que antecedeu novas configurações administrativas da instituição.

1.3 Raimundo Rodrigues Avelar

Reitor de 1980 a 1988

Figura 5 – Raimundo Rodrigues Avelar



Legenda: Dirigente da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) no período de 1980 a 1988.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

Raimundo Rodrigues Avelar foi o primeiro diretor-geral da Funm eleito por um colégio eleitoral, instituído no âmbito da

própria fundação; sendo posteriormente indicado pelo governador Francelino Pereira, em 1980. Seu primeiro mandato foi marcado por intensos esforços de captação de recursos, fundamentais para assegurar a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas das unidades existentes. Em maio de 1980, obteve junto ao Ministério da Educação a liberação de recursos financeiros destinados a amenizar a grave situação orçamentária da instituição. Reconduzido ao cargo em 1984, Raimundo Rodrigues Avelar permaneceu na direção-geral da Funm até 1988, período em que a instituição registrou avanços significativos tanto na qualidade do ensino quanto na estrutura física. Durante seus dois mandatos foram realizadas obras importantes, como a construção do prédio da antiga Fadec e a reforma do ambulatório da Famed. A gestão também se destacou pelo incentivo à qualificação do corpo docente, por meio de convênios com a Capes.

No campo institucional e político, a administração de Raimundo Avelar intensificou as articulações em defesa da federalização ou estadualização da Funm, ao mesmo tempo em que promoveu a equiparação salarial dos docentes ao mínimo legal vigente. No âmbito social e educacional, foram implementadas iniciativas de extensão e apoio à educação básica, como o Programa de Assistência Pedagógica às escolas rurais, além da criação da Faculdade de Educação Artística do Norte de Minas (Faceart).

Dessa forma, o período em que Raimundo Rodrigues Avelar esteve à frente da Funm caracterizou-se por uma gestão voltada ao enfrentamento direto dos desafios estruturais, financeiros e institucionais, sem perder de vista o compromisso com a produção do conhecimento, a formação acadêmica e a consolidação da universidade como referência regional no Norte de Minas.

1.4 José Geraldo De Freitas Drumond

Reitor de 1988 a 2002

Figura 6 – José Geraldo de Freitas Drumond



Legenda: Dirigente da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) e reitor da Unimontes, no período de 1988 a 2002.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

José Geraldo de Freitas Drumond assumiu a direção da Funm em 1988, um momento decisivo para a trajetória institucional. Médico e professor, foi escolhido a partir de lista sêxtupla encaminhada ao Governo de Minas Gerais, sob a gestão de Newton Cardoso, marcando um novo ciclo de participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios da instituição. Desde o início de sua gestão, José Geraldo Drumond conduziu o processo de transformação da Funm em universidade estadual. Conforme relatado pelo próprio dirigente, esse caminho foi amplamente discutido com a sociedade montes-clarense e diferentes setores políticos, incluindo a possibilidade de federalização. Optou-se, entretanto, por articular a estadualização no contexto da assembleia constituinte mineira, em consonância com a recém-promulgada Constituição Federal. A emenda que estadualizou

a Funm foi apresentada pelo deputado Milton Cruz e aprovada em 1989, com sanção governamental no mesmo ano, embora o reconhecimento formal tenha ocorrido em 1990.

Eleito na primeira eleição direta para composição da lista sêxtupla, tomou posse em 28 de abril de 1988. Ao longo de sua trajetória à frente da instituição, José Geraldo Drumond vivenciou três fases distintas: diretor-geral (1988-1990), reitor pró-tempore (1990-1998) e primeiro reitor eleito por votação direta (1998-2002). Esse percurso acompanhou e consolidou a transição da Funm para a Unimontes.

Sua gestão foi marcada por intensos desafios econômicos e estruturais, comuns às universidades públicas do interior naquele período. Ainda assim, esses obstáculos foram enfrentados sem provocar retrocessos institucionais, permitindo a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com impactos diretos na qualidade de vida da região. A estadualização foi formalizada por meio das Disposições Transitórias da Constituição Mineira de 1989 e o Decreto-Lei nº 30.971, de 10 de março de 1990. Em seguida, foram aprovados o primeiro estatuto da universidade e o regimento unificado, resultado de amplo debate com a comunidade acadêmica.

No plano administrativo e acadêmico, destacam-se a reorganização institucional que extinguiu as antigas faculdades e criou os centros de ensino; a transferência do Hospital Regional Clemente de Faria para a Unimontes; o reconhecimento federal da universidade em 1994 e a interiorização do ensino superior, com a implantação de *campi* em Janaína, Janaúba, Pirapora, Almenara e Salinas, além do núcleo de Joáima. A expansão da infraestrutura incluiu a construção do prédio da reitoria, biblioteca central, prédio 2 do *campus* com o Centro de Ciências Humanas e o Centro Esportivo Universitário Reitor João Valle Maurício. No campo da formação acadêmica, sua gestão foi responsável pela criação de novos cursos estratégicos, como Agronomia, Educação Física, Odontologia, Sistemas de Informação e Zootecnia, além do curso Normal Superior emergencial, voltado à formação de

professores da educação básica em diversos municípios da região. Dessa forma, a atuação de José Geraldo de Freitas Drumond consolidou a Unimontes como universidade pública estadual, ampliando sua presença regional e fortalecendo seu compromisso com o desenvolvimento social, educacional e científico do Norte de Minas.

1.5 Paulo César Gonçalves de Almeida

Gestões 12/2002 a 12/2010 e 12/2010 a 12/2014

Figura 7 – Paulo César Gonçalves de Almeida



Legenda: Reitor da Unimontes nos períodos de dezembro de 2002 a dezembro de 2010 e de dezembro de 2010 a dezembro de 2014.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

Paulo César Gonçalves de Almeida exerceu a reitoria da Unimontes em dois períodos consecutivos: de dezembro de 2002 a dezembro de 2010 e de dezembro de 2010 a dezembro de 2014. Sua trajetória profissional está profundamente vinculada à própria instituição, na qual ingressou ainda no início da década de 1970, como datilógrafo do Instituto de Preparo e Pesquisa para o Desenvolvimento da Assistência Rural (IPEDASAR), órgão vinculado à antiga Funm. O IPEDASAR, fruto de convênio entre a Funm, a Universidade de Toledo

(Estados Unidos) e a Secretaria de Estado da Saúde, constituiu-se como um dos embriões das políticas públicas de saúde na região, posteriormente integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda como estudante do curso de Ciências Contábeis, Paulo César participou ativamente do movimento estudantil, tendo atuado como diretor do DCE. Ao longo dos anos, construiu uma trajetória ascendente dentro da universidade, atuando como servidor técnico-administrativo, aluno, líder estudantil, professor, diretor de faculdade, chefe de departamento, pró-reitor, vice-reitor e, por fim, reitor. Paralelamente, também teve atuação na imprensa regional como repórter e apresentador de televisão em Montes Claros.

O professor Paulo César participou ativamente do processo de estadualização da Funm, ocorrido em 1989, durante a gestão do reitor José Geraldo de Freitas Drummond. Esse processo contou com articulações políticas e institucionais importantes, envolvendo nomes como a professora Maria Coeli Simões e o governador Antônio Anastasia, que participou da elaboração da emenda à Constituição Estadual apresentada pelo deputado Milton Cruz e aprovada pela assembleia constituinte mineira.

Nomeado reitor pelo governador Itamar Franco, Paulo César Gonçalves de Almeida tomou posse em 4 de dezembro de 2002. Em dezembro de 2006, foi reconduzido ao cargo pelo governador Aécio Neves, permanecendo à frente da Unimontes até dezembro de 2010, com novo mandato iniciado posteriormente, estendendo sua gestão até 2014. Sua administração foi marcada pela ampliação significativa da estrutura acadêmica, física e territorial da universidade. No campo da pós-graduação, a Unimontes passou de uma instituição sem cursos *stricto sensu* para um cenário de consolidação da pesquisa, com a implantação de diversos programas de mestrado e doutorado, fortalecendo a formação de mestres e doutores, e ampliando a produção científica. A gestão também se destacou pela expansão dos *campi* universitários, ampliando o alcance regional da Unimontes; bem como

pela consolidação da educação à distância, posteriormente estruturada como Centro de Educação a Distância. No campo da saúde, houve investimentos expressivos no Hospital Universitário Clemente de Faria, com a ampliação dos serviços ambulatoriais, de atenção ao idoso e de urgência e emergência, em parceria com o Governo de Minas Gerais e apoio de setores da iniciativa privada. Do ponto de vista da infraestrutura universitária, sua administração foi responsável pela construção e ampliação de prédios acadêmicos, laboratórios, centros de pós-graduação, espaços esportivos, unidades administrativas e de atendimento à comunidade universitária, além da restauração do Casarão da Fafil, destinado à implantação do Museu Regional do Norte de Minas. Essas ações contribuíram para o fortalecimento institucional da Unimontes, consolidando-a como universidade pública regional de referência em ensino, pesquisa, extensão, e prestação de serviços à sociedade norte-mineira.

1.6 João dos Reis Canela

Gestões 12/2010 a 12/2014 e 12/2014 a 12/2018

Figura 8 – João dos Reis Canela



Legenda: Reitor da Unimontes nos períodos de dezembro de 2010 a dezembro de 2014 e de dezembro de 2014 a dezembro de 2018.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

O professor João dos Reis Canela nasceu em Montes Claros e construiu sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional vinculada à história da própria Universidade Estadual de Montes Claros. Realizou os estudos iniciais em escolas públicas da cidade e ingressou, em 1969, na segunda turma da Famed, vinculada à Funm, concluindo a graduação em Medicina em 1975. Logo após a formação, iniciou sua atuação como docente no curso de Medicina da instituição, onde também concluiu especialização *lato sensu* em Bioética, em 1999. Ao longo de sua carreira acadêmica, atuou nas áreas de doenças infecciosas e parasitárias, bioética, ética e deontologia médica, além de exercer funções assistenciais e de formação no Hospital Universitário Clemente Faria (HUCF), onde foi preceptor de clínica médica, coordenador do serviço de assistência HIV/AIDS e médico do ambulatório. Sua trajetória institucional incluiu cargos de gestão como chefe de departamento, diretor da Escola Técnica de Saúde/Centro de Educação Profissional e Tecnológica (Cept), diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e vice-reitor da Unimontes, função exercida entre 2006 e 2010, período em que também atuou como superintendente do HUCF.

Nomeado reitor, em dezembro de 2010, pelo governador Antonio Anastasia, João dos Reis Canela assumiu a reitoria da Unimontes como o terceiro dirigente da instituição após a estadualização, sendo reconduzido ao cargo em dezembro de 2014 pelo governador Alberto Pinto Coelho, permanecendo até dezembro de 2018. Em suas gestões, deu continuidade ao processo de expansão acadêmica e institucional, com destaque para a criação do curso de Engenharia Civil, o fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu*, a ampliação da pesquisa e a qualificação do corpo docente. Ao final de 2015, a universidade contabilizava 246 projetos de pesquisa em andamento, com mais de 70% dos docentes titulados como mestres ou doutores.

Durante sua administração, foram realizadas obras e iniciativas estruturantes, como a inauguração do Museu Regional do Norte de Minas e a implantação do Restaurante Universitário, além da realização de concurso público para professores do ensino superior. Médico clínico geral e pesquisador, João dos Reis Canela também manteve atuação assistencial junto à população regional, reafirmando o compromisso histórico da Unimontes com a formação profissional, a saúde pública e o desenvolvimento do Norte de Minas.

1.7 Antônio Alvimar Souza

Gestão 12/2018 a 12/2022

Figura 9 – Antônio Alvimar Souza



Legenda: Reitor da Unimontes no período de dezembro de 2018 a dezembro de 2022.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

Antônio Alvimar Souza, natural de Montes Claros, graduou-se em Filosofia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e concluiu pós-graduação em História do Brasil, pela Unimontes. Possui mestrado em Filosofia, pela UERJ, e doutorado em Ciências Humanas/História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Sua trajetória acadêmica é marcada pela atuação nas áreas de Filosofia, História, Ciências Sociais e Serviço Social, com destaque para as disciplinas de História, Ética, Bioética, Realidade Brasileira, Filosofia e Religião.

Antônio Alvimar Souza ingressou como docente na Unimontes em 1995, construindo uma trajetória institucional antes de assumir a reitoria. Exerceu as funções de diretor da Editora Unimontes (2011-2014), coordenador do Programa de Doutorado em Ciências da Religião, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2012-2016), e vice-reitor da instituição entre dezembro de 2014 e dezembro de 2018, período que antecedeu sua gestão como reitor.

1.8 Wagner de Paulo Santiago

Gestão de 12/2022 a 12/2026

Figura 10 – Wagner de Paulo Santiago



Legenda: Reitor da Unimontes no período de dezembro de 2022 a dezembro de 2026.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

Wagner de Paulo Santiago ingressou como docente na Unimontes em 1994, ano em que concluiu a graduação em Ciências Contábeis pela própria instituição. Ao longo de sua trajetória acadêmica, especializou-se em Ciências Contábeis pela Unimontes e obteve os títulos de mestre e doutor em Gestão pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Vinculado ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), atua também como docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDÉE), na linha de pesquisa Estratégia e Finanças Empresariais. Antes de assumir a reitoria, exerceu diversas funções administrativas na Unimontes, entre as quais: chefe do Departamento de Ciências Contábeis, coordenador do curso de Ciências Contábeis, auditor-geral, presidente da comissão técnica do vestibular e pró-reitor de Planejamento, Gestão e Finanças. Além da atuação acadêmica e administrativa, Wagner de Paulo Santiago acumulou experiência na gestão pública e em instituições privadas, tendo exercido os cargos de secretário municipal de planejamento e gestão de Montes Claros e de provedor-adjunto do Hospital Aroldo Tourinho. Atuou ainda como contador e auditor em empresas privadas, desenvolvendo pesquisas nas áreas de contabilidade, administração pública e gestão.

1.9 Dalton Caldeira Rocha

Gestão vice-reitor de 12/2022 a 12/2026

Figura 11 – Dalton Caldeira Rocha



Legenda: Vice-reitor da Unimontes na gestão iniciada em 2022.

Fonte: Fotografia institucional da Unimontes.

Dalton Caldeira Rocha é o atual vice-reitor da Unimontes. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), título obtido em 2001. Ao longo de sua trajetória acadêmica e administrativa, consolidou atuação nas áreas de legislação educacional; regulação e supervisão do ensino superior; elaboração e acompanhamento de projetos pedagógicos; integralização curricular; avaliação institucional e gestão do corpo docente, incluindo participação em processos de avaliação externa e visitas *in loco* do MEC/INEP.

Dalton Rocha também possui experiência na implantação e na consolidação da Educação a Distância (EAD) em instituições de ensino superior, bem como nas discussões sobre relações sociais do trabalho. Além de suas funções acadêmicas, integra a gestão da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (ACI), reforçando sua interlocução com diferentes setores da sociedade regional.

A inclusão de sua trajetória nesta obra justifica-se por ocupar, no presente, um dos principais cargos da gestão universitária, permitindo estabelecer um elo entre os processos históricos analisados ao longo do livro e a configuração contemporânea da Unimontes. Sua presença contribui para evidenciar continuidades institucionais, permanências administrativas e desafios atuais da universidade pública no Norte de Minas, articulando passado, presente e memória institucional.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reunião das minibiografias dos reitores da Funm/Unimontes, ao longo de mais de seis décadas, permite não apenas identificar trajetórias individuais, mas compreender, em perspectiva, os diferentes momentos da história institucional e os modos pelos quais a universidade se constituiu e se consolidou no Norte de Minas Gerais.

Ao serem analisadas à luz do conjunto documental, essas trajetórias deixam de ser apenas registros administrativos ou narrativas celebrativas, passando a revelar tensões, continuidades e inflexões nos projetos de gestão, nas relações com o contexto político e nas demandas regionais que atravessaram a instituição. Nesse sentido, os reitores não são apresentados como figuras isoladas, mas como sujeitos inseridos em processos históricos mais amplos, que envolvem disputas, negociações e construções coletivas.

A articulação entre textos biográficos, documentos de arquivo e imagens institucionais reforça, assim, a compreensão de que a memória universitária é produzida a partir de seleções, enquadramentos e disputas de sentido. Tornar visíveis esses processos é também um exercício crítico, que permite deslocar leituras naturalizadas e ampliar as possibilidades de interpretação sobre o passado institucional.

Por fim, esta seção reafirma o papel do arquivo como fundamento da escrita histórica e espaço de produção de conhecimento. Ao reunir e problematizar essas trajetórias, o que se propõe não é fixar uma memória definitiva, mas contribuir para a construção de uma narrativa aberta, crítica e em constante revisão, condição essencial para uma universidade pública comprometida com sua história, sua comunidade e o direito à memória.

POSFÁCIO

Este livro se encerra, mas o trabalho que ele registra está longe do fim. As páginas que o compõem são, ao mesmo tempo, resultado e ponto de partida: resultado de um esforço coletivo de resgate, organização, preservação e interpretação da documentação da Funm/Unimontes; e ponto de partida para novas leituras, pesquisas, apropriações e sentidos que esses documentos ainda produzirão ao longo do tempo. Nessa perspectiva, o livro reafirma uma ideia fundamental que atravessa todo o projeto: arquivos não são apenas depósitos do passado, mas estruturas vivas de memória, conhecimento e ação institucional.

Ao longo da obra, evidencia-se que políticas de preservação documental é condição indispensável para a existência de uma pesquisa histórica consistente, assim como não há arquivo plenamente realizado sem acesso, uso social e produção de conhecimento. A trajetória que se inicia no resgate de uma massa documental marcada pelo abandono e avança pela organização, descrição e difusão revela que o trabalho arquivístico ultrapassa o âmbito técnico e acadêmico, assumindo também dimensões políticas e sociais. Nesse sentido, o projeto de formação do arquivo da Funm/Unimontes demonstra que investir em arquivos universitários é investir na própria universidade pública, pois cada ação técnica expressa escolhas institucionais em favor da memória, da transparência, do direito à informação e da produção científica, convertendo documentos antes invisibilizados em fontes vivas de pesquisa e reflexão histórica.

Mas este livro também não se deixa reduzir a normas, métodos ou legislações, também é atravessado pelo trabalho cotidiano, paciente e comprometido das pessoas que constroem o

arquivo. A Diretoria de Documentação e Informações (DDI) surge, ao longo dessas páginas, não apenas como um setor administrativo, mas como um espaço de aprendizagem, de formação, de troca e de cuidado. Um lugar onde o conhecimento arquivístico se constrói na prática, no contato direto com os documentos, nas decisões compartilhadas, na escuta atenta e no respeito à história institucional que se preserva.

É preciso reconhecer, ainda, que esse trabalho está longe de ser apenas intelectual. O fazer arquivístico é também físico, repetitivo e, muitas vezes, exaustivo. Envolve carregar caixas pesadas, lidar com poeira, fungos, ambientes inadequados, longas jornadas de organização manual, além de limitações estruturais, escassez de recursos e, por vezes, apoio institucional insuficiente para a dimensão do desafio enfrentado. Cada etapa desse projeto exigiu esforço corporal, persistência e “suor” de todos que participaram dele. Porém, essas dificuldades deram espaço para que a criatividade, o compromisso coletivo e o amor pelo arquivo e pela instituição se tornassem forças mobilizadoras, permitindo que o trabalho fosse concluído e os obstáculos transformados em aprendizado e resistência.

Há, portanto, um componente de afeto que sustenta esse trabalho. Afeto pelos documentos, entendidos não como papéis inertes, mas como vestígios de trajetórias, projetos, disputas e sonhos. Afeto pelo arquivo, enquanto espaço de memória e de resistência. E, sobretudo, afeto pela DDI, lugar de trabalho, de convivência e de dedicação ao longo de muitos anos. Um espaço que ensina que preservar documentos é também preservar vínculos, histórias de trabalho coletivo e o sentido público da universidade.

A escrita deste posfácio carrega, assim, uma dimensão pessoal e institucional indivisível. É impossível falar do arquivo da Funm/Unimontes sem reconhecer o empenho de servidores, estagiários, bolsistas e pesquisadores que, com compromisso e

sensibilidade, transformaram um cenário de risco e dispersão em um acervo organizado, acessível e socialmente relevante. O arquivo que hoje existe é fruto de escolhas éticas, técnicas e humanas, realizadas cotidianamente, muitas vezes de forma silenciosa, mas sempre com profundo senso de responsabilidade.

Por fim, este livro reafirma que a memória institucional não é um dado natural, mas uma construção permanente. Ela exige políticas, recursos, trabalho especializado e, sobretudo, pessoas comprometidas com a preservação do passado e o futuro da universidade pública. Que estas páginas sirvam não apenas como registro do que foi feito, mas como convite à continuidade: continuidade do trabalho arquivístico, da pesquisa histórica, da difusão do conhecimento e do cuidado com a memória.

Porque preservar arquivos é, também, um gesto de amor pela instituição, pela história que ela carrega e pelas gerações que ainda virão.

Rogério de Jesus Oliveira

Ex-servidor técnico administrativo universitário da Diretoria de Documentação e Informações/Unimontes. Ex-analista de sistemas da Unimontes. Analista de Tecnologia da Informação do Ministério Público de Minas Gerais. Pós-graduação em Gestão Pública

AUTORES



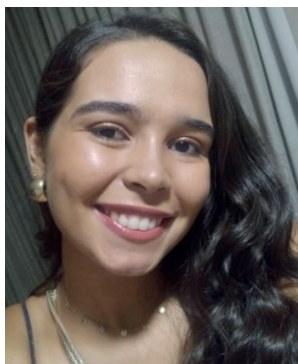
Alane Silva de Abreu é graduanda de licenciatura em História, pela Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista de iniciação científica BIC\UNI na Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes (DDI) com o projeto “Educação e gênero na Unimontes: análise de documentos institucionais e práticas pedagógicas”.

Professora voluntária de História Geral e História do Brasil no Núcleo de Atividades para Promoção da Cidadania (NAP - Unimontes) entre os anos de 2024 e 2025. Possui interesse na área de História Social com ênfase em memória e História oral, História das mulheres e do trabalho. Ainda no ensino médio desenvolveu profundo interesse pelas Ciências Humanas, na graduação busca pesquisas para compreensão da memória e das vivências sociais na cidade e no campo com foco na cidade de Montes Claros e região. Através da Diretoria de Documentação e Informações (DDI) teve acesso ao trabalho e à pesquisa relacionada à área de arquivologia, organização e restauração de documentos. No processo de iniciação à pesquisa científica procura aprimorar seus trabalhos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Como professora em formação, busca se dedicar às discussões em defesa de uma educação pública de qualidade que seja anti-misógina, anti-machista e anti-racista.



Ana Beatriz Galindo de Souza constrói sua trajetória acadêmica no campo da História, área à qual é vinculada não apenas como objeto de estudo, mas como espaço de reflexão, crítica e compromisso com o desenvolvimento do pensamento a respeito da evolução da humanidade. Com ênfase em História do Brasil, direciona sua formação e atuação

para práticas pedagógicas e educativas que articulam conhecimento histórico, cidadania e valorização da memória, compreendendo o ensino de História como instrumento fundamental para a leitura crítica da realidade social. Nesse percurso, desenvolveu experiência docente no Núcleo de Atividades para Promoção à Cidadania (NAP/Unimontes), atuando em ações educativas voltadas à formação crítica e cidadã. Atualmente, exerce a função de professora monitora no Ceama, espaço pedagógico de reforço escolar e na Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro. Paralelamente, atuou como estagiária na Diretoria de Documentação e Informações da Universidade Estadual de Montes Claros e como bolsista voluntária em atividades voltadas ao estudo, preservação, organização e difusão de acervos documentais relacionados à proteção dos registros referentes à cidade de Montes Claros, experiências que fortaleceram seu compromisso com a valorização da memória institucional e regional.



Ana Livia Ferreira Queiroz é graduanda em Serviço Social, pesquisadora em formação e bolsista de iniciação científica voluntária da Universidade Estadual de Montes Claros no projeto “Organização e pesquisa histórica em documentos universitários: preservação e análise de memórias institucionais”. Sua linha de pesquisa concentra-se nas expressões da questão social relacionadas às desigualdades raciais e às violências estruturais, com ênfase nas infâncias e adolescências negras, na violência sexual contra crianças e adolescentes e nos debates sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Seus interesses de pesquisa dialogam ainda com a mercantilização das violências no contexto da sociabilidade capitalista e questões voltadas para a preservação documental.



Ana Luiza do Carmo Nunes, acadêmica do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e bolsista de iniciação científica da Fapemig com pesquisas relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e universidade pública. Desenvolve seus interesses nas áreas de Antropologia e Sociologia, com ênfase no desenvolvimento e na organização social, nos estudos de gênero e na saúde pública. Dedicar-se à compreensão crítica das relações sociais e dos processos que atravessam a produção do cuidado e da vida coletiva.



Bianca Geovanna Santiago da Silva iniciou sua graduação em licenciatura em História, pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no ano de 2025. É bolsista de iniciação científica do CNPq, com o projeto denominado “Funm/Unimontes em Documentos: do acervo disperso à memória preservada”. Seu interesse e atuação profissional obje-

tivam a compreensão dos processos constituintes da identidade nacional e regional.



Carla Cristina Barbosa é doutora em História da Ciência, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); mestre em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); especialista em Formação Docente para Cultura Digital, pela Universidade Estadual de Montes Claros; bem como Docência para Educação

Profissional. Também é especialista em Gestão de Empreendimentos Turísticos, pelo Unicentro Newton Paiva e graduada em História, pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professora do departamento de Estágios e Práticas Escolares, da Universidade Estadual de Montes Claros. Coordenadora geral do Núcleo de História e Cultura Regional (Nuhicre). Coordenadora do grupo de pesquisa “Fronteiras do Sertão” e coordenadora de estágio supervisionado do curso de História, da Unimontes. Membro do Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado da Unimontes (Necs). Membro do colegiado do curso de História. Membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de História. Chefe do Departamento de Estágios e Práticas Escolares (Depe) da Unimontes.



César Henrique de Queiroz Porto, doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo (2012). Mestre em História, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Graduado e especialista em História, pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor efetivo da Unimontes nas áreas de História Moderna e Contemporânea, com ênfase no Oriente Médio. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Unimontes). Coordenador do Núcleo de História e Cultura Regional (Nuhicre/Unimontes).

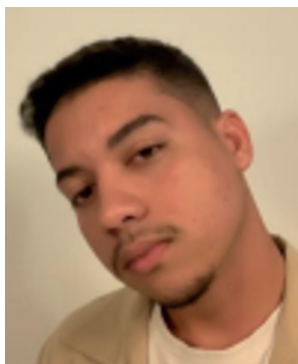


Evellyn Victória Maia Simões é graduanda em História/Licenciatura na Universidade Estadual de Montes Claros. É bolsista de iniciação científica do programa BIC/UNI com o projeto de pesquisa intitulado “Arquivos universitários como patrimônio cultural: estratégias de organização e acessibilidade”. Ministra aulas de História Geral, de forma voluntária, no Núcleo de Atividades para Promoção da Cidadania (NAP-Unimontes). Foi bolsista Pibic EM/CNPq no projeto “Educação popular, História e Direito: estudo de legislações e políticas públicas sobre Gênero e Relações Étnico-Raciais” no período de setembro/2023 a agosto/2024. Possui curso de curta duração em Oficina de Pensamento Computacional, na UFVJM.



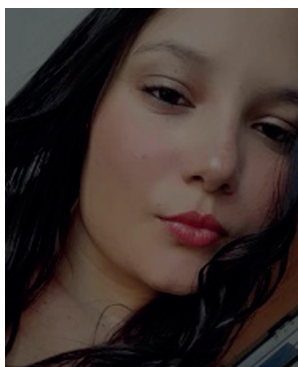
Filomena Luciene Cordeiro Reis –

Trabalha no campo da História, com ênfase em História Social, orientando seus estudos, desde a graduação até o doutorado, para temas que atravessam a cidade, o patrimônio cultural e documental, e os processos de construção da memória. Trata-se de um percurso marcado pelo interesse em compreender como experiências individuais e coletivas se inscrevem nos espaços, nos documentos e nas narrativas históricas, muitas vezes tensionadas por disputas de poder e silenciamentos persistentes. Desde 2015, se dedica à pesquisa em educação popular, com especial atenção à Educação de Jovens e Adultos (EJA), dialogando com histórias de vida de professoras e estudantes. Nesse caminho, aproxima a investigação educacional das reflexões sobre patrimônio cultural e documental, buscando evidenciar como as relações de gênero e étnico-raciais atravessam os processos de produção, preservação e apagamento das memórias, sobretudo aquelas vinculadas a mulheres e sujeitos historicamente marginalizados. Esses interesses se fortaleceram a partir da participação nos Grupos de Pesquisa e Estudos “Gênero e Violência”, da Unimontes, e “Direitos Humanos, Violência de Gênero e Identidades”, da Funorte, experiências que foram decisivas para sua inserção no pós-doutorado em Educação. Aprende continuamente com colegas de trabalho, estudantes, orientandas e orientandos, e as pessoas que compartilham o cotidiano acadêmico e social, em especial com as mulheres, cujas trajetórias seguem inspirando seu compromisso ético, político e afetivo com a pesquisa.



Guilherme Borges Silva é graduando em Ciências Biológicas e bolsista voluntário BIC/UNI na Diretoria de Documentação e Informações (DDI) com o projeto denominado “Educação e gênero na Unimontes: análise de documentos institucionais e práticas pedagógicas”. Desenvolve atividades de organização e análise de documentos institucionais.

Seus interesses de pesquisa concentram-se na investigação da presença e atuação de microrganismos na degradação de documentos, buscando compreender os processos biológicos que afetam acervos arquivísticos, visando contribuir para a preservação do patrimônio documental universitário por meio de uma abordagem interdisciplinar entre biologia, educação e documentação.



Ingrid do Carmo Oliveira, natural de São Francisco, Minas Gerais, Brasil. É estudante do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Interessa pelo conhecimento histórico como ferramenta essencial para a compreensão da sociedade, das transformações humanas ao longo do tempo e da construção da cidadania. Sua formação acadêmica

reflete o compromisso com a educação e a valorização da memória histórica como base para um futuro mais consciente e crítico. Ao longo da trajetória, desenvolveu uma postura dedicada aos estudos, buscando constantemente ampliar sua visão de mundo por meio da leitura, da pesquisa e do diálogo entre passado e presente. O interesse por tecnologia complementa a formação, permitindo que

reconheça as possibilidades que os recursos digitais oferecem para o ensino, a divulgação do conhecimento e a inovação educacional. Acredita que a tecnologia é uma aliada importante no processo de aprendizagem e na aproximação das novas gerações com a História. Além do ambiente acadêmico, tem interesse por esportes, reconhecendo neles valores como disciplina, cooperação, perseverança e equilíbrio entre corpo e mente. Essa combinação entre estudo, tecnologia e atividades esportivas contribui para uma formação integral, pautada tanto no desenvolvimento intelectual quanto pessoal. Com olhar atento às transformações sociais e educacionais, está buscando construir uma trajetória com responsabilidade, sensibilidade e propósito, marcada pelo desejo de contribuir para a educação, promover o pensamento crítico e participar ativamente da construção de uma sociedade mais informada, justa e consciente da própria história.



João Olímpio Soares dos Reis é doutor em Educação, pela Universidade de Brasília; mestre em Ciências da Educação, pelo Instituto Superior Pedagógico Enrique José Varona, Habana/Cuba. Possui pós-graduação *Latu Sensu* em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bem como em Educação a distância. Especialização em Ensino Religioso, pela Pontifícia

Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Psicologia Clínica, pela Universidade de Anhaguera. Graduado em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional, pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF/MG). Foi coordenador do Núcleo de Sociedade Inclusiva (Nusi), assessor técnico junto a pró-reitoria de ensino e coordenador de graduação da pró-reitoria de ensino na

Unimontes. Professor do departamento de Educação da Unimontes. Tutor a distância no curso de Pedagogia, pela Universidade Aberta do Brasil/Unimontes. Dedica-se a pesquisar sobre questões de gênero, relações étnico-raciais e educação de jovens e adultos.



Larissa Barreto Gomes é graduanda no curso de Serviço Social, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e estagiária na Diretoria de Documentos e Informações da universidade. Atuou como bolsista de iniciação científica no projeto “Gestão, preservação e acesso a documentos arquivísticos”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no período de setembro de 2024 a agosto de 2025.



Luís Gustavo Souza Fróes. Graduado em História, pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestrando em História Social, pelo Programa de Pós-Graduação em História/Unimontes. Desenvolve pesquisas na área de História Contemporânea, com ênfase nos estudos sobre o anticomunismo. Possui experiência na área de Arquivologia e organização de acervos, atuando há quatro anos na Diretoria de Documentação e Informações da Unimontes, inicialmente como estagiário e, atualmente, como bolsista de iniciação científica BIC/UNI.



Maria Fernanda Benfica Santos é graduanda em Serviço Social, atualmente no oitavo período. Atua como bolsista de iniciação científica na Diretoria de Documentação, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), integrando o projeto responsável pela elaboração deste livro. No âmbito do projeto, participou das atividades de organização e análise documental, con-

tribuindo para os processos de sistematização e preservação da memória institucional. A experiência tem possibilitado o aprofundamento em práticas de pesquisa e extensão no contexto universitário.

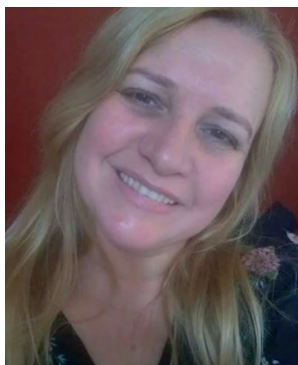


Maria Isabel Ribeiro Ramos, acadêmica do curso de Engenharia de Sistemas, pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista de Iniciação Científica, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atuando no projeto de pesquisa com a finalidade de estudar e desenvolver um *site* (repositório

de documentos) para a Diretoria de Documentação e Informações (DDI). Possui grande interesse em seguir carreira na área de programação e tecnologia, motivada pela constante evolução do setor e possibilidades de ampliação de soluções inovadoras. Busca aprimorar continuamente seus conhecimentos técnicos, com o objetivo de transformar ideias em aplicações práticas que contribuam para a melhoria de processos e para o avanço tecnológico.



Roberth Pereira da Silva é acadêmico do curso de Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Atuou como estagiário na Diretoria de Documentação e Informações (DDI), com experiência em gestão de documentos, organização de arquivos e apoio às rotinas administrativas. Contribuiu para a eficiência dos processos institucionais e se fortaleceu como profissional. Possui interesse nas áreas de Gestão, Logística e Organização de Processos, com foco na eficiência organizacional e no suporte à tomada de decisão.



Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia é bibliotecária, historiadora e arquivista. É doutoranda e mestre em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Possui especializações em História do Brasil; Educação a Distância; e Formação de Professores e Cultura Digital. Graduiu-se em Biblioteconomia pela Fundação Comunitária Formiguense e em História pela Universidade Norte do Paraná, sendo graduanda em Arquivologia. Atualmente é diretora do Sistema de Bibliotecas Universitárias da Unimontes, coordenando 16 bibliotecas. Atuou como professora de Metodologia Científica na Unimontes, orientadora de TCC pela (UAB/Unimontes) e em cursos de pós-graduação nas áreas de Biblioteconomia e Metodologia Científica. Sua trajetória profissional é marcada pela atuação em preservação, identificação e organização de acervos raros, patrimônio documental e cultural, bem como no

uso e na gestão de bases de dados, bibliotecas virtuais, periódicos Capes, repositórios institucionais e bibliotecas digitais de teses e dissertações. Desenvolve pesquisas e projetos nos campos: história, cultura, informação, documentação, patrimônio e preservação; com destaque para a informatização de bibliotecas e a valorização dos acervos históricos.



Saulo Librelon Pinheiro Lopes é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Durante sua formação desenvolve experiências em pesquisa científica, tendo sido bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig). Atualmente, é estagiário na Diretoria de Documentação

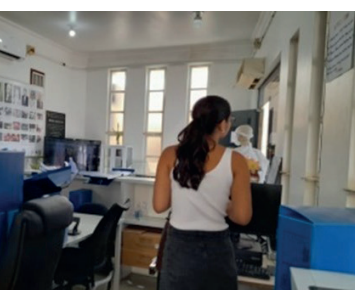
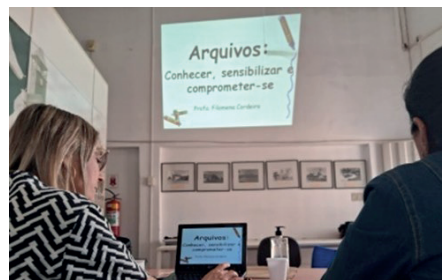
e Informações da Unimontes, contribuindo para a organização, a gestão e a preservação de acervos institucionais e documentais. Seu interesse acadêmico concentra-se na Antropologia, com atenção voltada às culturas indígenas, buscando compreender as múltiplas dimensões sociais, culturais e históricas que permeiam esses grupos. Ao longo de sua trajetória, tem se dedicado à produção de conhecimento crítico, articulando métodos de pesquisa e práticas de extensão que promovem a análise reflexiva sobre contextos sociais diversos. A experiência em iniciação científica e no setor de documentação institucional permitiu-lhe desenvolver habilidades metodológicas e analíticas, fortalecendo sua capacidade de investigar, registrar e interpretar fenômenos sociais de forma ética e rigorosa.

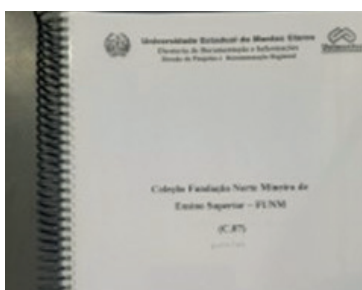
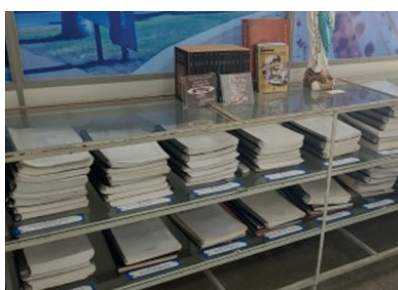
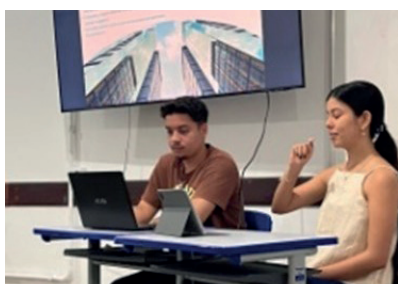
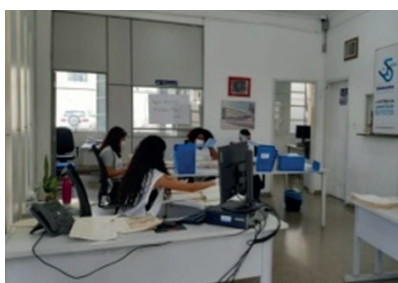
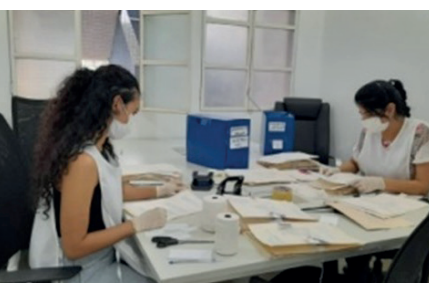


Ugo da Hora Araujo é graduando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e pesquisador dedicado às interseções entre política, saúde e identidades. É estagiário e bolsista de iniciação científica voluntária exercendo atividade arquivísticas e de pesquisa na Diretoria de Documentação e Informações da

Unimontes. Sua investigação acadêmica concentra-se na historiografia da epidemia de HIV/Aids no Brasil, analisando criticamente as barreiras no acesso da comunidade *queer* aos sistemas de saúde e os estigmas sociais e institucionais decorrentes da crise sanitária. Para além da academia, Ugo possui uma trajetória na militância, atuando como membro ativo do Levante Popular da Juventude e do Movimento Negro Unificado (MNU). Suas aspirações estão ligadas à construção de uma sociedade mais justa, utilizando o conhecimento histórico e a organização popular como ferramentas de transformação. Em sua escrita, busca unir o rigor da pesquisa científica ao compromisso inabalável com a justiça social e a emancipação das populações marginalizadas.









Faculdade de Educação Artística.



O arquivo institucional é mais do que um conjunto de documentos: é espaço de memória, identidade e garantia de direitos. Em Formação do arquivo da Funm/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional, o leitor acompanha o processo de transformação de um acervo marcado pelo acúmulo desordenado e ausência histórica de políticas arquivísticas em um fundo organizado, acessível e socialmente referenciado. Resultado de projeto financiado pela Fapemig, esta obra analisa o resgate, a organização e a descrição da documentação produzida pela Fundação Norte Mineira de Ensino Superior/Universidade Estadual de Montes Claros, abrangendo o período de 1962 a 1989, com desdobramentos posteriores. Ao articular Arquivística, História e pesquisa institucional, o livro evidencia os impactos da precarização da gestão documental sobre o direito à informação e à memória pública. Estruturado em três partes, o livro reúne inventário arquivístico, registros do trabalho técnico e pesquisas históricas, reafirmando o arquivo universitário como espaço estratégico para a produção de conhecimento, a transparência institucional e a valorização da universidade pública no Norte de Minas Gerais.

Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia